

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
ISEG-Instituto Superior de Economia e Gestão

MESTRADO EM:
“Desenvolvimento e Cooperação Internacional”

**ANÁLISE DO POTENCIAL DE RETORNO DOS QUADROS
QUALIFICADOS ANGOLANOS EM PORTUGAL – OS EX-
BOLSEIROS PÓS-INDEPENDÊNCIA**



JOSÉ JANUÁRIO

Orientação: Prof. Doutor João Alfredo dos Reis Peixoto

Júri:

Presidente: Prof. Doutor João Alfredo dos Reis Peixoto

Vogais: Prof. Doutor Fernando Luís Lopes Machado

Prof. Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira

Agosto/2007

GLOSSÁRIO

ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
AML – Área metropolitana de Lisboa
CE – Comissão Europeia
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGC – Direcção Geral para a Cooperação
DGES – Direcção Geral do Ensino Superior
FCG – Fundação Calouste Gulbenkian
FCL – Fundação Cidade de Lisboa
GCIM – Global Commission on International Migration
GRICES – Gabinete de Relações Internacionais de Ciência e Ensino Superior
ICE – Instituto para a Cooperação Económica
IDE – Investimento Directo Estrangeiro
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IMS – International Mobile Student
INABE – Instituto Nacional de Bolsas de Estudo
INE – Instituto Nacional de Estatísticas de Portugal
INEFOP – Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
MAPESS – Ministério da Administração Pública e Segurança Social
MCTES – Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ensino Superior
MED – Ministério da Educação de Angola
MINARS – Ministério de Assistência e Reinserção Social.
MNE – Ministério dos Negócio Estrangeiros
MPLA/PT – Movimento Popular de Libertação de Angola-Partido do Trabalho
NEPAD- New Economic Partnership for Development
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OCES – Observatório da Ciência e do Ensino Superior
OIM – Organização Internacional das Migrações
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não- Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PD – Países desenvolvidos
PED – Países em desenvolvimento
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRV – Programa de Retorno Voluntário
SAE – Secção de Apoio as Estudantes da Embaixada de Angola
SEE – Sistema de Educação e Ensino
SEES – Secretária de Estado do Ensino Superior
SEF – Serviços de estrangeiros e fronteiras
UAN – Universidade Agostinho Neto
UE – União Europeia
UIS – UNESCO Institut of Statistic
UNHCR – United Nations High commissioner for Refugees

RESUMO

Num momento em que a globalização económica exige dos países um maior activismo na valorização dos seus recursos naturais e humanos, com o fim de construir vantagens comparativas e competitivas no comércio internacional e dinamizar o desenvolvimento nas suas múltiplas vertentes, a formação e gestão do capital humano assume-se, cada vez mais, como um factor de demarcação das intenções de progresso.

Para países como Angola, esta situação revela-se tanto mais decisiva e estratégica, pelo facto dos constrangimentos políticos, económicos e sociais que marcaram a vida neste país terem conduzido à emigração forçada de muitos dos melhores quadros e à retenção nos países de formação daqueles que eram enviados para realização da sua formação técnica e científica. Em contrapartida, o grande potencial de recursos que o país detém e a restauração do clima de paz têm atraído várias iniciativas de investimento de empresas nacionais e internacionais, que apenas serão viáveis no quadro de uma franca oferta de capital humano altamente preparado.

Por esse facto, afigura-se urgente a criação pelo Estado de condições que valorizem efectivamente os melhores quadros nacionais e incentivem o retorno dos quadros na diáspora, responsabilizando-os moralmente a colocar as suas experiências e influências ao serviço do desenvolvimento. Para além disso, devem ser captados apoios através de parcerias com as entidades e organismos que representam esses quadros nos países de acolhimento, contribuindo assim para o desenvolvimento integrado e sustentável do país.

O estudo realizado prova existir uma vontade manifesta dos quadros emigrantes angolanos em regressar ao país e participar do seu desenvolvimento, desde que as condições de emprego estejam salvaguardadas. Tal por sua vez sugere, entre outras medidas, cultivar a meritocracia, alargar o sector privado, incentivar as iniciativas empresariais dos quadros regressados e dos emigrantes, bem como o estabelecimento de uma relação de confiança com a diáspora científica e técnica nacional.

Palavras-chave: Capital humano, educação, desenvolvimento, fuga de cérebros, retorno.

ABSTRACT

Economic globalisation requires from the countries a stronger commitment in view of the enhancement of its human and natural resources, aiming to acquire comparative and competitive advantages in international commerce and to promote development in its multiple facets. Given this reason, the training and management of human capital is becoming a decisive factor of progress.

For countries as Angola this problem is decisive and strategic. In fact, the political, economic and social constraints that characterized the country during the last decades led to a strong brain drain. This was manifest through the forced emigration of many of its highly skilled human resources, as well as the permanence in the host countries of students, who were sent abroad to acquire technical and scientific training. On the other hand, the large potential of resources existing in the country and the restoration of peace are currently attracting investment initiatives from national and international firms, which will only be viable with a large supply of highly skilled human capital.

Given these facts, the Angolan state must rapidly enable conditions that will enhance the potential of the best national cadres, and will also promote the return of the highly skilled workers in the diaspora, calling for its responsibility in using their expertise and knowledge for the cause of national development. Besides this, partnerships must be carried on with institutions representing those cadres in host countries, therefore contributing to the sustainable development of the country.

The current study reveals that the will of returning and participating in development exists for many skilled Angolan emigrants, once adequate employment conditions in the country are promoted. Among other measures, this requires the promotion of meritocracy, the enlargement of the private sector, incentives to entrepreneurial initiatives of returned and emigrant cadres, as well as the promotion of a relationship of confidence with skilled individuals in the diaspora.

Keywords: Human capital, education, development, brain drain, return.

ÍNDICE

GLOSSÁRIO.....	2
RESUMO	3
ABSTRACT	4
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE FIGURAS	9
AGRADECIMENTOS	10
INTRODUÇÃO.....	11
1.1- OBJECTIVO E HIPÓTESES DE ESTUDO.....	12
1.2- METODOLOGIA	14
1.3- ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	17
PARTE I. A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO	20
CAPÍTULO 1. O DESENVOLVIMENTO E O CAPITAL HUMANO.....	20
1. CONCEITOS E ASPECTOS ACTUAIS DE DESENVOLVIMENTO	22
1.1- Conceitos de desenvolvimento.....	22
1.2- Aspectos actuais e determinantes do desenvolvimento.....	25
1.3- O papel do Estado no desenvolvimento	27
2. A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO	29
2.1- O papel da educação no desenvolvimento	29
2.2- As teorias económicas do capital humano	32
2.3- A abordagem multidisciplinar do capital humano	35
CAPÍTULO 2 – O BRAIN DRAIN E BRAIN GAIN NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.....	37
1. A MIGRAÇÃO DE QUADROS DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	38
1.1- Algumas ideias sobre a origem e evolução dos conceitos de <i>Brain Drain</i> e <i>Brain Gain</i>	39
1.2- Os aspectos actuais do <i>Brain Drain</i>	43
1.3- Causas e factores que influenciam os padrões de emigração dos quadros altamente qualificados	45
1.3.1- Desequilíbrios internacionais	45
1.3.2- Desequilíbrios internos.....	47
1.3.3- As novas tecnologias	49
1.3.4- Outras causas	53
2. DO BRAIN DRAIN AO BRAIN GAIN.....	53
2.1- A mobilidade mundial dos quadros como catalizador do desenvolvimento...	53
2.2- A mobilidade internacional de estudantes de ensino superior	58
2.3- O co-desenvolvimento como alternativa à fuga de cérebros.....	62
PARTE II – ANGOLA	66
CAPÍTULO 3. MIGRAÇÕES E FORMAÇÃO DE QUADROS EM ANGOLA.....	66
1. MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DOS ANGOLANOS – CONTEXTO, FORMA E DESTINO	67
1.1- Contexto social e económico.....	67

1.2- Alguns antecedentes sobre a emigração de angolanos.....	69
1.3- Factores causais da emigração em Angola.....	73
1.3.1- Factores políticos.....	73
1.3.2- Factores económicos e sociais.....	75
1.4- A emigração internacional dos quadros angolanos.....	75
1.5- Características da emigração angolana.....	78
2. AS POLITICAS DE FORMAÇÃO DE QUADROS EM ANGOLA.....	80
2.1- Caracterização do sistema educativo angolano – o ensino superior.....	80
2.1.1- Origens e contextos.....	80
2.1.2- O ensino superior pós-independência.....	84
2.1.3- O contexto do ensino superior em Angola.....	87
2.2- As políticas de formação de quadros.....	88
2.3- Quadros formados depois da independência.....	90
CAPÍTULO 4 – A DIÁSPORA QUALIFICADA ANGOLANA EM PORTUGAL	93
1- OS QUADROS ANGOLANOS EM PORTUGAL.....	94
1.1- Caracterização da diáspora angolana em Portugal.....	94
1.1.1- Dimensão da comunidade e sua distribuição geográfica.....	96
1.1.2- Algumas características sociais e económicas.....	98
1.2- As associações de imigrantes angolanos em Portugal.....	100
1.3- Os quadros angolanos altamente qualificados em Portugal.....	101
2- OS BOLSEIROS ANGOLANOS EM PORTUGAL.....	102
2.1- Abordagem evolutiva da formação de quadros em Portugal.....	102
2.2- As tendências de formação por cursos.....	109
3- INQUÉRITO AOS BOLSEIROS ANGOLANOS EM PORTUGAL.....	112
3.1- Caracterização da população inquirida.....	112
3.2- A integração dos angolanos em Portugal.....	114
3.3- Projectos de retorno e colaboração: as determinantes sócio – económicas no país de origem e de acolhimento.....	122
CAPÍTULO V – O RETORNO DOS QUADROS ANGOLANOS ALTAMENTE QUALIFICADOS.....	129
1- OS PROGRAMAS DE RETORNO DE QUADROS.....	130
1.1- As determinantes modeladoras do retorno.....	130
1.2- Os programas desenvolvidos sobre retorno de quadros.....	133
2 - A ACÇÃO DO ESTADO NO RETORNO DOS QUADROS ANGOLANOS.....	138
2.1- Políticas de retorno e determinantes sócio económicas no país de origem... ..	138
3- INQUÉRITO AOS QUADROS EX-BOLSEIROS EM ANGOLA.....	141
3.1- Caracterização da população inquirida.....	141
3.2- As principais dificuldades de inserção no país de origem.....	144
CONCLUSÕES.....	149
BIBLIOGRAFIA.....	154
ANEXOS.....	164
Anexo 1 – População estrangeira em Portugal por grupos socio-económicos, 2001....	165
Anexo 2 – Os 22 principais países de formação dos quadros angolanos (1980-2006) .	166
Anexo 3 – Número de pessoas retornadas, por ano e nacionalidade no quadro do programa PRV/OIM.....	167

Anexo 4 – Lista de entidades entrevistadas no período de pesquisas	168
Anexo 5 – Modelo de questionário do inquérito sobre os quadros angolanos imigrantes em Portugal (2006)	169
Anexo 6 – Modelo de questionário do inquérito sobre integração dos quadros regressados em Angola (2007)	177
Anexo 7 – Quadro de resultados do inquérito aplicado aos quadros angolanos em Portugal (2006)	184
Anexo 8 – Quadro de resultados do inquérito aos quadros em Angola (2007).....	195
Anexo 9 – Modelo de questionário das entrevistas realizadas às instituições de cooperação em Portugal (2006).....	204
Anexo 10 – Modelo de guião das entrevistas realizadas no Consulado Geral e no Sector de Estudantes da Embaixada de Angola em Portugal (2006).....	205
Anexo 11 – Modelo do guião das entrevistas realizadas com Associações de Imigrantes angolanos em Portugal (2006).....	206
Anexo 12 – Modelo de guião das entrevistas realizadas com o INABE, DNES e instituições da UAN (2007).....	207
Anexo 13 – Modelo de Guião da entrevista realizada com a OIM, (2006).....	208

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Top Tem, Net Brain Gain nos países da OCDE em 2000.....	55
Quadro 2 – Número de refugiados angolanos nos países vizinhos, 2002.....	72
Quadro 3 – Taxa de fuga de cérebros de Angola no quadro dos PALOPs, 2000	77
Quadro 4 – Evolução da Universidade Agostinho Neto no período de 1976-2006.....	86
Quadro 5 – Quadros angolanos formados de 1975 à 2005	91
Quadro 6 – Anos de maior formação de quadros no exterior, 1980-2006.....	92
Quadro 7 – As 10 principais nacionalidades estrangeiras com autorização de residência em Portugal, 2005.....	96
Quadro 8 – Estado de legalização dos Angolanos até 2005.....	96
Quadro 9 – Principais regiões de residência de angolanos em Portugal, 1986-2004.....	97
Quadro 10 – Evolução do grau de instrução de angolanos requerentes de autorização de residência em Portugal, 1999-2004	99
Quadro 11 – Bolseiros formados pelo INABE, 1999-2006	107
Quadro 12 – Bolsas concedidas por nível de formação em Portugal, 1999-2006	108
Quadro 13 – Volume de bolseiros angolanos por áreas de cursos, (1999-2006).....	110
Quadro 14 – Especialidades de formação dos inqueridos, 2006.....	113
Quadro 15 – Sectores de trabalho a que estão vinculados os inquiridos, 2006	118
Quadro 16 – Grau de integração e desperdício de quadros angolanos em Portugal, 2006.....	119
Quadro 17 – Estatuto contratual dos quadros inqueridos, 2006.....	120
Quadro 18 – Oportunidades de progressão na carreira dos quadros angolanos em Portugal, 2006.....	120
Quadro 19 – Principais determinantes de retorno dos quadros angolanos em Portugal, 2006	124
Quadro 20 – Percepção dos quadros imigrantes angolanos em Portugal sobre o país, 2006	125
Quadro 21 – Quadros dos PALOP retornados pelo RQAN por sectores de actividades, 1995-1999.....	137

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Correlação entre educação e capital humano	34
Figura 2 – Repartição de estudantes universitários estrangeiros na Europa por continentes de origem, 2001	60
Figura 3 – Evolução do número de angolanos requerentes de asilo nos países da Europa, 1993-2002	74
Figura 4 – Principais dificuldades dos ex-bolseiros angolanos durante a formação	106
Figura 5 – Grau de formação dos quadros inqueridos em Portugal, 2006	112
Figura 6 – Principais razões da vinda dos quadros inquiridos à Portugal, 2006	114
Figura 7 – Principais obstáculos na obtenção de emprego em Portugal, 2006	117
Figura 8 – Tendência de retorno dos quadros imigrantes em Portugal ao país de origem 2006	126
Figura 9 – Evolução do número de retornados pelo programa RQAN no período de 1998-2005	136
Figura 10 – Países de formação dos quadros regressados e inqueridos, 2006	142
Figura 11 – Principais razões de regresso dos quadros ex-bolseiros ao país, 2007	144
Figura 12 – Principais dificuldades de obtenção de emprego dos quadros regressados em Angola, 2007	145
Figura 13 – Relação entre a profissão exercida e a formação adquirida, 2007	146
Figura 14 – Percepção do país pelos quadros regressados à Angola, 2007	147

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de ajuda directa e indirecta de várias pessoas, que identificados com os objectivos, facilitaram na recolha de informações e dados importantes que tornaram possível a elaboração desta dissertação e a quem exprimo a minha profunda gratidão. Sendo difícil enumerá-los, gostaria de deixar expressa uma menção particular:

Ao Prof. Doutor João Peixoto, meu orientador, pelo rigor e pela proverbial disponibilidade, a atenção demonstrada e as valiosas sugestões dadas durante todo trabalho, desde a projecção, pesquisa e elaboração da Tese.

Ao Dr. Dumilde Rangel, Governador da Província de Benguela, pela profundo sentido de estado expresso na concessão de bolsas de estudos aos quadros da Província, no qual me incluo e pela confiança que depositou em mi para realização deste desejo para melhor servir Angola.

Ao Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, a ACIME, a OIM-Portugal, ao Instituto Nacional de Estatística de Portugal e a Direcção Nacional do Ensino Superior do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, à Fundação Cidade de Lisboa e à Fundação Calouste Gulbenkian, pelo encorajamento, apoio concedido e conselhos dados durante as pesquisas.

À Embaixada de Angola em Portugal, ao Instituto Nacional de Bolsa de Estudos de Angola, à Direcção Nacional do Ensino Superior da Secretaria de Estado do Ensino Superior de Angola, ao Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional pela sensibilidade e apoio moral e material que me concederam durante as pesquisas.

Á todos os meus professores do Mestrado no ISEG-UTL, pelas sábias lições de vida e riqueza de conhecimentos que me proporcionaram durante os anos de formação

À minha esposa e aos meus filhos, que são a razão de toda minha força, pela compreensão e ânimo.

INTRODUÇÃO

No presente quadro de globalização económica, em que as fronteiras políticas e económicas -características dos antigos estados-nação- começam a dar lugar a uma visão mais totalizante do mundo, no qual o domínio da tecnologia se assume como o principal elemento de demarcação dos países e de prescrição do destino social e económico dos povos, o domínio do conhecimento por parte dos PVD assume-se como um imperativo, na base do qual se devem orientar todas as políticas e estratégias de desenvolvimento. Nesta perspectiva, o carácter decisivo do conhecimento na indução dos factores de desenvolvimento, quer enquanto garante do aumento da capacidade de inovação dos trabalhadores e da produtividade das empresas, como das capacidades de escolha das pessoas, remete os governos, principalmente dos países em via de desenvolvimento, para a necessidade de estruturação urgente de políticas, visando o aumento qualitativo do capital humano assim como a valorização das pessoas altamente qualificadas.

Porém, as dificuldades estruturais com as quais se debate a grande maioria dos PVD, consubstanciadas na escassez de recursos financeiros, instabilidade política, má governação e pobreza, aliada a própria natureza difusa do desenvolvimento no quadro do sistema-mundo¹, nem sempre têm permitido a realização dos objectivos pensados no domínio do desenvolvimento. Esta situação tem propiciado a fuga dos melhores quadros, principalmente para os países desenvolvidos da Europa e América do Norte, quer por via da emigração voluntária ou forçada, quer simplesmente, pela fixação pós-formação dos ex-estudantes bolseiros nos países de acolhimento

Angola é um destes exemplos. A sua história política e económica – caracterizada, numa primeira fase, por relações de desigualdade e submissão impostas pelo sistema colonial português e, num segundo momento, por conflitos armados – obrigou milhares dos seus quadros a emigrar para os mais variados países do mundo, principalmente para a Europa Ocidental e Brasil. Esta emigração ocorreu pelas vias acima referidas, a

¹ Segundo Franz Heimer (1996:27), “os sistemas-mundo são cada vez mais dominados pelo fundamentalismo liberal (...), e é uma realidade altamente estruturada em que não se encontram apenas oposições entre ricos e pobres, mas todo um complexo sistema de poderes, de dependências e de dominações”.

pretexto quer da falta de segurança no país de origem, quer, também, por desacordo com a matriz política do governo instalado ou com o modelo social de desenvolvimento adoptado na época.

Portugal, enquanto país de destino e de formação, tem acolhido no seu território muitos destes quadros, alguns devidamente integrados na sociedade portuguesa e outros com problemas de integração. Dada a carência em Angola, de infra-estruturas sociais básicas (habitação, assistência médica, educação e transporte) e de políticas claras de atracção e reinserção dos cidadãos retornados, particularmente quadros altamente qualificados, aqueles sentem-se impossibilitados de retornar ao país de origem, o que constitui uma efectiva perda de recursos e de investimentos realizados neste domínio.

Dada a importância da educação e do conhecimento na actualidade, um dos objectivos iniciais do presente estudo foi conhecer todos os progressos da escolarização (nos vários níveis de ensino), em África e em particular em Angola e a sua relação com o desenvolvimento. Contudo, dada a grande ambição deste propósito, o estudo restringiu-se à escolarização de nível superior e aos movimentos migratórios de indivíduos com este nível de formação. A atenção centrou-se na análise dos factores determinantes da emigração, nos seus destinos, assim como nas condições indutoras do regresso aos países de origem. Para tal, o presente estudo toma como principal caso de referência os quadros imigrantes angolanos em Portugal e, mais concretamente, o potencial de retorno dos quadros ex-bolseiros formados neste país.

1.1- Objectivo e hipóteses de estudo

Com este trabalho pretende-se, com base nas principais correntes de pensamento sobre o desenvolvimento, conhecer os pontos de convergência em relação ao papel da formação de quadros altamente qualificados no desenvolvimento de Angola, bem como identificar as políticas estruturantes da gestão e aproveitamento do potencial dos quadros existentes na diáspora, sua dimensão e as condições em que tal ocorre.

De forma concreta, o objectivo deste trabalho é o de analisar, no contexto actual de desenvolvimento económico e político de Angola, as possibilidades de retorno dos quadros nacionais fixados nos vários países do mundo e em particular, os que se

encontram em Portugal. Pretende-se identificar, a partir da análise da realidade económica e social do país de acolhimento e de origem, quais os factores inerentes a criação da atitude favorável ao retorno ao país de origem e também, de fixação no país de permanência.

Por outro lado, o trabalho visa revelar a importância que o regresso à Angola dos quadros altamente qualificados na diáspora representa para o desenvolvimento global e sustentável do país, bem como as possibilidades da sua participação nos esforços de desenvolvimento social e económico do país em caso de escolha pela permanência nos países de acolhimento.

Com este trabalho pretende-se também contribuir para a definição por parte do Estado angolano, de estratégias tendentes a criar um quadro favorável ao estabelecimento de uma relação de identidade efectiva entre os quadros altamente qualificados na diáspora e o país de origem. Será permitida por esta via uma melhor e integrada participação daqueles nos diferentes projectos ou programas de desenvolvimento nacional, e a afirmação de Angola no concerto das nações, à semelhança dos demais países desenvolvidos.

O tema em estudo sustenta-se nas seguintes hipóteses:

- a) Os quadros angolanos imigrados ou em formação em Portugal e, de forma geral, nos países da Europa Ocidental e América do Norte, tendem a não regressar ao país de origem, contribuindo assim para o fenómeno da fuga de cérebros.

- b) Apesar das necessidades de desenvolvimento, Angola não possui mecanismos jurídico – institucionais tendentes à atracção dos quadros nacionais altamente qualificados na diáspora, tão pouco as condições visando a sua participação directa ou indirecta nos programas de desenvolvimento económico e social.

- c) A adopção de políticas adequadas poderá aumentar o volume de retorno dos quadros qualificados ou, pelo menos, potenciar a sua participação à distância no processo de desenvolvimento.

As várias questões teóricas que constroem a problemática desta investigação emergem da formulação de uma pergunta de partida, respeitante à dimensão e característica dos quadros angolanos radicados no estrangeiro, particularmente em Portugal, e às políticas internas existentes em Angola visando atrair e assegurar uma efectiva participação daqueles no desenvolvimento social e económico do país: *porque razão os quadros angolanos formados no exterior tendem a permanecer nos países de acolhimento depois da formação?*

1.2- Metodologia

Para o alcance dos objectivos definidos no trabalho, foi adoptada uma metodologia que combinou vários instrumentos de pesquisa teórica e empírica, nomeadamente recolha e análise bibliográfica e documental; entrevistas aprofundadas a representantes institucionais e a quadros angolanos na diáspora ou regressados a Angola; inquéritos a quadros imigrantes e ex-bolseiros fixados em Portugal e, também, a quadros ex-bolseiros regressados a Angola, incluindo análise estatística dos dados.

Assim, do ponto de vista da recolha e análise bibliográfica e documental, a pesquisa teve origem na consulta realizada, em Portugal, na biblioteca do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG-UTL), na biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), na biblioteca do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), na biblioteca do Instituto Nacional de Estatística (INE), no centro de documentação do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), no centro de documentação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), na Organização Internacional das Migrações em Lisboa, e na OIKOS. Depois, a pesquisa continuou, em Angola, na Biblioteca Nacional de Angola, no centro de documentação da Comissão Nacional da UNESCO em Luanda, no centro de documentação do Arquivo Histórico Nacional de Angola e no centro de documentação do Ministério da Administração Pública e Segurança Social (MAPESS). Este método visou, com base na análise de antecedentes e correntes teóricas em presença, conferir a base teórica necessária para a compreensão do fenómeno em estudo, bem como estabelecer nexos entre os vários factores envolventes. Entre outros documentos, foram consultadas as publicações estatísticas disponíveis de instituições nacionais (portuguesas e angolanas) e internacionais sobre os fluxos migratórios de

quadros altamente qualificados e de estudantes dos PVD, bem como sobre os indicadores que caracterizam o nível de desenvolvimento do país na área da educação e formação do capital humano, sem ignorar as fontes de financiamento de formação interna e externa.

Foram realizadas, também, entrevistas semi-directivas com representantes das principais instituições portuguesas e angolanas envolvidas directamente na política de atribuição de bolsas a estudantes dos PALOP e no registo e controlo de imigrantes. Entre outros, foram entrevistados representantes das seguintes instituições: IPAD, FCG, FCL, OIM-Lisboa, Embaixada de Angola em Portugal, Casa de Angola e Associação de Defesa dos Angolanos em Lisboa, INABE, SEES e FESA. Foram, também, efectuadas entrevistas semi-directivas a alguns quadros cuja função e estatuto social em Angola lhes permite ter uma visão válida e enriquecedora sobre a problemática do retorno dos quadros na diáspora. Do mesmo modo, foram, ainda, realizadas entrevistas não-estruturadas com várias pessoas cuja formação, actividades ou antecedentes apresentam ligação directa ou indirecta com a problemática do registo e controlo de imigração, formação e gestão de quadros e emprego. Todas estas entrevistas tiveram lugar entre os meses de Outubro de 2006 e Março de 2007 (ver lista de entidades entrevistadas – anexo 4 e modelo de perguntas nos anexo 9 à 13)

Na perspectiva de determinar as tendências e avaliar a atitude dos quadros perante o retorno e possibilidades de participação no desenvolvimento do país de origem, foram realizados dois inquéritos. Um deles teve lugar em Portugal, com quadros ex-bolseiros e, também, com quadros imigrantes laborais; e um outro em Angola, com quadros ex-bolseiros regressados ao país. Para tal, o inquérito foi elaborado tendo por base indicações da literatura sobre o assunto, em estudos empíricos, bem como o conhecimento e experiência profissional do investigador.

Tanto o modelo aplicado em Portugal como o de Angola incluem: i) os objectivos, nos quais são especificadas as finalidades do inquérito e as garantias de utilização exclusiva dos dados e da manutenção do segredo estatístico²; ii) a observação, na qual são dadas indicações sobre preenchimento e formas de devolução; e iii) o conteúdo das questões.

² A necessidade do segredo resultava apenas do envio personalizado da ficha de inquérito.

O conteúdo das questões do modelo aplicado em Portugal é repartido em seis secções: a primeira é referente à identificação; a segunda é relativa à formação académica e profissional; a terceira respeita à vinda (forma e razões de emigração) para Portugal; a quarta respeita à integração sócio-profissional em Portugal depois da formação; a quinta é referente à sua ligação com Angola; e a sexta está relacionada com o retorno potencial à Angola. O modelo aplicado em Angola comporta cinco secções de perguntas, diferindo do anterior a partir da secção três: esta terceira secção diz respeito ao regresso a Angola; a quarta incide sobre a integração sócio-profissional depois da formação e regresso a Angola; e a quinta está relacionada com a percepção que se tem do país de origem. O inquérito foi construído com base em perguntas fechadas e semi-abertas (ver modelos de questionário no Anexo 5 e 6).

Para a constituição da amostra relativa à população em estudo, recorreu-se à informação e conhecimento prévio do investigador relativo às pessoas alvo, ou seja, imigrantes angolanos ex-bolseiros em Portugal e quadros regressados a Angola. Assim, através de pessoas conhecidas (ex-bolseiros radicados em Portugal) contactadas pelo autor, foram se localizando outros, o que permitiu estabelecer uma rede de contactos, na qual, as pessoas referenciadas constituíram nós de distribuição e recolha dos modelos. Recorreu-se, igualmente, ao apoio da Embaixada de Angola em Portugal, através do Sector de Apoio aos Estudantes e do Consulado Geral em Lisboa, como outros nó da rede de localização dos quadros e de distribuição e recolha de inquéritos.

Trata-se, pois, de inquéritos que incidiram sobre amostras não representativas. No caso de Portugal, dada a falta de dados estatísticos actualizados sobre o número de quadros ex-bolseiros e imigrantes (população do estudo), procurou-se atingir uma amostra inicial de 300 quadros, partindo do pressuposto de que existem em Portugal mais de 1000 imigrantes angolanos com nível de formação superior (ver anexo1). Com efeito, depois de distribuídas as fichas de inquéritos, foram recolhidas 245, das quais foram seleccionadas apenas 200 fichas, enquanto as restantes 45 foram anuladas por terem sido incompletamente preenchidas.

Razão idêntica (falta de dados consolidados e actualizados sobre os técnicos superiores formados no estrangeiro e regressados a Angola) levou a que o inquérito em Angola recaísse sobre uma amostra dirigida a um total de 230 pessoas, ex-bolseiros no exterior. Estas acabaram por resumir-se a 207 pelo facto dos restantes 23 inquéritos terem sido

anulados por preenchimento incompleto. No entanto, por razões de comparabilidade, preferiu-se trabalhar também com uma amostra de 200 inquéritos válidos.

A aplicação dos instrumentos (inquéritos) foi antecedida de uma aplicação experimental, sobre um igual número (em Portugal e Angola) de 5 pessoas-alvo, cujas sugestões permitiram melhorar o conteúdo do modelo de inquérito. A aplicação definitiva do instrumento foi, por sua vez, também precedida de encontros de auto-apresentação com os pontos (nós) de contacto e distribuição, facilitadores da interacção com os grupos-alvo, onde foram dadas informações acerca do objectivo do estudo. A mesma estratégia foi seguida para as entrevistas às instituições e entidades seleccionadas em Portugal e Angola.

De recordar que a aplicação dos inquéritos em Portugal ocorreu de Setembro a Dezembro de 2006, enquanto que em Angola ocorreu de Janeiro a Março de 2007. A análise estatística foi feita com o auxílio do software específico “Statistical Package for the Social Science” (SPSS).

1.3- Estrutura da dissertação

Este trabalho é constituído por duas partes, que por sua vez se subdividem em dois e três capítulos, respectivamente.

A primeira parte – A educação e o desenvolvimento – é constituída por dois capítulos. Nela se analisa a relação de dependência existente entre o desenvolvimento e a formação do capital humano, focalizando as experiências existentes entre os dois blocos de desenvolvimento – os países desenvolvidos e países em desenvolvimento – na construção de políticas estratégicas face aos desafios da globalização económica.

Assim, no capítulo I – O desenvolvimento e o capital humano –, é feita uma caracterização das várias abordagens sobre o desenvolvimento, estabelecendo-se os pilares de sustentação teórica do estudo. Analisam-se e problematizam-se os conceitos-chave de desenvolvimento, assim como o papel da formação do capital humano para os países em desenvolvimento, focalizando a problemática do envio de quadros para o

exterior por parte dos PVD, com destaque para países Africanos e as consequências daí resultantes em face dos contextos políticos, económicos e sociais específicos.

No capítulo II – O *brain drain* e *brain gain* nos países em desenvolvimento – é analisada a problemática da fuga de cérebros nos países em desenvolvimento, discutindo os factores que influenciam os padrões de emigração dos quadros altamente qualificados, bem como as vantagens e desvantagens para os países emissores e receptores. Neste capítulo, são ainda analisadas as alternativas que se colocam aos PVD face ao fenómeno e sugeridas medidas de políticas que permitam partilhar ganhos entre as partes (países receptores/países emissores), otimizando desta forma a drenagem de cérebros a que alguns países estão sujeitos.

A segunda parte do trabalho – Angola – comporta três capítulos. Nela é feita uma caracterização geral do fenómeno emigratório dos quadros altamente qualificados angolanos. São analisadas as possíveis conexões existentes entre as políticas vigentes de formação e valorização dos quadros nacionais e as atitudes eventuais de retorno e colaboração para o desenvolvimento nacional.

O capítulo 3 – Migrações e formação de quadros em Angola – é dedicado à análise do fenómeno da migração internacional dos angolanos e dos factores que sustentam tal dinâmica. Através de experiências de outros países procura-se demonstrar como as políticas educativas e de formação de quadros, assim como a valorização interna dos quadros nacionais, pode potenciar a fuga de cérebro e quais os efeitos sociais, económicos e políticos para país.

O capítulo 4 – A diáspora qualificada angolana em Portugal – aborda a problemática da diáspora científica e técnica angolana em Portugal. Com base em dados empíricos obtidos através de inquéritos realizados aos quadros imigrantes, procura determinar o tipo de integração profissional dos quadros em Portugal de modo a determinar o grau de adequação da formação à prática, incluindo o caso extremo do “desperdício de cérebros (*brain waste*). O capítulo busca ainda identificar os factores, objectivos e subjectivos, condicionantes de retorno ao país de origem.

No capítulo 5 – O retorno dos quadros altamente qualificados –, com base nas várias correntes de pensamento e experiências internacionais sobre o retorno de quadros e tendo presente o quadro sócio-económico e político do país, analisa-se a integração em Angola dos quadros já regressados e como isso influencia o potencial de retorno ainda existente. Discute-se também as determinantes necessárias para que tal aconteça num quadro de mútuo benefício para as partes envolvidas. São ainda sugeridas medidas estratégicas de aproveitamento de quadros nacionais, visando a criação de condições de retorno gradual dos quadros emigrantes (incluindo ex-bolseiros) e a consequente criação do espaço efectivo de participação no desenvolvimento nacional, através da transferência do capital de conhecimentos acumulados por esta diáspora científica e técnica angolana.

Finalmente, e como resposta aos objectivos estabelecidos e às hipóteses levantadas no trabalho, são apresentadas as principais conclusões. No geral, estas exprimem o valor e a pertinência de Angola reorientar as suas políticas de apoio e valorização dos quadros nacionais com base no mérito. Estas políticas devem encarar a diáspora científica e técnica como um agente activo no longo esforço de transformação de Angola num país social e economicamente bom para viver e, simultaneamente, num espaço de atracção e participação de todos os quadros no seu dever, quer residam dentro ou fora do país.

PARTE I. A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

CAPÍTULO 1. O DESENVOLVIMENTO E O CAPITAL HUMANO

As preocupações com o desenvolvimento, tal como o conhecemos hoje, têm início logo após a Segunda Grande Guerra e de forma mais efectiva na década de 50, quando as acções de emancipação social e económica do chamado terceiro mundo conquistaram a sua legitimidade como matéria de análise entre os cientistas sociais através da formulação das teorias da modernização. Esta atenção continua com o surgimento, em finais dos anos 60 e princípios dos anos 70 – como alternativa à teoria anterior –, das teorias da Dependência e do Sistema – mundo. De recordar que as teorias da Modernização emanaram das ideias evolucionistas de Charles Darwin e Herbert Spencer, tendo sido influenciados em graus variados pelas ideias económicas de Adam Smith e John Maynard Keynes (Bouzon, 1992: 36). Estas teorias identificam o desenvolvimento com o crescimento económico e defendem que o crescimento assenta sobretudo na poupança aplicada no investimento, no progresso tecnológico e no consequente aumento da produtividade do trabalho e do capital.

Esta corrente explica o desenvolvimento de certos países como resultado da acumulação de capital gerador de acréscimos de produtividade e de rendimento, pelo que defende a necessidade da ajuda e do investimento externos, bem como a intervenção do estado, para a aceleração do desenvolvimento e a ruptura com o círculo da pobreza. Na sequência do declínio das teorias da Modernização, surgiram as teorias da Dependência, que se ocuparam essencialmente do estudo do subdesenvolvimento, buscando compreender a incidência dos factores externos nas economias do chamado terceiro mundo. Enfatizavam a dicotomia centro-periferia e advogavam como causa do subdesenvolvimento dos países da periferia – produtores das matérias-primas – o tipo de articulação que mantinham com o centro – produtor de bens manufacturados.

A teoria da Dependência relaciona a acumulação do capital e o enriquecimento de certas regiões com o resultado da transferência de valor à custa de outras regiões. Ela tem a sua génese na América Latina, como resposta à falência do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento desta região, baseado no protecçãoismo e na

industrialização por substituição das importações. Após uma breve expansão, nos anos 50, sucedeu, no início na década seguinte, a estagnação económica acompanhada do desemprego, da inflação, da desvalorização cambial e da deterioração dos termos de troca, situação essa que viria a provocar o colapso de alguns regimes populares e sua substituição por regimes autoritários. Percursos desta teoria, como Raul Prebisch, Gunter Frank, Theotónio dos Santos e outros, consideram que o desenvolvimento dos países ricos e das elites locais constitui a causa do subdesenvolvimento da maioria da população e isto porque o controlo monopolístico exercido pelo capital, finança e tecnologia externos, quer ao nível internacional quer nacional, evita que os países subdesenvolvidos atinjam uma posição vantajosa, resultando por conseguinte na reprodução do atraso, da miséria, e marginalização social.

Enquanto isso, a teoria do Sistema-mundo explica como a expansão da economia-mundo europeia a partir do séc. XVI arrasta a formação de uma rede de trocas de proporções mundiais, na qual se integram progressivamente os outros continentes. Partindo da experiência vivida nos anos 70 do século XX com a emergência de novos países industrializados, sobretudo do sudeste asiático (Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul e Taiwan), o paradigma do Sistema-mundo revela-nos a relação sistémica entre o centro, periferia e semi-periferia e um olhar totalizante do mundo no tempo e no espaço, dominado, a partir do séc. XVI, pela dinâmica da incessante acumulação do capital. Em conjunto com o estruturalismo, esta teoria assume-se como uma variante da teoria da dependência e enfatiza o papel determinante que os interesses das classes económicas teriam no desenvolvimento dos países. Por sua vez, o estruturalismo centra a sua atenção nos factores estruturais que fazem a ligação entre um determinado fenómeno e o meio social em que se inscreve. Como refere Guichaoua e Goussault (1993), citado por Milando (2003: 59) esta subcorrente teórica aproxima-se mais do marxismo, que também enfatizava a análise das estruturas sociais como meio para compreender as variáveis económicas.

A importância do estruturalismo, incide em permitir a compreensão das linhas de força que hoje estão na base da divisão internacional do trabalho e dos factores que a determinam. Por outro lado, revela como o conhecimento de vantagens competitivas (a partir dos recursos disponíveis) por parte dos países, permite a escolha das estratégias que melhor posicionam as empresas e os países no mercado mundial, levando-os a criar

parcerias e redes de cooperação internacional geradoras de sinergias, para assegurar a eficácia da acção por parte dos países subdesenvolvidos.

Neste capítulo, far-se-á a apresentação sintética dos conceitos – chave de desenvolvimento e analisar-se-á a sua relação com a educação. Igualmente será feita uma breve caracterização das políticas de formação de quadros nos PVD, focalizando a problemática do envio de quadros para o exterior por parte dos PALOPs, bem como as consequências dele resultantes em face dos contextos políticos, económicos e sociais específicos.

1. Conceitos e aspectos actuais de desenvolvimento

1.1- Conceitos de desenvolvimento

Desenvolvimento é um conceito ainda não estabilizado e que apresenta uma dimensão multidisciplinar. É, por outro lado, um conceito em permanente desconstrução-reconstrução. Como considera Black (1991) citado por Milando (2003: 60), “a palavra desenvolvimento não tem um significado preciso ou sentido que possa ser genericamente aceite”. Trata-se, com efeito, de um conceito que representa uma grande variedade de teorias específicas, relacionadas com o devir social e fundadas a partir de uma visão essencialmente eurocêntrica das sociedades humanas (cf. Murteira, 1990:250).

Apesar da noção estar contida já nos textos dos primeiros economistas (autores evolucionistas franceses e economistas políticos britânicos dos finais do séc. XVIII e séc. XIX, no contexto da Revolução Industrial e do capitalismo industrial), é principalmente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que o termo começa a ganhar maior importância e começa a ser objecto de tratamento sistemático. Desde então, vários são os conceitos de desenvolvimento que desfilam na literatura económica e sociológica, procurando configurar o seu real significado e dimensão.

Na década de 50 e 60, o desenvolvimento é fundamentalmente identificado com o progresso tecnológico e o crescimento económico, entendido este como processo de aumento contínuo da produção de bens e serviços numa determinada sociedade. Nesta época, o crescimento de PNB, por si só, era encarado como condição necessária e suficiente para a criação de emprego e para a distribuição dos benefícios do crescimento

à população. Diniz (2006: 33) recorda citando Kindelberger, que nesta época advogava-se mesmo “ser impossível pensar em desenvolvimento sem crescimento económico” (Diniz: 2006: 33). Centrado no capital económico, este conceito, que é adoptado no Leste e no Ocidente, tem como fundamento a criação de capacidade produtiva resultante da acumulação, ao mesmo tempo portadora de progresso tecnológico e acréscimos de produtividade. Surge, portanto, num contexto histórico marcado pela consolidação dos EUA como grande potência mundial, pelo alargamento da esfera de influência dos países de economia baseada na planificação central e pela independência das colónias europeias. Os seus defensores defendiam que, “enquanto determinada economia não conseguir produzir mais do que consome através do seu crescimento, torna-se inexequível a canalização de excedentes”³

Apesar deste desenvolvimento contribuir para o melhoramento das condições materiais de vida de algumas pessoas, incrementando os seus talentos, capacidades e habilidades, a realidade dos PVD caracterizada por crescimento mas, também pela pobreza e pelo desemprego, levou a que alguns economistas criticassem esta visão economicista e defendessem um conceito de desenvolvimento mais amplo, assente na promoção de um maior envolvimento e satisfação da esmagadora maioria das pessoas. Um destes críticos, F. Perroux⁴, considerava que era necessário distinguir progresso em certas áreas da vida social do progresso global, ou seja, o progresso na área económica não significava o progresso global. O progresso económico podia implicar retrocesso noutras áreas da sociedade. Por outro lado entendia que se deveria atender ao custo humano do desenvolvimento. Perroux refere-se explicitamente ao desenvolvimento humano, ao qual Galtung *et al.* também alude no seu conceito de *self-reliance*, onde distingue as *having needs* (necessidades básicas) das *becoming needs* (identidade e liberdade individual) (Grassi, 2003: 48-49). Defende, portanto, um desenvolvimento que precisa de controlar os seus próprios recursos (matéria-prima, capital, trabalho e criatividade) com base na solidariedade e na participação.

Uma outra concepção de desenvolvimento, e sem negligenciar os factores materiais, centra-se sobretudo no potencial e nas capacidades do indivíduo e na sua interacção com os seus semelhantes. Nesta perspectiva, o desenvolvimento é visto como a

³ Cf. Diniz, 2006: 34

⁴ Perroux (1965), *L'économie du XX ème Siècle*, PUF, Paris

ampliação da compreensão dos processos sociais, económicos e políticos, a elevação da competência em relação à análise e solução dos problemas da vida quotidiana, a restauração da dignidade humana e a interação com outros grupos sociais, na base do respeito. Surge assim, o conceito de desenvolvimento comunitário, que vem revelar-se como solução para as assimetrias observadas nas regiões e nas comunidades, resultantes da aplicação do conceito de desenvolvimento centrado no crescimento e imposto de cima para baixo. É sublinhada a importância da participação, do aproveitamento dos recursos locais, da parceria com as autoridades locais, do espírito de entreaajuda na satisfação das necessidades básicas e na resposta global à promoção humana (Silva: 1964: 493-510). Neste particular, os trabalhos de David Seers⁵ acabaram por dar um grande impulso na nova dimensão que se procurava conferir ao desenvolvimento, quando afirma ser o desenvolvimento “um conceito normativo, sinónimo de melhores condições de vida”. Para este autor, embora o rendimento reflecta o potencial de um país, as prioridades são a pobreza, o desemprego e as desigualdades sociais (Seers: 1979: 949-968)

Para esta evolução do conceito de desenvolvimento, um importante papel coube à ONU, nomeadamente a sua agência para o desenvolvimento – o PNUD – e, mais recentemente, ao Banco Mundial. Estas instituições deram um grande e significativo impulso à análise e construção teórica dos mecanismos de promoção do desenvolvimento dos países, com destaque para os países subdesenvolvidos, conferindo uma grande relevância à componente social e humana, bem como à sua concretização sob a forma de um indicador de desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH.

O conceito de Desenvolvimento Humano foi definido em 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como:

“ O processo através do qual as oportunidades dos indivíduos são ampliadas, sendo as mais importantes uma vida prolongada e saudável, o acesso à educação e a fruição de um nível de vida decente. Outras oportunidades incluem a liberdade política, a garantia dos direitos humanos e o respeito por si mesmo. Estas oportunidades podem ser infinitas e alterar-se com o tempo.”

⁵ Seers, D. (1977) “The new meaning of development”, *International Development Review*, Vol. XIX, nº 3-7.

Este conceito compreende variadíssimas dimensões, que o tornam mensurável por indicadores plurais, que não apenas o de crescimento económico.

Nesta nova abordagem, o desenvolvimento humano é tido como “objectivo final, enquanto o crescimento económico se assume como o meio de alcançar o desenvolvimento humano” (PNUD, 2004: 127). Como se pode notar esta perspectiva valoriza a construção das capacidades humanas, a satisfação das necessidades básicas humanas, as suas aspirações e as suas necessidades, sem contudo comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. Tem pois, a ver com as liberdades e a capacidade de escolha que são os aspectos actuais do desenvolvimento (PNUD, 2005: 18-19).

1.2- Aspectos actuais e determinantes do desenvolvimento

Apesar das diferentes perspectivas sob as quais se projecta o desenvolvimento ou como refere Berger (1992) citado por Milando (2003) “desde aquelas consideradas reducionistas, que equiparam o desenvolvimento ao crescimento económico até àquelas que se inscrevem numa visão holista, que inclui todos e cada um dos aspectos da vida material e espiritual das sociedades e passando por outras (relativamente poucas) que vêem e tratam o desenvolvimento enquanto processo relacionado com a alteração da estrutura das relações sociais (Milando: 2003: 166) – revela-se quase consensual a ideia da ligação intrínseca do desenvolvimento à “modernização”, sendo esta a sua manifestação exterior. E tal ganha sentido porque, na sua definição, a modernização se consubstancia no tempo e no conhecimento, ou seja, exprime-se no que é actual, quer do ponto de vista material como imaterial. Nesta perspectiva, o indicador mais adequado para determinar o grau de modernização de um determinado país é o estado de avanço da ciência e da tecnologia em que se encontra (Milando, 2003: 71), quer dizer, quanto mais avançado se for no domínio da ciência e da técnica, mais moderno será considerado.

Apesar de algum exagero na formulação desta relação de causa- efeito entre a ciência e técnica e o desenvolvimento, a verdade porém é que, expressões como “países menos desenvolvidos”, “países menos industrializados”, “países em vias de desenvolvimento” são empregues pelo senso-comum, e também pelos vários estudiosos, na razão lógica de

diferenciar o estado de avanço dos países no domínio da ciência e da tecnologia, o que pressupõe a capacidade (ainda que potencial) destes em converter recursos em bem-estar. Com efeito, apesar da tentativa de algumas rupturas actualmente em curso, neste momento, a África, a América Latina e a Ásia (particularmente a zona meridional) ainda continuam a pertencer, na imagética corrente, mas também na realidade, a este universo do subdesenvolvimento, enquanto que os países da Europa e América do Norte – não obstante existirem grandes discrepâncias no seu desenvolvimento - aparecem como sendo países desenvolvidos e referência dos demais.

O Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2004 é demonstrativo deste enquadramento, quando se têm presentes os indicadores de classificação dos países no IDH assentes na garantia do acesso ao conhecimento, a cuidados de saúde e a um padrão de vida decente. (PNUD, 2004: 255). Este índice, complementado pelos índices de pobreza humana (IHP-1 e 2) e pelo índice de desenvolvimento humano ajustado ao género (IDG), agrupa os países em três níveis de desenvolvimento: elevado (com IDH igual a 0,800 ou superior), médio (com IDH que varia de 0,500 a 0,799) e baixo (IDH inferior a 0,500).

Assim, na classificação do IDH referente ao ano de 2005, os países da OCDE de rendimento económico elevado apresentam um nível de IDH Elevado (0,960) e acima dos restantes. Seguem-se os países de IDH médio: os países da Europa Central, do Leste e da CEI (IDH igual 0.800), América Latina e Caraíbas (0.790), Ásia Oriental e Pacífico (0.760), Estados Árabes e Ásia do Sul (com 0.680 e 0.600, respectivamente). Na lista dos Países de IDH baixo estão os países da África Subsariana e outros países menos desenvolvidos, com IDH de 0. 490 (PNUD, 2005: 21).

Fica assim demonstrado que o aspecto actual do desenvolvimento se configura essencialmente na capacidade dos países em dinamizar ou transformar os recursos que detêm a favor da concretização da dimensão de desenvolvimento subjacente no IDH, ou seja, no aumento da liberdade de escolha dos cidadãos, no progresso na ciência e da técnica e na garantia do bem-estar geral. Os próprios ODM são uma declaração vital desta vontade internacional, radicada num compromisso com os direitos humanos básicos. Essa visão sustenta a promessa de um novo modelo de integração global,

construído com base numa maior equidade, justiça social e respeito pelos direitos humanos (PNUD: 2005: 18).

1.3- O papel do estado no desenvolvimento

Se é verdade, como afirma Kindelberger (1976) citado por Diniz (2006: 33) que é “impossível pensar-se em desenvolvimento sem crescimento económico” ou, como sugere o modelo económico de Solow, que a tecnologia é a causa do crescimento económico a longo prazo, não é menos importante o papel que os actores sociais jogam na indução dos processos de desenvolvimento.

As experiências extraídas do roteiro de desenvolvimento dos vários países tornaram clara a influência das dinâmicas sociais próprias das sociedades. E isto é tanto mais evidente no caso das sociedades não ocidentais, que são as que na sua maioria correspondem aos países menos desenvolvidos. A este respeito recorda Achille Mbembe (2000) que “um desenvolvimento só é aceitável se, evocando as preocupações renovadoras da teoria social nos últimos anos do séc. XX, for concebido como afirmação da multiplicidade dos mundos e das formas de vida que dão sentido ao aspecto social.” (Mbembe, 2000: 27).

Tal como foi referido acima, “o desenvolvimento” revela-se um processo dinâmico e integral que compreende variadíssimas dimensões (económica, social, política e natural); porém, a sua universalidade assume-se cada vez mais questionável em função do sistema de valores que governam a acção dos membros de uma sociedade. O hiato entre países ricos e pobres, o aparente insucesso das políticas assentes nos modelos de desenvolvimento fundados no neoliberalismo económico, e o reconhecimento de que o mercado mundial é uma totalidade que não pode ser abordada por intermédio de políticas de desenvolvimento orientadas para o nível nacional e o sucesso económico dos países do sudeste asiático conferiram destaque à necessidade de activismo do estado dos países do Sul na promoção do desenvolvimento.

Nesta perspectiva, ao estado foi reconhecida a responsabilidade da criação de instituições eficazes que assegurem a participação activa e efectiva de todos os cidadãos na elaboração de estratégias de desenvolvimento, bem como a garantia das

oportunidades de auto-realização, através do acesso à saúde, melhoria dos níveis de educação, preservação do meio ambiente e promoção da igualdade de género. Ou seja, compete ao estado regular as relações e interesses em presença, a bem do progresso e do bem-estar de toda a sociedade.

De recordar que, além da aplicação de políticas económicas e sociais fundadas na promoção das exportações, no incentivo à poupança por via da redução das taxas de juro e no aumento da capacidade produtiva em termos internacionalmente competitivos (Bouzas e Ffrench-Davis, 1998: 132), os países do leste asiático deram grande ênfase à educação e à tecnologia para cobrir o deficit de conhecimento que os separava dos países avançados. Do mesmo modo, incentivaram a inovação (levando as novas tecnologias ao mercado), o que permitiu o crescimento endógeno. Esta realidade, aliada à existência de um contexto cultural favorável e de um quadro institucional consubstanciado na forte presença do Estado na economia – como definidor da linha a seguir – constituiu-se num factor-chave, propiciador das condições de crescimento económico e desenvolvimento social mais bem-sucedido destes países nos últimos 50 anos.

Relativamente à América latina, depois do assinalável contributo para o desenvolvimento económico e social entre os anos 30 e 60, o estado revelou-se a principal causa da redução das taxas de crescimento económico e do aumento das dificuldades sociais da população. Em consequência da própria dinâmica de desenvolvimento e do processo de globalização económica, o estado viu-se forçado a endividar-se, o que terminou numa crise de dívida externa. Este quadro ficou ainda mais agravado pelas actividades rentistas (captura de renda) empreendidas pelas elites políticas, que provocaram distorções cíclicas que determinaram não só a reversão do ciclo económico mas, também, do ciclo de intervenção.

O caso do continente africano e, com particular destaque da região Subsariana, constitui a evidência de um quadro de fracasso e desresponsabilização institucional da função social e política do estado enquanto operador do desenvolvimento.

As diversas circunstâncias históricas e políticas sob as quais foram conquistadas as independências das potências colonizadoras europeias criaram as condições para criação

de um estado-instrumento ao serviço das elites, dificultando por conseguinte a implementação de quaisquer ajustamentos na estrutura económica, social e política.

Nesta perspectiva, apesar da existência formal das instituições características do estado moderno, estas funcionam numa lógica de tipo patrimonial, verificando-se uma privatização do espaço público e uma diluição de fronteiras entre o económico e o político. Neste contexto, o estado em África, ao invés de ser uma força pública e criadora de espaço de afirmação da cidadania por via da satisfação das necessidades básicas e da promoção da igualdade, constituiu-se pelo contrário numa força enorme de bloqueio ao desenvolvimento económico e, “em algumas circunstâncias, numa ameaça para todos os membros da sociedade”⁶. Esta situação, aliada aos valores tradicionais e religiosos que geram e sustentam factores de dependência relativamente às elites e resignação perante as adversidades, constitui um obstáculo fundamental ao desenvolvimento, estimulando a emigração forçada da população, principalmente quadros altamente qualificados, para a Europa ocidental, à procura de oportunidades que lhes são negadas nos países de origem.

Por isso, nos PVD, o papel do estado revela-se de extrema importância na gestão dos processos internos de integração na economia global e realização de objectivos simultaneamente económicos e sociais. Este papel consiste, particularmente, em fornecer os bens colectivos clássicos que geram externalidades positivas, como a saúde, a educação e a manutenção da ordem, supervisionar os mercados, corrigir as insuficiências e disfunções, corrigir as externalidades negativas, como a degradação do ambiente, e fornecer protecção social, principalmente para os grupos vulneráveis.

2. A educação e o desenvolvimento

2.1- O papel da educação no desenvolvimento

O reconhecimento do papel da educação no desenvolvimento não é nova. Há 200 anos Adam Smith já referia que “um dos papéis a atribuir ao estado deveria ser a educação que, para além de funcionar como uma externalidade positiva na economia, era igualmente uma forma de promover uma sociedade democrática” (Dinis, 2006: 270).

⁶ Cf. Milando, 2005: 77

Segundo este autor, a teoria do crescimento endógeno renova este reconhecimento, quando considera que o nível educacional da força de trabalho contribui de forma positiva para o progresso tecnológico e para o crescimento sustentado, porque confere a capacidade de criação de conhecimentos e de assimilação da tecnologia desenvolvida no exterior. Esta visão é também partilhada por vários estudiosos como Edward Denison e Robert Lucas, ao defenderem a educação como a principal fonte de crescimento económico (idem, ibidem).

Recorrendo à experiência da evolução da economia dos EUA, Robert Lucas (1988) recorda o facto de, para o período 1929-1982, cerca de um quarto do valor da taxa de crescimento anual médio do PIB nos EUA, 1,48%, ter sido devido ao seu nível de educação (Lucas, 1988: 17). Robert Barros⁷, citado por Dinis (2006), indica no seu estudo que “cada ano adicional de escolaridade média proporcionou, de 1960 a 1990, 0,3 pontos percentuais de crescimento económico mais rápido do PIB *per capita*” (Diniz, 2006: 281). Por outro lado, estudos mais recentes sobre crescimento económico (frequentemente fundados na interpretação empírica da experiência dos EUA, do Japão e dos outros países do leste asiático e da Europa, confirmam também esta relação do binómio educação-crescimento e educação-desenvolvimento. Aliás, o crescimento económico espectacular ocorrido na Ásia Oriental veio conferir à educação e ao capital humano uma grande popularidade no campo do crescimento/desenvolvimento.

Tal é o caso de um estudo desenvolvido em 2002 pela Comissão Europeia, intitulado “*Le capital humain dans une économie mondiale fondée sur la connaissance*” que concluiu que “o capital humano representou 22% do crescimento da produtividade registada no período de 1960-1990 nos casos de países típicos da OCDE” (Fuente e Ciccone, 2002: 4). No mesmo estudo se enfatiza que o investimento nos recursos humanos se assume como um factor essencial para o crescimento económico, particularmente no contexto actual de evolução tecnológica, e revela-se ao mesmo tempo um instrumento chave para o melhoramento da coesão social

Na mesma perspectiva, se insere um estudo recente de Simões (2006) que ao analisar um conjunto de vinte e três países da OCDE ao longo das quatro últimas décadas do

⁷ Um dos primeiros economistas a produzir estudos empíricos sobre o crescimento económico que indicavam uma relação estreita entre os níveis de escolaridade e o processo de crescimento económico

séc. XX, confirma o papel fundamental da educação em termos de assimilação da tecnologia desenvolvida no exterior, bem como a complementaridade da educação, ao nível dos ensinos secundário e superior, com as despesas de I&D. Este estudo sublinha a importância dos investimentos em educação como forma de aumentar o crescimento da produtividade, ao mesmo tempo que enfatiza a necessidade de uma articulação e coordenação das reformas a desenvolver na educação, ciência e tecnologia, bem como a adopção de políticas de formação ajustadas aos desafios reais de desenvolvimento que se colocam aos países, ao invés de financiamentos indiscriminados, como acontece na maior parte dos países menos desenvolvidos. Torna-se assim evidente que através da educação, da aprendizagem e da formação de competências, as pessoas podem tornar-se muito mais produtivas e criativas ao longo do tempo, o que contribui grandemente para o processo de expansão económica

Entretanto, apesar das várias evidências moldarem quase um consenso geral sobre a influência da educação no crescimento/desenvolvimento, este assunto ainda suscita inúmeros debates. Alguns estudiosos afirmam-se mais cautelosos no estabelecimento desta relação directa de causa e efeito e sugerem que a influência da educação no crescimento económico é de difícil explicação, dado o seu carácter transversal sendo que, sem um enquadramento institucional adequado, a educação poderá não influenciar o processo de crescimento/desenvolvimento económico, ou seja, a forma como são afectadas as despesas em educação pode influenciar o processo de crescimento/desenvolvimento económico.

Além dessa análise no quadro da teoria económica, o valor da educação também se inscreve no quadro da correlação estreita que existe entre o investimento no capital humano e o combate à pobreza, por via do que Amartya Sen considera “o benefício das capacidades humanas, ao garantir aos indivíduos, através das capacidades de leitura e comunicação, o acesso à informação e respeito dos outros, uma maior liberdade em escolher a vida que pretendem para si (Sen, 1997: 1959). Nesta óptica, este economista adverte para a necessidade de dar-se ênfase à capacidade humana, conceito que incorpora a expansão das liberdades enquanto resultado e factor da transformação social. E é nesta dupla perspectiva de capital humano que é comumente analisada a relação entre educação e desenvolvimento.

2.2- As teorias económicas do capital humano

No conjunto dos princípios que têm sustentado o pensamento do desenvolvimento económico nestes últimos anos, figura a correlação estreita e transparente que existe entre o investimento no capital humano e a luta contra a pobreza, pela via do aumento da produtividade nas empresas mas, também, das oportunidades de emprego por parte dos trabalhadores (Fuente e Ciccone, 2002: 13-16).

Na verdade, a formação do capital humano nunca foi arredada do terreno do desenvolvimento económico. Na formulação da sua tese na célebre Escola de Chicago, Theodore W. Schultz distanciou-se da acumulação do capital físico para enfatizar a necessidade da formação do capital humano, intenção explícita nos títulos de obras como *Capital Formation by Education* (1960) e *The Economic Value of Education* (1963), Tolentino (2006: 85). Mais tarde, a tese sobre o capital humano de Schultz foi retomada por Arthur Lewis e Hans Singer, que então entendiam que factores como a educação, saúde e fecundidade ao contribuírem para a melhoria do capital humano, convertiam-se eles próprios em pré-requisitos do crescimento económico (idem, ibidem)

Desde então, o saber vem sendo um factor primordial da produtividade dos indivíduos e da diferenciação das nações o que dá razão ao facto do séc. XX ter sido baptizado como “*Era do capital humano*” (Hussan et al. 2000: 1).

Gary Becker (1962) considerado como um dos percursores do estudo das implicações do retorno do investimento no capital humano pelos indivíduos e pelas empresas, estendia o seu conceito de investimento em capital humano não apenas à formação dos trabalhadores a nível do local de trabalho, como também à formação a nível superior (em universidades), à promoção de incentivos aos trabalhadores e à garantia da saúde. Este autor, defendia que o factor capital não era suficiente para explicar as diferenças de rendimento per capita entre indivíduos e países, pelo que, o investimento nas pessoas seria um factor fundamental na explicação destas diferenças (Becker, 1962: 10)

Na verdade, no plano micro-económico, é de todo evidente que o nível de estudos constitui uma das principais determinantes do rendimento e, também, das oportunidades no mercado de trabalho. Estudos recentes realizados em países da União Europeia

sugerem mesmo que um ano de escolarização suplementar pode elevar o salário individual entre 6,5% até 9%, e que os trabalhadores com um nível de escolaridade elevado aumentam a produtividade e são uma fonte directa de inovação e de competitividade a longo prazo⁸.

Do ponto de vista da teoria macro-económica, o modelo de crescimento económico de Solow⁹ e a nova teoria do crescimento endógeno constituem as duas abordagens que mais se dedicaram nesta relação entre o investimento no capital humano e o crescimento económico. Segundo Hers (1998) citado por Gonçalves (2004) “a abordagem neoclássica apresenta geralmente uma relação entre o investimento em capital humano e o crescimento económico de forma menos significativa do que a abordagem da teoria do crescimento endógeno, pelo facto de, nesta última, a formação do capital humano entrar directamente na função de produção como factor de produção, tal como o trabalho e o stock de capital” (Gonçalves, 2004: 25). Num outro contributo, Lee (2001) que estudou a importância do stock de capital humano no progresso tecnológico dos PVD também destaca um atraso tecnológico dos PVD em relação aos países industrializados, que tem vindo a aumentar na última década, e dá particular atenção à relação positiva entre o stock de capital humano do nível secundário e superior e a capacidade de absorção de novas tecnologias nos países em desenvolvimento, (Lee, 2001: 148).

Assim, tendo por base os estudos empíricos levados a cabo por diversos autores, ao capital humano é conferido o papel de indutor do desenvolvimento tecnológico, confirmando por conseguinte o postulado do Banco Mundial, segundo o qual “uma pessoa mais instruída absorve novas informações mais rapidamente e aplica com maior eficácia novos processos com os quais não está familiarizada” (Banco Mundial, 1991: 64).

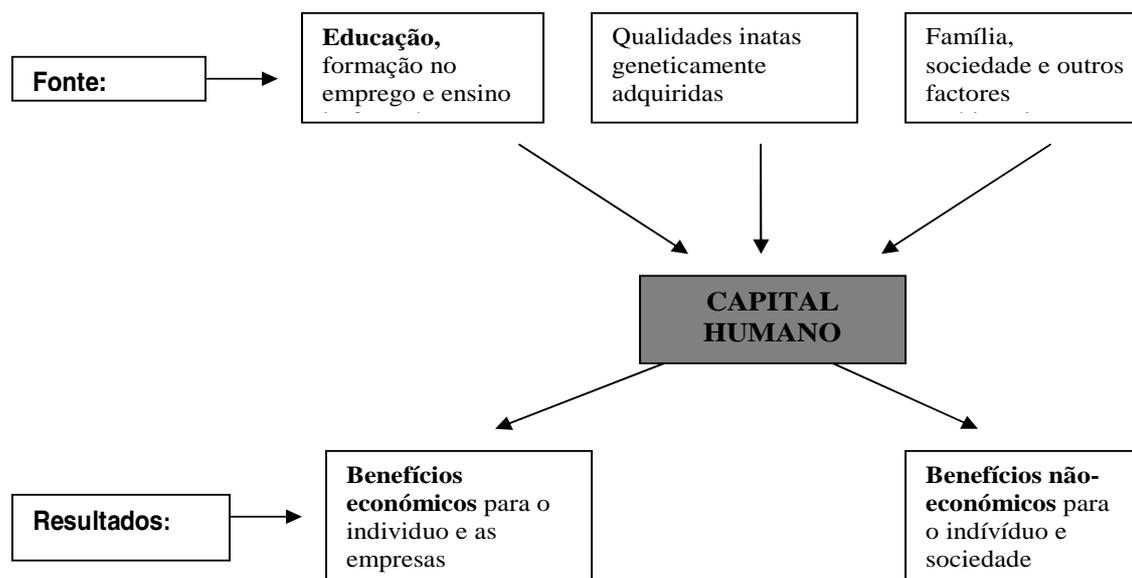
Mas a formação de capital humano cria outras externalidades. No Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1991, o Banco Mundial enfatiza a importância da educação nas mulheres, considerando que “quanto mais instruída e mais informada acerca do valor do cuidado com a saúde (...), tendia a ser menos afectada pela

⁸ Cf. Fuente e Ciccone, 2002:10-12

⁹ O modelo de Solow sugere que a tecnologia é a causa do crescimento económico a longo prazo, e estudos empíricos confirmam que a tecnologia é, sem dúvida, um determinante diferenciador do crescimento do PIB per capita de diferentes países com diferenças no nível tecnológico.

inexistência de programas comunitários de saúde e, quando eles existem, a usá-los com maior frequência” (Banco Mundial, 2005: 35-37). A correlação acima descrita entre os diferentes aspectos do capital humano, ou seja, o investimento na educação e na saúde, “não permite apenas melhorar o bem-estar de toda população mas contribui igualmente, e de maneira indirecta, no reforço das diferentes formas do capital humano que concorrem para o incremento dos rendimentos” (Hussan, 2000: 2) – tal como se pode ilustrar na figura 2.

Figura 1 – Correlação entre educação e capital humano



Fonte: Adaptado da OCDE (2002c: 120) a partir de Simões (2006:4)

Assim, o investimento no capital humano – por via do aumento e melhoramento dos serviços sociais, nomeadamente na educação e na saúde – comporta tantas vantagens directas para o indivíduo e suas famílias, como também vantagens indirectas para a situação sócio-económica geral.

Portanto, e como consideram Todaro e Smith (2000: 379), a relação entre a educação e o desenvolvimento ocorre nos dois sentidos. O sistema educativo reflecte quase sempre a estrutura sócio-económica de uma sociedade mas, ao mesmo tempo, o sistema educativo constitui um dos principais instrumentos de mudança económica e social de um país.

2.3- A abordagem multidisciplinar do capital humano

O capital humano é um conceito amplo, que se reveste de múltiplas facetas e integra os diferentes tipos de investimento nos recursos humanos. Tal como foi referido acima, a saúde e a alimentação constituem certamente um aspecto importante deste investimento, nomeadamente nos países em desenvolvimento, nos quais as insuficiências neste domínio são susceptíveis de limitar gravemente a capacidade da população em se engajar nas actividades produtivas. Entretanto, e não obstante as várias formas possíveis de capital humano, definidas pela OCDE como “o conhecimento, capacidades, competências e atributos incorporados nos indivíduos para facilitar a criação pessoal, bem-estar económico e social” (OCDE, 2002c: 119), a educação formal constitui o centro de avaliação e contribuição do capital humano no crescimento e desenvolvimento económico. A educação proporciona importantes benefícios económicos a nível individual (aumento da produtividade, reflectida na subida dos salários, redução do risco de desemprego), como também benefícios sociais não-económicos (melhoria da saúde das pessoas, expansão do gosto pela leitura, aumento de oportunidades de emprego e outras escolhas pessoais, igualdade social, crescimento da participação na comunidade, redução do crescimento populacional, redução de riscos de infecção de doenças e redução de crimes).

Com efeito, a compreensão do papel da educação no desenvolvimento torna-se mais efectiva quando analisado o impacto da educação na família e, principalmente, na mulher. Em geral, as mulheres que têm uma educação mais elevada têm tendência para ter menos filhos e segundo esta correlação verifica-se o mesmo quando se tem em conta outras variáveis como a sua participação no debate social, formação dos valores dos filhos, etc. (Hussan et al., 2002: 5; Sen, 2003: 229).

No caso dos países em desenvolvimento, a ligação manifesta entre a instrução das mulheres e a fecundidade contém, no mínimo, um factor de causalidade, pois o efeito combinado da educação para a saúde reprodutiva da mulheres e a sobrevivência das crianças retrai consideravelmente as taxas de crescimento da população. Por outro lado, os impactos positivos comprovados da escolarização das mulheres sobre a saúde dos seus filhos, tal como as suas oportunidades de educação e de integração no mercado do trabalho (Todaro e Smith, 2000: 385; Hussan e Moyo, 2000: 5; Fuente e Ciccone,

2002: 12; Sen, 2003: 229), reforçam a importância deste factor de desenvolvimento, representando em si uma melhoria do nível de desenvolvimento humano.

Outros campos de acção para o desenvolvimento nos quais se pode dimensionar a acção da educação nos países em desenvolvimento surgem no domínio rural. Neste sector, a educação assume-se factor importante, senão decisivo, capaz de gerar o equilíbrio entre as oportunidades económicas e sociais do mundo rural em relação ao urbano, contribuindo desta forma para a redução do desemprego rural, acesso equitativo à terra arável e outras oportunidades sociais (acesso à educação, alimentação, habitação) e económicas (distribuição mais igualitária dos rendimentos rurais, acesso ao crédito), pelos diferentes grupos sociais.

A visão multidisciplinar da relação entre a educação e o desenvolvimento pode ser encarada noutras perspectivas, nomeadamente as de cariz mais humanista, corporizadas na visão de Amartya Sen, defensor de uma abordagem mais ampla e plural do desenvolvimento, no qual o desenvolvimento do capital humano é visto como edificador das capacidades humanas de leitura, de comunicação, de participação e de escolhas, visando a auto realização pessoal e colectiva. Mas também, as de cariz mais economicista, reflectida na visão de Schumpeter, Denison e Lewis, na qual a educação é vista unilateralmente como instrumento de criação de mão de obra, enquanto factor base para o domínio e inovação das técnicas de produção moderna, que são os factores para o crescimento e o desenvolvimento económico.

Esta relação, desperta como se pode notar, para a necessidade de alargamento das formas de concretização do papel social da educação, por meios não só formais mas, também, informais o que por sua vez, releva no actual contexto de recursos escassos, a importância de uma cuidada atenção da qualidade da educação básica da população sem no entanto descurar o investimento no alargamento e modernização do ensino superior tecnológico. Aliás, como bem refere Sen (2003) “são com efeito, muitos os modos para poder reforçar o poder de decisão das famílias, na sua capacidade de independência, no seu poder de negociação, no seu conhecimento do mundo exterior e na sua aptidão para influenciar as decisões comuns, mas, demonstra também porque os países que estão na linha da frente do progresso económico e social, são os que possuem as populações mais educadas” (Sen, 2003: 228-229).

CAPÍTULO 2 – O BRAIN DRAIN E BRAIN GAIN NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Data da segunda metade da década de 60¹⁰ do Século XX que a problemática das migrações de pessoas altamente qualificadas ou *brain drain* vem atraindo a atenção de académicos e investigadores de vários quadrantes das ciências sociais, centrando a sua análise sobre as vantagens e desvantagens que traz para o desenvolvimento dos países de destino e de origem. Não sendo, portanto, um assunto tão recente quanto parece (ler mais adiante), a sua abordagem na actualidade revela-se decisiva e mais complexa. Ela insere-se num mundo que emerge cada vez mais aberto à livre circulação de pessoas e bens e a um ritmo tal, que determina a interligação de povos e culturas, implicando por parte dos estados, ao nível dos decisores políticos, uma resposta adequada a este fenómeno, que molda o futuro mais próximo dos países.

Com efeito, num contexto de economias baseadas cada vez mais no conhecimento, a perda dos melhores quadros, além de traduzir a perda do recurso mais valioso para o desenvolvimento – o homem qualificado – por parte dos países emissores, assume-se também como um indicador de distorções internas no campo social, económico e político, expondo estes países no geral, à dependência em relação aos demais. Neste particular, os PVD constituem o exemplo mais acabado de espaços de repulsão de mão-de-obra qualificada, facto que se agrava cada vez mais no contexto actual da ordem económica internacional, isto é, no actual quadro das relações entre o Norte e o Sul e em que “o êxodo de cérebros cresce e é objecto de processos selectivos e competitivos de atracção no destino” (Schiff e Ozden, 2005).

Neste capítulo vamos, com base nos vários aportes da literatura científica disponível e dos dados empíricos sobre o assunto, analisar o quadro teórico da problemática do *brain drain*, suas causas e efeitos nos países de origem e de destino. Vamos igualmente discutir os ganhos e perdas que envolve este fenómeno para os países emissores e receptores, quer seja em termos de recursos humanos qualificados quer também em termos de outros retornos (sociais e financeiros). Iremos ainda avaliar, partindo das várias correntes de pensamento em presença, as alternativas que se colocam aos PVD

¹⁰ Segundo Glaser (1978), citado por Peixoto (1999: 163), datam deste período alguns conceitos “paralelos” ao original: *brain gain*, migração de intelectuais, êxodo de competências, migração de talentos (*migration of talent*), circulação internacional de capital humano, mercado internacional de “cérebros” ou “transferência inversa de tecnologia”.

face ao fenómeno, sugerindo, para tal, medidas de políticas que permitam partilhar ganhos entre as partes otimizando desta forma a drenagem de cérebros a que alguns países estão sujeitos.

1. A migração de quadros dos países em desenvolvimento

O fenómeno de emigração de quadros altamente qualificados, dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos, não pode ser visto fora do quadro mais geral da dinâmica das migrações internacionais que caracterizam o mundo actual e que, como se sabe, resultam de uma combinação de factores e circunstâncias adversas que diferenciam o ambiente económico, social, político e cultural dos diferentes países. Na verdade, a expansão da economia mundial, marcada, por um lado, pela rápida transferência de capitais, bens, serviços, informações e ideias de um país ou continente para outro, com os seus benefícios em termos de melhoria de oportunidades de vida para milhões de homens, mulheres e seus filhos, mas, por outro, pelas grandes disparidades que se verificam nos níveis de vida e segurança das pessoas em diferentes partes do mundo, tem vindo a criar um aumento em magnitude e âmbito das migrações internacionais. Estas, de acordo com a Divisão para a População da ONU, rondam actualmente os quase 200 milhões de pessoas, metade dos quais são mulheres (GCIM, 2005: 1). Não sem razão, Jansen (1969), citado por Peixoto (1998), considerou que “a migração é um problema demográfico: influencia a dimensão da população na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre as diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é verdade nas migrações internacionais, onde as restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido de que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante” (Peixoto, 1988: 40).

O aumento da migração interna e internacional dos indivíduos que dispõem de qualificações formais de nível superior, inscreve-se também nesta lógica da busca

incessante das melhores condições de vida e segurança, e constitui, segundo Musgrove (1963, citado por Peixoto (1999), “um dos aspectos mais importantes da transformação social verificada desde o final do século XIX”. Ajustam-se, assim, ainda que de forma relativa, as hipóteses avançadas por Rose¹¹ e Stouffer, quando admitiam que “as pessoas com maior estatuto social, procurando os melhores empregos ou «oportunidades», devem mover-se, em média, uma maior distância para os encontrar, em relação ao que acontece com as pessoas cujas qualificações ou aspirações conduzem a oportunidades menos desejáveis.” (cf. Peixoto, 1998: 134).

1.1- Algumas ideias sobre a origem e evolução dos conceitos de *Brain Drain* e *Brain Gain*

Na literatura contemporânea o termo *fuga de cérebros* – traduzido do inglês *brain drain* ou, mais literalmente, “*drenagem de cérebros*” – refere-se ao fenómeno pelo qual um país sofre do êxodo da sua elite qualificada, num quadro tal que compromete o potencial desenvolvimento nacional a longo prazo. Por sua vez, o termo oposto de ganho de cérebros – do inglês *brain gain* – é relativamente novo. Foi criado nos anos 90 afim de descrever, de maneira geral, as tentativas, os esforços, os programas e os projectos tendentes a atrair os trabalhadores científicos para um país receptor (Jalowiecki e Gorzelak, 2004: 8). Estes autores enfatizam a diferença entre o *brain drain* e *brain gain*, considerando que “enquanto que o *brain drain* diz respeito, essencialmente, ao fenómeno espontâneo que acompanha as decisões de cientistas acerca do seu lugar de vida e de estudo, sem quaisquer tentativas de influência por parte dos decisores políticos ou da administração do estado, o *brain gain* é associado aos esforços deliberados de diferentes instituições visando influenciar as decisões tomadas pelos cientistas” (id., *ibidem*). Ou seja, neste último fenómeno denotam-se os esforços planificados tendentes a atrair os profissionais da ciência para um país ou uma organização específica, seja ela académica, de pesquisa ou industrial.

A migração de sábios ou a sua atracção pelos centros nevrálgicos de produção intelectual tem sido uma constante na história. Se considerarmos as suas raízes mais antigas, as manifestações que podem ser caracterizadas como fazendo parte do *brain drain* remontam, provavelmente, ao tempo Ptolomaico e à política (iniciada em 300

¹¹ Este autor pretendeu analisar a relação entre a “distância da migração” e o estatuto sócio económico do dos migrantes.

a.C.) de compra na Grécia de um grande número de instrumentos e obras científicas - acompanhadas pelos esforços feitos para atrair os universitários Gregos para Alexandria (Jalowiecki e Gorzelak, 2004: 8). Como refere Dedijer (1968), citado por Peixoto (1999), até ao ano 300 a.C. Atenas e, em particular, as instituições criadas por Platão e Aristóteles, exerceram uma poderosa atracção sobre estudantes, professores, académicos e investigadores (Peixoto, 1999: 158). Segundo Lopes (1972), a Alexandria dos Ptolomeus atraía sábios gregos pelas remunerações e condições de trabalho (entre estas, a existência da famosa biblioteca) que oferecia, que eram bem mais vantajosas do que as que se deparavam ao estudioso ateniense no período da decadência da sua «metrópolis» (Lopes, 1972: 158). Este quadro de drenagem de cérebros gregos não deixou de desencadear um clima massivo de apreensão aos atenienses por volta do ano 150 d.C.¹². De referir que, durante a antiguidade, a Grécia forneceu mão-de-obra altamente qualificada não só ao Egipto mas, também, a Roma. Já no 4º século a.C., uma política massiva de ganho de cérebros *vis-à-vis* os médicos gregos foi empreendida pelas autoridades romanas, empregando vários meios, como seja a oferta de diferentes privilégios e a redução de impostos, em troca da sua fixação em Roma.

O conceito em si de *brain drain* surge em 1962, num relatório da British Royal Society, para descrever o fluxo de migração de cientistas e intelectuais britânicos para os EUA, com destaque para os médicos (Lowell, Finlay e Stewart, 2004:1; Gaillard e Gaillard; 1998: 30; Lopes, 1972:157). No decorrer da década de 60, aquele conceito estende-se a outros países europeus que passam pela mesma experiência.

Se, inicialmente, o conceito fazia referência a um problema europeu, não designando o fenómeno que posteriormente se vulgarizou sob este termo, “a partir de meados da década 60 o conceito tornou-se mais abrangente e passou a referir-se à maior parte dos fluxos de profissionais qualificados, com destaque para aqueles que se dirigiam dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos” (Peixoto, 1998: 163). Antes deste período, os fluxos Sul-Norte não eram inscritos no conceito de fuga de cérebros, pela razão simples de que a maioria destes fluxos eram principalmente constituídos por mão-de-obra não-qualificada – orientada basicamente para o sector da indústria e

¹² Nesta época, o escritor grego Atheneus, a propósito do assunto, fazia recordar que “a Alexandria era o destino e alvo das migrações de um grande número de intelectuais gregos, o que representava uma perda irreparável para os seus países de origem” (cf. Jalowiecki e Gorzelak, 2004: 9).

construção civil. Neste período, “as migrações qualificadas (tanto universitárias, como por razões profissionais) ocorriam, sobretudo, entre países industrializados, a partir de países europeus menos desenvolvidos para outros economicamente mais desenvolvidos, ou em grande parte para os Estados Unidos” (. Korner, cit. por Sabino, 2003: 24).

Nesta altura as migrações de indivíduos qualificados do Sul para o Norte eram menores e realizavam-se, em geral, com o objectivo da aquisição de estudos superiores. Segundo Gaillard (1998: 30), acreditava-se nesta altura que estes estudantes expatriados seriam a solução para a carência de mão-de-obra qualificada de que o terceiro mundo sofria.

Mas o aumento de fluxos de estudantes de Sul para Norte, ocorrido no período de 1960 a 1990 (calcula-se que tenham aumentado de 250 000 para 1178000), aliado ao facto de muitos destes não regressarem aos países de origem depois da conclusão dos estudos, tornaram os fluxos incontrolláveis, levando a estender a noção de êxodo a esta mobilidade Sul-Norte. Ao mesmo tempo estes movimentos passaram a ser vistos como uma perda, para os países mais pobres, dos elementos essenciais ao seu desenvolvimento e crescimento económico.

Desde então, a fuga de cérebros tornou-se uma tendência inerente à globalização, ao surgimento das novas tecnologias e a escassez de mão-de-obra. Isto é, o conceito passou a incluir, além das migrações qualificadas Norte-Norte (que estavam nas premissas do conceito), também as Sul-Norte, as Sul-Sul e, a partir de 1989, também os fluxos migratórios oriundos dos ex-países socialistas, com destaque para a ex-URSS. Esta diversificação tornou-o actualmente um fenómeno sem fronteiras, cujas causas se assumem invariavelmente conhecidas: a busca de melhores condições de trabalho, mais liberdade, mais e melhores rendimentos financeiros, e menos contrariedades (Jalowiecki e Gorzelak, 2004: 9).

A magnitude do problema da fuga de cérebros e a consciência quase consensual da sua influência no desenvolvimento dos PVD¹³, e não só, fez emergir diversas correntes de abordagem em que se confrontam teorias. Algumas teorias (apoiadas pelos PED e organizações internacionais) são mais influenciadas pela corrente neo-marxista, na qual

¹³ A migração de indivíduos com elevadas qualificações reduz a capacidade de crescimento de longo prazo do país, gerando um menor nível e ritmo de crescimento da sua produtividade (cf. OIT, 2004: 21),

estas migrações são vistas numa perspectiva de pilhagem que o Norte exerce sobre o Sul desde o período colonial; outras teorias estão mais identificadas com as correntes neoliberais, que inscrevem as migrações de quadros altamente qualificados na perspectiva do livre jogo de mercado, onde “os mais qualificados se movem para onde podem exercer profissões à altura dos seus conhecimentos e com a remuneração correspondente”(L’Homme, 2001b: 2).

De recordar que, ao contrário da ideia de ser a fuga de cérebros, um movimento unidireccional com sentido Sul-Norte, “estranhamente mesmo entre os países altamente desenvolvidos existem reclamações sobre os efeitos negativos do *brain drain*. No grupo do G8, em países como o Canadá, existe um conjunto rico de literatura indicando a fuga de cérebros do Canadá para os EUA, com empresas e mercados dos EUA a atrair os maiores talentos do Canadá” (Sefa Dei e Asgharzadeh, 2002: 31-36). Se consideramos que o Canadá é um país tradicionalmente de imigração, tal só vem provar o carácter multidireccional do movimento do *brain drain*, na lógica expressa por Lopes (1972) de que a “produtividade dos cérebros depende efectivamente da existência de um «meio intelectual» que os enquadre e estimule” (Lopes, 1972: 159). Noutra perspectiva, este facto vem conferir sentido a outros conceitos afins (*brain exchange*, *brain gain*, *brain circulation* e *brain waste*), que têm vindo a emergir e a enriquecer a dimensão do *brain drain*, buscando o valor que encerra para os países emissores e receptores. O *brain exchange*, literalmente “intercâmbio de cérebros”, tem a ver com um movimento recíproco entre países que, se for unidireccional, resulta em *brain drain* ou *brain gain*. Segundo Salt (1988) o *brain exchange* é mais característico das economias desenvolvidas, e está frequentemente associado às transferências de trabalhadores em empresas multinacionais e transnacionais (Findlay, 2001: 2). O conceito de *brain circulation* foi introduzido recentemente, em 1998, por Johnson e Regets, para designar o movimento dos que vão estudar ou trabalhar no estrangeiro, regressando posteriormente ao país de origem (del Álamo, 2000: 2). Esta migração qualificada de tipo circular tenderá, segundo os mesmos autores, a aumentar no futuro, caso haja uma atenuação das disparidades económicas entre os vários países (idem, ibidem). Por sua vez, o *brain gain* – para além do significado anterior de ganho pelos países receptores – supõe vantagens para o país emissor, no caso de haver regresso dos expatriados ou criação de redes (diásporas, comunidades científicas e técnicas) ligando os emigrantes ao país de origem. No entanto, para que os quadros expatriados regressem e

representem de facto um potencial para o país de origem, é necessário que existam condições que estimulem o retorno ou propiciem a criação e operacionalização das redes. Finalmente, o *brain waste*¹⁴, ou “desperdício de cérebros”, surge como um novo conceito que emerge no quadro do fim da guerra-fria, desmembramento da URSS e aumento das migrações Este-Oeste. Representa a conotação mais negativa do *brain drain*, com saída de pessoas qualificadas que vão desempenhar noutros países trabalhos abaixo das suas competências

1.2- Os aspectos actuais do *Brain Drain*

A mobilidade internacional das pessoas altamente qualificadas diz respeito a homens e mulheres com níveis de estudo e antecedentes profissionais diversos: estudantes universitários, médicos, especialistas de tecnologia de informação, investigadores, dirigentes e quadros superiores de empresas e pessoal transferido no interior das empresas, sendo que “muitos destes migram de forma temporária, enquanto outros migram com a intenção de fixar-se de maneira permanente nos países de acolhimento” (OCDE, 2002: 2).

Nesta perspectiva, a fuga de cérebros pode tomar uma de duas formas: a migração directa ou a fixação seguida à conclusão dos estudos num país dado. As razões são, como é evidente, resultantes das disparidades económicas, sociais e políticas existentes entre os PD e os PED. Os emigrantes são hoje atraídos para os países ocidentais pelos salários mais elevados, por melhores condições de trabalho, mais estabilidade e liberdade política, e também por melhores perspectivas educacionais para os seus filhos. A estes factores juntam-se outros, como as guerras étnicas locais, a instabilidade política e a escalada do fundamentalismo religioso (Jalowiecki e Gorzelak, 2004:10). O seu sucesso económico é determinado, como revela Portes (1996), “pelo grau de instrução, experiência laboral e outros elementos constituintes do capital humano que trazem consigo, depois de descontada a proveniência estrangeira destas competências (...) e a influência dos contextos sociais e políticos de acolhimento e integração, a opinião pública – do país de acolhimento” (Portes, 1996: 24-25).

¹⁴ Este tema será retomado mais adiante.

Assim, segundo a OCDE (2002), estima-se em 900 000 o número de especialistas altamente qualificados que entraram no mercado de trabalho americano entre o período de 1990 a 2000 no quadro do programa de vistos H-1B, quantidade no entanto inferior à média de 750 000 entradas permanentes e 1 900 000 entradas temporárias, na sua maioria a título de reagrupamento familiar ou por razões humanitárias (OCDE, 2002: 2; UNESCO, 2006: 18).

Um estudo de 2002 da Comissão Europeia sublinha que, dos 15600 cidadãos da UE que se doutoraram nos EUA entre 1991 e 2000, 32% ficaram no ensino ou na investigação e 71% manifestaram a intenção de permanecer depois dos estudos de graduação. Importa recordar que, de um número total de 85 000 doutores (estrangeiros) formados nos EUA no período de 1960-1982, cerca de 55 000 permaneceram no país de acolhimento (UNESCO, 2004).

O continente africano é, depois da Ásia, o que mais sofre pela partida dos seus quadros qualificados. Segundo um estudo do Banco Mundial publicado em Outubro de 2005, calcula-se em quase 74 000 os africanos formados que saem anualmente do continente.

No total, entre os anos 1990 e 2000, o número de expatriados africanos diplomados aumentou 113% em trinta países da OCDE, fixando-se em 1,4 milhões. Segundo o mesmo estudo, a taxa de emigração de quadros excede 50% em cinco países: em Cabo Verde (67,5%), na Gâmbia (63,3%), nas Seychelles (55,9%), nas Maurícias (56,2%) e Serra Leoa (52,5%) (EGIDE, 2007, cit. Banco Mundial, 2005). A estes países seguem-se a Nigéria, a África do Sul e o Ghana, que observam níveis cada vez mais altos de êxodo dos seus talentos com destino aos EUA e Reino Unido, em busca de melhores remunerações e estabilidade social. Estatísticas oficiais das migrações apontam, por exemplo, que um total de 16725 quadros altamente qualificados (na maioria engenheiros, médicos, economistas e gestores de empresas) emigrou para os EUA e o Reino Unido entre 1994 e 2001; e, de acordo com o Conselho Geral dos Médicos do Reino Unido, em 2003 haviam registado cerca de 7400 médicos sul-africanos fixados no Reino Unido (Dovlo, cit. Goldstein e Cervantes, 2006: 11-20).

Esta preocupação é também partilhada pela UNESCO (2006), ao considerar que a “fuga de capital humano” em África alcançou cifras surpreendentes. Dados da Comissão

Económica das Nações Unidas para a África e da OIM estimam que, entre 1960 e 1975, cerca de 27 000 africanos altamente qualificados emigraram para os países industrializados. Esta cifra ascendeu a 40 000 durante o período 1975-1984 e, a partir de 1990, um mínimo de 20 000 pessoas qualificadas abandonam África todos os anos, o que tem efeitos adversos sobre a qualidade de serviço das instituições. Alguns autores apontam actualmente para cerca de 250 000 o número de quadros africanos altamente qualificados que trabalham em outros continentes. A esta situação acresce o chamado “*brain drain* interno” que, no conceito de Emeagwali¹⁵, ocorre quando pessoas não são empregadas nos seus campos de experiência e especialização.

1.3- Causas e factores que influenciam os padrões de emigração dos quadros altamente qualificados

1.3.1- Desequilíbrios internacionais

A literatura disponível sobre a problemática do *brain drain* aponta para um leque variado de razões que motivam este movimento. Contudo, independentemente do sentido (Sul-Norte, Sul-Sul, Norte-Sul ou Norte-Norte), as decisões individuais não são produzidas no vácuo mas, sim, tributárias do contexto social, que torna certas ou erradas as escolhas do destino da migração. Segundo Portes (2006), estes deslocamentos reflectem sempre uma história de relações económicas e políticas anteriores entre nações emissoras e receptoras, que podem ser marcadas pela proximidade física ou, o que é mais frequente, por laços coloniais ancestrais ou relações clientelares e de colaboração geopolítica, que propiciam a familiarização de largos sectores da população da sociedade emissora com o idioma, a cultura e as oportunidades da nação mais poderosa¹⁶ (Portes, 2006: 28-31).

Portanto, os fluxos migratórios de indivíduos altamente qualificados, tal como os fluxos migratórios contemporâneos, não seguem uma lógica económica cega mas, pelo contrário, são moldados por laços históricos preexistentes e por um desequilíbrio estrutural entre as sociedades periféricas, sujeitas à influência das nações mais

¹⁵ Philip Emeagwali, cientista nigeriano imigrante nos EUA, em entrevista ao Jornal de África (2006).

¹⁶ Deste modo, os fluxos migratórios actuais em direcção aos EUA provêm principalmente do México, Filipinas, Porto Rico, Coreia do Sul e Vietname, nações profundamente afectadas pela presença económica e ingerência política norte-americana. De forma similar, a migração com destino a França e a Portugal ocorre principalmente a partir das suas antigas colónias em África, sendo, no caso da França, a partir da Argélia, Tunísia, Marrocos e Senegal e, no caso de Portugal, a partir de Angola e Cabo Verde, por exemplo.

poderosas, e as sociedades centrais. Esta influência (sobre os países menos desenvolvidos) assume actualmente formas diversas, como a massificação de padrões de consumo e de estilos de vida dos EUA e da Europa, à qual se associam formas (abertas ou subtis) de recrutamento destes segmentos profissionais.

Numa perspectiva de hierarquização das condicionantes do *brain drain*, Peixoto (1998) centra os motivos nos seguintes factores: i) as relações políticas e económicas no sistema-mundo, em particular os desequilíbrios criados entre países centrais e periféricos: a emigração de profissionais representa, assim, a resposta específica disponível – para aqueles grupos de elevada formação e competências – face a uma situação geral de assimetria nas relações entre nações; ii) a estrutura social dos países de origem: o desequilíbrio existente entre a formação de profissionais (a oferta do sistema educacional, incluindo as expectativas que são criadas nos agentes) e a capacidade da sua absorção (nível de procura interna) explica os diferentes níveis de emissão de licenciados que pode existir em alguns países desenvolvidos; e iii) a “micro-estrutura” das relações e influências individuais: esta inclui o nível de formação, situação actual (profissional e familiar) e rede de relações¹⁷ (Peixoto, 1998: 170).

Assim, o baixo crescimento económico de África e, em particular, da África-Subsariana ao longo das últimas décadas, a pobreza endémica e a instabilidade política que grassa em muitos países deste continente, como são os casos do Sudão e região dos Grandes Lagos, assumem-se como factores permanentes de fomento da emigração dos cientistas e demais quadros altamente qualificados. Um exemplo clássico desta drenagem de cérebros é o da Universidade de Harare, no Zimbabué, que sofreu uma redução de 30% do seu pessoal docente em 1992, enquanto a Universidade de Makerere, no Uganda, sofreu uma redução de 48% (Williams, 1992: 9). No caso da América Latina, os conflitos dos anos setenta e a crise económica que nos anos 80 marcou este subcontinente, levou à deterioração do nível de vida e ao aumento das taxas de pobreza a um nível tal que fez incrementar a emigração dos quadros mais qualificados para os EUA (Silié, 2006:1)

¹⁷ A principal contribuição prática das redes sociais consiste não só no facto de reduzirem os custos envolvidos na migração mas, também, poderem sustentar por si só o processo, mesmo quando os incentivos originais desapareceram ou se encontram largamente enfraquecidos (Portes, 2006: 33).

Em contrapartida, este êxodo obriga os PVD a recorrer frequentemente aos especialistas provenientes dos PD para suprir as suas necessidades, o que implica por vezes custos muito altos.

Segundo Fortney (1970) e Oomen (1989) citados por Peixoto (1998), “no caso dos profissionais oriundos de países menos desenvolvidos, a estes factores ainda se junta o receio do desemprego no país de origem ou, em alternativa, a ideia da impossibilidade de aplicação dos conhecimentos obtidos” (Peixoto, 1998: 170). Ou seja, no caso dos profissionais oriundos dos países desenvolvidos, a insatisfação salarial ou relacionada com as condições de trabalho, aliadas às rígidas cadeias hierárquicas que dificultam a promoção de jovens doutorados (id., *ibidem*), constituem as forças que modelam o contexto imediato das migrações de quadros bem como o seu destino, considerando as desvantagens e vantagens que um ou outro país oferece para a auto realização pessoal e social dos indivíduos com elevadas qualificações.

Neste contexto, existe um quase consenso, demonstrado por muitos especialistas, ao considerar actualmente os EUA como o país que oferece as condições óptimas para a investigação científica, não só em termos financeiros, mas também culturais. O princípio meritocrático de avaliação que caracteriza a cultura americana, e que ultrapassa a força da relação informal, as condições postas à disposição dos investigadores pelos laboratórios ultramodernos, o trabalho em equipa, os projectos de execução, todos estes factores determinam (com raras excepções) a supremacia actual dos EUA sobre a Europa e demais países da América Latina, África e Ásia (Chu, 2004)

Além de melhores salários, outros dos factores que determinam a emigração dos cientistas europeus e de outros continentes para os EUA são a alta qualidade dos equipamentos e o nível elevado dos investimentos em pesquisa (Jalowiecki e Gorzelak, 2004: 11).

1.3.2- Desequilíbrios internos

Embora os factores acima referidos reflectam implicitamente as razões de fundo que motivam os quadros altamente qualificados para migrarem, não se podem negligenciar outros factores de cariz mais individual, bem como aqueles que radicam nas condições

próprias dos países envolvidos. Estes últimos revelam-se na prática como activos propulsores da migração dos grupos sociais de elite, deixando os países de origem desprovidos de agentes essenciais para assegurar o processo produtivo e incitar os grupos sociais pobres a marchar em direcção ao *empowerment* colectivo pois, “a produtividade dos cérebros depende efectivamente da existência de um «meio intelectual» que os enquadre e estimule” (Lopes, 1972: 159).

A propósito da influência dos aspectos individuais, Peixoto (1998), no seu estudo sobre a migração dos quadros altamente qualificados em Portugal, destaca: i) a posição no ciclo de vida e os laços familiares, isto é, a idade (a migração de profissionais é mais frequente em indivíduos com menos de 30 anos) e os vínculos de tipo nuclear; ii) a existência de emprego ou o apoio dado pelo governo durante os estudos (o que diminui a probabilidade de saída); iii) a obrigação legal em voltar (no caso de estudantes bolseiros); iv) as redes de compatriotas (familiares ou colegas) emigrados; v) as atitudes perante o país de origem (confiança, optimismo e patriotismo); e vi) a existência de discriminações de base política, racial, étnica ou religiosa (Peixoto, 1998: 169-171).

Em relação às condições inerentes aos países envolvidos, este autor destaca, para os países de origem: i) os baixos níveis de rendimento; ii) as condições deficientes de exercício profissional; iii) o funcionamento do sistema de ensino; iv) a política de formação sem ter em conta a realidade do país¹⁸; v) o tradicionalismo do sistema profissional (incluindo dificuldades de progressão na carreira) e da vida social; vi) a ineficiência administrativa (incluindo a corrupção); vii) as dificuldades de acesso a empregos públicos; e viii) a falta de confiança dos governos nacionais nos seus próprios recursos humanos (idem).

Um estudo da UNESCO efectuado em 2004, sob o título *La fuite de cerveaux et le marché de travail universitaire et intellectuel en Europe du Sud-Est*, chegou as mesmas conclusões quando afirma que, as motivações que envolvem a fuga de cérebros dos PED para os PD centram-se, também, em problemas sistémicos como os sistemas educacionais deficientes e a gestão inadequada da força de trabalho, os limitados postos de trabalho, que são, na maior parte das vezes, ocupados pelas elites que os guardam a

¹⁸ O desfasamento em termos de oferta de qualificações e a capacidade de absorção da sociedade pela via de oferta de emprego pode levar a um *superavit* de licenciados e motivar a emigração destes.

favor dos familiares e amigos (Jalowiecki e Gorzelak, 2004: 10). A influência das situações acima referidas na atitude nas pessoas altamente qualificadas repousa na tendência comum destes para ficarem frustrados por realidades culturais (como a estagnação, a inércia, a passividade, a superstição, as atitudes anti-inovadoras, a limitação da liberdade política) que, no conjunto, limitam a liberdade de acção e de pensamento, concorrendo para a quebra da estabilidade política, económica e social.

Na mesma perspectiva inscrevem-se Sefa Dei e Asgharzadeh (2003), ao considerarem que “os profissionais africanos altamente qualificados querem oferecer os seus serviços onde quer que eles possam receber um maior retorno (e até lucro) do investimento efectuado na educação, o que ocorre precisamente nos países do Norte, que não só lhes proporcionam salários melhores, mas também melhores condições de vida para eles e suas famílias” (Sefa Dei e Asgharzadeh, 2003: 31-36).

Relativamente a distorção do funcionamento dos sistemas de ensino, Oyowe (1996, citado por Sabino (2003) recorda, para o caso de África, o facto dos programas de ensino geralmente não terem ligação directa com o contexto sócio-cultural e económico desse continente, devido à influência dos modelos dos antigos colonizadores, facto a que se alia a escassez de material científico e de docentes (Sabino, 2003: 36). Um exemplo desta situação é a tendência de uma sobreprodução de licenciados em áreas de ciências sociais que não corresponde às necessidades do continente, ao invés de licenciados em ciências e tecnologias que são as áreas chaves do crescimento e do desenvolvimento. A falta de valorização dos diplomas obtidos no país de destino e o atraso no reconhecimento destes por parte dos países de origem, leva também muitos estudantes do Sul a emigrar, sobretudo porque os estudos em algumas universidades em particular, os concluídos em instituições superiores privadas (sobretudo nas áreas científicas e tecnológicas) são em alguns PVD vistos como “passagens obrigatórias”, ou seja, não garantem a correspondente relação entre o saber e o saber-fazer (L’Homme, 2001b: 4; SOPEMI, 2001: 104).

1.3.3- As novas tecnologias

Além dos factores referidos que têm motivado a mobilidade dos profissionais de topo, “o processo de globalização das últimas décadas e a especialização das economias,

associados ao desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação, potencializaram a emigração de indivíduos com elevadas qualificações” (Figueiredo, 2005: 63). Na verdade, o desenvolvimento rápido do sector de investigação e desenvolvimento (I&D) nos países desenvolvidos, a progressão do uso e o aumento da relevância empresarial das tecnologias de informação, que têm marcado o mundo desde a segunda metade do séc. XX, têm vindo a criar um processo de mutação técnica e económica sem precedentes, particularmente para as economias mais avançadas. Este processo tem vindo a proporcionar, além de ganhos consideráveis de produtividade, também a criação de novas possibilidades de emprego e a conseqüente procura crescente de indivíduos altamente qualificados, com experiências adequadas às necessidades do mercado.

Óscar del Álamo (2000), que centra o seu estudo nos aspectos do *brain drain* no campo das tecnologias de informação na América Latina, defende que entre os vários factores, os fluxos de pessoal qualificado nas tecnologias de informação estão determinados em primeiro lugar – e desde o ponto de vista da oferta – pelo facto de estar a alcançar-se no campo da ciência e tecnologia patamares muito elevados de internacionalização, o que faz com que, a participação na educação e formação internacionais incluindo o intercâmbio entre países, motive os jovens para trabalhar no estrangeiro para dar uma perspectiva mais internacional aos seus conhecimentos. Em segundo lugar - desde o ponto de vista da procura - coloca-se o incremento da procura de pessoal qualificado no campo das novas tecnologias, como consequência das carências locais de certos tipos de conhecimentos científicos, o que abre espaço para a intenção de recrutamento internacional (del Álamo, 2000: 2).

Efectivamente, o recente crescimento e especialização das economias, conjugado com a insuficiência de mão-de-obra qualificada nos diversos países da OCDE, principalmente no sector da tecnologia de informação, levou os “vários governos (...) a implementarem medidas de facilitação de entrada de estrangeiros altamente qualificados” (OCDE, 2002:1).

Nesta perspectiva, a “abertura relativa das fronteiras norte americanas através do sistema de preferência criadas depois de 1965” (Portes, 1996: 70) e que passou a dar prevalência à reunificação familiar e às qualificações dos imigrantes independentemente

da nacionalidade e que foi renovado mais recentemente com várias iniciativas constitui o mais evidente exemplo destas medidas de política movida pelos países desenvolvidos. As mais conhecidas são: i) a Lei de Imigração de 1990 (*Immigration act of 1990*) nos EUA, que além de consagrar por exemplo: o aumento do volume de imigrantes permanentes estabelecendo um regime de quotas flexíveis (aumentou quota anual de entrada de trabalhadores qualificados permanentes de 54.000 para 140.000); e alteração nos vistos para trabalhadores estrangeiros temporários (Usdansky e Espenshade, 2001: 46-47) também introduziu o conhecido Programa H-1B (que substituiu o visto H-1 criado em 1952, para trabalhadores com elevada competência e capacidade) e ao abrigo do qual se permite a entrada de especialistas com base na formação académica; ii) o *Visa Scientifique* na França; iii) o *Green Card* na Alemanha; iv) o *Highly Skilled Migrant Programme* (HSMP)¹⁹ no Reino Unido; v) a nova Lei de Imigração do Canadá (*Immigration and Refugee Protection Act*)²⁰, que entrou em vigor em Junho de 2002; e vi) o Programa de Migração Qualificada da Austrália. Estes são alguns exemplos, que se podem aliar a vários outros dispositivos desenvolvidos (directa ou indirectamente) pelos sectores públicos e privados (empresas, organizações) de países desenvolvidos, orientados para a captação dos melhores quadros, de que os PVD (particularmente os países asiáticos) são os principais fornecedores. Neste particular, as estatísticas internacionais são coincidentes no facto de que os EUA são o principal destino a que acorrem os cérebros de todos os cantos do mundo, seguindo-se o Canadá, a Austrália e o Reino Unido (OCDE, 2001).

A ideia segundo a qual “o talento vai para onde é reconhecido” (Salomon, 1991: 413) aplica-se bem em relação aos EUA. É cada vez mais consensual que a atracção para este país decorre, para além dos factores (sociais, políticos e culturais) já referidos, também dos grandes investimentos que realiza nos domínios da investigação científica,

¹⁹ O *Visa Scientifique*, introduzido pela lei de 1998, facilita o acolhimento em França de cientistas estrangeiros para efectuarem trabalhos de investigação ou de ensino de nível universitário. A estes são atribuídos títulos de estada temporária que contêm a menção “scientificque” e que abrangem também a sua família e a dispensa da obrigação de se obter autorização de trabalho (Godstein e Cervantes, 2006: 11-26; CIES, 1999: 1, cit. Sabino, 2003: 87). O *Green Card*, que entrou em vigor em 2000, diz respeito a especialistas estrangeiros titulares de diplomas universitários na área das TIC provenientes de países de fora da União Europeia, para trabalharem por conta de outrem na Alemanha. Enquanto isso, o HSMP foi criado em Janeiro de 2002 como via de migração para pessoas altamente qualificadas que quisessem trabalhar na Inglaterra por conta própria ou de outrem (Salt e McLaughlan, 2002: 98; cit. Sabino, 2003: 91).

²⁰ Numa das suas três categorias (a categoria economia) são valorizados os candidatos qualificados com “competências flexíveis e transferíveis, necessárias para o desempenho numa economia em rápida mutação e assente no conhecimento (ibidem, 2003: 108).

sobretudo em biologia, física e nas novas tecnologias. A isto juntam-se as várias oportunidades de atrair capitais para sustentar as novas iniciativas comerciais inovadoras, revelando nessa qualidade uma vantagem para a absorção de 60% dos talentos mundiais, que vêm neste país o centro de oportunidades de aplicação dos conhecimentos obtidos, o que nem sempre ocorre nos respectivos países de origem (Jalowiecki e Gorzelak, 2004: 1).

1.3.4- Outras causas

Como se pode deduzir, várias são as razões, aliás interdependentes, que levam as pessoas qualificadas a emigrarem. Para além dos factores já referidos, há autores que salientam o papel dos factores que se inscrevem “no plano da interacção humana, das redes de relações pessoais ou da microestrutura das relações” (Portes, cit. Sabino, 2003: 37) na difusão de novos desejos e aspirações de migrar.

Nesta perspectiva, defende-se que a opção de emigrar pode, depender da existência de uma rede pessoal de conhecimentos (familiares, amigos, etc.) no país de destino – que possam ajudar a lidar numa primeira fase com a nova vida que espera o emigrante- de comunidades já estabelecidas que dão algumas garantias de sucesso e de fontes de informação (familiares, amigos, ex-colegas de trabalho e de escolas, associações religiosas, enclaves étnicos semi-permanentes, jornais, associações profissionais e publicações profissionais) sobre as condições de vida e oportunidades de emprego no estrangeiro. Neste particular, Portes releva a importância dos vínculos históricos e culturais entre os países periféricos e os centrais, quer derivem de processos de colonização ou resultem de influência económica, que concorrem para a criação e consolidação das chamadas microestruturas de migração e são responsáveis pela difusão dos novos desejos e aspirações (Portes, 1996: 3).

No entanto, não se pode negligenciar outros factores como os conflitos políticos, perseguições e discriminações políticas e religiosas, que têm vindo a constituir-se em elementos repulsores de pessoas dos seus países de origem, ainda que em geral, nestas circunstâncias, as migrações se restrinjam geograficamente pelos territórios vizinhos e, no limite, sejam de carácter temporário, como acontece em África e no Médio Oriente.

Contudo, mesmo nestas condições, os quadros altamente qualificados tendem a buscar sempre territórios onde esperam encontrar as melhores condições de trabalho e de formação para os seus familiares. Prova disto é o facto de, no período de 1994 a 2003, cerca de 5 milhões de pessoas terem pedido asilo nos países industrializados e ter-se concedido o estatuto de refugiado a 1,4 milhões, equivalentes a 28% (GCIM, 2005: 82).

Segundo o Relatório de 2005 da Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais em 2004, foram apresentados 676 000 pedidos de asilo em 143 países e foram reinstalados 83 000 refugiados, principalmente nos EUA (53 000), Austrália (1000) e Canadá (10 000).

Mas, se até ao início da década de 90 a fuga de cérebros evocava a ideia de uma emigração permanente sem retorno de pessoas qualificadas, desde o mundo em desenvolvimento para os países desenvolvidos, na actualidade a situação mudou. A multidireccionalidade dos fluxos, a influência que teve a mobilidade de quadros no progresso económico e social de alguns países, e muito particularmente as experiências dos países do Sudeste asiático e do Sul, conferiu o reconhecimento da circulação de cérebros e da mão de obra como uma força positiva que pode contribuir para acelerar o desenvolvimento, tanto dos países emissores como dos países receptores. Ou seja, a migração de quadros, se bem aproveitada, tem incorporado grandes vantagens para os países de origem, assim como para os emissores.

2. Do Brain Drain ao Brain Gain

2.1- A mobilidade mundial dos quadros como catalizador do desenvolvimento

Durante décadas, a percepção da migração e do desenvolvimento circunscrevia-se às repercussões negativas da perda de competências nos países em desenvolvimento, não obstante a fuga de cérebros que afecta muitos países, ser apenas um dos aspectos de uma equação migratória e de desenvolvimento muito mais complexa. Porém, a intensificação das interações e interdependências entre as diversas regiões do mundo, aliada ao avanço das tecnologias e principalmente a difusão das TIC, aumentou a consciência das oportunidades de ganhos que se podem obter desta circulação internacional de quadros. Na sequência disso, são cada vez mais os governos do Norte e

do Sul que procuram identificar o potencial de desenvolvimento implícito no movimento crescente das migrações económicas, com vista a aliviar a pobreza, sustentar o crescimento e promover o bem-estar social.

Ainda que relativamente reduzida, quando comparada com o stock de fluxos migratórios internacionais²¹, a fuga de cérebros constitui um dos mais complexos desafios que se coloca às relações políticas internacionais, dada a sua importância económica e política, subjacente às ligações que cria entre países, sobretudo no quadro actual da globalização e da contínua integração dos mercados em todo o mundo.

Desde a década de 90 que se assiste a um aumento do número de imigrantes “altamente qualificados”²² a entrar nos países desenvolvidos, nomeadamente nos EUA, Canadá, Europa Ocidental e Austrália, ao mesmo tempo que outra corrente circula continuamente entre os países (Lowell *et al.*, 2004: 7). As perdas anuais sofridas pelos países resultantes desta efusão (externa e interna) de cérebros não têm sido calculadas, mas incluíram não apenas os custos de educação como, também, os custos de importação de tecnologia, que são às vezes desenvolvidas no estrangeiro para modernizar as universidades e demais dispositivos de formação existentes no país (Vukadinovic, 2004: 39). Apesar da falta de um sistema consolidado de dados estatísticos sobre a fuga de cérebros, cálculos realizados por vários investigadores apontam que entre 30 a 50% da população dos países em vias de desenvolvimento formada em ciências e tecnologia vive no mundo desenvolvido. O sector da saúde e o das TIC são os que mais sofrem com a efusão de quadros com destino aos países do ocidente e EUA. Por exemplo, calcula-se que 12% dos médicos indianos trabalham no Reino Unido e 30% dos especialistas em TIC trabalham nos EUA; já para as Filipinas calcula-se que 50% dos seus quadros em TIC emigram, enquanto na África do Sul se calculava em 17% o número de médicos nacionais que emigraram até 2000. O quadro 1 dá uma imagem do potencial de vantagens económico-demográficas que a migração de pessoas altamente qualificadas traz para o enriquecimento da população

²¹ Segundo o Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais, calcula-se em 200 milhões o número de migrantes internacionais em 2005, excluindo os que vivem fora do seu país há menos de um ano e incluindo os 9,2 milhões de refugiados (GCIM, 2006: 80).

²² Um migrante “altamente qualificado” pode diferenciar-se de contexto para contexto, dada a diversidade das necessidades de habilitações e recursos disponíveis às economias em diferentes estágios de desenvolvimento (OECD, 2001: 2). Neste texto, refere-se a indivíduos com uma educação universitária ou pós-secundária, que estão no centro do interesse sobre impactos potencialmente adversos no desenvolvimento (Lowell *et al.*, 2004: 7).

economicamente activa nos países da OCDE. Entre os dez países que se destacam na recepção da imigração, os EUA, com quase 10,4 milhões de imigrantes com curso superior, seguidos do Canadá (2 742 090), Austrália (1 539 670) e Reino Unido (1 256 892), aparecem nos lugares cimeiros.

Quadro 1 – *Top Ten, Net Brain Gain* nos países da OCDE em 2000

Países	Pop. Ec. Activa (Nativa)	Prop. Imig. entre residentes (%)	Total Imigrantes	Trab.imig. C/F. Superior
EUA	183 564 000	11,7	24 366 085	10 354 285
Canadá	20 805 000	18,3	4 661 330	2 742 090
Austrália	12 521 000	24,6	4 075 721	1 539 670
R. Unido	40 353 000	8,3	3 639 907	1 256 892
Alemanha	60 269 000	7,3	4 746 000	996 000
França	40 418 000	8,5	3 755 514	614 598
Japão	92 337 000	1,0	951 302	328 870
Suíça	5 200 000	24,7	1 704 948	286 682
Holanda	11 109 000	10,6	1 320 320	253 651
Espanha	28 839 000	4,5	1 370 657	230 159

Fonte: Adaptado de Docquier e Marfoud (2000), cit. Banco Mundial, 2005

Esta tendência, que tem relação com a natureza das economias modernas e a sua necessidade de trabalhadores altamente qualificados, tem vindo a criar nas economias em crescimento um grande impacto negativo, em particular na qualidade dos serviços das instituições e na criação dos pressupostos materiais para o aumento da produtividade económica dos países de emigração.

Todavia, não obstante esta concentração da atenção sobre as consequências negativas, começa a ganhar interesse o reconhecimento do nexos entre emigração e desenvolvimento. Num recente relatório do Comité para o Desenvolvimento da Câmara dos Comuns do Reino Unido (2004) é enfatizada a ideia de que uma boa gestão da imigração internacional poderia produzir uma situação de benefícios para ambos os países (emissores e receptores). Esta proposta, apesar de se fundar em razões económicas, vai também ao encontro das posições defendidas no Plano de Acção

Internacional para a Emigração de Mão-de-obra da OIT (2004 (Lowell, Findlay e Steward, 2004:6).

Na verdade, a literatura sociológica sobre «a externalidade da diáspora» (Gaillard e Gaillard, 1997; Lowel e Findlay, 2001), assim como outros trabalhos recentes (Mountford, 1997; Beine *et al.*, 2001), demonstram que a mobilidade da mão-de-obra qualificada é um potencial benefício para os países de origem.

O efeito positivo e o conseqüente mútuo benefício do *brain drain* para os países emissores e receptores, existe considerando quer as possibilidades de regresso dos migrantes (que se traduz na reentrada no país dos indivíduos mais qualificados, beneficiando de um modo formal ou informal do capital humano adquirido no exterior), quer pela transferência (por intermédio de redes ou canais formais ou informais) de conhecimento, tecnologia, remessas²³ e fundos para investimentos no país de origem (Figueiredo, 2005: 66; Ferro, 2004: 93; Vukadinovic, 2004: 43). Estas diferentes formas de contribuição, se utilizadas eficientemente pelo país emissor, podem proporcionar o aumento da produtividade e o crescimento económico da economia, e a médio ou longo prazo afirmar-se um efectivo contributo ao desenvolvimento.

Neste processo, um importante papel pode ser desenvolvido pelas redes de diásporas e associações de imigrantes, através da mobilização e estabelecimento dos vínculos entre o migrante (sem regresso físico) e o país de origem, bem como através do seu envolvimento em projectos de desenvolvimento nacional, transformando desta forma a história da fuga de cérebros em ganhos políticos, económicos e sociais para os países em desenvolvimento.

Vários autores enfatizam o papel da diáspora, considerando que “a nível político e financeiro pode apoiar o país em momentos de dificuldades, divulgar uma imagem positiva do país no país de acolhimento e constituir-se em movimento de pressão junto de instituições relevantes em matérias importantes para o país de origem” (Figueiredo,

²³ Segundo o relatório da GCIM (2006), as remessas oficiais de imigrantes para os seus países de origem ascenderam a quase 150 mil milhões de dólares americanos em 2004, representando quase o triplo da APD. Cerca de 300 mil milhões de dólares ter-se-ão transferido de forma não oficial (GCIM, 2006: 81)

2005:67). Em termos sociais, as diásporas²⁴, quando organizadas, podem, como refere Portes (2006), constituir o suporte de garantias de integração dos novos migrantes, reduzindo desta forma os custos envolvidos na migração.

Em África, países como o Benin, Burkina Faso, Mauritânia, Cabo Verde, Madagáscar e Mali mencionam as possibilidades de integrar nas suas estratégias de desenvolvimento os recursos disponíveis na diáspora, enquanto que a Etiópia e o Ghana se referem explicitamente à diáspora na sua estratégia de redução da pobreza.

Em relação aos países de acolhimento, as evidências configuram várias *nuanças* no reconhecimento e envolvimento dos migrantes na colaboração entre o país de origem e de acolhimento. Na Europa, o Reino Unido consultou as diásporas da Serra Leoa e da Índia para desenvolver planos de assistência, enquanto a França apoia projectos empresariais de migrantes no Mali, Senegal, Benin, Congo e Serra Leoa.

Mas, para que tal possa ocorrer, é necessário que da parte dos países de origem se criem políticas activas que cultivem os contactos com as respectivas diásporas, envolvendo-as no processo de desenvolvimento, incluindo a criação de condições que possam viabilizar o retorno eventual dos quadros qualificados. A acção dos governos dos PVD assume-se determinante na promoção de programas de colaboração e na articulação de interesses entre instituições do sector académico e empresas privadas, na base dos quais a fuga de cérebros pode transformar-se em ganho para os países emissores, os receptores e os próprios quadros.

No caso concreto de África, a nova parceria económica para o desenvolvimento de África (NEPAD) também incluiu na sua Iniciativa sobre o Desenvolvimento de Recursos Humanos ideias orientadas para inverter a fuga de cérebros e transformá-la em «ganhos de cérebros» (Roque, 2007: 35). Neste capítulo, o objectivo é desenvolver “estratégias e proporcionar incentivos para que as capacidades humanas críticas africanas, existentes no continente ou na diáspora, ponham os seus conhecimentos científicos e tecnológicos ao serviço do desenvolvimento sustentado de África” (Roque, 2007:132). Este dispositivo institucional sugere, entre outras coisas: i) a criação de condições políticas, sociais e económicas conducentes à retenção e à atracção desse

²⁴ As diásporas podem organizar-se em associações de tipo profissional, intelectual e de estudantes mas, também, em associações locais de desenvolvimento (Hamilton, 2003, cit. Figueiredo, 2005, p.67).

investimento importante em capital humano; ii) o fomento e estabelecimento de uma base de dados estatísticos credível sobre a fuga de cérebros, de forma a determinar a magnitude do problema; iii) proporcionar a colaboração entre o capital humano existente nos países de origem e os africanos na diáspora; e, por último, iv) a consolidação das redes científicas e técnicas para direccionar esses conhecimentos para os países africanos. É favorecida desta forma a cooperação entre o capital humano existente em África e a diáspora e, por esta via, garantido que os conhecimentos especializados – nomeadamente em novas tecnologias – dos africanos que estão a trabalhar nos países desenvolvidos possam ser utilizados na definição e execução de projectos previstos pelo NEPAD (idem).

Inscribe-se também nesta preocupação a Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Suas Famílias da ONU, em vigor desde 1 de Julho de 2003, à qual aderiram vários PVD. Apesar de “nenhum Estado ocidental receptor de migrantes a ter ratificado – sob pretexto das suas legislações nacionais protegerem de um modo satisfatório os trabalhadores imigrantes” (UNESCO, 2005:13), aquela convenção constitui uma oportunidade à disposição dos países pobres para maximizar o potencial dos seus emigrantes acolhidos nos países desenvolvidos, abrindo, por outro lado, espaços para a construção de parcerias sólidas a favor do maior envolvimento das diásporas no desenvolvimento dos países de origem.

Pode-se, pois, considerar que, não obstante uma certa ambivalência na abordagem do *brain drain* e *brain gain*, a verdade é que a questão vem ganhando cada vez mais espaço nas discussões políticas e económicas a nível de países e dos organismos internacionais. Tal traduz-se na consciência da relevante importância do fenómeno para o desenvolvimento económico e social e para o equilíbrio das relações entre os países do Norte e do Sul.

2.2- A mobilidade internacional de estudantes de ensino superior

O estudante de mobilidade internacional ou, na terminologia inglesa, o “*Internacional Mobile Student*” (IMS), é definido como aquele estudante que, não sendo cidadão do país onde estuda, tem uma autorização de permanência especial para estudante e preparou-se para o ingresso no ensino superior no país de origem ou num país terceiro (Tolentino, 2006:348).

Apesar das vantagens (institucionais e individuais) associadas ao envio de estudantes, particularmente dos PVD, para realização dos estudos superiores no estrangeiro (em busca de melhores universidades e centros de investigação, sem ter de investir nessas estruturas, dispondo de multiplicidade de escolha de cursos, bibliografia actualizada e laboratórios modernos), estas políticas assumem-se, também, como uma forma privilegiada de emigração da elite intelectual, principalmente dos países menos desenvolvidos para os países desenvolvidos.

Com efeito, as migrações de estudantes constituem uma forma de migração de mão-de-obra qualificada e também uma condição para as migrações ulteriores, principalmente de recursos humanos em ciências e tecnologia (RHST²⁵), quer durante os estudos ou no quadro de um recrutamento, principalmente em período de escassez de mão-de-obra qualificada nos países de acolhimento (SOPEMI, 2001:102)

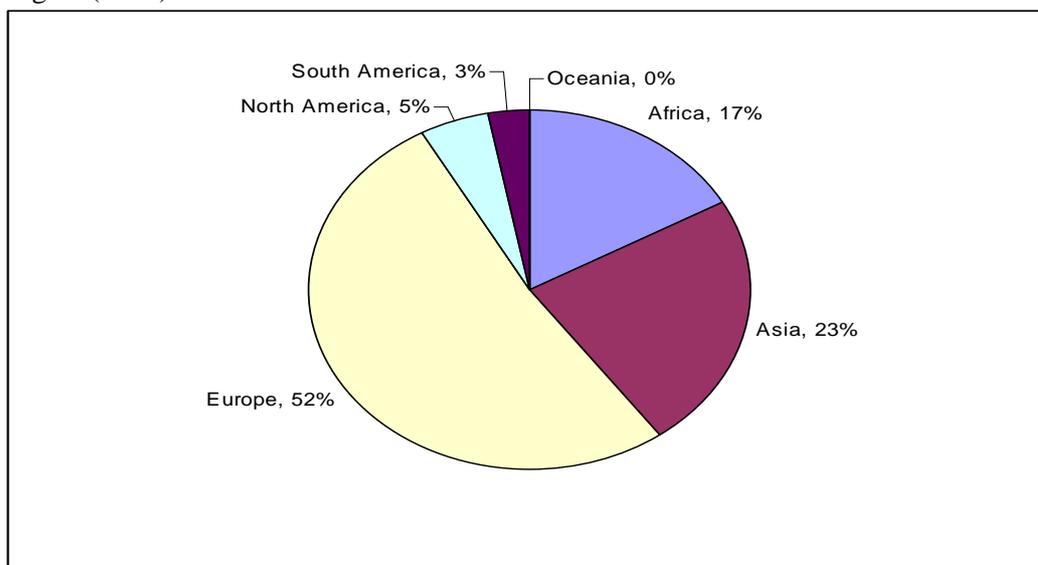
Os estudos da OCDE (2001) e da UNESCO (2006) referem que esta migração de estudantes se apresenta sob duas formas. Em primeiro lugar ocorre quando, no âmbito da validação do programa, os estudantes inscritos em projectos de investigação realizam trabalhos práticos ou de investigação dirigidos no quadro profissional (privado ou académico) em forma de dissertação ou tese. Na medida que estas actividades poderiam ser realizadas por trabalhadores profissionais e conduzem quase sempre a uma produção científica efectiva (publicações), elas constituem uma participação às actividades de Investigação & Desenvolvimento (em particular ao nível CITED-6)²⁶. Esta contribuição é, por exemplo, julgada significativa em países como Austrália, Suíça e Países-Baixos (OCDE/CERI, 1991). A segunda forma desta participação na vida activa ocorre por via dos estágios de fim de curso, que são às vezes solicitados pelos estudantes para validar os seus conhecimentos teóricos, pondo-os à prova no seio de uma empresa para adequá-

²⁵ RHST (Ressources Humaines en Sciences et en Technologie) : A definição de RHST versão francesa, de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia, agrupa segundo a OCDE, uma população vasta de profissionais de topo, que abrange aquele que é detentor de um diploma de formação superior em ciência e tecnologia e/ ou o que sem ter qualificações formais, exerce uma profissão científica e técnica na qual as qualificações em questão são normalmente requeridas (OCDE, 2002: 2)

²⁶ De acordo com a classificação *standard* (ISCED/CITED 1997) elaborada pela UNESCO (1997), os níveis de ensino superior dividem-se nas seguintes categorias: a) 1º nível de ensino superior: carácter geral/teórico-licenciatura e mestrado (CITED-5A); carácter prático/técnico - licenciatura e bacharelato (CITED-5B); b) 2º nível de ensino superior: estudos avançados/investigação – doutoramento e pós-doutoramento (CITED-6) (Gonçalves, 2004: 46).

los ao nível de qualificação. Vários estudos concordam que a obtenção de um diploma do país de acolhimento confere uma vantagem suplementar ao imigrante em termos de rapidez de integração no mercado de trabalho, quer seja pela simples ideia de ser um diploma conhecido, quer, fundamentalmente, pelo domínio da língua, que estão associados em geral à ideia de ausência de dificuldades de transmissibilidade internacional de capital humano (reconhecimento das qualificações, quadro institucional e relações sociais) (SOPEMI, 2001:104). Tal concorre, do ponto de vista individual, para limitar os custos de inserção no mercado de trabalho. Por este facto, a mobilidade internacional que se regista actualmente por via do intenso intercâmbio existente ao nível de instituições universitárias ou de investigação, envolvendo tanto professores como estudantes, além das vantagens positivas que a envolve, constitui uma grande preocupação por parte dos PVD enquanto principais emissores de estudantes, sobretudo em face do seu exponencial incremento. Segundo a UNESCO (2006), a mobilidade internacional de estudantes registou um crescimento de 41% em apenas 5 anos, entre 1999 e 2004, tendo passado de 1,75 para 2,5 milhões (UNESCO: 2006: 6) – incluindo nestes os PALOP como países de origem. Por sua vez, dados da OCDE estimam que os países em desenvolvimento representam cerca de 43% da taxa de vagas em universidades europeias, sendo de destacar os países da Ásia, com 23%, e África, com 17% (ver figura 2).

Figura 2 – Repartição de estudantes universitários estrangeiros na Europa, por continente de origem (2001)



Fonte: OECD (2005) and data from OECD education base.

Nesta perspectiva, conforme advoga a literatura sobre o assunto, se a mobilidade internacional de estudantes constitui uma forma potencial de migração de mão-de-obra cuja importância real depende da distribuição dos estudantes por níveis, campos de estudos, actividade e função exercida em estágios (SOPEMI, 2001: 102), então o contínuo envio de estudantes para estudos no estrangeiro, principalmente para a Europa e América Norte, pode, se não for bem organizado, acompanhado e controlado, agravar cada vez mais as taxas potenciais e efectivas de desperdício de recursos humanos, particularmente nas áreas de ciência e tecnologia dos países de origem. De recordar que, segundo a OCDE (2005), até no ano de 2002, o grupo de países com maior número de estudantes estrangeiros inscritos em cursos de doutoramento era comandado pelos EUA (com 78 884), Reino Unido (com 22 822), Espanha (com quase 9000) e Austrália (com 8000), seguindo-se, em termos de destaque, a Suíça, Canadá, Suécia e Áustria. Deste modo, a distribuição geográfica do movimento de estudantes internacionais revela serem seis os países que concentram a maioria (67%) dos estudantes móveis do mundo, sendo que 23% estudam nos EUA, seguidos pelo Reino Unido (12%), Alemanha (11%), França (10%), Austrália (7%) e Japão (5%) (UNESCO, 2007: 6). Segundo a mesma fonte, os estudantes universitários da África Subsariana são os mais móveis do mundo, sendo que um de cada 16 deles estuda no estrangeiro, o que constitui com estudantes Chineses e Árabes, a força que move a internacionalização da educação superior.

Em relação aos PALOP, os dados da UNESCO revelam que uma grande parte dos estudantes dos cinco países africanos de expressão portuguesa são enviados para formação em Cuba, Rússia, Portugal, África do Sul (no caso de Angola e Moçambique), EUA, França, Namíbia, Reino Unido, Austrália, Itália e Alemanha. Por razões histórico-culturais, Portugal constitui algo como uma placa giratória do esquema de formação dos estudantes internacionais dos PALOP, principalmente a partir da década de 90, em substituição dos países do ex-bloco socialista. De acordo com o relatório de 2006, do Instituto de Estatística da UNESCO (UIS) de um total de 43991 estudantes provenientes dos países da CPLP, foram para Portugal 10277 (66,3%)²⁷

²⁷ Cf. Tolentino, 2006: 349

Além das identificadas vantagens potenciais em recursos humanos qualificados para os países desenvolvidos, a mobilidade de estudantes internacionais também contribui para a dinamização do mercado interno nos países de acolhimento, por via do aumento do consumo durante a sua estadia, nomeadamente nas despesas em alojamento, alimentação, lazer, etc. Estimativas do Instituto Internacional de Educação (2001) apontam, por exemplo, que os EUA obtiveram com o consumo dos estudantes universitários estrangeiros rendimentos calculados em 12,3 mil milhões de dólares no ano de 1999-2000 (SOPEMI, 2001:122), facto que leva a considerar a formação universitária como uma nova indústria. Alguns autores estimam mesmo que o mercado de formação seja a quarta fonte de exportações nos EUA, rendendo uma média de 7 mil milhões de dólares por ano, enquanto que para a França se estima um valor de 135 mil milhões de francos (Égide, 2002: 4).

Pode-se assim concluir que a formação de quadros no exterior, sendo uma via para a qualificação e formação de competências essenciais para dotar os PVD de capital humano necessário para fazer face aos desafios da globalização, é na verdade também, “um caminho de circulação e fuga de talentos, cujos maiores beneficiários são os países desenvolvidos” (Tolentino, 2006: 276). Por esta razão exige-se, da parte destes países, um avisado pragmatismo político e económico, que deve orientar-se para a criação de condições que favoreçam não só a formação qualificativa dos quadros nos respectivos países mas, também, o regresso ou a ligação aos países de origem por parte dos quadros existentes no exterior. Esta acção visa salvaguardar os interesses nacionais e assegurar o desenvolvimento harmonioso e sustentável no actual quadro de globalização económica, bem como o combate à pobreza, que em África, por exemplo, afecta actualmente entre 46,3 a 50% da população.

2.3- O co-desenvolvimento como alternativa à fuga de cérebros

O reconhecimento do papel do capital humano como propulsor das dinâmicas internas e da eficácia das acções planeadas no desenvolvimento releva a importância das migrações e, particularmente da circulação de quadros de topo, quer enquanto vector do intercâmbio e transferência de conhecimentos e de aproximação entre os países de acolhimento e de origem dos migrantes mas, também como factor decisivo para aliciar respostas significativas das comunidades investidoras nas economias dos PVD. Um

exemplo ilustrativo está nos fluxos de IDE²⁸ para os PVD, no qual, apesar da actual tendência de incremento no conjunto dos países em desenvolvimento, segundo vários estudos, África continua a não ser o destino privilegiado devido principalmente ao facto, deste continente estar no geral desprovido de capital humano, em qualidade e quantidade, para engendrar mudanças no funcionamento das instituições e criar produtividade de investimento.

Neste contexto, as identificadas desvantagens do *brain drain* para os países em desenvolvimento, levaram as migrações a ocupar um lugar central no debate sobre a coerência das políticas ao serviço do desenvolvimento, apelando-se cada vez mais à busca de mecanismos que assegurem a sua optimização, quer para os países de origem, quer para os países de acolhimento. A pertinência do problema e a necessidade de articulação dos interesses em presença tem vindo a levar várias instituições nacionais e internacionais, tais como a OMC, a União Europeia, a ONU entre outros, a definir medidas com vista a regular estes fluxos na perspectiva do chamado co-desenvolvimento entre os países. Neste âmbito, um grande destaque vai sem dúvidas para as conclusões do Conselho Europeu de Tampere realizado em Outubro de 1999, onde no capítulo respeitante a “política comum da União Europeia em matéria de asilo e migração” referiu a necessidade desta instituição, fazer uma abordagem global do fenómeno da migração que contemplasse questões políticas, de direitos humanos e de desenvolvimento em países e regiões de origem e de trânsito tendo em vista promover o co-desenvolvimento.

Na mesma perspectiva, as medidas tomadas na Conferência de Doha para o Desenvolvimento, no qual foi preconizado a facilitação do comércio e do movimento de pessoas físicas para fora das fronteiras nacionais ou a criação do seio da ONU de uma Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais com a missão inclusive de examinar os efeitos das políticas migratórias em vigor nos países da OCDE sobre os PED, revelam o interesse mundial para com o problema da migração internacional de quadros (Dahlstein, 2004: 9) e da partilha de benefícios da actividade deste capital, cada vez mais disputado.

²⁸ Segundo o World Report de 2005, os factores de atractividade do IDE são, além dos recursos naturais existentes e do tamanho do mercado, também a qualidade e quantidade de capital humano e o funcionamento das instituições (World Bank, 2005).

Como refere Peixoto (1998), o significado económico associado ao fluxos de *brain drain* consubstancia-se, na prática, na economia de formação que o país receptor realiza em relação às pessoas imigrantes, o que corresponde de alguma forma a um subsídio atribuído pelo país de origem ao de destino (Peixoto, 1998:173). Ora, como se pode depreender, as consequências desta situação para o desenvolvimento económico e social das sociedades de origem são grandes, agravando como se viu nas secções anteriores, os problemas estruturais das respectivas economias.

Na perspectiva do co-desenvolvimento, esta correlação de factores impõe a obrigação acrescida dos países desenvolvidos (enquanto principais receptores de migrantes) de estruturar plataformas de cooperação que sejam vantajosamente orientadas para os países de origem dos imigrantes. Estas deverão ter por base, do ponto de vista moral, o sentido de retribuição e, do ponto de vista económico, a partilha do capital incorporado nos imigrantes, maximizando assim o seu impacto por via do mútuo benefício de interesses, isto é, o país receptor, o de origem e o próprio quadro migrante. A ideia, é instaurar-se nos dois lados (países de acolhimento e de origem) políticas e programas adequados para a promoção de investimentos e de parte das poupanças realizadas pelos migrantes, em empresas que fomentarão o crescimento económico e o desenvolvimento dos países e comunidades de origem.

A experiência subjacente na iniciativa da Associação Europeia das Universidades (AEU), na Conferência dos Presidentes de Universidades (CPU) e Conferência das *Grandes Écoles* (CGE) em França, relativa à realização de doutoramentos co-tutorados e desenvolvimento de mestrados conjuntos com universidades de países Africanos (Senegal, Marrocos, Burkina Faso, Argélia, etc) ou a criação, pelo Banco Mundial, de quatro Institutos Africanos de Ciências e Tecnologias (IAST), o primeiro dos quais implantado na Nigéria (Tsobnang, cit. Égide, 2007:3); ou mesmo os protocolos de assistência técnica existentes entre universidades portuguesas e universidades dos PALOP, visando apoiar-se numa perspectiva de complementaridade e desenvolver correntes de intercâmbio com mútuos benefícios, constituem exemplos de um co-desenvolvimento que se preconiza, na actualidade, entre os países do Norte e do Sul, e que deve ser diversificado e reforçado. Da mesma forma, as remessas transferidas para países em desenvolvimento, que, em 2005, ascenderam a 160 mil milhões de dólares

americanos são, nesta lógica, um grande impulsor de desenvolvimento mas, também, de análise no espírito da mútua cooperação para o desenvolvimento

Num momento em que o regresso é visto, para a generalidade dos migrantes, como o objectivo último do processo de migração (cf. OIT, cit. Figueiredo, 2005: 68), o estabelecimento ou alargamento de mecanismos institucionais de colaboração entre os PD e PVD, através do estabelecimento de relações com empresas, sector privado, universidades e ONG, constitui, segundo vários autores, uma base para dirimir os conflitos teórico-conceptuais que caracterizam actualmente o fenómeno e promover o contributo das diásporas qualificadas, optimizando os benefícios já identificados a favor dos países envolvidos, com destaque para os países menos desenvolvidos. Pretende-se pois, criar sistemas que ajudem os migrantes a desenvolver o seu próprio potencial, capacitando-os nos países de origem para que possam responder às oportunidades de trabalho no mundo industrializado e, vis-a-vis, enviar para as sociedades de origem competências, conhecimentos e recursos tão necessários para garantir a descolagem económica.

PARTE II – ANGOLA

CAPÍTULO 3. MIGRAÇÕES E FORMAÇÃO DE QUADROS EM ANGOLA

A dinâmica das migrações internacionais que caracteriza actualmente todo o mundo, e os efeitos sociais e económicos delas decorrentes para os PVD, tendem a criar, em contextos como os de África, um quadro cada vez mais difícil, comprometendo *a priori* quaisquer estratégias tendentes a partilhar eventuais benefícios desta mobilidade, principalmente no que se refere à migração dos trabalhadores altamente qualificados sobretudo porque, com afirma Docquier (2007:1) “eles não dispõem suficientemente de pessoas formadas para compensar o *deficit* criado por aqueles que partem”.

Na verdade, apesar das múltiplas e aparentes vantagens que a fuga de cérebros traz para os países emissores e que se consubstanciam no envio de remessas, na transferência de saberes e até na cultura de tolerância por via da interdependência acrescida entre os países, existem diversos factores que impedem a generalização desses benefícios. Os elevados níveis de pobreza que caracterizam os países africanos, a má governação, as elevadas taxas de desemprego, a ausência, no geral, de políticas combinadas de articulação e envolvimento das diásporas (particularmente dos quadros altamente qualificados) nos programas de desenvolvimento nos países de origem – constituem factores que enunciam um contínuo aumento de perda de quadros e o consequente empobrecimento do *stock* de capital humano. Essa situação é agravada quando a esses factores se aliam “políticas de imigração como as do Canadá, Austrália, Nova Zelândia (e também EUA, Reino Unido, Alemanha e França), fundadas na selecção qualitativa dos migrantes”²⁹.

Angola enquanto país geograficamente inserida no contexto dos chamados “estados frágeis”³⁰, convive com este fenómeno, o qual interessa analisar do ponto de vista da

²⁹ Ler Sara Dohlsten (2004: 11) e Cervantes e Goldstein (2006: 11-26).

³⁰ Na literatura do Banco Mundial são designados como países “frágeis”, “parcerias difíceis”, “*poor performers*” ou LICUS – *Low-Income Countries Under Stress*, os Estados normalmente caracterizados por uma combinação de factores que incluem: fracas estruturas de governação, fracas políticas e instituições, escassez de recursos humanos qualificados, indicadores sócio-económicos muito fracos, e geralmente instabilidade política. Na terminologia do Banco Mundial, os Estados Frágeis ou LICUS têm em regra uma classificação baixa (< 3.00) em termos de avaliação de desempenho de políticas e instituições (CPIA-*Country Policy and Institutional Performance Assessment*), o principal indicador que

sua forma e caracterização, bem como da sua incidência na estruturação social e económica do país. De salientar que, de acordo com um dos relatórios recentes do Banco Mundial, intitulado *Global Monitoring Report 2007: Confronting the Challenges of Gender Equality and Fragile States*, uma lista de 35 países, incluindo Angola, foram identificados como sendo frágeis (LICUS) em 2005³¹, engrossando assim a numerosa lista dos cerca de 64 outros, classificados de LICUS desde 1980.

O presente capítulo, que inicia a segunda parte da dissertação, tem por objectivo fazer uma caracterização geral do fenómeno migratório em Angola, centrando a atenção nos antecedentes e factores causais da emigração internacional de angolanos – com destaque para os trabalhadores altamente qualificados –, os seus principais destinos, bem como a forma como eles se integram nos sociedades de acolhimento, partindo da realidade concreta de Portugal. Pretende-se ainda fazer uma análise das políticas de formação de quadros nacionais, para identificar a eventual conexão existente entre a tendência dos fluxos de migração de quadros e o envio de estudantes bolseiros para o exterior, assim como a sua atitude posterior em relação ao retorno.

1. A migração internacional dos angolanos – contexto, forma e destino

1.1- Contexto social e económico

Com mais de três décadas de existência como país independente (desde 11 de Novembro de 1975) Angola, tal como qualquer país africano, apresenta-se como um conjunto complexo de contrastes sociais e económicos, que combina simultaneamente padrões de vida e consumo típicos de países desenvolvidos e, por outro lado, níveis de degradação da estrutura física e social que a colocam na lista de países mais pobres do mundo, ou seja, dos “estados frágeis”.

está na base do sistema de afectação de recursos de muitos doadores, em particular os doadores multilaterais.

³¹ Afeganistão, Angola, Burundi, Canbódja, Chad, Comores, Costa do Marfim, Djibuti, Eritreia, Gambia, Guiné, Guiné Bissau, Haiti, Ilhas Salomão, Kosovo, Laos, Libéria, Mauritânia, Maynamar, Nigéria, Papua Nova Guiné, República Centro Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Somália, Sudão, Timor Leste, Togo, Tonga, Uzbequistão, Vanuatu, West Bank and Gaza, Zimbabwe.

Detentor de uma grande quantidade e diversidade de recursos naturais, Angola, para além de ser o segundo produtor de petróleo na África Subsariana e o quarto produtor mundial de diamantes (Pureza *et al.*, 2005:189), possui outros minerais como o ouro, cobre, urânio, gás natural e magnésio. Dispõe ainda de condições climatéricas e solo favoráveis à produção agrícola e criação de gado, além de águas ricas em peixe e um enorme potencial hidroeléctrico, que a tornam num dos países potencialmente mais ricos de África.

Os rendimentos do comércio legítimo dos diamantes somam 7% das receitas estatais, e os demais produtos combinados apenas 1% do total das exportações. No entanto, a imensa dependência do petróleo (que nos anos 90 representou cerca de 90% das exportações oficiais e 80% das receitas governamentais) tem consequências internas profundas, como seja a falta de investimento e o abandono de outros sectores. Como refere Rocha (1997: 38), “os sucessivos atrasos na implementação duma verdadeira estratégia de crescimento de médio prazo para Angola (...) têm feito o país perder oportunidades (...) de aproveitamento e valorização internas dos seus recursos naturais renováveis”. Neste quadro, o extraordinário potencial agrícola nacional que está por explorar, as minas herdadas da guerra e o peso que é dado ao petróleo na economia do país, fazem com que a maioria das suas importações se baseie em produtos alimentares, ao invés de tecnologia para alavancar a economia nos mais diversos sectores.

Angola é um país com uma população estimada em 15,5 milhões de habitantes (46,6% com menos de 15 anos), dos quais 52,7% vive nas cidades (PNUD, 2006: 300). As estatísticas apontam para uma taxa média de crescimento demográfico de 2,8% e uma esperança de vida de 39,9 anos para os homens e 42,8 anos para as mulheres, enquanto a taxa de mortalidade infantil e materna se estima em 134 mortes/1000 e 1700 mortes/100000, respectivamente (FNUAP, 2005: 111). Estes indicadores, aliados à baixa taxa de escolarização bruta combinada (ensino primário, secundário e universitário), que ronda os 26%, classifica o país em 161º no Índice de Desenvolvimento Humano, com um valor de 0,439.

Dados do Ministério da Administração Pública e Emprego (MAPESS) de Angola referem a existência de índices de desemprego e subemprego muito altos, sobretudo nas áreas urbanas, estimando-se em 45% da população economicamente activa, em

resultado quer do rápido crescimento populacional e da maciça migração rural – urbana provocada pela guerra, quer, principalmente, i) da fraca capacidade de criação de emprego, ii) da forte presença de trabalho precário no sector formal e iii) do alto índice de informalidade da economia. De salientar que, entre os desempregados, podemos encontrar muitos jovens, muitos dos quais desmobilizados das Forças Armadas e outros saídos do sistema de ensino e formação profissional, além de deslocados e refugiados.

Apesar da retoma da situação económica (taxa de crescimento económico em termos reais de 11,2%, em 2004), a que se tem vindo a assistir desde o ano de 2003 em razão da paz, do relançamento da actividade produtiva nacional e, particularmente, do aumento considerável da produção e exportação do petróleo e consequente redução da dívida externa, o país continua com níveis de pobreza elevados. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas de Angola, a percentagem da população abaixo da linha de pobreza extrema aumentou de 11,3% em 1995 para 24,7% em 2000/2001, enquanto que o PNUD calcula em 41,5% o valor do índice de pobreza humana (PNUD, 2005: 229).

Como se pode observar, e não obstante o grande potencial de recursos naturais que possui este país, o estado alternado de guerra e paz que viveu desde a década de 60 constituiu-se como o principal factor expulsor da população para o exterior do país, sob a forma de emigrantes, exilados e refugiados.

1.2- Alguns antecedentes sobre a emigração de angolanos

O fenómeno da emigração em Angola está portanto, fortemente associado à história política do país, que foi marcada por períodos longos de conflitos armados, numa primeira fase para a sua emancipação política do sistema colonial português, ocorrida de 1961 a 1975, seguido de outro, com agressões directas por parte da África do Sul e Zaire (de 1975 à 1991) e numa segunda fase (de 1992 à 2002) pelo conflito interno, associada a uma forte intolerância política orquestrada pelos contendores internos a partir da 2ª fase de guerra mas, também ele fortemente influenciado por interesses internacionais³².

³² O conflito angolano tem origem no quadro da guerra fria, durante a qual as duas super potências procuravam a hegemonia na África Austral, tendo os contendores internos servido apenas de instrumentos de execução de objectivos geoestratégicos, inscritos no programa vasto de desestabilização da região.

Ainda que, desde o ponto de vista sociopolítico, esta periodização se revele demasiado rígida e restritiva face às várias interpretações que sugere cada etapa descrita – o que não é objectivo deste trabalho –, a verdade é que cada uma destas etapas marcou de forma decisiva a dinâmica migratória da população angolana, a nível interno como externo, em busca de segurança e de realização social. Em nossa opinião, a história da emigração em Angola pode ser vista em três fases sucessivas, que vão desde a década de 60 até hoje.

A primeira fase ocorre no período de 1960 a 1974 e caracteriza-se por fluxos estruturados de grupos – geralmente famílias –, maioritariamente localizados nas linhas fronteiriças do Norte e Leste, em direcção à República do Congo-Brazaville, R.D.Congo (ex-Zaire), República da Zâmbia, Namíbia e Botswana. Nestes fluxos combinam-se as componentes laborais e de refugiados, em resultado da repressão a que as populações angolanas estavam sujeitas por parte do regime colonial português. Na verdade, a situação para as populações angolanas era tão difícil que Chicolte (1970), citado por Andrade e Ollivier (1974), ao caracterizar o quadro social vigente, referiu, «*Les africains ont été victimes d'une extermination massive par les portugais en Angola: des dizaines de milliers ont été tués*» (cf. Andrade e Ollivier, 1974: 98 e Carvalho, 1979:11). Esta visão é também partilhada por Jorge Oliveira (2007) quando, na sua mais recente obra, intitulada “Memórias de África, 1961-2004”, evoca Alberto Diogo (1962) no seu livro “Discriminação Social”, no qual enfatiza o facto de que “era raro encontrar angolanos em lugares de governação, chefia de serviços ou nas categorias mais elevadas do funcionalismo, sendo que muitos desses lugares eram ocupados por metropolitanos, cabo verdianos ou goeses (de Goa), pelo que (...) os quadros de maior qualidade eram absorvidos pelo sector privado” (Oliveira, 2007:38-39).

O movimento da emigração para os três primeiros países vizinhos explica-se pelo facto de, nesta altura, serem territórios já independentes³³, o que os tornava numa base de refúgio para as populações de Angola mas, também, de novas oportunidades de emprego, desenvolvimento social, garantias de bem-estar e até mesmo liberdade. No

³³ O Congo-Brazaville proclamou a sua independência da França em 15 de Agosto de 1960; a R.D Congo (ex-Zaire) em 30 de Junho de 1960, da Bélgica; enquanto a Zâmbia e o Botswana proclamaram as suas independências, da Inglaterra, em 24 de Outubro de 1964 e em 30 de Setembro de 1966, respectivamente.

caso da Namíbia, e não obstante a sua ocupação na altura pela África do Sul, o território era visto sobretudo como a ponte para se alcançar o Botswana. Alguns ex-emigrantes naquele país entrevistados pelo autor, consideravam mesmo as condições de vida melhores do que as então impostas pelo regime colonial em Angola, ao que também se associava os laços culturais e de consanguinidade que uniam muitos dos povos nos dois lados da fronteira.

Durante este período, “os efectivos de refugiados recenseados como tal pelas Nações Unidas estavam, no fim de Junho de 1971, estabelecidos em 413 810 (sem dúvida mais de 415 000, a contar com os refugiados no Congo Brazaville, sendo 400 000 no Zaire, 3800 no Botswana, 10 000 na Zâmbia e 10 no Kénia)” (Pelissier, 1974: 48).

A segunda fase tem lugar a partir de 1975 e prolonga-se até 1991, nela se cruzando factores associados ao processo de descolonização com o problema do desenvolvimento da guerra civil e de agressão a partir dos países vizinhos. Esta fase corresponde à etapa de emigração da população angolana que teve maior impacto na vida económica e social do país, por tê-lo esvaziado quase na totalidade dos seus melhores quadros, incluindo os de origem portuguesa, que até então asseguravam a gestão da vida política, económica e produtiva do país. De referir, a título de exemplo, que “de um total de 310000 pessoas que regressaram a Portugal em 1975 (excluindo os que foram para a África do Sul, Namíbia, Brasil, etc.), cerca de 121 000 eram naturais de Angola, na sua maioria jovens com alto nível de formação académica e profissional” (Freire, 1996: 33).

Além da vertente qualitativa que encerra a dinâmica migratória deste período, nele se destaca ainda o carácter maciço e organizado destas deslocações (predominantemente de pessoas em idade activa), no qual o interesse (ainda que incerto) pela busca de oportunidades alternativas de vida e trabalho se combinou, de forma prioritária, com a fuga ao clima de violência provocada pela guerra civil e o eventual envolvimento por via do cumprimento do serviço militar.

A nível nacional não existem dados exactos nem harmonizados, para efeitos estatísticos, referentes ao número total de pessoas que neste período abandonaram Angola, o que dificulta o apuramento de números globais e a respectiva comparabilidade. Além do mais, são normalmente, os países de destino que, por razões de política económica e de

segurança social, particularmente ligadas ao emprego e providência social, buscam estabelecer mecanismos administrativos de registo e controlo da população imigrante. Contudo, segundo dados do Ministério da Assistência e Reinserção Social de Angola (2006), estima-se que, até ao ano de 2002, cerca de 600 mil angolanos com estatuto de refugiado se encontravam asilados nos países limítrofes com Angola, bem como na República da África do Sul e Botswana, dos quais cerca de 450 000 instalados em campos de refugiados, distribuídos conforme o quadro 2.

Quadro 2 – Número de refugiados angolanos nos países vizinhos, 2002

PAIS	REFUGIADOS ASSISTIDOS	REFUGIADOS NÃO ASSISTIDOS	TOTAL
Zâmbia	81 382	130 000	211 382
Namíbia	21 596	-	21 596
R. Congo	4 000	12 000	16 000
R.D. Congo	120 000	73 000	193 000
Botswana	2 000	-	2 000
África do Sul	-	13 396	13 396
Total	228 978	228 396	457 374

Fonte: MINARS (Angola), 2006

A terceira fase de emigração ocorre entre 1992 e 2001 no chamado período pós-eletoral. Foi o período de maior êxodo de angolanos, quer a nível interno quer, também, para o exterior, a atender pela dimensão das circunstâncias concorrentes, nomeadamente a guerra em todo espaço territorial. Neste período, ao contrário dos antecedentes, a guerra tem lugar com grande intensidade em todas as cidades e vilas, com a consequente destruição de infra-estruturas, além de perda de vidas humanas. Esta fase também se distingue pela espontaneidade e a massividade com que as populações se refugiaram para os locais mais seguros incluindo os países vizinhos e também mais para os mais distantes. Ou seja, nesta fase além de deslocações para os países vizinhos (Congo Brazaville, Zâmbia, Namíbia, Botswana e África do Sul) que foram as principais bacias migratórias dos angolanos, as deslocações são dirigidas também para países distantes como Portugal e Brasil.

Tal como foi referido acima, a segunda e a terceira fase constituíram os períodos de maior êxodo da população, tanto a nível interno como externo, o que conduziu à perda

acentuada do *stock* de capital humano, principalmente de trabalhadores mais qualificados o que acabou por condicionar a vida económica e produtiva do país nos últimos 30 anos e, particularmente, a estruturação e funcionamento das instituições.

1.3- Factores causais da emigração em Angola

1.3.1- Factores políticos

Alguma literatura resume as principais forças que conduzem às migrações internacionais “em três D + C” ou seja, nas diferenças no desenvolvimento, na demografia e na diferença da democracia e também na cultura que, ao contrário do senso comum, sempre influenciou na motivação para migrar. (Tolentino, 2006:274; GCIM, 2005:12). Mas, os variados factores que determinam a mobilidade em massa da população a nível interno ou internacional inscrevem-se predominantemente no quadro económico-social (disparidade de oportunidades de emprego e realização social) e político (diferenças na garantia da segurança e liberdades), mais do que no campo cultural e familiar³⁴.

O caso de Angola é sintomático de uma realidade em que o factor político (segurança, *deficit* de democracia) se sobrepõe a outros tipos de motivações, nomeadamente a económica, o que pode de certa forma explicar o nível relativamente baixo de emissão de emigrantes, se comparado com vários países da África. Na verdade, tanto as vagas da década de sessenta como as outras duas que se lhes seguiram (pós-independência e pós-eleitoral) tiveram por base um clima de instabilidade política e social, ou seja, derivado da repressão imposta pelo sistema colonial português e num segundo momento, do conflito militar que se seguiu à proclamação da independência do país em 1975, associado à mudança política introduzida pelo poder então instituído. Enquanto isso, a terceira vaga migratória, também ela forçada, decorreu do clima de guerra (a mais destrutiva dos 40 anos de conflitos), desencadeada em 1992 na sequência da rejeição, por uma das forças políticas do país, dos resultados das primeiras eleições multipartidárias em 1992.

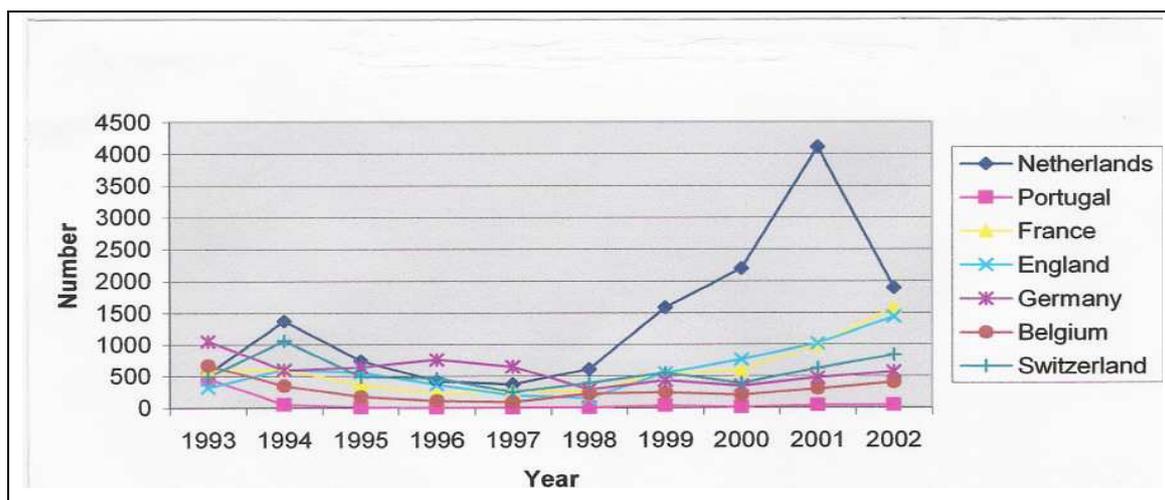
A mudança política associada à independência, que culminou com a instituição de um sistema de regime monopartidário inspirado no modelo socialista de desenvolvimento,

³⁴ Para uma visão das teorias que explicam as migrações, se pode ler, Lee (1966), Zolberg (1989), Portes e Böröcz (1986), Portes (1999) e Castles e Miller (2003).

assim como as distorções económicas dele resultantes, constituíram-se num adicional factor indutor da emigração internacional de angolanos. Estes poderiam ver por vezes o estado, não como uma força pública e criadora de espaço de afirmação da cidadania, por via da satisfação das necessidades básicas e da promoção da igualdade, mas, pelo contrário, como uma enorme força de bloqueio ao desenvolvimento económico e “em algumas circunstâncias uma ameaça para os membros da sociedade” (Milando, 2005: 77). Estes constrangimentos políticos e sociais impostos pelo regime instituído, aliados ao clima de guerra, levaram a que algumas camadas da população vissem na emigração a única alternativa para a manutenção e garantia (em outros países) das suas liberdades cívicas e políticas. Por seu lado, os jovens com idades entre 18-25 anos emigravam para evitar os riscos de serem recrutados para a guerra.

O UNHCR no seu documento intitulado “ 2005 – Global Refugees Trends” aponta que até princípios de 2005 estavam controlados cerca de 98 383 angolanos na RDC, 5774 na RSA e 88842 na Zâmbia, na condição de exilados, números esses que têm vindo a reduzir gradualmente com o retorno voluntário ao país de origem. Por sua vez, um estudo apresentado por Joris van Wijk (2004: 10) revela, a título de exemplo, que entre o período de 1993 a 2002 muitos foram os angolanos que solicitaram asilo em países da Europa, com destaque para a Holanda, tendo o volume variado na proporção da intensidade do conflito que então se desenvolvia (ver figura 3)

Figura 3: Evolução do número de angolanos requerentes de asilo nos países da Europa (1993-2002)



Fonte: Joris van Wijk, 2004

1.3.2- Factores económicos e sociais

A par dos constrangimentos políticos, o aumento das dificuldades económicas e sociais, consubstanciado na paralisação do sector produtivo (indústria e agricultura) e na insuficiência dos serviços sociais básicos (educação, saúde, abastecimento de energia e água potável), a par do clima de guerra que se prolongou até ao ano de 2002, determinaram o agravamento das condições sociais da população e a pobreza extrema. Esta situação condenou as pessoas a recorrerem a vários artifícios marginais de sobrevivência através dos chamados “esquemas, cambalachos ou candonga”.

O quadro de exclusão social acima descrito, associado à limitação dos direitos e liberdades dos cidadãos e à recorrente manifestação de comportamento neopatrimonialista por parte das elites políticas do país, minou ao longo dos últimos 30 anos a confiança dos cidadãos. Neste plano, o destaque vai para os jovens com alto nível de qualificação académica e profissional, que passaram a ter no cenário do país um obstáculo fundamental ao seu desenvolvimento, e na emigração, principalmente para a Namíbia, África do Sul e Portugal (como via de se alcançarem outros países da Europa Ocidental e América do Norte), a única alternativa de oportunidades para a realização pessoal e social, nomeadamente em termos de emprego, educação e saúde que lhes eram negados no país de origem.

1.4- A emigração internacional dos quadros angolanos

Apesar da importância que a envolve e do impacto que tem para o país, a emigração de quadros altamente qualificados angolanos não é ainda objecto de atenção por parte dos vários actores sociais e políticos que integram a sociedade angolana, nomeadamente estudiosos nacionais e instituições do estado. Este facto resulta na falta quase total de dados estatísticos acerca deste fenómeno, ocorrendo o mesmo em relação à emigração internacional, o que torna difícil e dedutivamente exploratória qualquer análise em termos de perdas ou benefícios de capital humano de topo para este país.

Contudo, tratando-se de um país subdesenvolvido e com níveis de pobreza dos mais altos do mundo, mas economicamente atractivo e viável em face dos inúmeros recursos naturais que detém, a questão da diáspora qualificada torna-se crucial. A existência de um *stock* demasiado reduzido de quadros, principalmente no domínio das ciências e

tecnologias, agravado pelo baixo nível de desenvolvimento do sistema de educação e ensino nas suas mais diversas componentes, remete para a imperativa necessidade de ser dada uma maior atenção à criação de condições político-institucionais que visem assegurar a participação da diáspora científica nos programas de desenvolvimento económico e social do país.

Como vimos na segunda secção deste capítulo, pode afirmar-se que foi no período entre a segunda metade da década de 70 e a década de 90 que a saída de quadros angolanos para o exterior foi mais substancial. Na sua base esteve, tanto o conflito armado como a inconfessada incompatibilidade com o sistema político instituído após a independência do país, situação agravada pela precarização das condições sociais e a degradação das liberdades fundamentais dos cidadãos. Concorreu também para o incremento dos fluxos de fuga de cérebros a opção de envio maciço de estudantes bolseiros – na altura justificável – para a formação no exterior do país. Muitos destes, e principalmente os que foram para os países da Europa Ocidental e Brasil, acabaram por não voltar ao país depois de terminados os seus cursos.

Apesar da falta de dados oficiais, admite-se que existam vários milhares de técnicos superiores angolanos que, atraídos pela busca de melhores condições de emprego e segurança, ou impelidos pelo subaproveitamento das suas capacidades no país, particularmente no caso dos técnicos das ciências e engenharias, se viram forçados a emigrar para os mais diferentes países do mundo. Sendo maioritariamente jovens, ou seja, em idades entre 25 a 45 anos, o país foi assim privado de um capital humano importante e determinante para o desencadeamento de dinâmicas novas para o seu desenvolvimento económico e social.

De salientar que de acordo com um estudo do Banco Mundial (2006: 176), entre os países africanos que registam taxas de fuga de cérebros superiores a 50%, se encontra a Guiné-Bissau com uma taxa de 70,3% seguida de Cabo Verde, com 67,5% Gâmbia (63,3%), Maurícias (56,2%), as Seychelles (55,9%), a Serra Leoa (52,5%) e São Tomé e Príncipe (51,1%) sendo que, Angola aparece com uma taxa de 33%.

No entanto, se a comparação a nível dos PALOP coloca Angola na posição de menor expulsor de talentos (ver quadro 3) o mesmo não ocorre quando comparamos com os

outros países cuja população ultrapassa 5 milhões de habitantes, onde Angola se revela como o 5º país do mundo com maior taxa de fuga de cérebros, depois do Haiti (83,6%), Ghana (46,9%), Moçambique (45,1%), Kénia (38,4%), Laos (37,4%) e Uganda (35,6%)³⁵.

Quadro 3 – Taxa de fuga de cérebros de Angola no quadro dos PALOPs

País	Alfab. Adultos (%)	TMES ³⁶ (%)	Brain Drain (%)	EVN (%)
Angola	67	1.0	33	40.8
Cabo Verde	76	5.0	67.5	70.4
Guiné-Bissau	40	1.0	70.3	44.7
S.Tomé	83	1.0	51.1	63.0
Moçambique	47	1.0	45.1	41.9

Fonte: Banco Mundial (2006) e Tolentino, 2006 (a partir da UNESCO, ISU e PNUD)

Legenda: TMES (taxa de matrícula no ensino superior); EVN (esperança de vida a nascença)

Nota: Os valores de brain drain referem-se ao pessoal com mínimo de 13 anos de formação.

Neste quadro, a emigração de talentos do país, “além das consequências que representa, em termos de perdas de investimentos no ensino/formação e da privação dos serviços de qualidade que seriam fornecidos por aqueles” (Dahlsten, 2004: 11), tem também o inconveniente, como afirma Castles (2005: 38) de expor de alguma forma a incapacidade do Estado para suscitar o desenvolvimento económico. Segundo este autor, “o facto de um grande número de pessoas se ver obrigado a partir para o estrangeiro para procurar condições de vida razoável (...) pode gerar uma crise de confiança a nível interno e externo” (idem, ibdem).

Portanto em relação a fuga de cérebros, Angola apresenta uma situação assaz preocupante pelo seu impacto no desenvolvimento sobretudo, quando se tem presente a sua posição estratégica na região austral, o potencial de recursos naturais existentes e a exiguidade de quadros altamente qualificados, nomeadamente ao nível de licenciados, mestres e doutores, principalmente para as áreas de ciências e engenharias que são o factor base de qualquer projecto de desenvolvimento sustentável.

³⁵ Acerca destes números ler Docquier e Marfouk, 2006: 176 e Tolentino, 2006: 278.

³⁶ UIS/UNESCO (2003) em www.uis.unesco.org

Não menos relevante neste fenómeno é a emigração de quadros altamente qualificados do sexo feminino que, apesar de relativamente invisível, tem vindo a ter uma dinâmica constante. Tal sucede por via de deslocamentos voluntários, por reagrupamento familiar pela mobilidade no quadro de empresas multinacionais e ainda por via de casamentos com nacionais dos países de destino – em algumas circunstâncias com o fim exclusivo de proporcionar a entrada naqueles países – fenómeno a que alguns autores (Grassi, 2005: 4) começam a denominar de “casamentos com o passaporte”.

Em qualquer das circunstâncias, estas saídas representam uma perda para o país de origem. Como recorda Castles (2005: 30), “as migrações envolvem a transferência do mais valioso recurso económico – o capital humano –, de um país pobre para um país rico, processo que só é rentável para o país de emigração no caso de os ganhos em termos de capital humano (aumento de qualificações e de produtividade), conseguidos no estrangeiro, poderem ser utilizados aquando do regresso, e se os rendimentos transferidos do país de imigração para o de emigração forem superiores aos custos de criação do imigrante”. De referir que para os quadros emigrantes angolanos, Portugal, África do Sul, Botswana, Namíbia, Brasil, França, Holanda e Inglaterra constituíram as principais bacias de acolhimento.

1.5- Características da emigração angolana

As características dos emigrantes assumem-se determinantes para a sua valorização económica e integração no país de acolhimento, e delas derivam o seu peso e importância para o país de origem. A este propósito, John Kay (2007: 67-69), no seu livro «Como a economia ilumina o mundo», resume o valor dos imigrantes considerando que “os efeitos económicos da imigração dependem, não do crescimento da população ou da sua densidade, mas das características dos próprios imigrantes”. No entender deste autor, “a imigração rende sempre potenciais benefícios económicos a curto prazo para o país receptor, em particular porque são economicamente mais activos do que a população autóctone; são mais mal pagos do que os autóctones com formação e capacidades semelhantes; são mais empenhados do que os nativos e aceitam trabalhos menos desejados, como os que têm horários anti-sociais”(Idem, ibdem). Desta forma reforça-se a ideia de que a integração dos migrantes nas sociedades de acolhimento é

um processo intrinsecamente relacionado, entre outras coisas, com o nível de educação, a competência profissional e linguística, e a situação perante a lei.

Teoricamente admite-se que, do ponto de vista do país de acolhimento, o recurso à mão-de-obra estrangeira se verifica enquanto a sua produtividade marginal é superior ao seu custo marginal. Esta tese assenta na constatação de que “a imigração funciona como amortecedor dos ciclos económicos, pela flexibilidade da mão-de-obra imigrante em responder às oscilações conjunturais do mercado de trabalho” (Ferreira *et al.*, 2004: 23). Consequentemente, a quota-parte do PIB gerado pelos imigrantes enquanto trabalhadores é o principal indicador do seu contributo³⁷ para a economia.

Do ponto de vista dos países de origem há a considerar categorias que configuram as vantagens ou desvantagens: i) o género – os vários estudos mostram que as mulheres enviam para os países de origem uma maior percentagem dos seus rendimentos (salários), quando comparadas com os homens³⁸, e ii) a qualificação – a maior qualificação dos imigrantes, além de significar, numa primeira fase, perda de investimento de educação/formação, representa também, *a posteriori*, uma importante fonte de reserva de saber, tanto por via do retorno como pela transferência de tecnologias e informação.

No caso de Angola, os primeiros grupos de emigrantes angolanos que deixaram o país a partir da década de 60, tendo como principal destino os países vizinhos, eram compostos maioritariamente por populações rurais e de fraco ou sem qualquer nível de escolarização (UNHCR, 2005:9-10). No entanto, o movimento de emigração que teve lugar a partir de 1975 foi marcado pelo elevado nível de formação académica e profissional dos migrantes.

Calcula-se que, entre os 121 000 pessoas naturais de Angola que vieram para Portugal em 1975, cerca 10 000 a 11 000 eram graduados pela universidade (Freire, 1996: 33). Do mesmo modo, em 1973/74, a universidade tinha cerca de 70% de estudantes

³⁷ O contributo dos imigrantes para a economia abrange diversas outras vertentes, como são o contributo para o Orçamento Geral do Estado, através dos impostos e contribuições para a segurança social, o progresso científico-tecnológico e o desenvolvimento cultural, que decorre da diversificação e miscigenação cultural.

³⁸ Ler Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais, 2005: 14, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

pertencentes às camadas mais recentes de imigrantes portugueses em Angola, que regressaram também a Portugal, tal como a maioria dos graduados existentes nessa altura. Este número exclui os que abandonaram o país por via terrestre a partir das províncias fronteiriças, nomeadamente do Cunene, Kuando-Kubango, Moxico, Lundas Sul e Norte, Uíge, Zaire e Cabinda, com destino aos países vizinhos.

Apesar da falta de dados consolidados e desagregados por sexo e nível de formação dos emigrantes, os vários instrumentos de registo usados pelas ONG e instituições internacionais, nomeadamente o UNHCR³⁹ e OIM, mostram que a maior parte dos refugiados e emigrantes são do sexo masculino.

Na realidade, tal como em grande parte dos países africanos, a divisão social e cultural do trabalho atribui aos homens a primazia na iniciativa migratória, na perspectiva de criação do sustento e melhores condições para a família, enquanto a mulher se mantém cuidando dos filhos, podendo emigrar posteriormente para junto do esposo quando as condições no país de acolhimento assim indicarem. Em alternativa, pode estabelecer-se uma “rede de comércio informal transnacional” (Grassi, 2006, 23-32) baseada em trabalho feminino entre Angola e os países da diáspora, normalmente os de acolhimento do esposo. No entanto, no caso de mulheres mais jovens (20-30 anos), a formação escolar tem constituído a principal motivação para emigrar, face à exiguidade de escolas e cursos no país, tendo no comércio informal – e sempre que necessário – a fonte de algum rendimento.

2. As políticas de formação de quadros em Angola

2.1- Caracterização do sistema educativo angolano – o ensino superior

2.1.1- Origens e contexto

O sistema de educação e ensino, constitui o instrumento de execução das políticas de formação de quadros num país, sendo a sua organização e meios, a base para a concretização de todas as estratégias tendentes a dotar o país de recursos humanos necessários para operar o desenvolvimento em todas as suas vertentes. Nesta secção

³⁹ Ler Relatório sobre Repatriamento Voluntário e Organizado dos Refugiados Angolanos (2002-2005), p. 9-10.

pretendemos incidir a nossa análise não no sistema de ensino angolano no seu todo⁴⁰ mas, apenas o ensino superior enquanto instituição base e propulsora de toda a mecânica de formação de quadros e de produção de saberes essenciais ao país.

O ensino superior em Angola surge como corolário de um longo e complexo processo de criação e de institucionalização do ensino, que tem a génese na acção missionária que se desenvolve no período de 1482 a 1845⁴¹. A partir da expulsão dos Jesuítas de Angola (e de todos os territórios do ultramar), na sequência do decreto de 3 de Setembro de 1759, inscrito no quadro das reformas pombalinas, iniciam-se as primeiras tentativas do estado para marcar posição em relação às preocupações com o ensino em Angola (Zau, 2002: 79). Mas é pelo decreto de 14 de Agosto de 1845, assinado por Joaquim José Falcão, que em Angola o estado chama a si, a responsabilidade no campo educativo e organiza o ensino em dois graus: o elementar e o principal, ao mesmo tempo que o laiciza, à semelhança do ensino da metrópole, passando a constituir um ramo da administração pública em substituição do ministério exercido pelas missões. Este desenvolvimento correspondia aos interesses económicos da época, que se resumiam à necessidade de mão-de-obra mais qualificada, à necessidade de se criar uma pequena elite angolana afectada aos interesses coloniais; e à necessidade de se formarem quadros superiores no seio dos descendentes da colonização e da elite angolana (idem, 2002:73).

Estes e outros objectivos fizeram do período de 1899 à 1962, um período de grande desenvolvimento do ensino, nomeadamente com a criação das instituições que serviram de antecâmara ao ensino superior. Tal foi o caso da criação da Liga Nacional Africana, do Instituto de Angola, do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, da Academia de Música (em 1954), do Instituto de Investigação Médica (em 1955), do Centro de Estudos de Antropologia Cultural, junto do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, bem como da Junta de Investigação do Ultramar, que concentrou um bom número de investigadores e propiciou a criação de vários Centros de Estudos e Investigação nos

⁴⁰ Para mais informações sugerimos ler *Princípios para a reformulação do Sistema de Educação e Ensino* na RPA/MED/1977: 5-6; o *Diagnóstico do Sistema Educativo* realizado em 1986 e a *Lei de Bases do Sistema de Educação* (Lei 13/2001 de 31 de Dezembro).

⁴¹ Segundo Nzau (2002:78) entre 1482 e 1845 desenvolveu-se todo um processo de missionação católica, que de certa forma se confunde com a própria história da colonização em Angola, assim como também com a própria história da educação.

vários campos e domínios do desenvolvimento de Angola. Inscreve-se no mesmo plano a construção em grande escala de vários Liceus, Institutos Comerciais e Industriais, Escolas Industriais, Escolas Preparatórias e Escolas do Magistério Primário e Escolas Elementares Profissionais (Artes e Ofícios, Escolas Práticas da Agricultura, Escolas de Regentes Agrícolas, Escolas de Habilitação de Professores do Posto e Escolas Técnicas Elementares).

O Ensino Superior, como tal, ganha afirmação em Angola no princípio dos anos 60 do século XX. Ele surge como resultado de uma reestruturação da visão política e económica de Portugal em relação às colónias e, muito particularmente, com a nomeação do Professor Doutor Adriano Moreira para o Ministério do Ultramar, que assinalou o início de uma nova era na política portuguesa nos territórios ultramarinos. Um outro factor a considerar, na catalisação da nova visão de Portugal em relação ao alargamento do ensino superior nas colónias, foram as pressões sociais e políticas decorrentes do despertar da consciência nacionalista e emancipadora dos africanos. Esta foi marcada, no caso de Angola, pelo surgimento, ainda a partir de 1845, de vários periódicos e revistas denunciando as atrocidades dos colonialistas⁴², o que culminaria com o início da luta armada anti-colonial a 4 de Fevereiro de 1961.

Neste contexto, em 7 de Outubro de 1961 e por iniciativa do então Governador Geral de Angola, General Venâncio Augusto Deslandes, foi submetida à aprovação do Conselho Legislativo, no quadro do Plano do Governo⁴³ para 1962, a proposta de criação do ensino superior, sob a designação de Escola Superior Politécnica de Angola (ESPA). Esta visava assegurar em Angola a formação e actualização de técnicos de agropecuária, médicos, engenheiros e professores do ensino secundário, na perspectiva de conferir ao país as “condições que lhe permitissem formar os técnicos e agentes qualificados das actividades básicas, indispensáveis para promover o desenvolvimento económico e social do território, em razão das universidades da Metrópole não se mostrarem capazes de fornecê-los em tempo útil, nem na qualidade desejável” (Soares,

⁴² De 1845 à 1930, mais de 30 periódicos produzidos em Angola, dos quais se destacam o volume *Voz de Angola – Clamando no Deserto* (1901) e o *Negro*, propriedade da Liga Académica Internacional dos Negros (1911 à 1930), perfilavam-se com conteúdos diversos que serviam como fonte de emancipação nacional e tiveram um papel preponderante no despertar da consciência nacionalista e na produção da ideologia inspiradora do movimento de libertação nacional.

⁴³ Este plano apresentava os objectivos e estratégias do desenvolvimento económico e social de Angola, e passou a ser conhecido por “Plano Deslandes” (Soares, 2002: 150).

2002: 151). Nesta altura, defendia-se que “Angola teria de intensificar um esforço reformador, no sentido de interessar as populações pela vida política e administrativa local, executar programas de elevação social e de desenvolvimento económico – razão porque tinha de formar os seus quadros, de modo a poder implicar directamente a sua juventude na construção do futuro da sua própria terra e a eliminar as causas de exclusão, que, por falta dos meios locais adequados e das limitações económicas das famílias – não obstante as centenas de bolsas de estudo concedidas para a continuação de estudos na Metrópole – dificultavam a essa juventude os acessos aos níveis superiores da administração pública e dos quadros estruturantes das actividades económicas e sociais” (idem, 2002: 154).

Este primeiro projecto de Diploma Legislativo (Nº 3235), que cria os Centros de Estudos Universitários junto dos Institutos de Investigação e do Laboratório de Engenharia de Angola, foi aprovado apenas a 21 de Abril de 1962, o que levou ao surgimento (pelas portarias Nº 12196 a 12201) de cinco Centros de Estudos Universitários, designadamente, de Ciências Pedagógicas, Ciência Médicas, Ciência Económicas, Estudos de Engenharia e Estudos de Agronomia, distribuídos por Luanda, Nova Lisboa (actual cidade do Huambo) e Sá da Bandeira (actual Lubango), que ministrariam cursos profissionais e cursos de especialização de nível superior,

É de referir que a criação do ensino universitário, apesar de ter dado corpo a uma corrente de aspirações perseguidas pelo Governo Geral de Angola “nas circunstâncias em que ocorreu, não deixou de ser considerado (...) um acto de irreverência e de insubordinação diante do Governo Central” (Soares, 2003; 160). Por isso o governo da então província de Angola teve de esperar pela publicação do Decreto-Lei Nº 44 350, de 21 de Agosto de 1962, que criava em Angola e Moçambique os Estudos Gerais Universitários, integrados na Universidade Portuguesa, como fase preliminar da criação de Universidades (Bondo, 2004:16).

Nesta perspectiva, em 6 de Outubro de 1963 estes estudos foram inaugurados, distribuídos pelas cidades de Luanda (Química Industrial, Engenharia Civil, Electrónica, Mecânica e Minas), Nova Lisboa (com Agronomia e Silvicultura e Medicina Veterinária); e Sá da Bandeira (Letras, Bacharelatos de Ciências Geográficas, Históricas, Românicas e Pedagógicas) estes que, ministravam os dois primeiros anos

dos cursos universitários, que eram depois prosseguidos em Portugal. De salientar que em 1968, na sequência da promulgação do Decreto-Lei N° 48 790, de 11 de Dezembro, os Estudos Gerais Universitários passaram a ser designados por Universidade de Luanda e na sequência criadas as faculdades de Ciências, Engenharia e Medicina.

Pode-se considerar deste modo, que a universidade em Angola surge como resultado de um conjunto de razões de natureza económica, social e política, inscritas na visão estruturante de afirmação do sistema de colonização portuguesa, mas, ao mesmo tempo, também um acto de vontade de criação das condições que possibilitassem um melhor futuro para Angola. “Tal percebe-se pelos grandes investimentos feitos no período de 1963 a 1973 no ensino superior universitário e tecnológico, e na investigação que permitiu ao país conhecer (...) um desenvolvimento técnico-científico notável” (Teta, 2002: 6). Por outro lado, a aceleração da qualificação de futuros quadros em Angola assumia-se também como um imperativo geopolítico, como forma de compensar a formação acelerada que outros países sob influência soviética se apressavam a ministrar a numerosos jovens recrutados em Angola.

2.1.2- O ensino superior pós-independência

A proclamação da independência nacional trouxe consigo mudanças profundas na estrutura social, económica e até cultural do país, sendo as mais notórias, neste último aspecto, as alterações na estrutura toponímica das cidades e de várias instituições públicas. Neste quadro em 1976, é extinta a Universidade de Luanda (herdada do período colonial) e criada, por portaria N° 76/77 de 18 de Setembro, a Universidade de Angola. Esta englobava sete faculdades, nomeadamente Direito, Engenharia, Economia, Ciências e Medicina, todas em Luanda, Ciências Agrárias, no Huambo, e o Instituto Superior de Ciências de Educação, no Lubango. Aquela designação evoluiu, em 1985, para Universidade Agostinho Neto⁴⁴. No entanto, e em face do clima de conflitualidade que caracterizou o país neste período, a universidade ficou esvaziada quase na totalidade dos quadros capazes, comprometendo de forma séria a sua actividade científica, académica e administrativa, levando-a a recorrer a força de trabalho estrangeira, na sua maioria proveniente dos ex-países socialistas.

⁴⁴ Em homenagem ao primeiro Reitor da Universidade e primeiro Presidente de Angola.

Apesar deste clima difícil foram registados alguns progressos notáveis no desenvolvimento do ensino superior e, conseqüentemente, na formação de quadros técnicos, que hoje asseguram o funcionamento de vários sectores da vida económica e produtiva nacional.

A profusão e generalização da implantação da economia de mercado em Angola, conseqüência das reformas políticas e económicas levadas a cabo pelo governo a partir da segunda metade da década de 80⁴⁵, abriu caminho para a afirmação de oportunidades de intervenção de agentes não estatais na criação e gestão do ensino superior, o que permitiu o florescimento da iniciativa privada neste domínio. Assim, a partir do ano de 1999, além da Universidade Agostinho Neto – única universidade pública –, o país passou a contar com mais seis novas instituições de ensino superior, designadamente a Universidade Católica de Angola (UCAN), a Universidade Jean Piaget de Angola (UniPiaget), a Universidade Lusíada de Angola (ULA), o Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA), a Universidade Independente de Angola (UnIA), o Instituto Superior Técnico de Engenharia e Arquitectura, e o Instituto de Relações Internacionais, estando a maioria destas filiadas nas suas congéneres portuguesas⁴⁶ (MED, 2005: 2). Para além do alargamento da rede de instituições, é ainda notória uma expansão geográfica por todo o país, sendo disso exemplo a criação, a partir dos anos noventa, de instituições em mais 7 províncias, perfazendo desta forma 10 províncias beneficiárias⁴⁷, das 18 que possui o país.

De facto, o novo quadro económico e político do país, associado aos fracos investimentos do estado no ensino superior, tem vindo a proporcionar um profundo activismo da sociedade civil e, muito particularmente, do empresariado nacional na busca de novos campos de negócios, tendo na educação um nicho de expansão e multiplicação económica por via da criação de instituições de ensino, com destaque para o ensino superior. O surgimento, no período de 2000 a 2005, de mais 7 novas instituições de ensino superior privado, para além das referidas no parágrafo anterior,

⁴⁵ Na sequência da realização do 2º Congresso do MPLA, em 1986, foram adoptadas importantes decisões, que culminaram na abertura da sociedade ao multipartidarismo e na instituição da economia de mercado.

⁴⁶ Ler Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior, MED, Dezembro de 2005, Luanda.

⁴⁷ O ensino superior contempla as províncias de Luanda, Huambo, Huíla, Benguela, Cabinda, Kuanza-Sul, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Namibe e Uíge.

constitui a prova deste interesse – nem sempre comedido – do empresariado nacional, naquilo a que muitos sectores da sociedade angolana já consideram “um grande mercado lucrativo da educação”, com todos os riscos que podem derivar para o desenvolvimento em caso de não regulação.

A única universidade pública (Universidade Agostinho Neto), não obstante os recursos exíguos postos à sua disposição, registou neste período também um notável crescimento académico, orgânico e estratégico. Ela é actualmente integrada por 17 unidades orgânicas (das 7 anteriormente existentes em 1975), das quais 7 são faculdades, 8 são institutos superiores e 2 são escolas superiores, que ministram no conjunto um total de 68 cursos de graduação e 15 de pós-graduação (Teta, 2005: 4-5). O quadro 4 resume bem a evolução registada pela principal instituição de formação de quadros em Angola.

Quadro 4 – Evolução da Universidade Agostinho Neto no período de 1976-2006

INDICADOR	ANOS LECTIVOS						
	1975-76	1990-91	2001-02	2002-03	2003-04	2004-05	2005-06
Unid.Orgânica	7	7	12	12	14	15	17
C. Graduação	(*)	31	31	34	46	55	68
C. Pós-Grad.	0	0	0	1	6	10	15
Estudantes	1405	6331	9129	12566	17866	24620	32173
F.Licenciados	(*)	(*)	172	304	332	937	-
F. Pós-Grad.	0	0	0	0	0	0	46
Professores	(*)	835	869	1018	1164	1238	1319

Fonte: UAN, 2006

Legenda: C. Pós-grad. – Curso de Pós-graduação; F- formação (*) Sem dados disponíveis

De referir que 7 das unidades (5 institutos e 2 escolas) encontram-se distribuídas por seis províncias, nomeadamente Cabinda, Uíge, Lunda – Sul, Huambo, Huíla e Benguela. Integram também a rede de instituições superiores públicas cerca de 5 unidades de pesquisas e centros de investigação científica e pós-graduação, nomeadamente o Centro Nacional de Recursos Fitogenéticos (CNRF); o Herbário de Luanda; o Centro de Estudos e Investigação em População (CEIP); e o Centro de Pesquisa e Gestão em Educação (CPGE).

Entretanto, apesar deste crescimento do ensino superior em Angola, impõe-se ao país um contínuo redobrar de esforços, tendentes por um lado, à melhoria da qualidade de

ensino e formação tendo por base os padrões internacionais, e por outro, à sua expansão e aumento da capacidade de absorção em conformidade com os critérios da UNESCO – resultantes da Conferência Internacional sobre Educação para Todos de Jontien em 1990. Estes critérios sugerem, para países com a população de Angola, uma população média estudantil universitária na ordem de 70 mil estudantes, 5 mil docentes, 3 mil docentes pós-graduados e rácios de 1 docente para 11 estudantes (Bondo, 2004: 6) números estes que ainda estão longe de ser alcançados, a atender pelo orçamento que vem sendo destinado para o sector ao longo dos últimos anos.

2.1.3- O contexto actual do ensino superior em Angola

O acentuado crescimento da rede escolar de ensino superior em Angola permitiu elevar grandemente o número de alunos neste nível. O total de estudantes passou de 1117 em 1977 para 35.000 em 2004, e em 2005 alcançou cerca de 40.000, dos quais 32.173 (80,4%) inscritos na única universidade pública (MED, 2006:2).

Segundo dados da SEES (2006), existem a funcionar legalmente em Angola cerca de 14 instituições de ensino superior (3 públicas e 11 privadas, cada uma delas com várias unidades orgânicas de ensino, espalhadas por 10 províncias, estando a maioria concentrada em Luanda. Outras 20 instituições privadas, aguardam pela aprovação dos respectivos projectos pelo Governo Angolano.

No entanto, além dos aspectos positivos inerentes a esta expansão, nomeadamente em termos do aumento da rede e de oportunidades de escolha por parte da população estudantil, ela também encerra como reconhece o MED (2005) vários riscos, que resultam, entre outros, do facto de: i) o surgimento das instituições nem sempre tem em conta os diferentes dispositivos exigidos (infra-estruturas, pessoal, meios técnicos, configuração curricular) ou a articulação harmoniosa entre estes, de forma a assegurar-se a qualidade aceitável de serviços e das aprendizagens; ii) ter a maioria dos cursos uma matriz social e humana em vez de técnica, como seria desejável face às necessidades de desenvolvimento económico e produtivo do país; iii) utilizarem, na sua maioria, currículos improvisados, teóricos e extrovertidos, ou seja, além da falta de alinhamento didáctico-pedagógico, não têm ligação com o mundo laboral, e a sua organização apoia-se comumente em experiências estrangeiras, sem a suficiente

adequação ao contexto nacional; iv) falta de uma estrutura especializada de inspecção, supervisão e avaliação do ensino superior; v) falta de quadros altamente preparados para assegurarem a gestão pedagógica e administrativa das instituições; e vi) prática de taxas e emolumentos não regulamentados pela legislação reguladora.

Esta realidade, além de outras consequências, constrói uma falsa expectativa de formação de quadros no país, ao mesmo tempo que sobrecarrega o mercado laboral, principalmente no sector de serviços, deixando o sector produtivo desprovido de quadros ou à mercê do recrutamento de expatriados.

Na tentativa de corrigir algumas das distorções que este subsistema apresenta foi concebido o plano denominado “Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão e Desenvolvimento do Ensino Superior em Angola” contendo linhas directrizes de cariz político-estratégico que, a partir de 2007, passará a regular a acção do governo e de todos os actores sociais interessados em intervir no domínio do ensino superior. À luz deste dispositivo prevê-se a criação, até ao ano 2012, de uma rede pública de instituições de ensino superior espalhada por diferentes regiões académicas do país, ao lado da qual existirão instituições de ensino superior privadas, que irão concorrer com os diferentes cursos das instituições públicas. Pode-se, pois, admitir que a funcionalidade de um dispositivo com este alcance pressupõe decisivamente a disponibilidade de capital humano altamente preparado, que no caso de Angola, além de ser reduzido, carece de atenção, estímulos e meios.

2.2- As políticas de formação de quadros

Desde a independência de Angola, a questão da formação de quadros foi tida pelo Governo instituído como a base sobre o qual gravitariam todas as estratégias de desenvolvimento económico-social e político do país, quer na perspectiva dos “esforços para a construção de nova sociedade desenvolvida e livre de toda a exploração”⁴⁸, quer, também, como instrumento de reforço do poder político e económico, por via da “redução dos custos de assistência técnica que, até 1984, estavam fixados acima dos

⁴⁸ Relatório do Comité Central ao II Congresso do MPLA – Partido do Trabalho (1985), p. 46.

10% das despesas cambiais do País”⁴⁹, assim como da salvaguarda dos interesses nacionais.

Sustentada nesta realidade, foi definida a priorização do acesso ao ensino médio e superior de jovens de origem operária e camponesa, bem como o envio de vários jovens para realização da formação média e superior nos países socialistas, como forma, no dizer do Presidente do MPLA, “de garantia da firmeza da posição de classe dos novos intelectuais”⁵⁰. Na verdade, apesar de não haver uma política estruturada de formação de quadros ajustada às estratégias de desenvolvimento do país, o governo de Angola promoveu desde a independência, em 1975, um conjunto de acções orientadas para a formação maciça de quadros ao mais alto nível, tanto dentro como no exterior do país.

Desde então, vários foram os angolanos que beneficiaram de bolsas de estudo. Estas foram financiadas particularmente pelo Estado, ONG e igrejas, com destaque para a Católica e as Missões Evangélicas, assim como por várias instituições nacionais e internacionais de países amigos (com destaque para o bloco socialista), com os quais Angola detém acordos de cooperação no domínio, principalmente, da educação e formação de quadros.

A nível da formação dentro do país, o acesso às instituições de ensino superior nacionais era inicialmente (década de 80) feita por um processo administrativo (encaminhamento), tendo por base as afinidades do perfil de saída no ensino médio (secundário), bem como as médias obtidas pelos alunos. Este critério foi, na década de 90, substituído por provas de aptidão académica em disciplinas nucleares do curso superior pretendido.

Para a formação no exterior e segundo o INABE⁵¹, para além dos critérios de selecção que vigoram no país para o acesso a bolsa de estudos no exterior nomeadamente, as habilitações de 12ª classe para os candidatos a cursos de licenciatura, e licenciatura para os candidatos a pós-graduação (mestrados e doutoramento) e a idade de 20 a 24 anos, os

⁴⁹ Os custos de assistência técnica aumentaram de 4,7 mil milhões de Kwanzas, em 1981, para 7,5 mil milhões, em 1982, sendo os petróleos (30%), a construção (15%) e os transportes (13%) os sectores de maior dispêndio em cooperação e assistência técnica.

⁵⁰ Ler Relatório do Comité Central ao II Congresso do MPLA – Partido do Trabalho, p. 51.

⁵¹ INABE – Instituto Nacional de Bolsas de Estudos.

critérios dependem muito dos países que atribuem as bolsas. Além das exigências acima referenciadas, são também consideradas as notas obtidas no ensino secundário e feitas sempre que possível, sessões de orientação dos candidatos para as escolhas eventuais dos cursos no país de destino. No entanto a análise dos dados obtidos em entrevistas com alguns alunos bolseiros em Portugal sugere, que os critérios de selecção nem sempre se aplicam com a devida lisura e transparência devido as redes sociais existentes e que influenciam (a favor dos seus) a acção dos quadros do INABE encarregues de dar cumprimento a tais exigências de selecção.

Outro factor a considerar diz respeito às questões de género na atribuição das bolsas, na perspectiva de assegurar um maior equilíbrio nos benefícios da formação. As fontes contactadas no INABE garantem nunca ter havido, neste pormenor, quaisquer discrepâncias na atribuição de bolsas entre candidatos do sexo feminino e do sexo masculino, ao mesmo tempo que reconhecem ter havido em anos passados um predomínio dos homens nas candidaturas e benefícios de bolsas.

2.3- Quadros formados depois da independência.

Dados do MED (1992) indicam que, no período de 1975 a 1991, foram formados em Angola 2174 licenciados, enquanto a nível médio foram formados no país, no período de 1980 a 1991, um total de 10.231 técnicos. Por outro lado, foram formados no estrangeiro, no período de 1982 a 1992, um total de 4252 técnicos médios e 1773 técnicos superiores (Nzau, 2002:137).

Os dados combinados do MED e INABE (2006) revelam que, desde a independência até ao ano de 2005, foram formados um total de 9418 técnicos superiores, sendo 6536 no país e 2282 no estrangeiro, além de 20.000 técnicos médios. No quadro 5 pode ter-se uma ideia mais exacta do esforço de formação realizado durante os dois períodos principais que marcaram a história política económica recente de Angola, nomeadamente de 1975 a 1991 e de 1992 a 2006.

Quadro 5 – Quadros angolanos formados de 1975 a 2005

Categorias	L.formação	1975-1991	1992-2006	TOTAL
Técnicos	Angola	10231	1380	11611
Médios	Exterior	4252	4137	8389
Técnicos	Angola	2174	4362	6536
Superiores	Exterior	1773	509	2282
Total geral		18430	10988	29418

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MED e INABE (2006)

Como se pode notar no quadro, o país registou no período de 1992 à 2006 uma grande redução na formação de quadros médios quando comparado com os 16 anos anteriores devido a destruição pela guerra de grande parte das instituições de ensino médio nas províncias do interior de Angola e a consequente fuga dos professores para as cidades do litoral principalmente para Luanda, Benguela e Namibe.

Segundo dados do INABE (2006) durante este período (1975-2005), cerca de 40 países, distribuídos pelos cinco continentes, participaram no esforço de formação de quadros angolanos, onde o grande destaque vai para a República de Cuba, com cerca de 7821 (49,7%) do total dos quadros formados no exterior, seguida da Rússia, com 3469 (22%), e Portugal, com 1149 (7,3%). Os países citados destacam-se, também, na formação específica de técnicos superiores, a nível tanto de licenciaturas como de pós-graduações, mais especificamente a nível de mestrados e doutoramentos. O anexo-2 apresenta os 22 principais países (de um total de 40) e respectivas quotas de formação ao longo de 26 anos. De salientar a participação da República de Moçambique no esforço de formação de quadros angolanos, que ocorre a partir de 1995-96, orientada para a formação dos técnicos superiores de engenharia agrária, na sequência da destruição pela guerra (em 1994) da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Agostinho Neto, na cidade do Huambo. Os dados do quadro 6 apontam ter sido no período de 1987 a 1997 que mais técnicos angolanos foram formados no exterior, reflectindo assim, por um lado, a necessidade do governo em dotar o país de capital humano para os desafios do desenvolvimento.

Quadro 6– Anos de maior formação no exterior (1980-2006)

Anos	Total/anos		Total/Níveis					
	N	%	T.M	%	Lic	%	PGr	%
1982(*)	109	0,6	44	0,5	65	0,9	0	0
1987	550	3,4	426	5,5	124	1,8	0	0
1989	685	4,3	495	6,4	174	2,5	16	1,2
1990	852	5,4	513	6,6	311	4,6	28	2,1
1991	781	4,9	446	5,8	304	4,5	31	2,3
1992	1551	9,8	968	12,6	558	8,2	25	1,9
1993	1254	7,9	815	10,6	426	6,3	13	1
1994	1431	9,1	849	11	485	7,1	97	7,5
1995	1497	9,5	794	10,3	587	8,6	116	8,9
1996	1295	8,2	530	6,9	634	9,3	131	10,1
1997	807	5,1	158	2	515	7,6	134	10,3
1998	390	2,4	16	0,2	274	4	100	7,7
T/F-Ext	15722	100	7677	48,8	6753	42,9	1292	8,2

Fonte: INABE, 2006

(*) Ano em que se formaram menos quadros no exterior.

Os índices de crescimento que a economia de Angola vem registando desde 2003, e que se prevê continuarem nos próximos anos, como consequência não só do aumento da produção de petróleo e da alta do preço do crude no mercado mundial mas, também, do constante aumento de investimentos no sector não petrolífero, sugerem um desenvolvimento e expansão da educação de base e da educação superior mas, numa base de qualidade, como base para o alargamento da formação e reprodução do capital humano a todos os níveis. Este assume-se cada vez mais determinante para a criação das bases internas do desenvolvimento sustentado do país e consequente inserção e participação no comércio internacional, na base da partilha efectiva de interesses e da cooperação mutuamente vantajosa.

Nesta perspectiva, revela-se importante o interesse do poder político do país, que se deduz das palavras do Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos⁵², quando refere que “a educação e formação dos angolanos a todos os níveis será a pedra de toque do desenvolvimento. Este desafio põe ênfase na necessidade (...) da formação e superação de docentes e do pessoal técnico, na introdução das novas tecnologias e na transformação dos institutos superiores de ciências e tecnologias e das universidades em centros catalizadores de investigação científica aplicada” (E. Santos, 2005: 50).

⁵² Discurso à nação por ocasião das comemorações do 30º aniversário da Independência de Angola em 2005 (in Angola: 30 anos – Os grandes desafios do futuro, Publicação Especial, Ed. Embaixada de Angola em Portugal, Lisboa, 302 p.).

CAPÍTULO 4 – A DIÁSPORA QUALIFICADA ANGOLANA EM PORTUGAL

A literatura seleccionada define diáspora como a população dispersa, originária da emigração e que reside em país ou países estrangeiros, mantendo fortes laços afectivos, materiais e simbólicos com a origem (Tolentino, 2006: 55; Castles, 2005: 75-76). As diásporas são sempre, por definição, transnacionais, por ligarem um país de origem e um ou mais países de destino, mas podem possuir uma dimensão mais “nacional”, quando estão concentradas num único estado-nação de destino ou, o que é mais frequente, “transnacional”, quando se espalham por mais do que um estado-nação de destino.

Na sua visão, Tolentino (2006: 55) considera serem cinco os principais elementos definidores da diáspora: i) dispersão, a partir do território de origem; ii) memória colectiva situada entre a origem e o destino; iii) manutenção de laços materiais e simbólicos com a terra e o país de origem; iv) noção interiorizada de múltipla pertença; e v) intenção de regressar à origem.

Na verdade, como foi referido no capítulo anterior, os constrangimentos resultantes da colonização e demais situações de desestruturação política, económica e social a que estão sujeitos os PVD, fizeram destes os principais emissores de diásporas altamente qualificadas para os países desenvolvidos. Em forma de refugiados, exilados, estudantes bolseiros, técnicos de empresas internacionais ou simplesmente emigrantes voluntários, muitos são os indivíduos altamente qualificados que têm vindo a aportar naqueles.

Angola é um destes exemplos. A sua história política e económica, caracterizada, numa primeira fase, por relações de desigualdade e submissão impostas pelo sistema colonial português e, num segundo momento, por conflitos armados e conseqüente limitação das liberdades fundamentais dos cidadãos, levou milhares dos seus melhores quadros a emigrar – principalmente entre o final da década de 70 e os anos 90 – para os mais variados países do mundo.

Neste capítulo vamos fazer uma análise sobre as características da diáspora qualificada angolana, centrando a atenção na diáspora fixada em Portugal. Iremos, através dos

dados estatísticos disponíveis e dos inquéritos realizados, revelar a forma de incorporação na sociedade de acolhimento e, através dela, compreender os factores constitutivos da atitude e visão potencial de retorno ou de colaboração com o país de origem, aspectos que serão retomados no capítulo 5. Os aspectos metodológicos que estão na base da redacção deste capítulo – bem como do capítulo seguinte – foram expostos na introdução a este trabalho.

Uma profunda reflexão será ainda feita em relação às tendências de formação dos bolseiros em Portugal e à relação existente entre esta e as possibilidades de integração no país de acolhimento, bem como o nível de contribuição a prestar ao país de origem.

1- Os quadros angolanos em Portugal

1.1- Caracterização da diáspora angolana em Portugal

Apesar de alguma literatura apontar a presença de angolanos em Portugal a partir do séc. XV, quando este país se tornou num enorme entreposto de escravos⁵³ considera-se que apenas no final dos anos 40 do séc. XX, é que a presença efectiva de angolanos ganhou alguma visibilidade. Tal sucedeu na sequência da vinda de estudantes para a continuação dos seus estudos nas universidades da metrópole, nomeadamente Lisboa, dada a falta de instituições deste nível na colónia.

Com a proclamação da independência de Angola em 1975, dá-se a emigração maciça de angolanos para Portugal cujos números e segundo algumas fontes – como foi referido no capítulo 3 anterior – alcançou os 121 000 (entre nativos e luso angolanos) de um total de cerca de 310 000 pessoas que regressaram a Portugal nesse período. Desde este período, os fluxos foram aumentando, na medida em que a situação política e económica de Angola se foi agravando.

A generalidade dos dados disponíveis sobre o universo da imigração em Portugal, nomeadamente do SEF e INE, está organizada por nacionalidade. Sendo assim, todos os indivíduos cuja proveniência genealógica não é portuguesa mas que, no entanto, possuem nacionalidade portuguesa por adopção ou por naturalização – situação

⁵³ Ler Tinhorão (1997: 117-119) in “Os negros em Portugal – uma presença silenciosa”, Ed. Caminho, Lisboa

frequente entre a população oriunda das ex-colónias, ao abrigo da Lei da Nacionalidade em vigor –, estão incluídos nas estatísticas oficiais na categoria “nacionais”. A esta situação há que associar os efeitos do Decreto-Lei Nº 308/75, que vigorou até 1981, na base do qual “qualquer cidadão que tivesse nascido numa das antigas colónias portuguesas até à data da sua independência (1974/1975) era, para todos os efeitos, considerado um cidadão português”. Note-se no entanto, como relembram Baganha e Góis (1998/1999), que esse mesmo Decreto-lei também retirou retrospectivamente a nacionalidade portuguesa a muitos angolanos, pelo que só aqueles que na altura reclamaram esse direito puderam continuar portugueses. Esta situação torna, para todos os efeitos, quase impossível identificar e decantar com precisão o real número de quadros angolanos imigrantes em Portugal, incluindo os que mantêm a nacionalidade angolana, os que apresentam dupla nacionalidade e os que se tornaram portugueses. Aliás, pode dizer-se que, o quadro criado na sequência deste movimento de imigração e por aquela disposição legal, acabou por configurar uma nova categoria de pertença, presente no conceito de “*lusso-africanos*” de que fala e bem o Prof. Luís Machado (2001) já que, este movimento de imigração que se seguiu as independências em 1975, além de ter abrangido todos cidadãos vindos das ex-colónias portuguesas em África, “incluía cidadãos portugueses nascidos em Portugal, nascidos em África de ascendência portuguesa, de ascendência mista, de ascendência africana e ainda indiana” (Vala, Brito e Lopes, 1999: 10).

A este propósito o Consulado Geral de Angola⁵⁴ em Lisboa, admite que o número de pessoas de origem angolana em Portugal tenha alcançado no início da década de 2000, cerca de 70.000 à 80.000 indivíduos. Apesar da incerteza destes números, quando cruzados com outras fontes, pode admitir-se, face à ausência de dados, que a realidade não terá estado longe daquela cifra. De referir que, já em 1999, Bastos e Bastos (citados por Possidónio (2006), no seu trabalho intitulado “Portugal Multicultural indicavam a existência de mais de 40 mil pessoas de origem étnica angolana residentes em Portugal, ou seja, mais do dobro dos dados oficiais avançados pelo SEF e INE (cf. Possidónio, 2006:100).

⁵⁴ Entrevista concedida ao autor no Consulado Geral de Angola em Lisboa, ao 30 de Outubro de 2006.

1.1.1- Dimensão da comunidade e sua distribuição geográfica

Segundo dados do INE, baseados na posse de autorização de residência, os angolanos constituem a terceira maior comunidade estrangeira residente em Portugal, logo a seguir à comunidade cabo-verdiana e à brasileira, estando, segundo dados de 2005, fixada em 27.697 pessoas (ver quadro 7).

Quadro 7 – As 10 principais nacionalidades estrangeiras com autorização de residência em Portugal (1986-2005)

	1986		1990		1995		2000		2004		2005	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C. Verde	26301	30.2	28796	26.7	38746	23.0	47093	22.6	54806	20.8	56433	20.4
Brasil	7470	8.5	11413	10.5	19901	11.8	22202	10.6	28732	10.9	31546	11.4
Angola	3966	4.5	5306	4.9	15829	9.4	20416	9.8	26520	10.0	27697	10.0
G. Bissau	2494	2.8	3986	3.6	12291	7.3	15941	7.6	20583	7.8	21258	7.7
R. Unido	5872	6.7	8457	7.8	11486	6.8	14096	6.7	17977	6.8	18966	6.8
Espanha	6958	7.9	7462	6.9	8887	5.2	12229	5.8	15874	6.0	16383	5.9
Alemanha	3573	4.1	4845	4.4	7426	4.4	10385	5.0	13098	4.9	13571	4.9
França	2574	2.9	3239	3.0	4743	2.8	7193	3.4	9249	3.5	9602	3.4
S. Tomé	2475	2.8	2034	1.8	4082	2.4	5437	2.6	7829	2.9	8274	2.9
EUA	6326	7.2	6935	6.4	8484	5.0	8022	3.8	7992	3.0	8003	2.9
P.estrangeira	86982	100	107767	100	168316	100	207587	100	263353	100	275906	100

Fonte: INE, 2006

Tendo por base os dados publicados em Dezembro de 2006 pelo SEF, pode considerar-se, porém, que existem oficialmente em Portugal um total de 34.219 angolanos, que correspondem ao *stock* acumulado dos 27.697 detentores de “autorização de residência” aos quais se associam 3557 com “autorização de permanência” (prorrogadas em 2005), bem como 2965 beneficiários de vistos de longa duração, entre os quais 1784 com vistos de estudo (vistos de longa duração prorrogados em 2005) (ver quadro 8).

Quadro 8 – Estado de legalização dos angolanos em 2005

ESTATUTO		Nº/VISTOS	TOTAL
AR			27697
AP	Concedidas-2001/2004		8428
	Prorrogadas -2005		3557
VLD	Trabalho	272	2965
	Est. Temporária	909	
	Estudo	1784	

Fonte: INE in SEF, 2006

Legenda: AR – Autorização de residência; AP – Autorização de permanência;

VLD – Vistos de longa duração prorrogados em 2005

Com base nas mesmas fontes, depreende-se existir também um elevado número de angolanos em situação irregular, sobretudo quando são comparados os números de autorizações de permanência (AP) concedidas no período de 2001 a 2004 (no total de 8428) e o número de prorrogações concedidas em 2005 (3557) pelas autoridades portuguesas. Este facto pode estar a dever-se, entre outras razões, aos elevados índices de desemprego, à natureza precária dos contratos e às dificuldades com os documentos necessários para a renovação de autorizações de permanência. Por outro lado, as dificuldades referidas podem, também, justificar o grande número de angolanos que tem vindo a requerer a nacionalidade portuguesa ao longo dos últimos anos. Os dados do INE (2006) confirmam que, dos cerca de 455 angolanos que no período de 2000-2004 cessaram o estatuto de residente, 396 (87%) foram-no pela aquisição da nacionalidade portuguesa, pela via da naturalização, adopção plena ou casamento, enquanto outros 1076 aguardavam que lhes fosse concedido idêntico reconhecimento.

Tal como acontece com as demais populações africanas, o padrão espacial de distribuição da população angolana caracteriza-se por uma forte polarização na área metropolitana de Lisboa. Os distritos de Lisboa e Setúbal são os locais de residência de 83,2% dos angolanos com o estatuto legal de residência em 2004 (INE, 2004: 155), certamente devido ao efeito das redes sociais já constituídas e às maiores oportunidades de emprego criadas pela dinâmica de modernização destas áreas (exemplos são a construção da Expo-98, os estádios do Euro 2004, as auto-estradas, etc.)(ver quadro 9)

Quadro 9 – Principais regiões de residência de angolanos em Portugal (1986-2004)

Distritos	1986	1990	1995	2000	2004
Lisboa	2080	2927	10838	13934	17886
Setúbal	536	694	1908	2725	4335
Porto	362	441	686	840	1018
Faro	263	324	680	853	1024
Coimbra	110	162	380	433	508
Aveiro	80	151	297	407	449
Braga	100	105	225	305	349
Total	3966	5306	15829	20468	26702

Fonte: INE, 2004

Segundo a mesma fonte, na área metropolitana de Lisboa residem cerca de 66,9% de todos os angolanos em Portugal. Por outro lado, esta comunidade constitui também a que conhece maior dispersão pelo território (Norte e Centro), quando comparada com o conjunto das comunidades dos PALOP. Este facto pode estar relacionado (segundo alguns entrevistados pelo autor) com uma estratégia de procura de apoio junto de portugueses e luso-angolanos que vieram de Angola depois da independência que estão dispersos pelo país, com os quais existem prováveis laços de amizade e parentesco.

1.1.2- Algumas características sociais e económicas

A integração social e económica dos angolanos na sociedade portuguesa e, muito particularmente, no mercado de emprego, constitui um dos aspectos mais importantes na compreensão da dinâmica emigratória e da sua atitude face ao eventual retorno.

A inserção dos angolanos no mercado do emprego apresenta uma estrutura fortemente polarizada em torno de um grupo de profissões e actividades altamente qualificadas (administração e serviços) e profissões liberais, e outras semi-qualificadas (empregados de comércio) ou não qualificadas (construção civil e serviços domésticos).

Dados do Censo Geral da População do ano de 2001 (INE, 2006) revelavam que, dos 22463 indivíduos angolanos em idade activa (de um total de 37014 que declararam ser angolanos), 1406 (6,2%) eram empresários e pequenos patrões, 650 (2,8%) eram profissionais liberais, 214 (0,9%) eram dirigentes e quadros superiores de empresas e organismos públicos e privados, 630 (2,8%) eram quadros intelectuais e científicos e 998 (4,4%) eram quadros intermédios. Em contrapartida, existiam 4019 empregados do comércio e serviços (correspondentes a 17,8%), 7635 operários qualificados e semi-qualificados (equivalentes a 33,9%) e 5810 operários não qualificados (25,8%), que representam os grupos de profissões que absorvem a maior parte dos imigrantes na vida activa.

Neste aspecto, a população activa de imigrantes angolanos constituía em 2001, em número de efectivos, a segunda comunidade mais representada nos diversos grupos de profissões e actividades principais em Portugal, logo a seguir à comunidade brasileira (ver anexo 1).

É também notável a existência de uma maior tendência de equilíbrio entre o número de homens e mulheres. De 2002 a 2004, o número de imigrantes angolanos do sexo feminino em território português evoluiu de 42,4% para 45,3%, em relação ao número total de residentes com autorização de residência. Dados do INE (2004), apontam que os imigrantes do sexo masculino detentores de autorização de permanência (INE, 2004: 84) e vistos de longa duração, estão fixados em 1514 (51%) para o segmento feminino, contra 1451 (49%) imigrantes do sexo masculino (SEF, 2005).

Não sendo fácil determinar com precisão o número actual de angolanos por grupos profissionais e por graus de formação académica, as estatísticas mostram, no entanto, haver um acentuado incremento na estrutura académica dos angolanos. A análise comparativa dos indicadores referentes ao grau académico dos angolanos que solicitaram AR no período de 1999 a 2004 permite constatar ter havido, desde 2002, um aumento percentual do número de indivíduos com educação profissional e superior, em comparação com a educação básica e secundária. Apesar de tudo, estes últimos continuam a ser os níveis de instrução que predominam no seio da diáspora activa angolana em Portugal (quadro 10).

Quadro 10 – Evolução do grau de instrução (%) dos angolanos requerentes de autorização de residência em Portugal(1999-2006).

Níveis	1999	2000	2001	2002	2003	2004
EBS	72,4	75,7	70,8	69,6	80,9	65
EP	6,2	8,3	7,4	6,6	5	7
ES	3,8	4,7	4,8	3,3	4	5,2
SI	17,6	11,3	17	20,5	10,1	22,8
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INE, 2006

Legenda: EBS – Ensino Básico e secundário; EP-Ensino profissional

ES – Ensino superior; SI – Sem instrução

Deve notar-se que as pessoas sem instrução (SI), cuja percentagem alcançou em 2004 os 22,8%, correspondem maioritariamente à parcela de pessoas não economicamente activas.

Para a elevação do nível de formação académica e profissional, entre os vários factores concorrentes, tem sido importante o contributo das várias associações de imigrantes angolanos. Como resposta a algumas necessidades dos seus membros, estas actuam como força activa, quer na reivindicação de determinados direitos e resolução de

problemas diversos do dia-a-dia, quer ainda na oferta de cursos e na criação de oportunidades de convívio.

1.2- As associações de imigrantes angolanos em Portugal

Como refere Albuquerque, citado por Possidónio (2006), “as associações representam para os migrantes um espaço de convívio, educação, comunicação, organização social, socialização, informação, reinterpretação das tradições, solidariedade e mediação entre a sociedade de origem e a de acolhimento” (Possidónio, 2006:111). Neste quadro e segundo a esta autora, um duplo papel se inscreve na sua acção: i) ao nível individual, oferecendo-lhes um meio de conservação e transmissão da sua cultura e permitindo-lhes o contacto com outras pessoas que provêm da mesma cultura e vivem os mesmos problemas e, ii) a nível macro, agindo como actores na defesa dos interesses da comunidade e intervindo como intermediários no desenvolvimento de políticas de inserção destes grupos na sociedade portuguesa.

No caso da imigração angolana, calcula-se que existem em Portugal mais de duas dezenas de associações, cuja actuação varia desde o nível meramente local, ao distrital, regional e até nacional. Os domínios de acção vão desde o “sócio-económico (acções de educação não formal, formação profissional, cuidados de saúde, actividades desportivas), ao cultural (actividades culturais como forma de transmissão da identidade cultural da comunidade), até ao político-legal (papel de interlocutor com o Estado e informação aos imigrantes dos seus direitos e deveres” (Possidónio, 2006:113-116).

Alguns membros destas associações, entrevistados pelo autor, confirmam o grande papel que têm vindo a desenvolver as várias associações na integração e defesa dos imigrantes angolanos. Referem também o interesse de apoio por parte do Estado angolano, na perspectiva do reforço da sua capacidade de intervenção junto da comunidade e maior articulação inter-associativa, visando alargar o leque de apoios às famílias recém-chegadas, a melhor divulgação da realidade angolana e, principalmente, a promoção e apoio à formação de jovens e filhos de imigrantes.

1.3- Os quadros angolanos altamente qualificados em Portugal

Para o presente estudo, o conceito de quadros altamente qualificados refere-se àquelas pessoas com qualificações de gestão, de direcção, profissionais de elevada qualificação, técnicos ou equivalentes. Como é consabido, a “definição de trabalhadores altamente qualificados tem-se revelado problemática por não haver uma definição internacionalmente aceite” (OCDE, 2001: 2). A conhecida definição de RHST⁵⁵ da OCDE, reagrupa uma população bastante vasta que inclui a pessoa com formação universitária em ciências e tecnologias e/ou aquela que, sem ter as qualificações formais, exerce uma profissão científica e técnica na qual as qualificações em questão são normalmente exigidas (cf. OCDE, 2002: 2).

Portugal, constituiu desde tempos imemorráveis, um destino privilegiado dos quadros angolanos, por razões de trabalho, de formação, de vivência ou de segurança. Dali que conhecimento do número de quadros altamente qualificados existentes em Portugal é um exercício muito complexo. Além de razões apontadas no início do capítulo, os dados que oferecem uma certa fiabilidade apenas podem ser obtidos pelo censo demográfico, que em Portugal se realiza de dez em dez anos. Desta feita, os dados do INE (Censo de 2001), já referidos na secção anterior sobre a distribuição dos imigrantes por ocupação profissional, consideram residirem em Portugal 630 quadros intelectuais e científicos, 214 dirigentes e quadros superiores, além de 1406 empresários e pequenos patrões, 650 trabalhadores independentes e 998 quadros intermédios com nacionalidade angolana.

A atender pelo número de angolanos com AR, AP e VLD (ver quadro 8), referidos pelo SEF e INE (2005), percebe-se que os números indicados podem estar relativamente abaixo do total de angolanos nesta categoria social, o que remete para a necessidade de um trabalho permanente de articulação e cruzamento de dados entre os mais variados serviços e instituições portuguesas e também angolanas, visando obter-se um registo o mais aproximado possível dos quadros altamente qualificados angolanos em Portugal.

De recordar que, segundo o SEF (2005), do total de vistos de longa duração prorrogados aos cidadãos angolanos em 2005, cerca de 1784 (60,1%) eram vistos de estudos.

⁵⁵ RHST: *Ressources humaines en sciences et en technologie.*

2- Os bolseiros angolanos em Portugal

2.1- Abordagem evolutiva da formação de quadros em Portugal

Tal como referido anteriormente, a presença efectiva de estudantes angolanos em Portugal ganha alguma visibilidade ainda a partir do final dos anos 40 do séc. XX, na sequência da vinda de estudantes para continuação dos seus estudos nas universidades da metrópole, nomeadamente de Lisboa, dada a falta de instituições deste nível na colónia.

A vinda de estudantes bolseiros angolanos para Portugal é, porém, mais antiga. Segundo Gala (1968) e Nzau (2002), “a expulsão dos Jesuítas dos territórios do ultramar, por força da já referida lei pombalina de 3 de Setembro de 1759, determinou também o início da formação – em regime de bolsa de estudos – de angolanos no exterior” (cf. Gala, 1968: 20-22 e Nzau, 2002: 79). Tal decorreu do facto de Angola ter ficado, desprovida do pessoal daquela congregação eclesiástica dedicada ao ensino.

Neste quadro, as dificuldades de recrutamento de pessoal para ministrar as aulas nas escolas em Angola obrigou o poder colonial ao envio para as escolas da metrópole – como bolseiros – de alguns naturais de Angola, na expectativa de que, uma vez terminados os seus cursos, regressassem às suas terras, para aí exercerem as suas actividades (Gala, 1968: 21). Neste propósito “em 1867 o então Governador-geral de Angola mandou para Lisboa, a fim de serem ali educados por conta do Estado, dois filhos do régulo e barão de Cabinda, Manuel José Puna, tendo ele próprio sido também educado e baptizado em Portugal, sendo seus padrinhos, os Reis D. Maria Pia e D. Luís I” (Nzau: 2002: 92), sendo provavelmente os primeiros bolseiros angolanos em Portugal.

Desde então, foram vários os angolanos que escalaram Portugal a fim de fazerem os seus cursos superiores, tendo-se vários deles destacado na vida política e social em Angola. O maior destaque vai para o caso de Agostinho Neto e outros, cujo contributo para o desenvolvimento de Angola e do continente africano os tornou referências da escola e cultura portuguesas e angolanas. No entanto, não faltaram outros que, por razões várias, depois da formação acabaram por se fixar em Portugal ou reemigraram para outros países europeus e América do Norte. A fixação em Portugal é, assim, uma

atitude que se foi sucedendo ao longo de vários anos. Segundo a maioria dos entrevistados pelo autor, esta situação tem-se verificado com quase todos os bolseiros vindos recentemente de Angola, que têm evitado regressar dada a situação de dificuldades económicas e sociais prevalentes no país.

Depois da independência, e não obstante a “Cooperação Luso-Angolana estar juridicamente vertida no Acordo Geral de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola, assinado em Bissau em 26 de Junho de 1978, publicado em Portugal na Lei Nº 6/79 de 9 de Fevereiro” (cf. DGC, 1987:111-113), a formação de quadros angolanos neste país apenas ganhou forma efectiva a partir de 1987. Tal sucedeu aquando da realização da terceira reunião da Comissão Mista Permanente de Cooperação⁵⁶, em Julho de 1987, na qual foram acordados programas de cooperação no domínio da educação; e com a consequente assinatura do Acordo de Cooperação nos Domínios da Educação, do Ensino, da Investigação Científica e da Formação de Quadros entre Portugal e Angola, em 29 de Setembro do mesmo ano, no qual, entre outras matérias, foi advogada a recepção de estudantes angolanos bolseiros em estabelecimentos de ensino de Portugal.

Segundo o INABE⁵⁷, desde 1980 a 2006, foram formados em Portugal um total de 1140 técnicos superiores, o que corresponde a 4,6% do total de quadros formados pelo país no exterior ao longo dos 30 anos de independência, sendo 685 (59,6%) no nível de licenciatura e 455 (39,5%) na pós-graduação. Contudo e segundo algumas instituições angolanas entrevistadas pelo autor, vários dos quadros enviados para a realização dos estudos superiores no estrangeiro, nomeadamente nos países ocidentais, não regressaram ao país de origem. Estima-se mesmo que entre 60 à 80% destes se tenha fixado no país de formação ou emigrado para terceiros países, tendência que começou a reverter-se apenas em 2003.

⁵⁶ A Comissão Mista Permanente de Cooperação foi criada com base nas disposições do Acordo Geral de Cooperação, com a finalidade de apreciar a forma como decorrem as relações de cooperação e elaborar programas para o futuro, visando o desenvolvimento e o estreitamento das relações entre os dois países (cf. DGC/MNE, 1987:111).

⁵⁷ INABE – Instituto Nacional de Bolsas de Estudos de Angola

Para o caso de Portugal, este número teria sido mais elevado, não fosse o clima de crispação que durante vários anos caracterizou as relações entre os dois países ⁵⁸ (tal sucedeu principalmente no período de 1975 a 1986), que desacelerou o envio maciço de estudantes para este país. Um exemplo disto é ilustrado no relatório da Direcção-Geral para a Cooperação de Portugal dos anos de 1986 e 1987 (quadro II, p.174), onde se pode constatar que, apesar de Portugal ter posto à disposição de Angola, entre o ano lectivo de 1978/79 e 1987/88, um total de 820 bolsas de estudos, apenas 485, equivalente a 59,1%, foram utilizadas.

Apesar de tudo, a presença de angolanos no sistema escolar português é hoje um facto consolidado, cifrando-se em milhares de estudantes. Considerando toda a comunidade angolana em Portugal, os estudantes, na sua maioria, encontram-se no ensino primário e secundário. Trata-se de uma realidade que inclusive tende a aumentar e a diversificar-se, dado o efeito conjugado de quatro factores: i) a continuação do influxo migratório de angolanos por via das facilidades mútuas de obtenção de vistos de entrada, resultado do melhoramento e aprofundamento das relações entre Portugal e Angola; ii) o reagrupamento familiar dos imigrantes; iii) o nascimento de novos descendentes já em Portugal; e iv) a degradação da qualidade de ensino em Angola.

A tendência de aumento que se regista no ensino primário e secundário não se pode aplicar, porém, em relação aos estudantes angolanos no ensino superior. Para além da forma relativamente difusa e arbitrária como os estudantes angolanos se revelam em termos de pertença ⁵⁹ e da forma dispersa em relação aos cursos e instituições, os vários dados a que o autor teve acesso – provenientes do SAE, DGES e IPAD⁶⁰ –, são reveladores de uma redução em valor absoluto, do número de estudantes bolseiros angolanos em universidades portuguesas.

⁵⁸ Os atritos nas relações entre Angola e Portugal eram justificados, entre outros motivos, pelo facto do Governo Português ter permitido uma certa liberdade de acção do partido UNITA em Portugal (cf. ICE, 1985:73).

⁵⁹ No quadro da nova lei da nacionalidade (Lei orgânica nº 2/2006 de 17 de Abril em vigor desde 15 /12/2006) muitos são os estudantes e quadros angolanos residentes que têm vindo a adoptar a dupla nacionalidade, sendo por isso estatisticamente difícil determinar o número concreto de estudantes angolanos.

⁶⁰ SAE- Sector de Apoio aos estudantes da Embaixada de Angola em Portugal; DGES- Direcção Geral do Ensino Superior do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal; IPAD- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Tendo em conta os dados fornecidos pelas instituições portuguesas e angolanas envolvidas na execução das políticas de cooperação em matéria de formação de quadros e as entrevistas realizadas pelo autor aos responsáveis das instituições e também aos quadros imigrantes, a relativa redução de estudantes bolseiros angolanos em Portugal repousa em razões tais como:

Do ponto de vista da concessão de bolsas; i) na reorientação das políticas e alocação de fundos para formação de quadros por parte das instituições financiadoras nacionais e internacionais para programas de formação e apoio ao desenvolvimento do ensino superior nos países de origem. Os dados obtidos no IPAD e na Fundação Calouste Gulbenkian confirmam esta última tendência, em relação a Angola e Moçambique, particularmente na formação a nível de licenciatura, mantendo, contudo, a estratégia de concessão de bolsas de formação em Portugal, prioritariamente a nível de pós-graduação, como forma de assegurar a formação de especialistas e formadores; ii) na redução dos fundos de cooperação destinados à formação de quadros por parte das instituições públicas e privadas portuguesas (tradicionais financiadoras de bolsas de estudos para estudantes africanos), em resultado da situação económica que vive o país; iii) na excessiva burocracia das instituições angolanas encarregue da selecção de candidatos a bolsas de estudo e iv) na expansão do ensino superior público e privado em Angola, com destaque para a instalação de universidades privadas portuguesas.

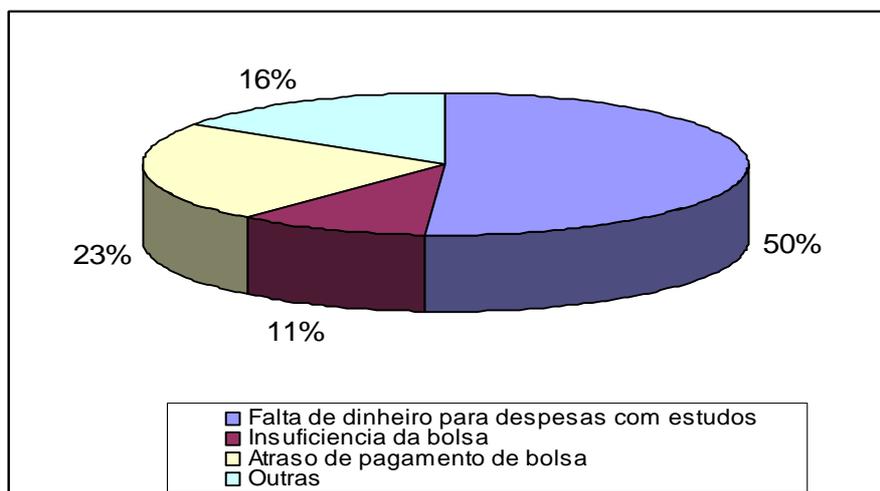
Do ponto de vista dos estudantes imigrantes angolanos, a relativa redução do número de alunos deve-se, fundamentalmente: i) às dificuldades sociais da grande maioria dos imigrantes angolanos em Portugal, devido ao baixo valor das bolsas e aos atrasos nos seus pagamentos, a par da precariedade dos empregos que conseguem obter, o que limita as suas capacidades de assegurar os encargos de formação na universidade; ii) ao constante agravamento dos encargos financeiros com os estudos de nível superior, associado aos baixos rendimentos que auferem – tal como a grande maioria dos imigrantes de origem africana. De referir ainda, neste aspecto, que a esmagadora maioria dos imigrantes angolanos em Portugal ocupam segmentos do mercado de trabalho secundário, caracterizados por trabalho precário, baixos salários e fracas perspectivas de progressão nas carreiras. Quando conseguem obter bolsa de instituições privadas (ONG, instituições religiosas, etc.), e quando se inserem em simultâneo no

mercado de trabalho, os montantes reduzidos das mesmas não permitem uma dedicação efectiva ao ambiente de exigência que se verifica neste nível de estudos.

Aliás, este facto parece evidente quando analisamos as respostas, quer dos quadros imigrantes inquiridos em Portugal, quer dos regressados ao país de origem – inquiridos que serão descritos em pormenor mais à frente.

Nos inquéritos realizados aos quadros ex-bolseiros angolanos em Portugal e a alguns estudantes, cerca de 50% considerou a falta de dinheiro para as despesas com os estudos como a principal dificuldade durante a formação, enquanto outros 23% atribuíram as dificuldades durante a formação ao atraso no pagamento da bolsa por parte das instituições angolanas (ver Figura 4).

Figura 4 – Principais dificuldades dos bolseiros durante a formação



Fonte: Inquéritos realizados pelo autor

Pelos vários dados a que o autor teve acesso, a questão do atraso e insuficiência da componente de bolsa para os estudantes teve, durante todos estes anos, uma grande influência nas decisões que os bolseiros foram tomando depois de terminada a sua formação. A este propósito, um relatório elaborado em 1999 pelo Sector de Estudantes da Embaixada de Angola em Portugal, intitulado “Caracterização do Estado Actual dos Estudantes Angolanos Bolseiros em Portugal sob Tutela do INABE”⁶¹ já chamava a

⁶¹ Documento interno não publicado.

atenção para a situação preocupante que viviam os estudantes bolseiros em Portugal, ao considerar na altura que;

«A situação dos estudantes bolseiros angolanos em Portugal continua a apresentar-se preocupante e urge encontrar formas que permitam ultrapassar o quadro actual, libertando o estudante do stress da incerteza do pagamento do subsídio da bolsa, que o impelem na procura constante de alternativas de subsistência em detrimento da actividade académica. Está a assistir-se a várias desistências às aulas devido a debilidade do estado de saúde, resultantes de desespero, frustrações (...) sendo que, vários finalistas, reféns das dívidas contraídas durante a realização do curso e como tal impossibilitados de regressar ao país (...) recorrem ao mercado do trabalho na expectativa de mobilizar os recursos necessários para o saneamento das dívidas».

Os dados disponíveis mostram assim, um decréscimo do número de estudantes bolseiros angolanos que se revela tanto mais evidente quando se analisa a evolução da distribuição por níveis de formação durante os últimos 8 anos, isto é, de 1999 a 2006. Segundo a Secção de Apoio aos Estudantes Angolanos da Embaixada de Angola em Portugal, dos cerca de 153 estudantes bolseiros, entre os quais 22 de pós-graduação, formados em 1997, passou-se para 15 estudantes no total, e apenas para o nível de licenciatura, em 2005. O quadro abaixo indicado, referente aos quadros formados em Portugal sob os auspícios do INABE, oferece uma melhor percepção do decréscimo acima referenciado, sobretudo quando se tem presente o facto de em dois anos (1999 e 2000) se terem formado mais quadros do que em seis anos (ver quadro 11).

Quadro 11 – Bolseiros formados pelo INABE (1999-2006)

NÍVEL	ANOS			TOTAL
	1999	2000	2001-2006	
Licenciados	38	108	157	303
Pós-graduação	30	30	15	75
TOTAL	68	138	172	378

Fonte: SEA/INABE, 2006

Esta tendência é também visível em relação aos bolseiros financiados pelas instituições de cooperação públicas e privadas portuguesas, com destaque para o IPAD. De um total de 120 bolsas concedidas no ano lectivo de 1998/1999, que ascenderam a 128 e 117 bolsas, respectivamente, nos dois anos lectivos seguintes, esta cifra decresceu para 36 bolsas no ano 2005/2006, ou seja, quase 4 vezes menos em relação ao ano 2000/2001.

O quadro 12 a baixo, permite ilustrar a evolução do número de bolsas de estudo concedidas aos estudantes angolanos para formação em Portugal, financiadas pelo estado angolano e por algumas instituições portuguesas. De notar que os dados

fornecidos pela Fundação Cidade de Lisboa (FCL) e INABE dizem respeito a bolsaios formados em cada ano indicado, acontecendo o mesmo em relação à Direcção Geral de Ensino Superior (DGES). Por sua vez, os dados do IPAD referem-se a bolsas concedidas em cada ano lectivo.

De salientar que, além dos estudantes financiados pelo estado angolano através do INABE, diversas instituições portuguesas, estatais e privadas, canalizaram os seus fundos de cooperação para a formação de quadros angolanos. Entre elas são de destacar, pelo lado do governo, o IPAD, GRICES, Câmaras Municipais, Instituto Camões e Ministérios da Defesa, Saúde e Justiça; enquanto, pelas privadas, o destaque vai para a Fundação Calouste Gulbenkian, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, Fundação Cidade de Lisboa e Fundação Millennium.

Quadro 12 – Bolsas concedidas por nível de formação em Portugal (1999-2006)

Ano	Licenciatura				Mestrado				Doutoramento			
	INABE	IPAD	FCL	DGES	INABE	IPAD	FCL	DGES	INABE	IPAD	FCL	DGES
98/99	108	107	10	0	30	11	0	0	0	2	0	0
99/00	51	108	8	0	11	20	0	0	0	2	0	0
00/01	67	109	11	0	3	13	0	0	0	2	0	0
01/02	7	85	10	0	0	5	0	0	0	2	0	0
02/03	2	69	13	0	1	8	0	0	0	1	0	0
03/04	15	36	16	164	0	4	0	0	0	2	0	0
04/05	15	-	16	0	0	-	0	0	0	-	0	0
05/06	0	29	15	0	0	14	0	0	0	3	0	0
Total	265	543	99	164	45	75	0	0	0	14	0	0

Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados do SEA, IPAD, FCL, DGES (2006)

Nota: O número referente a DGES corresponde ao total de estudantes formados no período de 1994 a 2004.

Dados do Sector de Apoio aos Estudantes (SAE) da Embaixada de Angola em Portugal indicam que, de 1993 a 2005, fizeram formação 637 estudantes bolsaios em Portugal, entre os quais 472 de licenciatura e 144 de pós-graduação. Por sua vez, e segundo a Fundação Cidade de Lisboa, no período de 1991/92 a 2005/06, foi formado um total de 179 licenciados bolsaios angolanos, ou seja, 40,2% do total a nível dos bolsaios financiados por esta instituição.

No entender de uma das instituições portuguesas entrevistado pelo autor, a diminuição do número de bolseiros deve-se a um conjunto de razões: estas incluem factores de política, e de gestão ou seja, a reorientação dos programas de bolsas para o reforço das capacidades de formação interna dos países e a prioridade atribuída à concessão de bolsas a nível de pós-graduação para formação de formadores; e também, principalmente, problemas de atraso no envio de processos dos candidatos e insuficiências na preparação dos processos. Estas insuficiências levaram, inclusive, que durante os anos de 2003 a 2005 Angola não tivesse beneficiado de bolsas para a formação dos seus quadros em instituições de ensino superior portuguesas.

As dificuldades referidas no parágrafo anterior foram também reafirmadas em entrevistas a outros responsáveis, nomeadamente da Fundação Calouste Gulbenkian. Neste aspecto, Angola, em conjunto com a Guiné-Bissau, é o país que tem beneficiado de menos bolsas a nível dos PALOP, ao contrário de Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé, que têm vindo a destacar-se.

2.2- As tendências de formação por cursos

Um aspecto importante relativo à formação dos quadros angolanos no exterior diz respeito às áreas científicas predominantes nas escolhas dos estudantes. Este assunto é determinante, quer do ponto de vista do seu comportamento académico durante o período de formação, quer, fundamentalmente, do ponto de vista da perspectiva de inserção no concorrente mundo do mercado laboral no país de origem ou, mesmo, no país de acolhimento.

Com efeito, a análise dos dados fornecidos pelas várias instituições portuguesas e angolanas permite verificar que a categoria das Ciências Sociais e Humanas (direito, sociologia, comunicação social, ciência política, relações internacionais, educação, etc.), a par das Ciências Económicas e Empresariais (economia, gestão de empresas, gestão de recursos humanos, estatística e gestão, etc.), assumem-se, no conjunto, como as mais representativas nas opções dos estudantes bolseiros angolanos, quando comparadas com a área de Ciências e Engenharias (C&E). Segundo dados do IPAD (2006), dos 45 cursos de licenciatura, 18 de mestrado e 4 de doutoramento em que se encontram inscritos os estudantes angolanos controlados por esta instituição, a opção pelas áreas de ciências

sociais e humanas (CSH) representa 44,1% do total de escolhas, enquanto o interesse pelas ciências e engenharias (engenharias, medicina, químicas, físicas e biológicas) representa 40,4%. Por sua vez, a área das ciências económicas e empresariais (CE&E) corresponde a 15,4% (ver quadro 13). Ou seja, regista-se uma tendência cumulativa de escolha dos estudantes, maioritariamente (59,5%) orientada para a opção para as áreas de ciências sociais, humanas e económico-empresariais.

Quadro 13 – Volume de bolseiros angolanos por áreas de cursos-IPAD (1999-2006)

ANO	C. Soc. Humanas			Ciências e Engenharia			C. Económicas e empresariais			TOTAL
	L	M	D	L	M	D	L	M	D	
1998/99	50	11	0	39	0	2	18	0	0	120
1999/00	47	12	0	40	7	2	19	1	0	128
2000/01	40	11	0	46	2	2	16	0	0	117
2001/02	27	5	0	37	0	2	12	0	0	83
2002/03	21	3	1	28	0	0	9	0	0	62
2003/04	12	3	1	18	1	1	6	1	0	43
2004/05	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2005/06	10	10	2	16	0	1	3	8	0	50
TOTAL	207	55	4	224	10	10	83	10	0	603

Fonte: IPAD, 2006

Legenda: L – Licenciatura; M – Mestrado; D – Doutoramento

Idêntica tendência pode constatar-se na análise dos dados sobre os quadros formados fornecidos pela Direcção Geral do Ensino Superior (DGES/MCTES) e pela Universidade Agostinho Neto (Angola), ou, ainda, pelos resultados apurados nos inquéritos realizados em Portugal e Angola aos quadros ex-bolseiros.

Em relação aos dados da DGES, a opção pelas ciências sociais e humanas representa 35,3% dos estudantes formados e pelas ciências económicas e empresariais 25%, o que totaliza 60,3% de formados nestas áreas do conhecimento, contra 39,6% nas áreas de ciência e engenharia. No caso dos formados na Universidade Agostinho Neto⁶², em Angola, esta tendência é de 55% para os formados em cursos da categoria das ciências sociais e humanas (incluindo economias), contra 45% nas ciências e engenharias.

⁶² Dados referentes ao ano lectivo de 2002/2003. Contudo, a expansão de Institutos Superiores de Educação pelas restantes províncias do país e a criação de várias instituições de ensino superior privados para formação de professores e de economia e gestão, elevam substancialmente a tendência de formação de quadros na área social, com todas as consequências na integração e estruturação do mercado de trabalho.

Uma nota particular é reservada aos estudantes bolsheiros formados com patrocínio da Fundação Cidade de Lisboa (FCL), cuja formação é fundamentalmente orientada para as áreas de ciências e engenharias, em função dos interesses das empresas patrocinadoras das bolsas. Na verdade, e ao contrário das demais instituições públicas ou privadas portuguesas ligadas à cooperação no domínio da formação de quadros, a FCL é uma instituição privada de interesse público, sem fundos próprios, que realiza a sua acção através da gestão de fundos depositados por empresas portuguesas, normalmente do ramo da engenharia e, ocasionalmente, da gestão e finanças. O seu interesse na formação de quadros africanos provenientes dos PALOPs tem por base os seus projectos e perspectivas de expansão de negócios nestes países.

Pode-se, assim, concluir que a grande maioria dos estudantes angolanos bolsheiros (e não apenas estes) tem tendência predominante para cursos de ciências sociais e humanas, incluindo as ciências económicas. Segundo vários dos entrevistados, esta opção nada tem a ver com as aptidões dos mesmos mas, pelo contrário, com uma fraca orientação vocacional e informação relativamente à dinâmica dos mercados de trabalho, aliada às dificuldades sociais (falta de emprego estável, recursos financeiros para suportar as despesas do curso, etc.).

Na realidade, há todo um conjunto de factores que desfilam como determinantes desta tendência. No caso concreto dos bolsheiros vindos de Angola, às razões acima expostas alia-se também, a fraca base de formação no ensino secundário (II ciclo), nomeadamente na área das ciências matemáticas e químicas, devido à falta de professores altamente qualificados e de meios de aprendizagem neste domínio. Não menos decisivos na influência sobre a opção de cursos por parte dos candidatos vindos de Angola são, também, os problemas na selecção dos candidatos. De facto, segundo vários dos entrevistados, nem sempre é garantida a transparência necessária por via do mérito, ou seja, pelos critérios das médias obtidas no ensino secundário. Esta situação leva muitos destes estudantes a optar – depois de chegados ao país de formação – por cursos que, na sua óptica, se revelam mais acessíveis à sua base de conhecimentos.

Nesta perspectiva, muitos dos quadros imigrantes e ex-bolsheiros entrevistados ou inquiridos reconhecem que a obsessão por cursos da área de ciências sociais e humanas constitui, também, uma das grandes barreiras em termos de oportunidades de emprego e

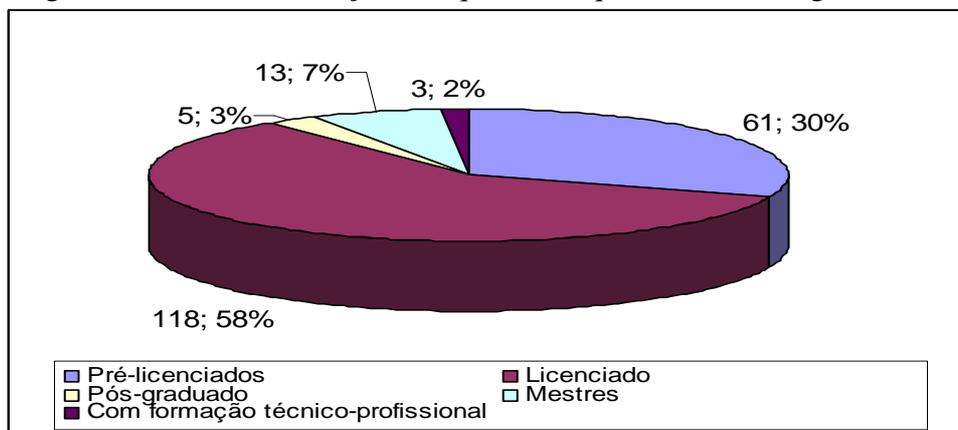
sucesso nas carreiras em Portugal. Tal tem vindo a contribuir para agravar as suas condições de vida, bem como as expectativas profissionais de integração no país de acolhimento e, mesmo, no país de origem.

3- Inquérito aos bolseiros angolanos em Portugal

3.1- Caracterização da população inquirida

Os inquéritos realizados a 200 técnicos imigrantes angolanos (ex-bolseiros e não só) residentes em Portugal, constituíram um instrumento valioso para confirmar vários aspectos abordados nos capítulos e secções anteriores. Entre estes estão os factores objectivos e subjectivos preditores do sentimento de insatisfação social e económica que os quadros imigrantes angolanos construíram à volta do país de acolhimento e do de origem, bem como a consequente percepção sobre as possibilidades de retorno para o país de origem. No caso dos inquéritos realizados em Portugal, eles envolveram 109 (54,5%) indivíduos do sexo masculino e 91 (45,5%) do sexo feminino, repartidos pelas idades de 18 até 60 anos (ver anexo 7-quadro 7.1), cujos graus de formação variaram entre mestres (7%), licenciados (59%), pré-licenciados⁶³ (30%) e com formação técnico-profissional (2%) (ver figura 5).

Figura 5 – Grau de formação dos quadros inquerido em Portugal, 2006



Fonte: Inquérito realizado pelo autor, 2006

São de destacar as várias especialidades em que os inqueridos estão distribuídos, que permitiram cruzar as diversas opiniões e experiências resultantes da compreensão que

⁶³ Designo “pré- licenciados ou bacharéis” as pessoas inqueridas, habilitadas com o 4º ano do ensino superior, alguns dos quais em estágios de fim de cursos na altura dos inquéritos (2º semestre de 2006).

cada um tem da condição de imigrante, face às relações de socialização que cada um estabeleceu com o meio que o envolve. Neste quadro, do total dos inquiridos há a destacar os cursados em direito (20,5%), economia (17%), engenharia (14%), ciências da educação (14,5%), medicina (1%), ciências (3%), informática (6,5%) e outros (23%) – em que se incluem sociologia, comunicação social, cinema, belas artes, etc. (ver quadro 14). A sua formação foi financiada de forma diversa: um total de 72 inquiridos (36%), teve a bolsa de estudo financiado pelo estado angolano, outros 61 (30,5%) declarou ter tido os estudos financiados por instituições de cooperação pública e privadas portuguesas enquanto que 45 pessoas (22,5%) declarou ter tido a formação paga com apoio familiar e 13 (6,5%) disseram que a sua formação foi paga com apoio de poupanças pessoais. Por sua vez 9 (4,5%) declarou realizado a formação com bolsa de ONG e instituições religiosas angolanas (ver anexo 7, quadro 7.12)

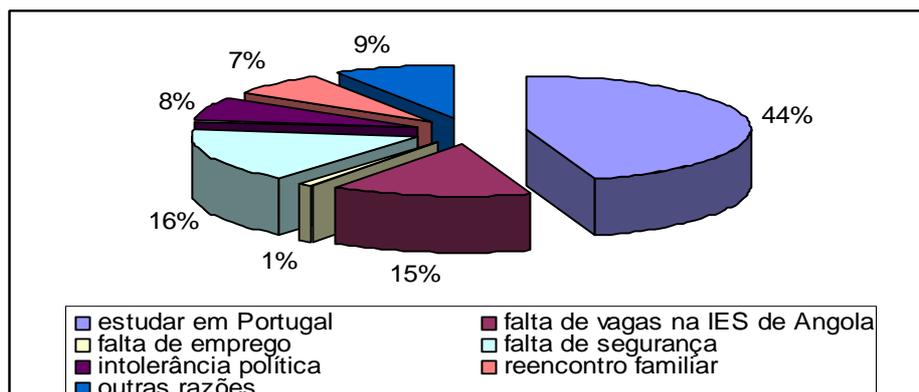
Quadro 14 – Especialidades de formação dos inquiridos.

ÁREAS DE FORMAÇÃO	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Direito	41	20,5
Economia	34	17
Engenharia	28	14
Ciências da educação	29	14,5
Medicina	2	1
Ciências	6	3
Informática	13	6,5
Outros (sociologia, jornalismo, cinema, etc.)	47	23,5
TOTAL	200	100

Fonte: Inquéritos realizados pelo autor, 2006

De recordar que, do total dos inquiridos, 50,5% reside em Portugal entre há 6-10 anos, 23,5% residem há 11-20 anos e 22% vivem há 1-5 anos, enquanto 3,5% já residem em Portugal há mais de 20 anos. Quanto aos motivos de saída de Angola para Portugal, a maioria (44%) declarou ter saído de Angola para estudar, mas, predominam os que referem a falta de qualidade de ensino (39,5%) naquele país, 16,5% referiu razões de segurança, enquanto 14,5% vieram para Portugal para estudar devido à falta de vaga nas instituições de ensino superior (Figura 6). Como se pode notar pela figura, é fácil perceber neste aspecto haver uma sobreposição de razões pelas quais as pessoas deixaram Angola.

Figura 6 – Principais razões da vinda dos quadros inqueridos à Portugal, 2006



Fonte: Inquérito realizado pelo autor, 2006

Portanto, as razões que motivaram a vinda dos quadros angolanos para Portugal, a diversidade de áreas em que se encontram formados, e o tempo em que se encontram no país de acolhimento, criou um capital social por via dos contactos e relações pessoais destes imigrantes em contextos quer académicos como sócio-profissionais, cuja dimensão nem sempre tem sido devidamente valorizada em termos de integração no mercado laboral. Este factor é determinante, quer do ponto de vista da sua afirmação profissional, económica e social quer ainda no estabelecimento da confiança na sociedade de acolhimento.

3.2- A integração dos angolanos em Portugal

A problemática da integração dos imigrantes em países de acolhimento constitui, no contexto actual da internacionalização económica, uma matéria que tem vindo a suscitar profundos debates, quer a nível das políticas internas dos países, quer a nível dos organismos internacionais de desenvolvimento, como a ONU e diversas ONGs. Este tema revela-se, mesmo, como uma questão central no conjunto das preocupações teóricas e políticas que envolvem a análise da questão das migrações internacionais.

Apesar do quase-consenso político existente entre os países, nomeadamente os países desenvolvidos, em relação ao papel dos imigrantes no desenvolvimento, enquanto repositores de stock demográfico (devido à baixa natalidade e envelhecimento da população europeia) e fornecedores de mão de obra activa, com a consequente sustentabilidade do sistema de segurança social, são ainda vários os pretextos que se

utilizam para a dissuasão da livre circulação de pessoas através de fronteiras internacionais e, principalmente, a sua instalação nos países de acolhimento. Um exemplo evidente desta atitude está no facto de “nenhum estado da Europa Ocidental receptor de migrantes ter ratificado a Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e seus Familiares aprovada pela ONU em 2003, apesar dos migrantes viverem na Europa e na América do Norte” (UNESCO, 2005:11).

Na base desta resiliência estão várias razões. Castles (2005), por exemplo, atribui este comportamento dos estados “à manutenção dos mitos nacionais ancorados no conceito de estado-nação, que têm na unidade cultural e política a sua premissa fundamental. Esta percepção leva-os a encarar os imigrantes como um perigo para os padrões de vida, para os estilos de vida e para a coesão social” (Castles, 2005: 40).

No mesmo sentido convergem as opiniões de Vala e Brito-Lopes (1999); Stephan e Stephan (2000); Cunha, Santos, Silveirinha e Peixoto (2004), citados por Valas e Torres (2006), que apontam a percepção de ameaça económica e ameaça à segurança como factores estruturantes das atitudes individuais e colectivas de aparente rejeição face ao imigrantes e, em algum sentido, preditores de racismo (Vala e Torres, 2006:224). Porém, para o caso de Portugal, a percepção de ameaça em relação aos negros decorre não de factores objectivos, relacionados com a privação económica, mas “de factores de ordem cognitiva e de percepções subjectivas das relações intergrupais” (Vala e Brito, 1999: 64). Há assim, portanto, um reconhecimento da relação entre o sentimento subjectivo de insatisfação económica com a percepção de ameaça, nomeadamente de ameaça económica e de segurança, o que pode ser explicativo de barreiras que ainda subsistem, por exemplo na integração dos angolanos no mercado laboral português.

Na realidade, os modos de incorporação laboral dos imigrantes no país de acolhimento foram descritos por Portes (1999) e Pires (2003) como determinados pela combinação de um conjunto de variáveis, designadamente; i) o grau de instrução e experiência laboral que trazem consigo; ii) a política do governo do país de acolhimento (receptiva, indiferente ou hostil); e iii) a recepção social (positiva, neutra ou preconceituosa) (Pires, 2003:102-109; Portes, 1999:28-32), podendo esta lógica ser desfavorável, neutral ou favorável.

Na tipologia esboçada por Böröcz (citado por Peixoto, 1999), e de acordo com o contexto de recepção, a integração considera-se desfavorável quando o migrante acede irregularmente ao país, vê recusado um pedido de asilo político, sofre discriminação com base em critérios raciais e, por vezes, também devido ao não reconhecimento das suas credenciais profissionais (Peixoto, 1999: 30). Este autor refere que a integração pode ser “neutral” quando existe abertura no mercado de trabalho, em conjunto com o reconhecimento das qualificações, levando à inserção no sector primário, ou quando o migrante inicia as suas actividades pelo escalão inferior das carreiras profissionais, não estando bloqueadas as suas oportunidades de subida. A integração é favorável, segundo aquele autor, quando a imigração é incentivada ou bem acolhida. Neste caso, existe uma mobilidade social ascendente rápida para posições profissionais elevadas e liderança profissional e cívica.

Sem qualquer pretensão de teorizar a questão da integração dos imigrantes, por não ser propósito deste trabalho, assume-se contudo importante para a compreensão da situação da integração dos angolanos e, muito particularmente, dos quadros qualificados imigrantes em Portugal, recordar que “a política de integração dos imigrantes e minorias étnicas em Portugal tem obedecido, desde 1995, ao imperativo do princípio da equiparação de direitos entre nacionais e estrangeiros, ou seja, da extensão aos estrangeiros dos direitos conferidos aos nacionais (...) assegurada pela lei constitucional portuguesa (Artigo 15º) – reforçada pela cláusula aberta prevista no artigo 16º –, exceptuando-se os direitos políticos, o exercício das funções públicas que não tenham carácter predominantemente técnico e os direitos e deveres reservados pela constituição e pela lei exclusivamente aos cidadãos portugueses” (Leitão, 2002: 91). Contudo, muito autores reconhecem que “esta integração, cuja execução é compatível com o *princípio de igualdade* ⁶⁴ vertido no artigo 13º da constituição, requer amiúde que a protecção concedida aos estrangeiros seja reforçada, atentas as suas naturais carências e desprotecção” (Cruz, 2007: 69).

Neste contexto, a integração dos quadros imigrantes angolanos em Portugal, embora tenha melhorado consideravelmente nos últimos anos, nos domínios social, cultural e

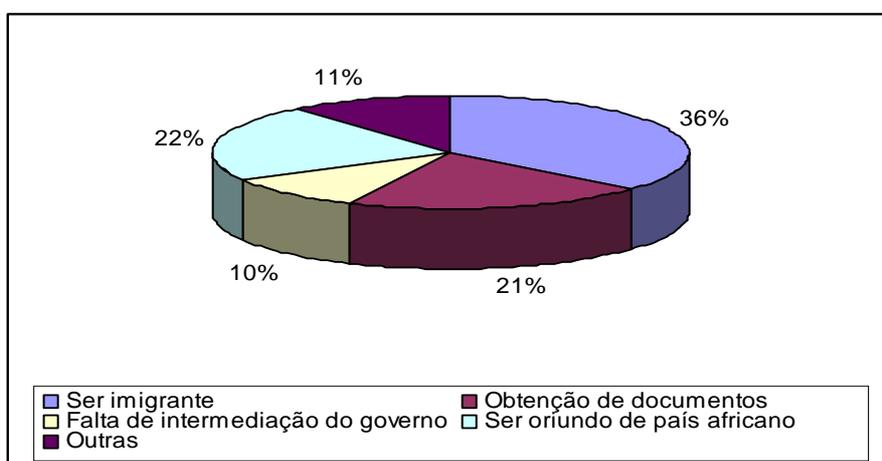
⁶⁴ Este princípio tem o imperativo de que “ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica e condição social” (Leitão, 2002:94).

educativo, ainda permanece objecto de várias controvérsias, principalmente a nível económico, com destaque para o emprego e estatuto remuneratório.

Os inquéritos por questionário e entrevistas semi-directivas, realizados aos quadros angolanos em Portugal, são demonstrativos deste quadro de incongruências na política de integração dos imigrantes em Portugal.

No que se refere à obtenção de emprego, os inquiridos consideram que a condição de imigrante (36%) e ter origem africana (22%), aliadas às dificuldades de obtenção de documentos (21%), constituem os grandes obstáculos à obtenção de emprego em Portugal (ver Figura 7).

Figura 7 – Principais obstáculos na obtenção de emprego, 2006



Fonte: Inquéritos realizados pelo autor, 2006

Na opinião de um dos quadros imigrantes angolanos, entrevistado pelo autor;

«As dificuldades que muitos dos angolanos vivem cá em Portugal poderiam ser minimizadas se houvesse uma maior aproximação e assistência das instituições angolanas na solução dos problemas dos imigrantes. Há quadros angolanos que se obrigam a sacrificar os seus direitos de cidadania para melhorar as suas condições e integração na sociedade portuguesa, porque o Governo angolano não criou mecanismos que permitissem assegurar – à semelhança de outros países da CPLP, como Brasil, Cabo Verde e Timor-Leste – um tratamento mais amistoso dos angolanos por parte das instituições portuguesas.»

Na realidade, as respostas da figura anterior assumem-se importantes porque demonstram, como admite Vala e Brito (1999), como a orientação para a discriminação

racial em medidas de protecção social, principalmente em Portugal, se encontra associada ao sentimento de ameaça económica, pois “a percepção de ameaça social não é apenas um indicador de preconceito: é raiz de orientações comportamentais discriminatórias”(Valas e Brito, 1999: 67).

Relativamente à tendência de empregabilidade, e independentemente das suas especialidades de formação, a grande maioria dos inquiridos (58,5%) trabalha em sectores ligados ao comércio enquanto que 33,5% trabalha no sector da administração e serviços mais concretamente em serviços ligados à educação, saúde, justiça, comunicações etc, e 6% está vinculado ao sector da indústria. (ver quadro 15).

Quadro 15 – Sectores de actividades a que estão vinculados os inquiridos.

SECTORES DE ACTIVIDADE	FREQUÊNCIA	%
Indústria	12	6
Justiça	4	2
Administração e serviços	48	24
Saúde	3	1,5
Educação	12	6
Comércio	117	58,5
Total	200	100

Fonte: Inquéritos realizados pelo autor, 2006

É de salientar que, na sua maioria, estes exercem actividades geralmente precárias e de baixos salários, relativamente aos seus homólogos portugueses havendo contudo algumas excepções no caso de médicos, engenheiros – particularmente ligados às áreas de informática, telecomunicações, electrotecnia – assim como os arquitectos, e economistas, que estão vinculados a actividades afins à formação, em particular nos sectores da indústria, construção, finanças e saúde.

De acordo com a análise dos resultados, estão vinculados ao sector da educação (particularmente no ensino privado) geralmente os quadros imigrantes com cursos de pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, com destaque para as ciências e tecnologias, enquanto que os quadros formados nas áreas de ciências sociais e humanas, constituem, grosso modo, o universo de mão de obra do chamado “segmento de

mercado secundário”⁶⁵. No entanto, foi possível constatar alguns casos de sucesso em termos de integração sócio-profissional, a atender pelo número de quadros que declararam exercer engenharia (8,5%), os que trabalham na área de economia e gestão (8,5%), na docência (5,5%) na área de advocacia (2%) bem como os vinculados à saúde (1,5%) (ver quadro 16). Significa pois, que quase todos os outros (72%) – revelam a dimensão do brain waste / desperdício de cérebros de angolanos em Portugal.

Quadro 16 – Grau de integração e desperdício de quadros angolanos

PROFISSÃO EXERCIDA	FREQUÊNCIA	%
Engenheiro	17	8,5
Jurista	4	2
Economista	17	8,5
Médico	3	1,5
Professor	11	5,5
Outras	144	72
Total	200	100

Fonte: Inquéritos realizados pelo autor

Neste particular, os vários entrevistados foram unânimes em considerar que os imigrantes angolanos formados em medicina, engenharia electrotécnica, telecomunicações e informática são os mais bem sucedidos em termos de empregabilidade nas áreas de formação em Portugal, independentemente dos factores e obstáculos acima evocados na obtenção do emprego.

De facto, em termos de relação actividade – área de formação, um total de 138 indivíduos, correspondente a 69% dos inquiridos, consideraram exercer actividades sem qualquer relação com os cursos de formação. Por sua vez, cerca de 41 indivíduos (20,5%) declararam estar vinculados a actividades ligadas às respectivas áreas de formação e 21 (10,5%) parcialmente vinculados (Anexo 7- quadro 7.25).

Efectivamente, num estudo anterior realizado em 2002 pela empresa GEOIDEIA para o Observatório de Emprego e Formação Profissional (OEFP), sob a coordenação de Baganha e outros, em referência aos imigrantes dos PALOP em Portugal, já se aludia “que a relação entre os níveis de instrução e tipos de profissões não é directa, ocorrendo

⁶⁵ Conforme descreve a teoria económica do mercado de trabalho duplo, ou dual, o segmento secundário é caracterizado por trabalhos precários ou pouco qualificado, baixos salários e fracas perspectivas de carreira (Rosa, 2005:5).

diversas situações de sobrequalificação entre os africanos” (Baganha, Ferrão e Malheiro, 2002: 98). Este estudo revelava que “indivíduos com cursos técnicos ou licenciaturas acabam por desempenhar funções não qualificadas (serventes de pedreiro, jardineiros e outras) em virtude de não conseguirem aceder aos segmentos do mercado de emprego que em princípio, melhor se ajustariam à sua formação” (ibidem).

As condições de integração laboral revelam-se mais evidentes quando se analisa o estatuto contratual dos inquiridos, assim como a segurança no emprego e as oportunidades de progressão na carreira. Com efeito, do total dos inquiridos, constituído por profissionais de várias áreas, constata-se que, em termos de estatuto contratual, apenas 14,5% possuem contrato permanente, enquanto 49% dos imigrantes trabalham sem contrato e 35,5% trabalham com contratos temporários (ver quadro 17).

Quadro 17 – Estatuto contratual dos inquiridos

TIPO DE CONTRATO	FREQUÊNCIA	%
Sem contrato	98	49
Contrato temporário	71	35,5
Contrato permanente	29	14,5
Total	200	100

Fonte: Inquéritos realizados pelo autor, 2006

Relativamente à garantia de permanência no emprego, uma grande maioria (56,5%) declarou estar insegura e, conseqüentemente, insatisfeita em relação à garantia de permanência nos empregos actuais, tendo 12% declarado estar muito insatisfeitos. Contudo, cerca de 29% consideraram-se satisfeitos e 1,5% muito satisfeitos. Já em relação a oportunidades de progressão na carreira, um total correspondente a 49,5% consideram-se insatisfeitos e 25,5% muito insatisfeitos, enquanto 19% se acham satisfeitos e 4% muito satisfeitos, face às oportunidades de progressão que lhes oferecem os seus empregos (ver quadro 18).

Quadro 18 – Oportunidades de progressão na carreira, (2006)

GRAU DE SATISFAÇÃO	FREQUÊNCIA	%
Muito satisfeito	8	4
Satisfeito	38	19
Insatisfeito	99	49,5
Muito insatisfeito	54	27
TOTAL	200	100

Fonte: Inquéritos realizados pelo autor, 2006

Ainda que limitados a uma população amostral específica, estes factos permitem compreender outras *nuanças* da integração, nomeadamente as respeitantes a oportunidades de progressão nas carreiras profissionais e as trajectórias sociais ascendentes, “encaradas pelo indivíduo como melhoria continuada do seu nível de vida” (Peixoto, 1999:79). Estes movimentos são importantes para a elevação da sua condição social e das suas possibilidades de participação, quer no país de acolhimento, quer no país de origem, por via (neste último) do envio de remessas e da transferência de conhecimentos. A propósito da discriminação existente, uma das instituições associativas de imigrantes angolanos entrevistada pelo autor, quando inquirida sobre a integração sócio-profissional dos angolanos em Portugal, considerou mesmo (com algum exagero certamente) que, «*A integração, particularmente dos negros, cá em Portugal não existe e nunca houve, porque a integração implica inclusão social, significa reconhecimento de competências e desenvolvimento igual para capacidades iguais, o que não acontece com os africanos em geral*».

Esta percepção pode deduzir-se também das respostas dos inquiridos à questão relativa à perspectiva de evolução sócio-profissional em Portugal. Na sua maioria (60%), estes manifestaram incerteza ao responder “não sei”, sendo que apenas 15% responderam “perspectivar melhorias”. Por seu lado, 12,5% consideraram as possibilidades de vir a “estabilizar a sua vida sócio-profissional”, enquanto outros 12,5% admitiram mesmo poder piorar em Portugal (ver anexo 7-quadro 7.34).

Na verdade, os resultados reforçam, no geral, as constatações resultantes do recente estudo da Direcção Geral de Estudos, Estatísticas e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, intitulado “Mobilidade Ocupacional do Trabalhador Imigrante”, onde é reconhecido o facto dos imigrantes com origem nos PALOP serem remunerados a um nível baixo ou muito baixo. Segundo este estudo, cerca de 77% dos imigrantes destes países auferem vencimentos base inferiores a 500 euros e apenas 14% se situam no escalão seguinte, sendo que a participação em escalões de remuneração superiores a 1000 euros é considerada marginal (DGEEP/MTSS, 2006: 50).

Pode-se, pois, concluir que a integração dos angolanos em Portugal, apesar de aparentes melhorias, se revela ainda desfavorável em vários aspectos, carecendo mesmo de uma abordagem política e institucionalmente mais realista e profunda e, sobretudo, mais

envolvente. Ou seja, o diálogo sobre a integração dos imigrantes deve envolver, além dos Governos, também outros actores, designadamente as associações de imigrantes, os empregadores e académicos, tendo em conta os laços históricos e culturais que unem os dois países e povos, com vista a proporcionar condições de um mútuo benefício, desenvolvimento e bem-estar.

3.3- Projectos de retorno e colaboração: as determinantes sócio – económicas no país de origem e de acolhimento

Partindo do pressuposto que a motivação de emigração dos quadros está associada à violência e aos modelos de relações sociais de exclusão impostos em determinados momentos do desenvolvimento nos países de origem, bem como a factores económicos (procura de melhores condições de vida, situação profissional compatível com as respectivas competências e novas oportunidades de realização profissional e social), assume-se curial que a análise do retorno aos países de origem, pela sua complexidade, tenha de ter em conta um conjunto de variáveis, que se conjugam ao nível do país de origem e de acolhimento (este assunto será retomado no capítulo seguinte).

Os dados obtidos e as entrevistas feitas a instituições públicas e privadas portuguesas, encarregues do registo, controlo ou assistência aos imigrantes, designadamente os quadros altamente qualificados e estudantes bolseiros, assim como os inquéritos realizados a vários deles, permitiram constatar não apenas a falta de registos consolidados ou agregados sobre o destino e ocupação profissional dos quadros angolanos formados em Portugal mas, também, a percepção construída pela maioria dos quadros imigrantes angolanos em relação ao país de origem e ao país que os acolhe.

Na realidade, ao nível do país de acolhimento, são vários os factores que emergem como potenciais repulsores de parte dos quadros imigrantes angolanos, não obstante ser a sua acção e influência variável consoante o nível e área de formação, a classe social de pertença e o estatuto migratório.

Com efeito, o clima de recessão económica com que se debate Portugal, que se traduz na falência ou deslocalização de empresas (principalmente multinacionais), com consequências na elevação de taxas de desemprego (designadamente de licenciados) tem nos imigrantes algumas das principais vítimas. Neste quadro, a precariedade da

maior parte das relações de trabalho que os imigrantes angolanos detêm; a degradação das expectativas de evolução sócio-profissional, da segurança de emprego e dos salários, associada a alguns laivos de discriminação racial – todos estes factores se revelam para a grande maioria dos inquiridos, motivos bastantes para uma gradual mudança de atitude em relação às possibilidades de retorno. Nesta perspectiva, os inquéritos e entrevistas realizados pelo autor à diáspora qualificada angolana em Portugal permitiram, de forma geral, caracterizá-la em dois grupos:

O primeiro, aquele que saiu de Angola nos anos de 1975/76, sendo que alguns concluíram o ensino superior em Portugal. Este grupo pode ser, também, subdividido em dois subgrupos: i) uns mais velhos, com idades próximas da reforma, que pensam fixar-se em Portugal definitivamente, pois não estão de forma alguma dispostos a regressar a Angola; e ii) outros mais jovens, que continuam a ter ambições ou, como afirma um dos entrevistados, “têm Angola no coração e lágrima no canto do olho”, e portanto preparam-se para regressar ou já regressaram.

O segundo grupo, relativamente mais jovem, é constituído pelos filhos dos imigrantes de 1975/76 e, também, pelos jovens ex-estudantes bolseiros, que fizeram os cursos superiores em Portugal. Este grupo pode também dividir-se em dois subgrupos:

a) Um que é integrado pelos quadros imigrantes que trabalham em diversas áreas da sua formação: por exemplo, os engenheiros de telecomunicações, informática, mecânica e áreas ligadas as altas tecnologias, que, por via disso, se sentem quase definitivamente inseridos no mercado de trabalho.

b) Um outro, constituído maioritariamente por quadros formados em ciências sociais e humanas, que inclui: i) um grupo constituído por imigrantes com formação superior (e, por vezes, com pós-graduações e mestrados) que se encontram empregados com contratos temporários, e geralmente fora das áreas para as quais foram formados; e ii) os que se encontram na condição de desempregados e em condições relativamente deprimentes.

Não obstante a condição social da maior parte destes últimos quadros imigrantes não ser, no geral, a melhor, em face dos níveis de formação e experiência técnica que detêm,

para muitos deles a ideia de retorno voluntário ao país de origem constitui uma questão incerta e normalmente condicionada à garantia de emprego. Tal pode notar-se pelas respostas expressas no quadro 19.

Quadro 19 – Determinantes principais de retorno dos quadros imigrantes angolanos em Portugal

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Garantias de emprego	135	67,5
Defesa dos direitos humanos	10	5
Consolidação da democracia	17	8,5
Realização regular de eleições	3	1,5
Facilidades de crédito	4	2
Garantias de segurança	8	4
Emprego, habitação e viatura	1	0,5
Qualidade da educação e saúde	19	9,5
Aceitação familiar	2	1
Outros	1	0,5
TOTAL	200	100

Fonte: Inquéritos realizados pelo autor, 2006

Percebe-se que esta atitude, que é fortemente determinada pela percepção global que a grande maioria dos imigrantes angolanos tem do país (ver quadro 20) e condimentada por um certo distanciamento entre as instituições angolanas em Portugal com os imigrantes pode ser gradualmente invertida. Tal poderá ocorrer no caso de haver um programa sustentável de apoio ao retorno que inclua, não apenas a assistência para o regresso mas, também e principalmente, o apoio na reinserção sócio-profissional, através de uma permanente advocacia junto dos empregadores públicos e privados em Angola. Por outro lado, torna-se importante a estruturação de uma maior aproximação formal e informal das instituições angolanas no exterior com às diásporas como forma de estreitar os laços de identidade destes à nação de origem.

De recordar que, quando perguntados sobre a percepção que possuem do país de origem, 24% dos inquiridos (a maioria) considerou-o como sendo “um país com extrema pobreza”, 18,5 % como um “país de corrupção”, enquanto que 18% vê o país como “estando em evidente recuperação económica” (ver quadro 20).

Quadro 20 – Percepção do país por parte dos quadros imigrantes angolanos

INDICADOR	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
País em paz e reconciliação	12	6
País em recuperação económica	36	18
País bom para viver	9	4,5
País com pobreza extrema	48	24
País que precisa de todos angolanos	16	8
País de corrupção	37	18,5
País sem garantias de liberdade	32	16
País contrastes sociais	9	4,5
Outras	1	0,5
TOTAL	200	100

Fonte: inquéritos realizados pelo autor, 2006

Não menos importante para a compreensão das condicionantes da atitude de retorno por parte dos quadros é o estado precário da grande maioria dos serviços sociais básicos para a população em Angola, especialmente da saúde, educação, energia eléctrica e água potável. Esta situação revela-se como grande barreira a qualquer pessoa imigrante altamente qualificada, que, após vários anos de estadia e trabalho em países mais desenvolvidos, cultivou hábitos e padrões de vida totalmente diferentes do país de origem.

Por isso dados expressos no quadro 7.15 em anexo (sobre os motivos de formação em Portugal) assumem-se importantes a considerar nesta análise quer como causa da emigração mas simultaneamente, como factor impeditivo de retorno, atendendo às suas implicações para a família, nomeadamente para a formação dos filhos pois como refere Silié “quem adopta a opção de deixar o seu país fá-lo na maioria dos casos pensando no seu progresso pessoal e de sua família” (Silié, 2006:1).

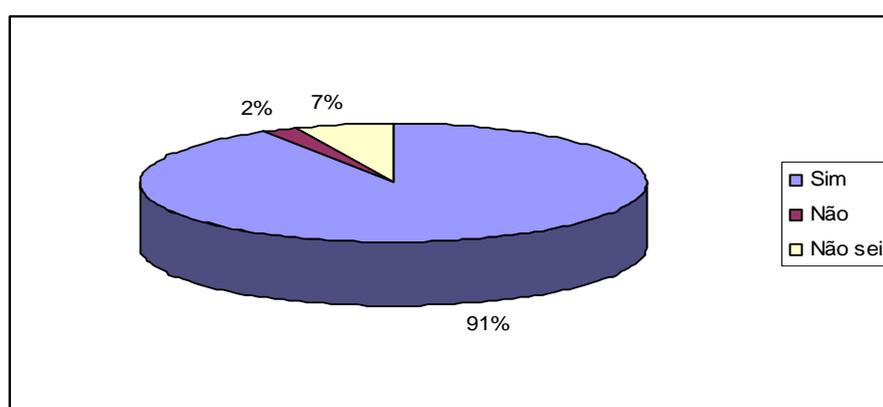
Assim, se pode verificar, do total dos inquiridos, cerca de 39,5% (a maioria) considera a falta de qualidade do ensino em Angola como a razão principal da opção para a realização da sua formação em Portugal, visão a que se aliam os outros 21,5% que atribuem a qualidade do ensino em Portugal como razão explícita na sua escolha de formação em Portugal (ver anexo7-quadro 7.15).

Portanto, a combinação de factores de atracção e de repulsão, presentes nos países de origem e de acolhimento, não permite aos quadros imigrantes assumirem uma postura clara de decisão a favor do retorno ou da fixação. Esta situação é facilmente

interpretável através das respostas expressas no quadro 22 anterior, apesar da quase unânime pretensão de retorno, globalmente manifestada pela esmagadora maioria dos inquiridos.

De facto, do total dos quadros imigrantes angolanos em Portugal inquiridos, cerca de 91,5% pensam regressar ao país de origem, para dar o seu contributo à reconstrução e desenvolvimento de Angola, enquanto 2% consideram não regressar ao país. Por sua vez, cerca de 7% não sabem se regressam ou não, isto é, não possuem uma ideia formada relativamente a tal eventualidade (ver figura 8).

Figura 8 – Tendência de retorno ao país dos quadros qualificados



Fonte: Inquérito realizado pelo autor, 2006

Nas respostas em relação ao eventual momento de retorno, 49% declararam o período de 2008-2010 como provável período de regresso ao país, enquanto 38% consideraram poder regressar ao país depois da realização das segundas eleições legislativas e presidenciais. Por seu turno, 10,5% pensam regressar ao país de origem depois do ano de 2012 e 1,5% consideram que regressarão quando as condições sociais forem melhores do que as actualmente existentes (ver anexo 7- quadro 7.40).

Como se pode verificar, estas respostas permitem-nos construir uma matriz de intenções de retorno dos quadros imigrantes, fortemente dependente da evolução da situação interna do país de origem e, especificamente, em termos de garantia das condições essenciais de integração social e de auto-realização profissional. Tal pode facilmente

deduzir-se das respostas em relação às possibilidades de retorno sob os auspícios de um programa organizado de retorno de quadros.

Nesta perspectiva, 71,5% dos inquiridos consideram que regressariam ao país se houvesse um programa específico de incentivos ao retorno e apoio na inserção sócio-profissional no país de origem, e apenas 25% manifestaram dúvidas. Enquanto isso, 3,5% rejeitam regressar, mesmo com programas específicos (ver anexo 7-quadro 7.41). De salientar que a propósito, do regresso, um dos quadros imigrantes entrevistado pelo autor, considerou que;

«Os quadros receiam o clientelismo político que geralmente preside os critérios de escolhas no apoio às pessoas. O governo angolano deveria fazer esforços para que os angolanos no exterior possam todos regressar. É verdade que nem todos regressarão, mesmo que as condições fossem as mais ideais possíveis, porque muitos têm a sua vida feita em Portugal, outras pessoas têm as suas reformas salvas guardadas nestes países, porém outros há que se encontram endividados junto do estado português com a compra de casas, viaturas etc. Mas é necessário que o governo não desperdice a oportunidade de desenvolver o país com os seus próprios quadros, se pretende afirmar-se no contexto regional e internacional, pelo que devem criar-se as condições concretas para esse objectivo. É necessário um trabalho paciente de aproximação do país com a diáspora e, principalmente, com os quadros qualificados, para que muitos deles comecem a regressar. Neste momento vêm-se chineses, brasileiros, americanos, franceses, enfim, pessoas de várias nacionalidades a irem para Angola, menos os próprios angolanos. É necessário uma política de Estado e, sobretudo, acordos com o estado do país de acolhimento para a salvaguarda dos interesses e direitos das partes.»

Não menos importante na análise do potencial de retorno e participação dos quadros imigrantes angolanos no desenvolvimento é a vontade manifesta pela maioria (cerca de 77%) relativamente à manutenção dos contactos profissionais e familiares com o país de origem. Estes contactos podem ser efectuados no quadro de mecanismos institucionais (redes), que podem ser criados e potenciados pelo estado angolano como espaço útil de colaboração (na área de formação e envio de informações científicas e técnicas) e troca de saberes. Esta ligação é importante para os desafios que se revelam no desenvolvimento económico e social de Angola.

Entretanto, se em relação ao país de acolhimento estão claros e devidamente identificados os factores de reversão da atitude migratória por parte dos quadros, ao nível do país de origem parecem difusos os interesses institucionais do estado angolano em relação ao retorno deste importante capital social e humano. Aliás, os resultados dos inquéritos realizados em Angola com os quadros superiores regressados ao país, que se

apresentam no capítulo seguinte, são bem reveladores desta barreira perceptiva, isto é, a imagem que se tem do país, sobretudo quando se tem presente os permanentes contactos entre os imigrantes e os retornados ao país. *(não se compreende se a “imagem” que se tem no exterior é verdadeira ou falsa)*

Nesta perspectiva, a maior parte dos inquiridos (28%) advogam mesmo a criação de uma instituição do estado, que seria encarregue de estudar, gerir e desenvolver mecanismos de articulação política e administrativa tendentes a assegurar uma ligação mais efectiva e politicamente descomprometida entre a diáspora angolana espalhada pelo mundo e o país. Esta ideia foi também evocada pelos outros 22% dos inquiridos que responderam ser necessária retirar-se a influência partidária nas instituições angolanas no exterior (ver anexo 7- quadro 7.55). Segundo os mesmos, essa instituição procuraria também sensibilizar, no quadro dos grandes interesses e necessidades nacionais de desenvolvimento, para o retorno dos quadros imigrantes altamente qualificados, com a correspondente inserção na vida sócio-profissional.

CAPÍTULO V – O RETORNO DOS QUADROS ANGOLANOS ALTAMENTE QUALIFICADOS

Apesar das análises sistemáticas do impacto das migrações no desenvolvimento serem globalmente escassas e politicamente divergentes, as estratégias desenvolvidas em países como as Filipinas, Índia⁶⁶, Ghana, Benin, Burkina-Faso, Cabo Verde, Madagáscar, Mali, Senegal, Marrocos, Argélia, assentes na utilização de recursos disponíveis nas diásporas para responder às questões de desenvolvimento destes países, constituem experiências que mostram como as redes de imigrantes nacionais e, sobretudo, as diásporas científicas, podem impulsionar o desenvolvimento (UNESCO, 2006: 6; ÉGIDE, 2005: 3). De salientar que “o lançamento da Rede Digital de Diásporas pelas Nações Unidas em Julho de 2002 na tentativa de gerar uma rede de peritos e empresários em tecnologia informática a partir da diáspora africana na Europa e nos EUA” (UNESCO, 2005: 6) também se inscreve nesta vontade de proporcionar-se as diásporas qualificadas, principalmente africanas um papel activo no desenvolvimento nos países de origem. A sua experiência internacional, a vivência em contextos de maior competitividade e empreendedorismo económico, social e técnico-científico, fazem dos imigrantes uma componente importante com a qual os países subdesenvolvidos, designadamente os de África, devem contar para alargar o acesso ao conhecimento e à tecnologia e criar espaços de influência junto dos países desenvolvidos.

O apoio das diásporas, nomeadamente o grupo dos quadros altamente qualificados, ao desenvolvimento dos seus países de origem pode ser de dois tipos. Por um lado, podem ser criados mecanismos que possibilitem o seu retorno gradual, de modo a que desempenhem no país de origem as tarefas para as quais se habilitaram nos países de acolhimento. Por outro lado, mesmo que optem por permanecer nos seus novos países de residência, podem ser criados meios de colaboração temporária com os países de origem. Esta colaboração pode passar por estadas temporárias ou, simplesmente, comunicação e interacção à distância.

⁶⁶ Com apoio da diáspora indiana em Silicon Valley (USA) foram criadas indústrias de TIC na região de Bangalore e estabelecidas alianças entre universidades e o sector empresarial bem como acordos de geminações entre institutos tecnológicos dos EUA (UNESCO, 2006: 6)

Estas e outras razões revelam quão importante é, para os países de origem, a reorientação estratégica das suas políticas migratórias e de formação de quadros no exterior. Estas devem visar a criação de condições que permitam o retorno gradual dos quadros e, ao mesmo tempo, estimulem os que, por razões várias, não podem regressar, a manter uma ligação regular com o país de origem, propiciando um ambiente favorável ao investimento e à circulação mútua de conhecimentos.

Neste capítulo, pretende-se, com base nas experiências dos programas de retorno de quadros já desenvolvidos e nas experiências de inserção socioprofissional dos quadros ex-bolseiros regressados a Angola, avaliar as possibilidades de retorno dos quadros angolanos que permanecem no exterior do país, particularmente em Portugal. Pretende-se, também, avaliar as determinantes necessárias para que o retorno aconteça num quadro de mútuo benefício mas, principalmente, para que contribua para os desafios de desenvolvimento material e sustentável de Angola.

Pretende-se, de igual modo, analisar o papel do estado em Angola na promoção de condições de atracção, assim como na criação de espaços de participação dos quadros emigrados nos programas de desenvolvimento nacional, mesmo a partir dos países de acolhimento.

1- Os programas de retorno de quadros

1.1- As determinantes modeladoras do retorno

O início dos anos 70 é frequentemente referenciado como sendo o período em que começaram a ser frequentes os estudos sobre a problemática do regresso de quadros aos países de origem, centrando fundamental atenção na avaliação das motivações diferenciais dos indivíduos, principalmente estudantes, relativamente à permanência (definitiva ou temporária) no país de destino ou ao regresso aos países de origem.

No que respeita aos estudantes, Barros (1996) defende que, quanto mais tempo um bolseiro permanecer no estrangeiro, maiores são as probabilidades de não regressar, sobretudo se beneficia de uma bolsa privada não-governamental (Barros, 1996: 81). O mesmo autor considera que, quanto mais qualificado for, maiores são as hipóteses de encontrar emprego no país de acolhimento, e quanto mais afastado estiver do país de

origem, menos saberá sobre as possibilidades de emprego no seu país. A estes factores devem associar-se os estímulos que alguns países desenvolvidos vêm dando aos quadros altamente qualificados para que permaneçam nos seus territórios, como é o caso de políticas favoráveis à imigração de indivíduos qualificados (incluindo os que estudaram nesses países) e remunerações “proibitivas” para os países em desenvolvimento.

Já no que tange aos trabalhadores qualificados, o estudo de Glaser (citado por Peixoto, 1999), que se baseou em inquéritos aplicados em vários países, atribui o eventual retorno em dependência de factores de atracção no país de origem, e de repulsão no país de acolhimento. Em relação ao país de origem são referidas: i) as oportunidades de emprego, incluindo rendimento e condições de trabalho, ii) relações familiares, iii) ligação a amigos e sentimentos patrióticos (Peixoto, 1999: 33). Segundo o mesmo autor, as probabilidades de retorno podem ser aumentadas no caso de os indivíduos terem usufruído de subsídios do país de origem, existirem contactos com o governo ou empregadores locais para avaliação de oportunidades de emprego, assim como manutenção de ligações profissionais (*ibidem*).

Do ponto de vista dos factores de repulsão no país de destino, os elementos a destacar prendem-se com a discriminação racial e étnica, o desemprego, a inadaptação da família ao modo de vida estrangeiro e o desejo de contribuir para o desenvolvimento (*ibidem*).

Outras visões, porém, acentuam as desigualdades existentes nas relações económicas internacionais, particularmente entre os PVD e PD, como a causa de indefinição na atitude de retorno por parte dos quadros qualificados. Numa perspectiva mais nacionalista, e a propósito das migrações de quadros de PVD para os países da Europa e América, Zahlan citado por Barros (1996) a este propósito, considera que, “além da privação de recursos humanos insubstituíveis e inovadores aos PVD e mais do que a simples movimentação de factores de produção, o não-retorno torna os países ricos cada vez mais ricos e os pobres mais empobrecidos” (Barros, 1996: 82).

Na realidade e tal como foi referido na capítulo anterior, se a situação política e económica dos países de origem e o papel dos países desenvolvidos neste processo pode constituir um útil ponto de partida, ou moldura teórica, para a explicação da dinâmica destes movimentos migratórios (Sul-Norte) não é menos verdade que a situação nos

países de origem pode potenciar o desejo de partida dos quadros ou mesmo condicionar o potencial regresso.

A emigração de quadros qualificados é um processo selectivo de indivíduos de determinada faixa etária, com determinadas qualificações e um alto nível de instrução, aliado ao facto de todas as sociedades necessitarem de pessoal qualificado à frente das unidades produtivas e liderando a gestão dos esforços de desenvolvimento económico.

Logo, é aos países subdesenvolvidos que cabe tomar a iniciativa na criação de cenários próprios de atracção dos quadros nacionais, tendo em conta as condições e necessidades concretas da sua economia. Além disso, em vários destes países, por várias razões (desorganização, fraqueza das instituições) não existem dados estatísticos concretos sobre o volume e as necessidades de quadros altamente qualificados. Outra lacuna importante diz respeito à inexistência de dados sobre a contribuição dos emigrantes altamente qualificados e os fluxos monetários em direcção aos países de origem.

Em relação aos quadros africanos, o quadro atrás referido é, em todos os aspectos, agravado por má governação e, em certo sentido, ausência de uma visão estratégica de desenvolvimento. A este propósito, dados do Banco Mundial citados pela UNESCO (2005: 5) recorda que África Subsariana gasta anualmente cerca de 4 mil milhões de dólares para recrutar e pagar 100.000 peritos provenientes dos países industrializados, quantia a que Philip Emeagweli⁶⁷ (2006) considera suficiente para recrutar os 250.000 profissionais africanos que trabalham fora de África.

Por outro lado, os profissionais africanos que trabalham no continente têm salários consideravelmente inferiores aos salários de expatriados com qualificação semelhante, e são frequentemente empregados em áreas que não correspondem aos seus campos de experiência e especialização. Ainda no plano remuneratório importa considerar também, o fenómeno do pagamento de salários aos técnicos altamente qualificados num montante inferior aos de pessoas sem qualificação ou com qualificação abaixo daqueles, situação muito comum em alguns países africanos.

⁶⁷ Philip Emeagweli, in entrevista a África Journal, 2006.

Como se pode verificar, há todo um conjunto de factores inibidores do retorno, o que implica a tomada de medidas tendentes a alterar a situação por parte dos países africanos, se África pretende ser um parceiro válido nas relações internacionais.

1.2- Os programas desenvolvidos sobre retorno de quadros

Desde a década de 80 que vários programas vêm sendo desenvolvidos visando promover o retorno dos quadros aos seus países de origem. A OIM (agência inter-governamental especializada nas migrações) tem contribuído como organismo de administração de várias políticas nacionais e internacionais de retorno dos migrantes aos países de origem, incluindo refugiados, grupos de migração laboral vulnerável, estudantes e quadros qualificados.

De acordo com John Galpin⁶⁸, a OIM a partir de 1983, e em colaboração com diferentes governos interessados em promover recursos humanos em África, criou três tipos de programas de apoio ao retorno:

O primeiro – o RQAN (Programa de Retorno de Quadros Nacionais Africanos) – iniciado em 1983, foi destinado a promover o retorno de nacionais africanos qualificados e experientes, a residir em países desenvolvidos, procurando assim trazer de volta profissionais que de outra maneira estariam perdidos para a África. De acordo com aquela entidade a ideia deste programa era ajudar alguns profissionais de que o país mais necessitava a ultrapassar as barreiras que se impunham no seu regresso em termos de emprego de acordo com a sua experiência profissional.

Com efeito, o programa RQAN (o mais vasto) decorreu no período de 1983 à 1999 e na sua execução comportou três fases: i) A primeira fase do programa (1983-1991) incidiu sobre três países “alvos”, designadamente Quênia, Somália e Zimbabué assim como 30 outros países “não alvos” de África e abrangeu num total de 503 nacionais qualificados até 1991. Foi financiada pela Comissão Europeia e EUA, tendo Lisboa, Londres e Washington como centros de recrutamentos; ii) A segunda fase (1992-1995) foi dirigido a seis países “alvo”, nomeadamente o Ghana, Quênia, Somália, Uganda, Zâmbia e

⁶⁸ Antigo responsável dos programas de retorno da OIM em Lisboa, numa comunicação apresentada no dia 9/10/96, durante o Congresso de Estudantes Africanos em Portugal realizada de 8 a 10 de Maio de 1996 em Lisboa.

Zimbabwé, além de outros 30 países “não alvos”. Esta fase foi financiada pela União Europeia, ao abrigo das convenções de Lomé II e Lomé III e proporcionou o retorno a 619 nacionais qualificados, isto é, dos seis “países alvos”, além dos 100 quadros de outros diferentes países africanos que retornaram no período de 1992-1993; iii) A terceira e última fase do programa, iniciado em Janeiro de 1996 decorreu até final de 1998 e abrangeu quase um milhar de profissionais para 11 países “alvo” de África, nomeadamente Angola, Cabo Verde, Etiópia, Ghana, Guiné-Bissau, Quênia, Moçambique, Serra Leoa, Uganda, Zâmbia e Zimbabwé. Este programa abrangeu a cobertura de despesas de viagens e pessoas a cargo, equipamentos profissionais, uma formação de integração e algum suplemento de remuneração para um período limitado.

Portanto, segundo dados da OIM (2006) a terceira fase do programa RQAN permitiu o retorno de um total de 855 quadros superiores entre os quais 8 angolanos, 30 cabo-verdianos, 57 guineenses, 13 moçambicanos e 17 timorenses.

O segundo programa denominado Programa Especial para Bolseiros dos PALOP decorreu de 1989 à 1994 e foi orientado para promover o retorno à África de estudantes que, sem assistência se encontrariam desamparados no país onde estudaram (reduzindo assim a “perda” potencial de profissionais em África). Ao abrigo deste programa financiado também pela União Europeia, foi prestada assistência a estudantes que estiveram a estudar nos antigos países bloco do leste e que interromper os seus estudos devido à dissolução da União Soviética. Neste quadro mais de 1000 estudantes oriundos da Guiné-Bissau e Moçambique, receberam assistência para completar os seus estudos no estrangeiro e o conseqüente regresso e reinserção nos respectivos países de origem, após conclusão dos cursos. Na mesma perspectiva foram apoiados com financiamento da União Europeia outros 400 bolseiros da Tanzânia e havia sido programada uma operação idêntica para o regresso dos estudantes de Angola e da Etiópia que haviam concluído os cursos cujos dados não estão disponíveis.

O terceiro tipo de programa denominado (ROT/África- CE/OIM) decorrido de 1989 à 1993, foi dedicado a promover a fixação de nacionais qualificados no continente africano. Segundo Galpin (1996: 86). Este programa financiado pela União Europeia visou proporcionar aos “profissionais qualificados africanos que tenham sido forçados a abandonar os seus países (exilados) a assistência no sentido de encontrar postos de

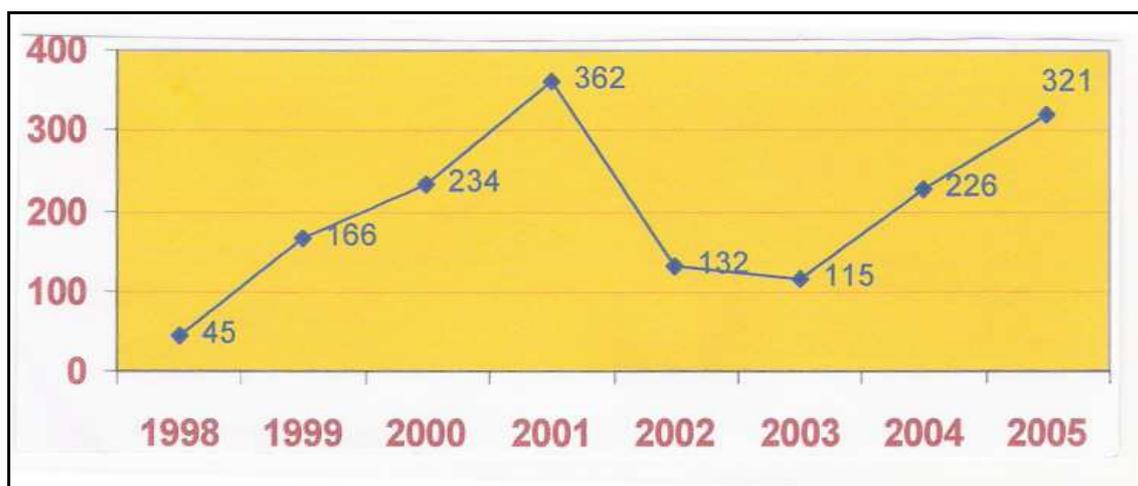
trabalho apropriados num terceiro país africano ou seja podia ser promovida a contratação de consultores intra-Africa, acelerando assim a o desenvolvimento dos mercados de trabalho regionais para profissionais em áreas-chaves”.

De referir no entanto que durante a década de 90 e em paralelo com os programas acima referidos foram ainda implementados vários outros programas mais específicos mas, orientados para os mesmos objectivos de garantir directa ou indirectamente o retorno e a participação dos quadros africanos nos seus países de origem. São exemplos destes programas: i) o TOKTEN (Programa de Transferência de Conhecimentos dos Expatriados) financiado pelo PNUD e dedicado a conceder a assistência a consultores que queiram regressar aos seus países de origem com contratos de curta duração (Galpin, 1996: 88); ii) PIRV-GB (Projecto Integrado de Retorno Voluntário para Cidadãos da Guiné-Bissau com estatuto temporário decorrido de 1999 à 2002. Foi financiado pelo Estado Português e co-financiado pela União Europeia e o Fundo Europeu para os refugiados; iii) o PPRV (Programa Piloto de Retorno Voluntário que iniciou em Dezembro de 1997 e terminou em 2000 sob os auspícios da OIM- Lisboa.

Como se pode observar, os dois últimos programas tiveram um carácter mais abrangente em termos de alvo a beneficiar (imigrantes qualificados, imigrantes laborais, exilados, refugiados, etc) ao contrário dos anteriores (RQAN, ROT/África-CE/OIM e TOKTEN) ou ainda o MIDA que será referido a seguir, mais dirigidos aos quadros. Segunbo Elisa Vaz- Coordenadora nacional do projecto de retorno voluntário da OIM em Lisboa⁶⁹, “ os problemas de desemprego, a falta de documentos, as dívidas com o pagamento de rendas de casa estão na origem de grande parte dos pedidos de retorno no âmbito do PRV onde a grande incidência vai para as mulheres e menores abandonados”. Nesta perspectiva, os dados da OIM (2006) assinalam que, com base no PRV atrás referidos, no período de 1998 a 2005, foram apoiados no retorno aos mais variados países de origem cerca de 1654 indivíduos (ver em anexo 3), sendo os anos de 2001 e 2005 os que registaram maiores volumes de retorno (ver figura 9).

⁶⁹ Entrevista concedida ao Jornal Angola Digital aos 12 de Junho de 2006 (in www.acime.pt)

Figura 9 – Evolução do número de retornados no período de 1998-2005 no quadro do Programa Retorno Voluntário (PRV).



Fonte: OIM, 2006

Segundo aquela instituição (OIM), os programas incidiram não apenas sobre os técnicos que vieram dos países desenvolvidos (que foram a maioria) mas, também, aqueles que, estando dentro do continente africano, não tinham a possibilidade de utilizar a sua experiência no país onde se encontravam acolhidos.

Não menos importantes são, também, os programas desenvolvidos pela OIM, com financiamento do Luxemburgo, para assistência ao retorno dos quadros da África do Sul; o programa, financiado pela Itália, para os quadros da Eritreia, do Rwanda e do Malawi; o programa, financiado pelo governo belga, orientado para os quadros da RDC; o programa de facilitação das garantias de crédito aos emigrantes retornados à Tunísia, candidatos à montagem de pequenas empresas agrícolas e de pescas.

Relativamente aos PALOP, dados da OIM (2006) apontam que no período de 1995 a 1999 retornaram com apoio desta organização e no âmbito do RQAN, cerca de 125 quadros, sendo 56 da Guiné-Bissau, 30 de Cabo Verde, 17 de São Tomé, 13 de Moçambique e apenas 8 de Angola. Do ponto de vista do seu grau académico, consta que cerca de 1,6% são doutorados, 9,6% mestres, 72% licenciados, 10,4% bacharéis e 6,4% indivíduos com cursos técnicos, estando a maioria ligados à área económica e direito (ver quadro 21) alguns dos quais, possuem vasta experiência em funções de direcção (8%) e na assessoria e formação (24%).

Quadro 21 – Quadros dos PALOP, retornados no quadro do RQAN por sector de actividade (1995-1999)

SECTOR	NÚMERO	PERCENTAGEM
Primário	4	3,2
Obras públicas	23	18,4
Serviços jurídicos	32	25,6
Serviços de saúde	10	8
Educação e formação	15	12
Investigação	4	3,2
Planificação económica	32	25,6
Outras	5	4
TOTAL	125	100

Fonte: OIM, 2006

Enquanto isso e no quadro do PRV, de 2000 a 2005, retornaram 39 quadros para Cabo Verde, 64 para a Guiné-Bissau, 33 para São Tomé, 9 para Moçambique e 153 para Angola, com destaque para os anos 2003 e 2005. Angola viu assim, o número dos quadros que regressaram com apoio da OIM a aumentar desde o ano de 2003, devido principalmente ao clima de desanuviamento da guerra e a instauração da paz.

Segundo, a fonte da OIM entrevistada pelo autor;

«Provavelmente o número de quadros retornados para Angola poderia ser maior se não fosse a excessiva burocracia e a vezes barreiras das instituições angolanas cá em Portugal na emissão de documentos como salvo-condutos e outros. Esta questão a continuar poderá por exemplo, entrar a implementação do MIDA para Angola porque este programa – que ainda está em preparação – é de recrutamento e transferência de quadros baseado na procura e nas necessidades identificadas pelos países envolvidos na elaboração e planificação dos programas, ou seja, requiere a colaboração de vários organismos incluindo principalmente o sector privado e empresas de transportes aéreos e terrestres do país de origem para além obviamente das instituições do país de acolhimento. Fica-se as vezes com a sensação de não haver ainda uma sintonia entre o que se decide e a acção das instituições a nível de alguns PALOP».

De referir que o programa MIDA (Migração para o Desenvolvimento em África), em preparação no caso dos PALOP, constitui segundo dados da OIM, um programa de recrutamento e transferência flexível, projectado para “a assistência ao retorno de quadros e de empresários que se diferencia dos anteriores, pela ideia de apoio por dois anos, numa perspectiva do retornado investir no país, criando riqueza e emprego, findos os quais a pessoa tomaria a decisão de permanência ou não no país” (Vaz, 2006: 3). De acordo com esta responsável, “o programa em referência está em fase de preparação para ser negociado (com organismos internacionais multilaterais e bilaterais, tendo em vista o seu financiamento), estando já parte final, o MIDA Cabo Verde após o qual se

seguirá o processo de Angola e, posteriormente, a Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe” (idem; ibidem)

2 - A acção do estado no retorno dos quadros angolanos

2.1- Políticas de retorno e determinantes sócio económicas no país de origem

A análise da situação social e económica da diáspora qualificada angolana em Portugal e, muito particularmente, no que respeita à sua integração sócio-profissional na sociedade portuguesa – realizada no capítulo anterior – permite deduzir que a ideia expressa no conceito de “Earn, Learn and Return”⁷⁰ (Dahlsten, 2004: 11) pode ganhar para o caso dos quadros imigrantes angolanos em Portugal, cada vez mais um significado prático inverso, sobretudo porque muitos deles, tirando os estudos superiores que realizaram em Portugal, pouco estarão a “ganhar” e “aprender”, por estarem a ser subutilizados e como tal, na situação de “desperdício de cérebros”. Nesta perspectiva revelam-se mais úteis à Angola do que à Portugal, o que implica por sua vez a condição de que, o país de origem tenha presente o papel destes no desenvolvimento nacional, no actual contexto de globalização económica.

Contudo, apesar de ser recorrente no discurso político oficial em Angola, a evocação do papel dos quadros nacionais no desenvolvimento e, por conseguinte, da sua necessidade enquanto “alavanca essencial para a inversão da actual situação e factor decisivo para a reconstrução nacional, estabilidade política e social e desenvolvimento sustentado do país” (MAPESS, 2005: 16), persistem várias incongruências. Estas revelam-se na prática, salvo raras excepções (sectores da saúde e minas), num efectivo subaproveitamento das capacidades técnicas e intelectuais da grande maioria dos quadros existentes no país. Um exemplo evidente é o do número de engenheiros e quadros de outras esferas da ciência e da técnica que exercem actividades administrativas em instituições públicas e privadas, por falta de empregos nas áreas para os quais foram formados. As consequências desta situação repercutem-se, não só na condição social dos quadros devido – na maior parte das vezes – a injusta remuneração mas, principalmente na ineficácia do funcionamento das instituições. Ora a fraca hipótese dos imigrantes qualificados em conseguir um posto de trabalho e alojamento,

⁷⁰ Ganhar a vida, reforçar os conhecimentos e regressar ao país de origem.

no país de origem, compatíveis com a sua experiência profissional, assim como as despesas de deslocar os familiares e objectos pessoais, tornam-se barreiras difíceis de transpor no que diz respeito ao regresso.

Associadas ao facto exposto, estão também as disparidades existentes na promoção e reconversão de carreiras. Não são raras as vezes em que quadros da função pública se encontram reconvertidos em categorias inferiores àquelas previstas pela legislação correspondente, e em consequência auferem salários inferiores aos trabalhadores com categorias e formação inferior.

Um docente universitário angolano, entrevistado pelo autor, considerou a este propósito:

«O tratamento desigual do factor remuneratório entre os técnicos nacionais e expatriados, em que estes (técnicos estrangeiros) auferem salários mais elevados (incluindo subsídios) do que os quadros nacionais, muitas das vezes com nível de formação superior ao daqueles; a existência de pessoas sem formação a auferir salários de doutores; o clientelismo político, a corrupção e o amiguismo na função pública, etc. – fazem de Angola um país difícil para quem confia apenas na sua capacidade técnica e científica.»

Na realidade, o facto de em todas as instituições nacionais, públicas e privadas, angolanas encarregues do controlo, registo e apoio à reinserção profissional não se disporem de dados sobre os quadros (emigrantes laborais e ex-bolseiros) retornados, bem como sobre o seu destino e ocupação profissional no país, indicia não apenas a ausência de políticas orientadas para a atracção e apoio ao retorno dos quadros emigrantes angolanos altamente qualificados mas, também, uma certa desresponsabilização do estado em relação à necessidade de manutenção dos talentos no país, não obstante os grandes recursos despendidos para a sua formação (dentro ou fora do país). Esta situação foi reconhecida por um responsável de uma das instituições angolanas encarregues pela inserção profissional quando, em entrevista ao autor, afirmou:

«Não existe um mecanismo de acompanhamento nem capacidade de controlo dos estudantes bolseiros durante e depois da formação, o que faz com que muitos deles – principalmente os bolseiros nos países da Europa ocidental e EUA – se mantenham nos países de formação, não havendo neste aspecto como fazê-los voltar. Em algumas vezes, quando as instituições do MED cortam as bolsas, logo a seguir sofrem pressões directas ou indirectas com o fim de manterem o pagamento, a pretexto de permitir que regressem e evitar que vagueiem pelos países de acolhimento».

Na opinião daquele interlocutor,

«Deveria haver um mecanismo de acompanhamento, controlo e coordenação com a intervenção do MED, SEES, MAPESS e MIREX, no sentido de assegurar uma responsabilização do bolseiro para com os estudos e o conseqüente regresso ao pós-formação, assim como também a garantia de assistência necessária à sua reinserção sócio-profissional.»

De salientar que, de acordo com os dados obtidos em instituições angolanas e portuguesas, a formação de um estudante em Portugal é avaliada, em média, em cerca de 33.750 euros para o nível de licenciatura e 20.400 a 36.000 euros para a pós-graduação, nomeadamente ao nível de mestrado e doutoramento. Os custos nestes últimos podem variar, em função da natureza do curso, da instituição e da região.

De recordar todavia que, oficialmente, Angola levou a cabo no período de 2003 a 2006 um Programa de Repatriamento Voluntário e Organizado dos angolanos asilados, executado pelo MINARS com o apoio da ACNUR, programa este que, apesar de dirigido a todos os angolanos asilados em diversas partes do globo, foi centrado basicamente nos refugiados que estavam nos países vizinhos. Segundo dados do MINARS, o respectivo programa foi estabelecido pelo Governo de Angola visando contribuir para o processo de reconciliação nacional e de estabilização do país (MINARS, 2005: 6), no quadro dos Acordos de Bicesse, do Protocolo de Lusaka e do Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka, de 4 de Abril, assinados entre o Governo de Angola e a UNITA. O programa permitiu, até ao final de 2005, o retorno de cerca de 400.000 angolanos, de um total de aproximadamente 600.000 que estavam refugiados nos países vizinhos devido ao conflito, tendo os custos da operação sido avaliados em cerca de 100 milhões de dólares americanos, mais de metade dos quais (53.470.568 dólares) suportados pelo Governo de Angola. Tratou-se, para todos os efeitos, de um programa que, pela sua natureza, teve como alvo as populações que estavam instaladas em campos de refugiados, não abrangendo quadros com alta formação académica e profissional⁷¹, que requerem um tratamento mais personalizado.

⁷¹ Para mais dados, consultar o boletim/relatório sobre o Repatriamento Voluntário e Organizado dos Refugiados Angolanos, 2002-2005, do MINARS (2006).

Entretanto, mesmo em relação ao retorno dos ex-refugiados e asilados, alguns estudos consideram serem vários os obstáculos com os quais se debatem para a sua reinserção social e profissional.

Num estudo desenvolvido por Pureza *et al.* (2005) sobre Prevenção de Conflitos Armados, Cooperação para o Desenvolvimento e Integração Justa no Sistema Internacional⁷², considera-se mesmo que o retorno (de imigrantes) para Angola tem vindo a associar-se a vários outros desafios ligados à reintegração na sociedade angolana, derivados quer da insuficiência de infra-estruturas e serviços sociais, quer da forma pouco amistosa como em alguns círculos sociais de residentes se encara a recepção daqueles (Pureza *et al.*, 2005: 174-197). Segundo este autor, para alguns grupos sociais o retornado é visto como uma pessoa que vem competir com eles por recursos já em si escassos – sendo sintomáticas as discriminações, por vezes agravadas em termos de procura de trabalho pelo fenómeno da língua⁷³ ou por “questões de intolerância política,” nomeadamente em relação aos que regressam a zonas que eram controladas por um dos lados a que não pertenciam ou simpatizavam.

Estes e outros aspectos agravam a prevalência de uma percepção negativa da situação do país por parte dos imigrantes. E isto é tanto mais influente na atitude de retorno quando essa percepção resulta de opiniões que emergem do interior do país e, sobretudo, de grupos sociais como são os quadros nacionais residentes, que se admite terem um protagonismo no desenvolvimento social, económico e político do país.

Nos inquéritos realizados aos quadros em Angola pôde-se confirmar várias das dificuldades de integração referidas acima, e assim compreende-se porque, apesar da expressa vontade de retorno, persiste o sentimento natural de hesitação.

3- Inquérito aos quadros ex-bolseiros em Angola

3.1- Caracterização da população inquirida

Na tentativa de consolidar as informações e os dados obtidos nas mais diversas fontes contactadas pelo autor e, desta forma, aprofundar o presente estudo foi realizado um

⁷² Relatório apresentado ao Instituto de Cooperação Portuguesa.

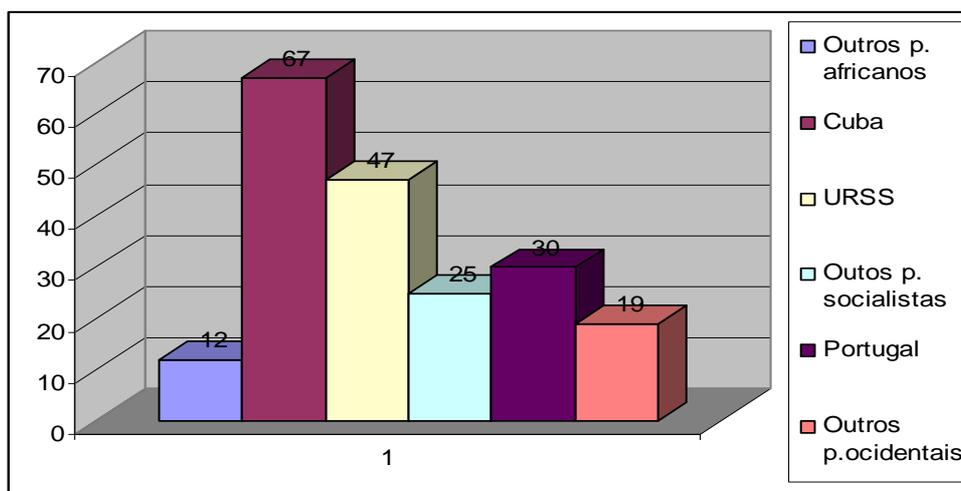
⁷³ Para os angolanos que estiveram vários anos em países de expressão não portuguesa.

inquérito (não representativo) a 200 quadros angolanos formados no exterior (ex-bolseiros e não só) e regressados ao país. Estes quadros são residentes nas cidades de Luanda e Benguela, que são os principais centros económicos e sociais do país. Os aspectos metodológicos do inquérito foram referidos na introdução a este trabalho.

Assim foram inquiridos 145 (72,5%) técnicos do sexo masculino e 55 (27,5%) do sexo feminino. De notar que, do total dos inquiridos, cerca de 12% eram bacharéis, 68% licenciados, 5% detinham especialização pós-graduada e 15% o mestrado. As áreas de formação variaram entre o direito (9,5%), economia (15%), engenharias (13%), educação (45%), medicina (7%) e outros cursos (10,5%) (ver anexo 8-quadro 8.8).

A origem países de formação indica que 33,5% foram formados em Cuba, 23,5% nos países da ex-URSS e 12% formados em outros países socialistas. Os restantes foram formados em Portugal (15%), outros países ocidentais (9,5%) e outros países africanos (6%), conforme Figura 10.

Figura 10 – Países de formação dos quadros angolanos inquiridos, 2007



Fonte: inquérito realizados pelo autor, 2007

Entre as várias questões colocadas (ver modelo de questionário em anexo 5 e 6), algumas respostas merecem atenção, pela convergência com as respostas obtidas nos inquéritos realizados aos quadros imigrados em Portugal. Tal é o caso de respostas sobre o motivo de opção de formação, principais dificuldades vividas durante a

formação, dificuldades de obtenção de emprego, oportunidades de progressão nas carreiras e a percepção que têm do país, entre outras.

De referir ainda que, do total dos inquiridos, cerca de 159 foram bolseiros, sendo 64% destes financiados pelo Estado, 8,5% por empresas, 4% por ONG e 3% por instituições religiosas, enquanto outros 41 fizeram a sua formação com apoio de familiares ou das suas próprias poupanças (ver anexo 8-quadro 8.11).

Neste quadro, e relativamente aos motivos de opção pela formação no exterior, a maioria (42%) declarou ter sido uma escolha voluntária no quadro das ofertas normais de bolsas dadas pelo estado. Contudo 26,5% ter feito formação no exterior devido a qualidade do ensino no país de destino, aliada a compreensão das limitações que o país tem em termos de capacidade de formação de quadros de alto nível. Por sua vez 18% declarou que a opção se deveu a falta de qualidade do ensino em Angola e 10,5% por ter tido apoio da família. De notar contudo que cerca de 2,5% justificaram a escolha pela formação no exterior por terem sido imigrantes nos respectivos países de formação.

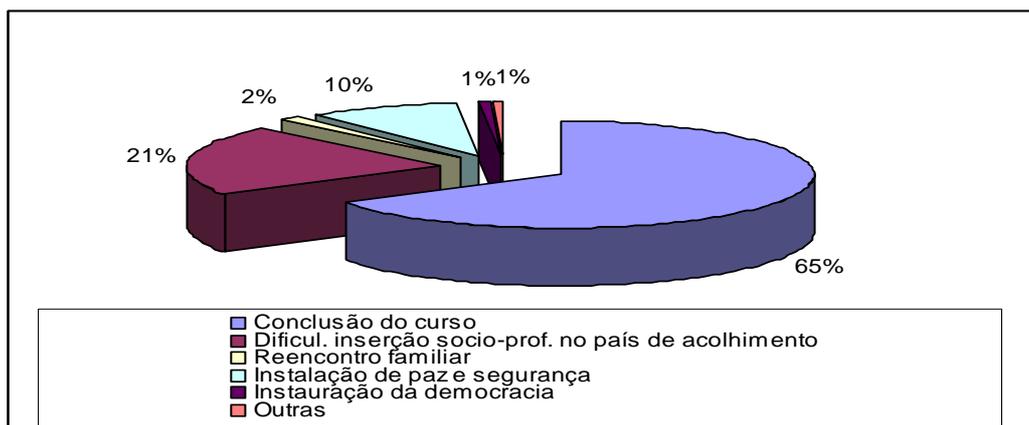
Se considerarmos a proporção acumulada de respostas das razões expostas para formação no exterior, fica subjacente a ideia do reconhecimento da fraca qualidade e limitações do sistema de ensino no país. De salientar que a esta questão 42% declararam terem estudado no estrangeiro por ter beneficiado de bolsa 26,5% evocaram a qualidade de ensino do país de destino, o que deixa subentendido a falta dele na origem e 18% declararam tê-lo feito por falta de qualidade do ensino em Angola. (ver anexo 8 – quadro 8.12).

Não menos importante na caracterização dos inquiridos foi o tempo que permaneceram no estrangeiro, o ano de regresso ao país e as razões do regresso. Com efeito, a grande maioria dos inquiridos declarou ter estado no estrangeiro entre 6 a 10 anos (47%) e 31,5% apenas 5 anos. Por outro lado, cerca de 18% repartem-se entre os que viveram no exterior num período total de 11 a 20 anos e apenas 1,5% terá permanecido mais de 21 anos. Relativamente ao período de regresso a Angola, as respostas dividem-se entre 1990-2001 (55%) e o período de 2002-2006 (39,5%) além de outros 5% que regressaram no período de 1981-1989, indiciando assim, terem sido as expectativas de paz e as eleições, no primeiro caso, e a instauração da paz definitiva em 2002, no

segundo, algumas das principais motivações do retorno. Por outro lado a elevada percentagem dos quadros regressados no período de 1990-2001 é explicável pelo facto da maioria dos quadros terem sido formados nos países do ex-bloco socialista onde a fixação e integração era mais problemática.

Portanto, apesar da conclusão do curso se apresentar como a razão base do retorno, o facto da situação política e económica de alguns países de formação, principalmente nos então países socialistas, não ser favorável à fixação e inserção sócio-profissional, associada a instauração da paz no país e a expectativa de oportunidades dela decorrentes, constituíram motivo importantes de atracção para o retorno. Como se pode verificar na figura 11, 65% consideraram ter regressado por ter concluído o curso, 21% declararam as dificuldades de inserção sócio-profissional nos países de formação, enquanto 10% apontaram razões da instauração da paz e segurança no país.

Figura 11 – As principais razões de regresso dos quadros ao país, 2007



Fonte: Inquérito realizado pelo autor, 2007

3.2- As principais dificuldades de inserção no país de origem

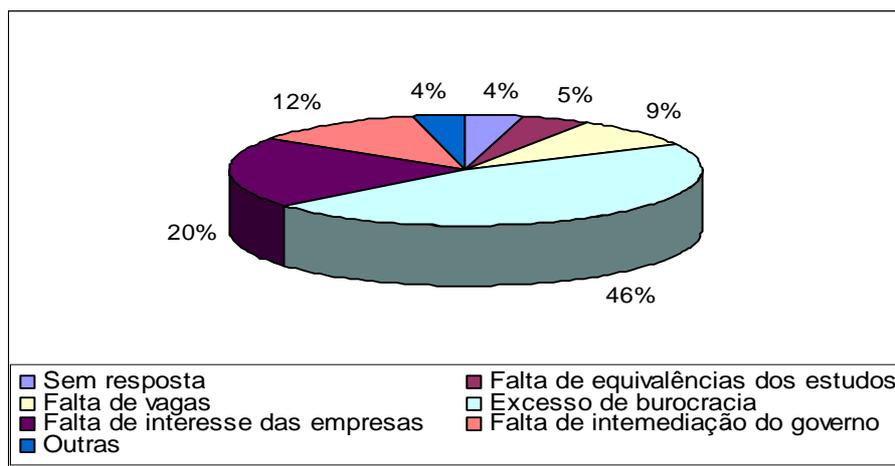
Como foi referido na secção anterior, o inquérito aos quadros em Angola permitiu, em algumas questões, identificar convergências com vários aspectos que influenciam a atitude dos quadros que se encontram em Portugal relativamente ao seu regresso à Angola. Assim, durante a formação no exterior, os inquiridos apontaram basicamente a falta de recursos financeiros (44,5%) e o atraso no pagamento de bolsas (que

correspondeu a 43,5%) como dificuldade principal, enquanto 5% declararam ter sentido dificuldades na articulação entre estudo e trabalho (anexo 8- quadro 8.14).

Na verdade, a persistente referência às dificuldades financeiras durante a formação pelos quadros (ex-bolseiros) inquiridos, quer em Portugal, quer aos regressados ao país de origem, revela que esse factor também foi influente para a fixação e retracção de muitos destes no regresso.

Mas é sobretudo em relação à obtenção de emprego em Angola que os quadros regressados manifestam a maior contrariedade. De acordo com os resultados obtidos na questão relativa à dificuldade de obtenção de emprego, 46,5% consideram que o excesso de burocracia é a maior barreira para a obtenção de emprego em Angola, factor a que junta a falta de interesse de várias empresas em recrutar técnicos superiores (20,5%) e a falta de intermediação do estado no processo (12%) (ver figura 12).

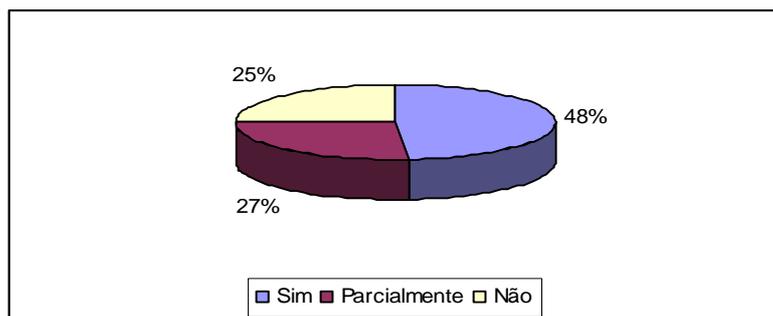
Figura 12 – Principais dificuldades de obtenção de emprego em Angola



Fonte: Inquérito realizado pelo autor em Angola, 2007

Ao quadro cima descrito é associada a colocação em sectores ou áreas de actividades nem sempre afins à formação. Neste pormenor e perguntados sobre a ligação entre o emprego e sua área de formação, 97 pessoas (48%) declararam “Sim” ou seja, exercem actividades nas respectivas áreas de formação, 54 pessoas (27%) responderam estar “Parcialmente” ligados as respectivas especialidades enquanto que 49 (25%) respondeu “Não” (ver figura 13).

Figura 13 – Relação entre profissão e a formação adquirida



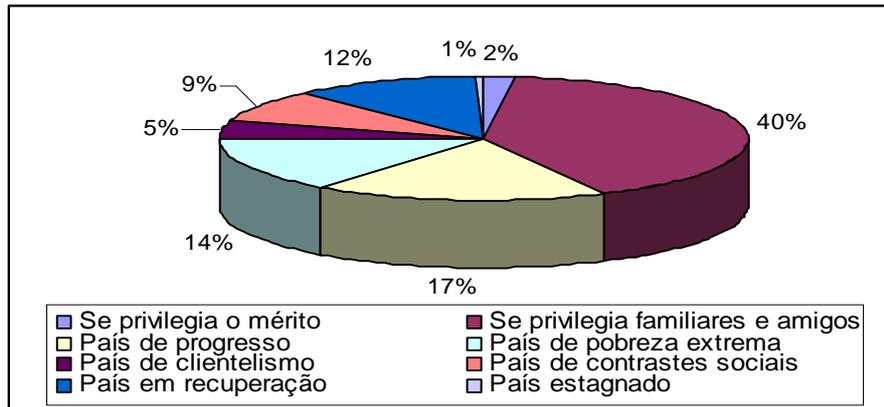
Fonte: Inquérito realizado pelo autor, 2007

É de realçar que o sector da educação tem sido em grande medida a alternativa para o acolhimento sócio-profissional da grande maioria destes quadros o que se pode perceber pelas profissões exercidas pelas pessoas inqueridas onde 56% declarou ser “Professor” (ver anexo 8-quadro 8.22).

Pode-se assim considerar que, apesar de todos os quadros inquiridos estarem empregados, ainda sentem as barreiras existentes no meio em que estão inseridos. Tal é perceptível nas respostas sobre os vínculos contratuais e oportunidade de progressão nos empregos em que se encontram. Nestas, apesar dos técnicos inquiridos, na sua maioria (90,5%), terem considerado “possuir contrato permanente” (existe 9% com “contrato temporário”) (anexo 8-quadro 8.24) quando questionados relativamente às oportunidades de progressão na carreira, 41% se consideram “insatisfeitos” e 15,5% “muito insatisfeitos”, e apenas 38% que se sentem “satisfeitos” (ver anexo 8-quadro 8.30).

Idêntica visão negativista em relação à situação do país foi também obtida quando questionados sobre a percepção geral que possuem do país. Neste aspecto, a maioria (40,5%) dos inquiridos considerou-o como sendo “um país em que se privilegiam mais familiares e amigos”, enquanto 29,5% consideraram “ser Angola um país de progresso e em efectiva recuperação económica e social” e 14,5% designaram-no como sendo “um país de extrema pobreza”. É notório o facto de apenas 2% ter respondido “ser um país em que se privilegia o mérito” (ver Figura 14)

Figura 14 – Percepção do país pelos quadros residentes em Angola, 2007



Fonte: Inquérito realizado pelo autor, 2007

A atender pela resposta dada pela maioria, compreende-se que o acesso ao emprego em Angola tem sido basicamente mediado através de conhecimentos pessoais e familiares. Da mesma forma, as respostas relativas à percepção do país, quando comparadas com as obtidas nos quadros em Portugal, leva-nos a concluir ser comum o sentimento de insatisfação relativamente à forma como as instituições nacionais tratam os quadros nacionais residentes. Nesta vertente, a opinião de um dos quadros nacionais entrevistado pelo autor retrata o real quadro de relações sociais que preside a convivência entre a elite científica do país e a elite política quando, perguntado sobre o aproveitamento do potencial dos quadros angolanos no país, respondeu:

«Para viver em Angola neste momento é necessário muita coragem. Subsistem muitas resistências a mudanças, impedindo por todos os meios a emergência de saberes novos. Em alguns sectores e sob vários pretextos chega-se a preferir o estrangeiro em detrimento dos quadros nacionais, que são tidos como incómodos.»

Outro factor não menos importante na moldura da atitude dos quadros regressados, e também dos formados no interior, em relação ao país diz respeito ao estado precário da grande maioria dos serviços sociais básicos para a população, nomeadamente da saúde, educação, energia eléctrica e água potável. O mesmo sucede em relação a outros meios adequados de trabalho, que se revelam, para algumas qualificações de retornados, determinantes para uma promissora integração social e profissional, sobretudo após anos de vida e trabalho em países com hábitos e padrões de vida totalmente diferentes dos do país de origem. Aliás, quando questionados sobre as possibilidades de voltar a viver no estrangeiro, 53,5% responderam “não saber” e 42,5% responderam “não

tencionar viver no estrangeiro”. Mas 4% declarou poder ainda voltar para o estrangeiro, alegando faltarem as condições mínimas de vida, nomeadamente emprego e salário compatível.

Ora, a imagem que os técnicos nacionais residentes reflectem da situação social e económica concreta do país é um factor importante na configuração de uma atitude face ao país, tanto mais difícil para quem está a viver no exterior e, principalmente, na Europa. A fraca possibilidade do imigrante qualificado em conseguir um posto de trabalho no país de origem de acordo com a sua experiência profissional influencia negativamente a intenção de regresso.

E se, como reconhece o MAPESS⁷⁴, “a particularidade do mercado nacional de emprego não deixa lugar a grandes expectativas quanto a absorção imediata, na economia estruturada, do contingente de desempregados, maioritariamente não qualificados, que os centros de emprego registam” (MAPESS, 2005:19), também não é menos verdade que a falta de políticas coerentes e transparentes de promoção e expansão do sector privado impede o alargamento da capacidade de resposta do mercado de emprego e a possibilidade de absorver – por razões de competitividade num mercado cada vez mais aberto – os quadros altamente qualificados. Aliás, a capacidade de absorção do estado tem limites, e que é necessária maior dinâmica do sector privado

Portanto, a adopção de políticas geradoras de oportunidades, a exemplar remuneração do serviço dos especialistas, e a adopção do mérito como critério na tomada de decisões de promoção e progressão nas carreiras profissionais, assumem-se condições determinantes para a valorização e motivação dos recursos humanos qualificados nacionais. Resultará também desta integração a conseqüente afirmação de Angola no cenário africano e mundial, não apenas como um país rico em recursos naturais, mas como um país capaz de transformar os seus recursos em bens e serviços a favor do desenvolvimento e bem estar dos seus cidadãos. Ao mesmo tempo, assume-se também como factor decisivo para restaurar a confiança e ligação da diáspora qualificada ao país de origem, criando um ambiente favorável para o retorno.

⁷⁴ Ler Programa Indicativo do Governo para Valorização da Mão-de-Obra Nacional.

CONCLUSÕES

A análise das várias correntes de pensamento sobre o desenvolvimento, bem como os conhecimentos empíricos obtidos através das experiências dos vários países desenvolvidos e em desenvolvimento (principalmente dos leste asiático), permitem configurar um quadro no qual a formação e valorização do capital humano se assume como elemento propulsor do sucesso económico e social dos países.

Este nexó entre formação do capital humano e desenvolvimento, teve a dimensão reforçada com a consagração pela ONU do conceito de desenvolvimento humano, relevando assim, não apenas o papel da educação e, por conseguinte, do conhecimento nos processos de desenvolvimento económico e social dos países, como também, obrigou os PVD a revisarem as suas agendas nacionais, reorientando-as para o alargamento das oportunidades de educação e de formação de quadros, inclusive com o apoio da comunidade internacional, como meio de combate à pobreza e à exclusão social. Entretanto, apesar dos esforços nesse domínio, em alguns PVD, nomeadamente na África Subsariana, os resultados revelam-se pouco encorajadores, devido a factores como a falta de infra-estruturas, recursos humanos bem preparados e boa gestão. A falta de um programado investimento no desenvolvimento do ensino superior, visando torná-lo técnica e cientificamente qualitativo e moderno, aliada à ausência de uma visão estratégica relativamente à magnitude e contributo deste subsistema na criação e suporte do desenvolvimento, a incapacidade das elites em fazer escolhas competitivas em condições de escassez de recursos, a ausência de um ambiente político, cultural e intelectual favorável, a falta de políticas de atracção e valorização dos quadros nacionais, assim como as relações injustas impostas pelos países do Norte aos países do Sul, tornou a grande maioria dos países africanos incapazes de resolver os seus próprios problemas, convertendo-os em presas fáceis de interesses internacionais adversos ao seu desenvolvimento e ao bem-estar das suas populações.

Estes e outros factores transformaram os países africanos em verdadeiros expulsos da sua já insuficiente massa crítica que, na busca de melhores condições de vida e realização social, preferiu emigrar para os países desenvolvidos. A estes fluxos juntaram-se os estudantes que, enviados como bolseiros para a realização da sua

formação superior no exterior, principalmente na Europa Ocidental e América do Norte, se fixaram nestes países depois da formação, configurando assim um verdadeiro *brain drain* a favor dos países desenvolvidos, ainda que se possa identificar neste movimento alguns ganhos mútuos entre os países emissores e receptores.

Contudo, o contexto de quase exclusão que envolve o desenvolvimento de África, e à consciência de que a possibilidade de alcançar o desenvolvimento das sociedades se inscreve na capacidade de os actores sociais induzirem processos de desenvolvimento, apela os países deste continente à necessidade de ter na educação e no aproveitamento e valorização dos quadros nacionais a âncora da sua afirmação política e económica.

No caso concreto de Angola, o conflito armado, as incompatibilidades políticas e a precarização das condições de vida fez do país, ao longo de várias décadas, um expulsor de quadros altamente qualificados. Esta realidade condicionou e moldou visões e relações sociais que, actualmente, apesar do clima de paz e dos sinais de retoma da economia, ainda se afiguram adversos para a mobilização do potencial de todos os angolanos – tanto os que se encontram dentro do país como na diáspora – no esforço de reconstrução nacional. Contudo, a necessidade de consolidação da paz social e política e criação de uma economia mais dinâmica, por via da diversificação das actividades económicas, maior abertura à iniciativa privada, reforço da educação e maior eficiência das instituições públicas, exige que o país mobilize todo o seu potencial humano existente dentro e fora do país e por conseguinte o retorno e/ou colaboração dos quadros na diáspora para a sua participação no esforço de desenvolvimento.

Por outro lado, o facto do estado angolano estar a promulgar códigos de investimento cada vez mais favoráveis para a atracção de empresas transnacionais modernas, teoricamente capazes de contribuir com capitais e conhecimento para uma melhoria da capacidade produtiva nacional que não se compadecem com a falta de meios, estruturas e quadros bem preparados, torna imperativo ao estado, definir e reorientar políticas estratégicas de apoio e aproveitamento dos quadros nacionais. O custo de tal não acontecer será o de aquelas empresas recorrerem a quadros expatriados, o que pode contribuir eventualmente para a formação de enclaves pouco vantajosos para o país.

Neste aspecto, e dada a sua experiência internacional nos mercados mais competitivos dos países de acolhimento, os quadros angolanos na diáspora podem jogar um papel decisivo, quer pela participação directa através do retorno (por via da inserção no mercado laboral, investimento e formação de quadros), quer, também, pela transferência de conhecimentos e criação de redes internacionais, passíveis de intermediar contactos e parcerias no domínio comercial, tecnológico e de formação profissional, a favor do desenvolvimento nacional de Angola. E este objectivo revela-se tanto possível para o caso dos quadros imigrantes angolanos em Portugal devido não só as condições económicas desfavoráveis que se vive actualmente no país de acolhimento mas também, e em alguns domínios e circunstâncias, a laivos de discriminação.

O estudo permitiu concluir que muitos dos imigrantes, mesmo com formação de alto nível técnico, exercem trabalhos precários e muito abaixo das suas reais capacidades o que tem vindo a influenciar as suas condições sociais e as suas expectativas socioprofissionais, criando deste modo, uma situação de efectivo desperdício de cérebros. Esta situação tem contribuído também para a modelação de novas atitudes em relação as possibilidade de retorno/colaboração com o país de origem, muitas vezes condicionada apenas pela insuficiente informação sobre a situação concreta do país. O facto de grande parte dos retornos de ex-bolseiros que existiu, terem a particularidade de ter tido na sua maioria, origem nos países (ex-) socialistas, onde a fixação era mais problemática e estes retornados integraram-se no mercado de trabalho angolano sobretudo na educação e no funcionalismo público cria para alguns, um sentimento de inseguranças na integração e conseqüente indecisão quanto ao retorno.

Nesta perspectiva, os quadros imigrantes e ex-bolseiros, além de revelarem inequivocamente a vontade regresso e de participação nos esforços de desenvolvimento do país, releva também a necessidade de uma maior aproximação das instituições nacionais à diáspora angolana, como meio de a manter informada da realidade do país e, também, de a proteger em caso de dificuldades, a que normalmente está sujeita na sociedade de acolhimento. Para tal, a criação pelo estado angolano de uma instituição nacional de apoio aos emigrantes angolanos, o apoio das associações de imigrantes e o melhoramento do funcionamento das instituições angolanas no exterior, assume-se de acordo com opiniões e sugestões colhidas da maioria esmagadora dos quadros inquiridos em Portugal, como uma das vias através da qual o país pode renovar ganhos

do potencial dos quadros emigrantes. Essas iniciativas poderão estruturar esquemas (projectos, programas) que assegurem o retorno, se não maciço, mas selectivo dos quadros ao país de origem, sobretudo num momento em que os países desenvolvidos articulam cada vez mais medidas de atracção de quadros imigrantes altamente qualificados.

Deste modo, ficam no essencial, confirmadas as hipóteses definidas no trabalho principalmente a segunda e a terceira hipótese que aludem a falta em Angola de mecanismos orientados para atracção dos quadros nacionais altamente qualificados na diáspora assim como a possibilidade de potenciar o retorno ou a participação daqueles mesmo à distância mediante políticas adequadas. O estudo confirma também a primeira hipótese, já que a vontade de retorno dos quadros se revela condicionada a criação de condições concretas que o tornem (o regresso) mais vantajoso para os quadros imigrantes.

O presente estudo sugere também a necessidade de reorientação das políticas de formação de quadros angolanos no exterior. Esta deveria – com algumas excepções – restringir-se às áreas de ciências e engenharias, privilegiando para todos os efeitos a formação de formadores e as pós-graduações (mestrados e doutoramentos) em instituições de ensino de ciência e tecnologia de referência internacional na Europa e América, como estratégia de reforço e criação de capacidade interna de formação de quadros de alto nível. Ao mesmo tempo, deveria investir-se seriamente na construção de infra-estruturas modernas e de referência para o ensino superior, visando inclusive tornar o país num pólo regional de formação de quadros, virados para o desenvolvimento presente e futuro de Angola e não só. Como considera Roque (2007) este passo é urgente para tirar os país da armadilha da pobreza e da exclusão social e científica e para consolidar a paz e a reconciliação no continente (Roque, 2007:131).

No caso de Angola, a formação de quadros de excelência na área das ciências e tecnologias, designadamente na medicina e engenharias (por exemplo: industrial, biotecnológica, telecomunicações, electrotecnia, recursos naturais, informática) revela-se importante na integração sócio-profissional dos quadros no mercado interno do emprego depois do curso mas, também, no caso da emigração de ex-bolseiros, por proporcionar uma melhor inserção nos mercados de trabalho dos países de acolhimento,

mesmo que sejam potencialmente áreas que levam a menos retorno e isso obrigar a reforçar os mecanismos de cooperação à distância e/ou em visitas temporárias. Porém, traz vantagens ex-post, por via de um melhor retorno do capital de conhecimento ao país, ao invés das barreiras de oportunidades de emprego que as actuais tendências de especialização dos bolseiros (virados para áreas sociais e humanas) oferecem. Do mesmo modo se revela fundamental o reforço do papel do mérito no acesso a bolsas e formação, tanto no exterior como em Angola como forma de estimular a capacidade individual das pessoas e assegurar-se a qualidade de trabalho em todas as esferas da vida do país.

O presente estudo permite considerar ainda, que o potencial de retorno dos quadros imigrantes angolanos está directamente relacionado, não apenas com o melhoramento das condições sociais e de segurança mas, fundamentalmente, com as garantias de oportunidades de emprego e de realização social que o país oferece aos quadros já retornados. Estas são as formas pelas quais os quadros emigrantes podem moldar as suas atitudes de retorno, independentemente de haver ou não programas especiais de apoio ao retorno a exemplo dos resultados dos programas RQAN e do PRV apoiados pela OIM.

A valorização dos recursos humanos é sem dúvidas um elemento de primeira importância em qualquer política de desenvolvimento e assume-se a pedra de toque sem qual não será possível falar sequer de desenvolvimento ou de interdependência se entender que o progresso de cada país depende cada vez mais da sua integração mundial (Torres, 1988: 7).

BIBLIOGRAFIA

- Ainswort, M; Beegle, K Nyamete (1996), “The impact of Woment Shooling on Fertility a Conceptive Use: a Stady of Fourteen Sub-Saharan African Countries”, *The World Bank Economic Review*, 10 (1): 85-122.
- Andrade, M; Ollivier, M (1974) *A Guerra em Angola*, Ed. Seara Nova, Lisboa.
- Angola-30 anos: Os grandes Desafios do Futuro (2006), Ed. Especial da Embaixada de Angola em Portugal, Lisboa.
- Baganha, M. I; Ferrão, J; Malheiros, J (2002) *Os movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Ed. OEFP, Lisboa.
- Baganha, M. I. and GOIS, P. (1998/1999) “ Migrações internacionais de e para Portugal: O que sabemos e para onde vamos?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52/53, pp. 229-280.
- Banco Asiático para o Desenvolvimento (2004) *Development the Diáspora*, terceiro encontro de coordenação em migração internacional, 27-28 Outubro.
- Banco Mundial (1987) *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio. Janeiro.
- Banco Mundial (1991) *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio. Janeiro.
- Barañano, A. M (2004), *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão-Manual de apoio à realização de trabalhos de investigação*, Ed. Sílabo, Lisboa
- Barreto, A (Org.) (2005), *Globalização e Migrações*, 1ª Ed. ICS, Lisboa.
- Barros, P.(1996) “Os quadros formados e não regressados e as responsabilidades da cooperação internacional” in *Congresso de Estudantes Africanos em Portugal: O ensino superior e o desenvolvimento em África*, Ed. OIKOS, Lisboa.
- Becker; G. (1962), “Investment in Human Capital: a theoretical analysis”, *The Journal of Political Economy*, vol. 70, nº 5, Part 2 (Supplement), pp. 9- 45.
- Benot, I. (1980), *Que é o Desenvolvimento*, Ed. Sá da Costa, Lisboa.
- Bouzas; Ffrench-Davis, (1998), “La globalización y la gobernabilidad de los países en desarrollo”, *Revista de la CEPAL-Número extraordinario*, Santiago Chile, pp.125-136.
- Bouzon, K. E. (1992) “Development studies: contending approaches and, research trend”, in Kenneth E. Bouzon (ed.), *Development and Democratization in the third world: Myth, Hopes, and realities*, Washington, Filadélfia, Londres, Crane Russak, Taylor & Francis, pp. 35-52

Canotilho, J.J.G. (Org) (2000) Direitos Humanos, Estrangeiros, Comunidades Migrantes e Minorias. Ed. Celta Editora, Oeiras.

Carneiro, R (Org), (2004), Viagens de Ulisses: Efeitos da imigração na economia Portuguesa, Ed. ACIME, Lisboa.

Carvalho, C.A.C. (1979), La Population Noire de l'Angola, Ed. Centro de Estudos Demográficos/INE, Lisboa.

Castles, S. (2005), Globalização, Transnacionalismos e Novos Fluxos Migratórios, Ed. Fim de Século, Lisboa.

Chu, J, (2004) How to Plug Europe's Brain Drain, Times Europe, janvier 2004 <<http://www.time.com/time/europe/htm/040119/brain/story>>

Comissão das Comunidades Europeias (2005), "Estratégia da União Europeia para a África: Rumo a um Pacto Euro-Africano a fim de acelerar o desenvolvimento de África", Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social Europeu, Bruxelas.

Cruz, P.T. (2007) "Acolhimento dos recém-chegados" in Vitorino, A.(Coord) Imigração: Oportunidade ou ameaça? Ed.Principia, Estoril.

Dahlstein, S. (2004), "Principaux problème de coherence des politiques dans les domaines de l'agriculture et des migrations". In Atelier de l'OCDE, sur les Approches institutionnelles de la Coherence des Politique au Service du Développement, Paris, 18-19

Del Álamo, Ó. (2000), La "fuga de cerebros" en la sociedad de la information, <http://www.iigov.org/dhial/dhial12.05> htm

Diniz, F. (2006), Crescimento e Desenvolvimento Económico: Modelos e Agentes do Processo, Ed. Sílabo, Lisboa.

Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento/MTSS (2006), A Mobilidade Ocupacional do Trabalhador Imigrante em Portugal, Colecção Cogitum Nº 20 Ed. CID/DGEEP, Lisboa.

Direcção Geral para a Cooperação/ MNE (1987) Relatório de Actividades, Lisboa.

Docquier, F; Marfouk, A.(2002), Internacional Migration by Education Attainment, World Bank. Washington.

ÉGIDE (Centre français pour l'accueil et les échanges internationaux) " Dossier-Afrique : Les migrations, un outil au service du développement ? "Le Lettre d'ÉGIDE nº 45 Janvier 2007 em [www. Egide.asso.fr](http://www.Egide.asso.fr).

ÉGIDE (Centre français pour l'accueil et les échanges internationaux) "Dossier-Pourquoi écoles et université accueillent des étudiants étrangers", Le Lettre d'ÉGIDE nº 17 Fevrier 2000 em [www. Egide.asso.fr](http://www.Egide.asso.fr).

ÉGIDE (Centre français pour l'accueil et les échanges internationaux) "Dossier- L'accueil des étudiants africains en France", Le Lettre d'ÉGIDE n° 29 Janvier 2003 em www. Egide.asso.fr.

Emeagwali, F. (2006) "Educação na África : A fuga de cérebros", in *África Journal*, Maio, 2005, pp. 3-7.

Estevão, J. (1999) "O Estado e o Desenvolvimento Económico (elementos para uma orientação da leitura)" Texto publicado pelo CEsA do ISEG/UTL, Lisboa

Estevão, J. (2004), "O Desenvolvimento Económico e Mudança Institucional: O Papel do Estado", Texto publicado pelo CEsA do ISEG/UTL, Lisboa

Ferreira, E.S; Rato, H (2000) *Economia e Imigrantes: Contribuição dos Imigrantes para a Economia Portuguesa*, Celta Editora, Oeiras.

Ferro, A. (2004) "Les roumains à l'étranger : un instantané de la migration de personnes hautement qualifiées" in UNESCO-CEPES, Vol. XXIX, N° 3, pp. 92-104, Paris

Figueiredo, J.M., (2005), *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento: realidades compatíveis no contexto Europeu?* Ed. Acime, Lisboa.

Findlay, A, M (2001) *Brain drain: the second wave*, preliminary draft of paper presented to the conference "Strangers and Citizens: Challenges for European Governance, Identity and Citizenship", University of Dundee, 17-19 March 2001.

FNUAP (2005) *Relatório sobre a população mundial*, ed. UNFPA, Nova Iorque.

FNUAP (2006) *Relatório sobre a população mundial*, ed. UNFPA, Nova Iorque.

Freire, V. (1996) "Algumas características do ensino superior em Angola" in *Congresso de Estudantes Africanos em Portugal: O ensino superior e o desenvolvimento em África*, Ed. OIKOS, Lisboa.

Fuente, A; Ciccone, A (2002) *Le capital Humain dans une économie mondiale fondée sur la connaissance*, Relatório final apresentado na Comissão Europeia Ed. DG Emploi et affaires sociales, CE, Bruxelles.

Fukuyama, F. (2006), *A Construção de Estados, Governação e Ordem Mundial no Século XXI*, Ed. Gradiva, Lisboa.

Fundação Cidade de Lisboa (2006) *Memoradum de Projectos na Área da Cooperação*, Lisboa,

Gaillard, A. M. e Gaillard, J. (1998) "Fuites de cerveaux, retour et diasporas, futuribles, 228, Fev. pp. 25-49.

Gala, D.A (1968), *Política de Ensino Em Angola 1906 – 1967, (Subsídios para o seu estudo)*, Dissertação de Licenciatura, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina da Universidade Técnica de Lisboa.

Galpin, J. (Org) (1996) “Os quadros formados e não regressados e as responsabilidades da cooperação internacional” in Congresso de Estudantes Africanos em Portugal: O ensino superior e o desenvolvimento em África, OIKOS, Lisboa.

Garcia, J. (Org), (2000) Portugal Migrante: Emigrantes e Imigrados., Dois Estudos Introdutórios, Celta Editora, Oeiras,

Godenau, D.; Herrera, S. A. (2003) La movilidad en los mercados locales de trabajo de Tenerife. Ed. Área de Desarrollo Económico del Cabildo de Tenerife, Tenerife.

Gonçalves, I; Duarte, J; Saleiro, H (2006), “A Situação Profissional dos Ex- Bolseiros de Doutoramento”, Ed. Observatório da Ciência e do Ensino Superior, em <http://www.oces.mctes.pt>

Gonçalves, S.R. (2004), *A Política Educativa de Envio de Estudantes para Instituições de Ensino Externas como Estratégia de Desenvolvimento – o caso africano*, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Grassi, M. (2005), “Casar com o passaporte no espaço Schengen: uma introdução ao caso de Portugal”, Ed. ICS-UL, Lisboa. em www.ics.ul.pt

Grassi, M. (2006), “Cabo Verde pelo mundo: o género e a diáspora Cabo-verdiana”, ICS-UL, Lisboa em www.ics.ul.pt.

Heimer, Franz-Wilhelm (1996) “ Educação e desenvolvimento em África: o caso do ensino superior, in Congresso de Estudantes Africanos em Portugal: O ensino superior e o desenvolvimento em África, Ed.OIKOS, Lisboa.

Hodges, T. (2002) Angola: Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem, Ed. Principia, Cascais.

Hodgson, G. (1994) *Economia e Instituições*, Oeiras, Celta Editora

Hussan, M.N ; Moyo, S.S ; Oshikoya, T.W (2000) “ Capital humain et la lutte contre la pauvreté”, in L’Áfrique Émergente : Premier Forum International sur les Perspectives Africaines, Pais, 3-4 Février, 2000 em www.oecd.org/dev/.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (vários anos) Relatórios de Estatísticas Demográficas de Portugal e Recenseamento da População, Ed. INE, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística de Portugal (2006) *População Estrangeira em Portugal-2005*, Destaque Informação à Comunicação Social, Lisboa, em www.ine.pt.

Instituto para a Cooperação Económica/ MNE (vários anos) Relatório de Actividades, Lisboa.

- Jackson, J. A. (1991) *Migrações*, Ed. Escher, Lisboa.
- Jalowiecki, B; Gorzelak, G (2004) “La fuite des cerveaux, le gain de cerveaux et la mobilité : théories et modèles prospectifs” in UNESCO-CEPES, Vol. XXIX, N° 3, pp. 8-18, Paris.
- Kanajapan, W. (1995) “The emigration, of Asian Professional to the United States”, *International Migration Review* 29 109 (1995); 7-32
- Kay, J. (2007) *Como a economia ilumina o mundo*, Ed. Presença, Lisboa.
- L’Homme, C (2001b) “ Un Voyage à Sens Unique?” Em [Http://www.liberation.com/quotidien/debats/octobre/2001/1030.htm](http://www.liberation.com/quotidien/debats/octobre/2001/1030.htm)
- Lee, J. (2001) “Education for Technology Readiness: Prospects for Developing Countries”, *Journal of Human Development*, Vol. 2, n°1, pp. 115-151
- Lei Constitucional da República Portuguesa (2006) Ed. Almedina, Lisboa.
- Leitão, J (2002) “Integração dos imigrantes como pessoas, trabalhadores e cidadãos”, in *Imigração e Mercado, Cadernos Sociedade e Trabalho II*, Ed. MSST/DEPP, Lisboa, pp. 89-96.
- Lopes, S. (1972), “ Brain Drain” – A fuga de cérebros para os Estados Unidos, *Análise Social*, Vol. VIII, N° 29 1° Trimestre, Lisboa.
- Lowel, L.; Findlay, A.; Stewart, E.; (2004) “Brain Strain: Optimising highly skilled migration from developing countries, Institute for Public Policy Research, London
- Luca, R. E., Jr (1988) “On the Mechanics of economic development”, *Journal of Monetary Economic*, Vol 22, pp. 2-42.
- Machado, L. F. (1994) “ Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade” *Sociologia, Problemas e Práticas*, n° 16, Dezembro, pp. 111-133, Ed. CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa.
- Machado, F.L. (2001) “Contextos e percepções de racismo no quotidiano” *Sociologia, Problemas e Práticas*, n° 36, Setembro, pp. 53-77, Ed. Celta Editora, Oeiras.
- Machado, F. L. (2002) *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Ed. Celta Editora, Oeiras.
- Marques, A. P. (2006) *Entre o Diploma e o Emprego: A Inserção Profissional de Jovens Engenheiros*, Ed. Afrontamento, Porto.
- Marques, A. (1996) “O papel das associações académicas no enquadramento e apoio aos estudantes africanos” in *Congresso de Estudantes Africanos em Portugal: O ensino superior e o desenvolvimento em África*, Ed. OIKOS. Lisboa.

Mbembe, A. (2000) *De la postcolonie: Essai sur l’imagination politique dans l’ Afrique contemporaine*, Ed. Karthala, Paris.

MED (2005) *Linhas Mestras para a melhoria da gestão do subsistema do ensino Superior*, Dezembro, Luanda.

Milando, J. (2003), *O Desenvolvimento Participativo em Contextos Institucionais Adversos: Aspectos africanos*, Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho, Lisboa.

Milando, J. (2005), *Cooperação sem desenvolvimento*, Ed. ICS, Lisboa.

Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (2003) *Análise da Evolução do Mercado Nacional de Emprego, 1998-2002*, Boletim Especial do Emprego, Julho, Luanda,

Ministério da Segurança Social e do Trabalho/ Departamento de Estudos do Emprego e Formação Profissional, (2002), “Imigração e Mercado de Trabalho”, *Cadernos Sociedade e Trabalho II*, Ed. MSST/ DEPT, Lisboa.

Murteira, M. (1990) “Teoria e ideologias de desenvolvimento” in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, IICT, nº 12 e 13, Janeiro-Dezembro, pp. 221-251.

Nzau, F. (2002), *Angola: Trilhos para o Desenvolvimento*, Ed. Universidade Aberta, Lisboa.

OCDE (2002) “La mobilité internationale de travailleurs hautement qualifiés”, in *OCDE Observateur*, Juillet, 2002, em <http://www.ocde.org>.

OCDE (2004) “La mobilité internationale des prestataires de services” in *OCDE Observateur*, Févrie, 2004, em <http://www.ocde.org>.

OIM, 2005 a, “Mainstreaming migration into development policy agendas, *International Migration Dialogue Series (IDM 8)*

Oliveira, Jorge E.C.(2007) *Memórias de África, 1961-2004*, Ed. IPAD, Lisboa.

Oppenheimer, J; Carvalho (1998), “Desenvolvimento Económico e Democracia Política no Contexto do Ajustamento Estrutural em África”, *Texto apresentado no 1º Congresso Português de Sociologia Económica*, Lisboa, 4-6 de Março de 1998.

Peixoto, J. (1999) *A Mobilidade Internacional dos Quadros: Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal*, Celta Editora, Oeiras.

Peixoto, J. (1998), “*As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal-Os Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*”, Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Pelissier, R. (1974) “Consequences démographiques des revoltes en Afrique portugaise (1961-1970): Essai d’interpretation”, *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*, t, LXI, 1974, N° 222, Paris.

Pereira, L.B. (1998), “La reconstrucción del Estado en América Latina”, *Revista de la CEPAL - Numero extraordinario*, Santiago do Chile, p. 105- 109,

Perroux, F. (1965) “ L’économie du XXème siècle”, PUF, Paris

PNUD (2004) Relatório de Desenvolvimento Humano, Ed. Ana Paula Faria editora, Lisboa

PNUD (2005) Relatório de Desenvolvimento Humano, Ed. Ana Paula Faria editora, Lisboa.

Porter, M. E. (1989) *A Vantagem Competitiva das Nações*, Ed. Campus, São Paulo.

Portes, A. (1999), *Migrações Internacionais: Origem, Tipos e Modos de Incorporação*, Celta Editoras, Oeiras.

Portes, A. (2006), *Estudos Sobre as Migrações Contemporânea: Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*, Ed. Fim de Século, Lisboa.

Possidónio, Dora (2006) *Descendentes de angolanos e de Luso-angolanos na área metropolitana de Lisboa: Inserção Geográfica e Social*, Ed. Acime, Lisboa.

Princípios para a Reformulação do Sistema de Educação e Ensino na RPA/MED, 1977, Luanda, pp. 5-6.

Programa Indicativo de Cooperação Portugal – Angola /2004-2006, Ed. IPAD, Lisboa.

Programa Indicativo do Governo para a Valorização da Mão-de-Obra Nacional/MAPESS (2005) Edições de Angola, Luanda.

Programa INTI, Relatório Sumário (2006), *Imigração Altamente Qualificada oriunda de Países Terceiros*, Lisboa.

Pureza, J.M e all (2005), *Prevenção de Conflitos Armados, cooperação para o Desenvolvimento e Integração Justa no Sistema Internacional*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (2005) *As migrações num mundo interligado: Novas Linhas de Acção*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Rocha, A (1997), *Economia e Sociedade em Angola*, Ed. LAC, Luanda.

Roque, F.M. (2007) *África, a NEPAD e o futuro*, Ed. Textos Editores, Luanda,

Rosa, M.J.V. (2005) Desencontro entre as Migrações Internacionais (laborais) e as Qualificações (escolares): o caso dos europeus de Leste em Portugal, SociNova Migration, Lisboa, em [www. socinova.pt](http://www.socinova.pt)

Sabino, C. R. R. L. (2003), *As Novas Políticas de Atracção dos Migrantes Altamente Qualificados e o Desenvolvimento*, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Salt, J e McLaughlan, G (2002) Migration Policies towards highly skilled foreign workers, Migration Research Unit, Geograph Department, University College London.

Sankore, R. (2005) “Brain Drain: Killing Africa Softly”, in *NewAfrican* N° 445, Novembro, 2005. pp. 10 – 15.

Santos, M. (1970) *História do Ensino em Angola*, Edição dos Serviços de Educação, Luanda.

Schiff, M. (2006) “Brain Gain: Claims about its size and impact in welfare and growth are greatly exaggerated in International migration, remittances, and the brain drain”, World Bank.

Schiff, M; Ozden, C. (2005), *International Migration, Remittances, and the Brain Drain*, Nova Iorque, Banco Mundial e Palgrave Macmillan.

Sector de Apoio aos Estudantes/Embaixada de Angola em Portugal (1999) *Relatório sobre a caracterização do estado actual dos estudantes angolanos em Portugal sob tutela do INABE*, Lisboa.

Seers, D (1977), “The new meaning of development” « *International Development Review*», Vol. XIX, n° 3-7

Seers. D.(1979), “Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir?” *Análise Social*, Vol. XV (60), 1979- 4º, 949 p.

Sefa-Dei, G.J; Asgharzadeh, A (2002) “The African Brian Drain to the North: Pitfalls and Possibilities, *African Issues*, Vol.30 N° 1, pp.31-36, <http://www.jstor.org/>

Sen, A. (1997) “Editorial: Human Capital and Capability”, *World Development*, vol. 25, pp. 1959-1961.

Sen, A. (2003), *O desenvolvimento como Liberdade*. Ed. Gradiva, Lisboa.

Silié, Rubén (2006) “El Dilema del Retorno para los Países Emissores in *Asociación de Estados del Caribe*, em [http://. Flasco.org/columna32.php](http://Flasco.org/columna32.php)”

Silva, M. (1964), “Oportunidades do Desenvolvimento Comunitário em Portugal”, *Revista Análise Social*, n° 7 e 8, pp. 493 – 510, Lisboa

Simões, M. (2006) Levels of Education Technology and Growth. The OECD evidence from a country and industry- level perspective, Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal.

Soares, A. C. (2003) “A Universidade em Angola e a sua Criação em 1962”, in Kulonga-Revista de Ciências de Educação e Estudos Multidisciplinares, Edição Especial do ISCED, Ed. Kulonga, Luanda, p.1 – 164,

SOPEMI (2001a) “Tendences des Migratios Internationales”, Rapport Annuel, Édition 2001, em [http:// www.ocde.org](http://www.ocde.org).

SOPEMI (2001b) “La mobilité des étudiants entre et vers les pays de l’OCDE : une analyse comparative”, Édition 2001, em [http:// www.ocde.org](http://www.ocde.org).

Souza, Marina E.V. e all. (2003) Normas para apresentação de monografia, Ed. FGV/EAESP, São Paulo.

Stark, O.; Fan C. S. (2007) “Losses and Gains to developing Countries from the Migration of Educated Workers: An Overview of Recent Research, and New Reflections”, Centre of Migration Reserch, faculty of Economic Sciences- Warsaw University, Warsaw.

Teses do MPLA-PT, sobre a Educação, DIP, Luanda, 1977.

Teta, J.S. (2002) “ *O Ensino Superior como Elemento Catalizador do Desenvolvimento Técnico-Científico de Angola*” Comunicação apresentada na Conferência sobre Angola – A Paz e os Desafios do Futuro, um Encontro de Ideias e Propostas para o País realizada em Luanda,

Todaro, M; Smith, S. (2000) “Economic development”, 7th ed., Nova York: Addison Wesley Longman.

Tolentino, A.C (2006) *O Ensino Superior nos Países Insulares. O caso de Cabo Verde*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Torres, A (1988) “Tradição e mutação na África contemporânea: o desenvolvimento económico em causa”, Revista Estudos de Economia, Lisboa, ISEG, IX, 1, Outubro e Dezembro, 1988 p. 3-19.

Torres, A (1998), Horizontes do Desenvolvimento Africano – No Limiar do Século XXI, Ed. Veja, Lisboa.

Torres, A. (1996), Demografia e Desenvolvimento: Elementos Básicos, Ed. Gradiva, Lisboa.

UNESCO (2005) *La Convencion, de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Migrantes*, Paris.

UNESCO (2007) *De la fuga de cérebros a la adquisición de cerebros*, Educacion Hoy-Boletim del Sector de Educación Nº18, Paris

UNESCO-CEPES (2004) “La fuite des cerveaux et le marché du travail universitaire et intellectuel en Europe du Sud-Est, Vol. XXIX, Nº 3, Paris.

UNHCR (2005) “ Global refugees trends: Statistical overview of population of refugees, asylum-seekers, internally displaced persons, stateless persons and other persons of concern to UNHCR, Junho, 2006, Ed. DOS-UNHCR, Geneva.

Universidade Agostinho Neto (vários anos) Relatórios de actividades e Planos de acção, Luanda

Usdanski, M.L. e Espenshade, T.J. (2001), *The Evolution of U.S. Policy Toward Employment-Based Immigrants and Temporary Workers: The H-1B Visa Debate in Historical Perspective*; W. A. Cornelius, T. J. Espenshade e I. Salehyan (ed.), *The International Migration of the Highly Skilled, Demand, Supply, and Development Consequences in Sending and Receiving Countries*, San Diego: La Jolla, University of California.

Vala, J; Brito R; Lopes, D.(1999) *Expressões dos Racismos em Portugal*, Ed. ICS, Lisboa.

Vala, J; Torres, A. (Org), (2006) *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Ed. ICS, Lisboa.

Victorino, A (Coord.) (2007), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?* Ed. Principia, Estoril.

Vukadinovic, G. Z, (2004) “La Serbie et Monténégro: les effets catalytique de l’enseignement Superieur” in UNESCO-CEPES, Vol. XXIX, Nº 3, pp. 39-51, Paris.

Wijl, Joris van (2004) “Forces to migrate from Angola to the Netherlands”, Free University (Vrije Universtiteit) de Amsterdam, in 9ª Conferencia Bienal da IASFM, S.Paulo.

William, P. (1992), *Academic Mobility and the Brain Drain*, Paris; UNESCO, 1992

ANEXOS

Anexo 1 – População estrangeira residente em Portugal por grupos sócio – profissionais (2001)

Nacionalidades	Empresário e pequenos patrões	Indepentes	Dirigentes e quadros superiores	Quadros intelectuais e científicos	Quadros intermédio	Empregados Comércio e Serviços	Operários qualificados e semi-qualificados	Operários não qualificados	Outros activos	Total de activos	Inactivos	TOTAL
EUROPA	4097	2334	1868	4614	2779	5388	12619	8508	1157	43364	29257	72621
U. Europeia	3553	2105	1740	3899	2246	4097	4032	2083	575	24330	25832	50162
F. Russa	72	31	15	168	92	175	594	550	53	1750	339	2089
R. Moldávia	72	16	7	57	44	136	1569	906	52	2859	125	2984
Roménia	100	49	14	61	47	191	1140	754	56	2412	249	2661
Ucrânia	145	33	32	253	206	625	4886	3868	377	10425	368	10793
AFRICA	4106	2191	572	1686	2211	9260	23136	19510	2426	65098	38173	103271
Angola	1406	650	214	630	998	4019	7635	5810	1101	22463	14550	37014
Cabo Verde	1295	724	103	239	327	2297	7702	8179	531	21397	11748	33145
Guiné-Bissau	630	284	112	338	314	1085	4780	2475	372	10390	5434	15824
Moçambique	258	162	61	162	204	783	649	659	143	3081	1604	4685
S.Tomé	295	141	26	208	190	747	1468	1830	166	5071	3446	8517
AMÉRICA	3824	1301	879	2323	2474	5973	6754	4776	767	29071	15263	44334
Brasil	3004	860	602	1643	1900	4753	5555	4105	555	22977	8892	31869
Canadá	138	61	43	79	78	204	163	90	30	886	1066	1952
EUA	146	105	72	302	127	206	126	94	67	1245	2224	3469
ASIA	801	295	116	153	109	1192	778	826	64	4334	1718	6052
China	575	78	34	25	20	792	27	55	15	1621	555	2176
Índia	83	72	15	33	24	162	322	397	20	1128	443	1571
OCEÂNIA	37	16	12	33	21	56	27	10	3	215	222	437
TOTAL	12900	6161	3453	8819	7613	21912	43428	33716	4440	142442	85348	227790

Fonte: ACIME/ Recenseamento Geral da População, 2001

Anexo 2 – Os 22 principais países de formação dos quadros angolanos (1980-2006)

PAÍS	TOTAL POR PAÍS E NÍVEIS						TOTAL	%/T.GERAL
	TM	%	LIC	%	PGr	%		
Cuba	5943	75,9	1756	22,4	122	1,5	7821	49,7
Rússia	1227	35,3	2074	59,7	168	4,8	3469	22
Portugal	9	0,7	685	59,6	455	39,5	1149	7,3
Checoslovaquia	255	34,8	390	53,2	87	11,8	732	4,6
Alemanha	84	14,4	444	76,2	54	9,2	582	3,7
Roménia	55	12,3	362	80,9	30	6,7	447	2,8
Brasil	0	0	216	71	88	28,9	304	1,9
Bulgária	15	5,6	185	69,5	36	13,5	266	1,6
França	0	0	78	66,6	39	33,3	117	0,7
Polónia	2	1,8	100	90,9	8	7,2	110	0,6
África do Sul	0	0	71	71	29	29	100	0,6
Espanha	0	0	26	30,9	58	69	84	0,5
Hungria	5	7	59	83	7	9,8	71	0,4
Itália	13	19,6	24	36,3	29	43,9	66	0,4
R. Unido	0	0	33	60	22	40	55	0,3
Jugoslávia	5	10	44	88	1	2	50	0,3
EUA	0	0	25	73,5	9	26,4	34	0,2
Moçambique	0	0	32	100	0	0	32	0,2
Marrocos	0	0	30	100	0	0	30	0,1
Índia	0	0	27	93,1	2	6,8	29	0,1
Argélia	4	13,7	25	86,2	0	0	29	0,1
Bélgica	1	4	5	20	19	76	25	0,1
T.GERAL/F.Ex	7677		6753		1292		15722	100

Fonte: INABE,2006

Legenda: TM-Técnicos Médios; LIC-Licenciados

PGr-Posgraduado; T.Geral/Fex- Total de formados no exterior

Anexo 3 – Número de retornados por ano e nacionalidade (1998-2005) no quadro do PRV.

Nº	PAÍS/ANO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	TOTAL
1	Albânia	0	2	3	5	0	0	0	0	10
2	Angola	0	5	4	3	8	48	37	53	158
3	África dos Sul	2	0	0	1	0	0	0	0	3
4	Bangladesh	0	1	0	0	0	0	0	0	1
5	Bielo-Rússia	1	1	1	17	3	2	1	5	31
6	Brasil	6	3	28	53	24	19	75	117	325
7	Bulgária	0	3	0	0	0	0	2	1	6
8	Cabo Verde	5	5	9	2	6	1	10	11	49
9	Kazaquistão	0	0	1	8	4	0	6	4	23
10	China	0	0	0	0	0	2	0	0	2
11	Colômbia	0	0	0	2	0	0	0	2	4
12	Croácia	0	0	3	1	0	0	3	1	8
13	Cuba	0	0	0	1	0	0	0	0	1
14	Equador	0	2	0	1	0	0	0	0	3
15	Estónia	0	0	0	1	0	0	0	0	1
16	Ghana	0	0	0	0	1	0	0	0	1
17	Geórgia	0	0	3	1	1	0	3	4	12
18	Guiné-Bissau	1	53	44	11	2	1	2	6	120
19	Hungria	0	0	0	1	0	0	0	0	1
20	Índia	0	0	0	0	0	1	0	1	1
21	Letónia	0	0	1	4	2	0	0	0	7
22	Lituânia	0	0	7	8	2	0	1	0	18
23	Macedónia	0	0	0	1	0	0	0	0	1
24	Malásia	0	2	0	0	0	0	0	0	2
25	Marrocos	0	0	1	0	0	0	0	0	1
26	Moçambique	9	7	3	2	1	0	3	0	25
27	Moldávia	14	32	2	10	1	3	6	1	69
28	Nigéria	0	0	0	0	1	0	0	0	1
29	Paquistão	0	0	0	0	0	4	0	0	4
30	Jugoslávia (Sérv-Mtg)	0	0	1	0	0	0	0	0	1
31	Roménia	0	4	1	3	1	4	25	40	78
32	Rússia	0	14	51	59	29	12	1	19	185
33	Quirguistão	0	0	2	0	0	0	0	0	2
34	São Tomé e Príncipe	3	2	11	3	0	0	5	14	38
33	Senegal	3	8	0	0	0	0	0	0	11
34	Serra Leoa	0	0	0	0	1	0	0	1	2
35	Tanzânia	1	0	0	0	0	0	0	0	1
36	Ucrânia	0	22	56	162	46	18	34	41	379
37	Uzbequistão	0	0	1	0	2	0	1	0	4
38	Venezuela	0	0	1	1	0	0	0	0	2
39	Zâmbia	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	TOTAL	45	166	234	262	132	115	226	321	1654

Fonte: OIM, 2006

Anexo 4 – Lista de entidades entrevistadas durante o período de pesquisa, 2006-2007

Nº	NOME DO ENTREVISTADO	NACIONALIDADE	FUNÇÃO	ORGANISMO	DATA
EM PORTUGAL					
1	Dra. Cláudia Sofia Leitão	Portuguesa	Chefe do Serviço de Educação e Bolsas	Fundação Calouste Gulbenkian	17.11.06
2	Dra. Elisabeth Martins	Portuguesa	Directora	Fundação Cidade de Lisboa	22.11.06
3	Dr. Rui Bentes	Portuguesa	Representante da Direcção de Bolsas	Instituto Português de Apoio Desenvolvimento	03.11.06
4	Dra. Marta Bronzini	Italiana	Responsável de Programas de Apoio ao Retorno	Organização Internacional das Migrações	15.11.06
5	Dr. Eliseu Bumba	Angolana	1º Secretário	Embaixada de Angola	30.10.06
6	Engº Flaviano M. Silva	Angolana	Responsável por substituição do Sector de Apoio aos Estudantes	Embaixada de Angola	27.10.06
7	Dr. José Manuel	Angolana	Técnico do Sector de Apoio aos Estudantes	Embaixada de Angola	27.10.06
8	Dr. António C. Tavares	Angolana	Vice-Presidente	Casa de Angola e Associação de Defesa dos Angolanos em Lisboa	13.11.06
9	Prof. Dr. Francisco Santos	Angolana	Professor Universitário e Coordenador Projecto PROJOVEM	Universidade Técnica de Lisboa	12.02.07
10	Engª Anunciação Sacato	Angolana	Profesora e ambientalista	Imigrante	14.10.06
11	Engº Virgílio Cameira	Angolana	Director de produção	Imigrante (ex-bolseiro)	27.10.06
12	Engº Lúcio Fernandes	Angolana	Consultor de formação	Imigrante	21.11.07
13	Dr. Antonio P. Martins	Angolana	Professor	Imigrante (ex-bolseiro)	07.10.07
14	Arq. Felisberto Amado	Angolana	Técnico de Designer	Imigrante (ex-bolseiro)	15.10.07
EM ANGOLA					
15	Dra. Cândida da C.B.Silva	Angolana	Chefe de Departamento de bolsas	Instituto Nacional Bolsas de Estudos	27.02.07
16	Dr. Eugénio	Angolana	Chefe de Departamento	Secretaria de Estado do Ensino Superior	28.02.07
17	Dr. Abílio Sussena	Angolana	Prof. Universitário e Chefe do Departamento	Instituto Superior de C. Educação/UAN	17.01.07
18	Dr. João D.G. Pereira	Angolana	Director Geral	Fundação Eduardo dos Santos (FESA)	15.12.06
19	Dr. Cristóvão M. Kajibanga	Angolana	Consultor cultural e Músico	Governo Provincial de Benguela	24.03.06

Fonte: Autor, 2007

Anexo 5 – Modelo de questionário do inquérito (1) sobre os quadros angolanos em Portugal

A. **OBJECTIVOS:** O presente inquérito é dirigida exclusivamente à técnicos superiores angolanos radicados em Portugal e destina-se a investigação e os dados dele constantes não serão utilizados para outros fins. O investigador responsável assegura o segredo estatístico dos dados

B. **OBSERVAÇÃO:** Este inquérito é anónimo. Leia primeiro antes de responder. Não escreva o seu nome na folha. Responda com a máxima sinceridade colocando um X ou escrevendo nos espaços indicados em cada questão do texto.

Depois de respondido o questionário, devolva-o. E se recebeu por e-mail, pode devolver através do endereço: **josjanuar@yahoo.es**

I – As questões seguintes referem-se a sua identificação

1.1- Sexo: a) Masc b) Fem

1.3- Estado civil: a) Casado/União de facto b) Solteiro c) Outros

1.4- Idade: ____ anos

1.5- Dependentes a seu cargo (*colocar X se forem os pais ou cônjuge e com número se forem filhos ou outros familiares*)

	Pais	Cônjuge	Filhos	Outros
Em Portugal				
Em Angola				
Outro País				

1.6-Local de nascimento/Província _____ País _____
Nacionalidade (s) _____

1.7- Residência actual em Portugal.

Local _____ Distrito _____

II – As questões que se seguem são relativas a sua formação académica e profissional

2.1- Qual o seu grau de formação?

a) Bacharel b) Licenciado c) Pós-graduado d) Mestre e) Doutorado
f) Pós-doutorado g) Sem formação superior

2.2- Se estudou num país com nomenclatura de graus académicos diferente dos acima indicados, indique qual: _____ e a que é equivalente: _____

2.3- Especifique o seu Curso _____ e a sua especialidade: _____

2.4- Em que universidade/escola obteve o grau de formação mais avançado?

2.5- Em que ano e onde obteve essa formação?

Ano _____ Local _____ País _____

2.6- Qual foi a principal fonte de financiamento da sua formação superior?

- a) Poupanças pessoais
- b) Bolsa
- c) Empréstimos bancários
- d) Patrocínio/financiamento familiar
- e) Outros (especificar) _____

2.7- Se a sua formação foi paga por uma bolsa de estudo, indicar:

A instituição _____ País onde está sediado _____

III – As questões que se seguem, referem-se sobre a sua vinda à Portugal

3.1- Há quanto tempo está em Portugal? a) ___ Anos b) Desde sempre

3.2- Diga com que idade veio para Portugal?

a) ___ Anos b) Nasci cá em Portugal

3.3- Quem lhe pagou a viagem até Portugal?

- a) Meus familiares
- b) Eu próprio
- c) Estado angolano
- d) Estado Português
- e) Empresa
- f) ONG (especificar) _____
- f) Instituição religiosa (especificar) _____
- h) Amigos
- i) Outro (especificar) _____

3.4- Que razões o levaram a sair de Angola (*pode responder a mais de uma opção*)

- a) Frequentar o ensino superior em Portugal
- b) Falta de vagas nos estabelecimentos de ensino superior em Angola
- c) Falta de emprego
- d) Falta de segurança
- e) Intolerância política
- f) Reencontro familiar
- g) Outras razões (especificar) _____

3.5- Qual o principal motivo que lhe levou a fazer a sua formação superior fora de Angola?

- a) A falta de qualidade do ensino em Angola
- b) A corrupção no ensino em Angola
- c) A ligação previa com o país de acolhimento
- d) A qualidade do ensino no país de acolhimento
- e) Razões familiares /pessoais
- f) Outra (especificar) _____

3.6- Teve dificuldades de acesso à universidade em Portugal ou noutro país estrangeiro onde tenha realizado a sua formação? a) Não b) Sim

3.7- Se teve dificuldades no acesso, indique qual a principal razão?

- a) Falta de documentos
 b) Insuficiência de conhecimentos
 c) Falta de recursos financeiros
 d) Ser cidadão extra-comunitário (EU)
 e) Falta de apoio por parte das instituições angolanas
 f) Outras (especificar) _____

3.8- Qual foi a principal dificuldade que teve durante a formação superior?

- a) Falta de recursos financeiros próprios para os encargos de estudo
 b) Insuficiência de bolsa
 c) Atraso no pagamento da bolsa
 d) Outras (especifique) _____

3.9- Durante a formação teve de trabalhar para sustentar os estudos?

- a) Sim
 b) Não

3.10- Se sim, manteve-se no emprego mesmo depois de concluída a formação?

- a) Não b) Sim

IV – As questões seguintes dizem respeito a sua integração sócio-cultural e profissional em Portugal depois da formação.

4.1- Está a trabalhar? a) Sim b) Não

4.2- Se não, diga qual o seu principal modo de subsistência durante este período? (*pode responder a mais de uma opção*)

- a) Recebo apoio familiar em Portugal
 b) Recebo bolsa de estudo
 c) Recebo apoio familiar do país de origem
 d) Executo tarefas precárias temporárias
 e) Vivo de rendimentos anteriormente acumulados
 f) Vivo de apoio das ONG
 g) Recebo subsídio de desemprego
 h) Faço comércio clandestino

4.3- Se não está a trabalhar, a quanto tempo procura emprego?

- a) Há menos de 3 meses
 b) Entre 3 meses e 1 ano
 c) Mais de 1 ano

4.4- Se trabalha, qual é a sua profissão (*descreva com pormenor*)

4.5- E qual é o ramo/sector de actividade a que está ligado?

4.6- É o seu primeiro emprego depois da formação superior ou é um novo emprego?

- a) Primeiro emprego b) Novo emprego

4.7- Qual é o seu estatuto contratual?

- a) Não tenho contrato
 b) Contrato temporário
 c) Contrato permanente

4.8- Trabalha como?

- a) Assalariado
 b) Profissional independente
 c) Empresário

4.9- Quanto tempo decorreu, desde que concluiu o curso até conseguir o primeiro emprego?

- a) Menos de 3 meses
 b) Menos de 6 meses
 c) 1 Ano
 d) Mais de 1 ano
 e) Já estava empregado

4.10- Exerce alguma actividade complementar à sua actividade principal?

- a) Sim qual? _____ b) Não

4.11- Considera que a actividade profissional principal que exerce está relacionada com a sua formação?

- a) Sim
 b) Não
 c) Parcialmente.....

12- Em relação a sua actividade profissional principal, qual é o seu grau de satisfação por cada um dos seguintes factores

	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito
a) Salário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) Benefícios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) Segurança emprega	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) Localização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e) Oport. progr. na carreira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f) Desafio intelectual	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
g) Nível responsabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
h) Contributo sociedade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
i) Estatuto social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.13- Em termos globais quais considera serem as principais dificuldades na obtenção de emprego (*pode responder a mais de uma opção*)

- a) Ser imigrante
- b) Obtenção de documentos
- c) Falta de intermediação do governo do país de origem
- e) Ser oriundo de um país africano
- f) Outras (*especificar*) _____

4.14- Como pensa que vai evoluir a sua situação laboral e profissional em Portugal?

- a) Melhorar
- b) Piorar
- c) Estabilizar
- d) Não sei

4.15- Para além de Angola e Portugal já trabalhou em outro país?

- a) Sim b) Não

4.16- Se sim, indique o país e os motivos que o levaram a trabalhar no mesmo.

País _____ motivos _____

V – As questões a seguir dizem respeito a sua ligação com Angola.

5.1- Quando é que saiu de Angola? (*assinalar o ano*) _____

5.2- Vai regularmente à Angola?

- a) Sim
- b) Não
- c) Nunca fui à Angola

5.3- Depois da sua formação superior, em que períodos é que esteve em Angola? (*assinalar os anos ou assinalar com X conforme o caso*).

- a) Vou anualmente
- b) Quase todos os anos
- b) Estive nos anos _____, _____, _____, _____, _____, _____, _____
- c) Ainda não fui

5.4- Quais os principais contactos que tem em Angola?

- a) Meus pais
- b) Cônjuge e filhos
- c) Outros familiares
- d) Amigos
- e) Contactos profissionais

5.5- Qual a percepção que tens de Angola (*pode assinalar mais de uma opção*)

- a) Um país em paz e reconciliação
- b) Um país em recuperação económica e social
- c) Um país bom para viver
- d) Um país com pobreza extrema
- e) Um país que requer contribuição de todos o angolanos

- f) Um país de corrupção
- g) Um país sem garantias das liberdades fundamentais dos cidadãos.
- h) Um país com muitos contrastes sociais e económicos
- i) Outras (especificar) _____
- j) Não tenho informações

VI – As questões que se seguem dizem respeito ao eventual retorno à Angola

6.1- Pensas voltar para Angola?

- a) Sim b) Não c) Não sei

6.2- Se sim, quando é que pensa voltar?

- a) No ano de _____
- b) Daqui há _____ anos
- c) Quando as condições de vida melhorarem
- d) Depois da realização das eleições gerais
- e) Não sei

6.3- Se não, ou não tem certeza, diga que condições lhe são determinantes para o seu regresso à Angola (pode assinalar mais de uma opção).

- a) Garantias de segurança
- b) Garantia da defesa dos direitos humanos
- c) Consolidação da democracia
- d) Realização regular de eleições gerais e autárquicas
- e) Mudança de Governo
- f) Garantia de emprego na minha área de formação
- g) Garantia de emprego e casa
- h) Garantia de emprego, casa e viatura
- i) Garantia de bons serviços de saúde e educação
- j) Aceitação familiar
- k) Facilidades de crédito ao investimento
- l) Garantia dos direitos de propriedade
- m) Outras (especificar) _____

6.4- Se houvesse um programa de apoio ao retorno, você consideraria a hipótese de voltar para Angola?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sei

6.5- Que tipo de incentivos deveria existir num programa desse tipo?

- a) Garantia de emprego e progressão na carreira
- b) Garantia de habitação
- c) Garantia de segurança
- d) Garantia de protecção de direitos civis e de propriedade
- e) Outros (*especificar*) _____

6.6-Conhece algum técnico superior ex-bolseiro ou não, que tenha regressado à Angola?

- a) Sim, vários

- b) Sim, poucos
- c) Não

6.7- Se sim, como avalia a integração dele no mercado de trabalho

- a) Muito boa
- b) Boa
- c) Pouco satisfatória
- d) Má

- e) Situações heterogéneas

6.8- Que tipo de incentivo lhe é mais decisivo para o seu eventual retorno

- a) Garantia de emprego e progressão na carreira
- b) Garantia de habitação
- c) Garantia de segurança
- d) Garantia de protecção de direitos civis e de propriedade
- e) Outros (especificar) _____

6.9- Se não pretende regressar, ainda assim pensa manter os contactos com Angola?

- a) Sim
- b) Não

6.10- Se sim, que tipos de contactos pretende privilegiar (*pode assinalar mais de uma opção*)

- a) Familiares
- b) Profissionais
- d) Amigos
- e) Turísticos
- f) Outros (*especificar*) _____

6.11- No caso de continuar a viver em Portugal e de querer manter contactos em Angola, em que área de actividades poderia colaborar e que tipo de colaboração gostaria de prestar? (*Assinalar com X as opções desejadas*)

	Investimento	Formação	Prestação de serviços	Envio de informação	Estadia temporária
Educação					
Saúde					
Construção					
Indústria					
Comércio					
Finanças					
Turismo					
Transporte					
Ciências					
Outros (a)					

(a) Pode indicar neste espaço outra área de actividade

6.12- O que acha de um programa de colaboração do Estado angolano com a diáspora? (*assinalar as hipóteses que entender*)

- a) É via de assegurar a participação de todos angolanos no desenvolvimento
- b) Torna o país mais integrado e forte
- c) Permite maior interacção dos angolanos no exterior

- d) Ajuda a modelar a atitude dos angolanos imigrantes face ao retorno
- e) Outras (especificar) _____

6.13- Que tipo de medidas, o Estado angolano deveria accionar para manter uma relação intensa com a diáspora?

- a) Criação de uma instituição de acompanhamento e apoio da diáspora angolana
- b) Incentivo à criação de associações de apoio aos migrantes angolanos
- c) Despartidarização de instituições públicas angolanas no estrangeiro
- d) Promoção de actividades de integração e convívio com os migrantes
- e) Incentivos fiscais ao envio de remessas e á iniciativas empresariais de migrantes...
- f) Apoio ao retorno/integração sócio-profissional dos quadros altamente qualificados.
- g) Outras (*especificar*) _____

6.14- Que outras observações/comentários pode fazer?

FIM

Anexo 6 – Modelo de questionário do inquérito (2) sobre integração sócio-profissional dos quadros superiores em Angola

A. **OBJECTIVOS:** O presente inquérito é dirigido exclusivamente à técnicos superiores angolanos residentes no País e destina-se a investigação. Os dados dele constantes não serão utilizados para outros fins. O investigador responsável assegura o segredo estatístico dos dados.

B. **OBSERVAÇÃO:** Este inquérito é anónimo. Leia primeiro antes de responder. Não escreva o seu nome na folha. Responda com a máxima sinceridade colocando um X ou escrevendo nos espaços indicados em cada questão do texto. Depois de respondido o questionário, devolva-o. Se receber por e-mail, pode devolver através do endereço: **josjanuar@yahoo.es**

I – As questões seguintes referem-se a sua identificação

- 1.1- Sexo: a) Masc b) Fem
 1.2- Estado civil: a) Casado/União de facto b) Solteiro c) Outros
 1.3- Idade: ____ anos
 1.4- Dependentes a seu cargo (*colocar X se forem os pais ou cônjuge e com número se forem filhos ou outros familiares*)

	Pais	Cônjuge	Filhos	Outros
Em Angola				
No estrangeiro				

- 1.5-Local de nascimento _____ Província _____ País _____
 1.6- Nacionalidade (s) _____
 1.7- Residência actual: Local _____ Província _____

II – As questões que se seguem referem-se a sua formação académica e profissional

- 2.1- Qual o seu grau de formação?
 a) Bacharel b) Licenciado c) Pós-graduado d) Mestre
 e) Doutorado f) Pós-doutorado g) Sem formação superior
- 2.2- Especifique o seu Curso _____
- 2.3- Em que ano e local obteve essa formação?
 a) Formação de nível médio na área de _____ Escola/Instituto _____
 no ano de ____ País _____
 b) Licenciatura no curso _____ na (o) Universidade/Instituto _____
 no ano ____ País _____
 c) Pós-graduação em _____ (o) Universidade/Instituto _____
 No ano ____ País _____
 d) Mestrado em _____ (o) Universidade/Instituto _____

no ano _____ País _____

e) Doutoramento em _____
pela (o) Universidade/Instituto _____
no ano de _____ País _____

f) Pós-doutoramento em _____ (o) Universidade/
Instituto _____ ano _____ País _____

2.4- Qual foi a principal fonte de financiamento da sua formação superior?

- a) Poupanças pessoais
b) Bolsa
c) Empréstimos bancários
d) Patrocínio/financiamento familiar
e) Outros (especificar) _____

2.5- Se a sua formação foi paga por uma bolsa de estudo, indicar:

A instituição _____ País _____

2.6- No caso de ter feito a formação superior, no todo ou em parte, no estrangeiro indique qual o principal motivo que o levou a fazer a formação superior no exterior do país (*Responder apenas o principal*)

- a) Ter beneficiado de uma bolsa de estudos
d) A qualidade do ensino no país de acolhimento
c) Razões familiares /pessoais
d) Imigração prévia no país de acolhimento
e) A falta de qualidade do ensino em Angola
h) Outra (especificar) _____

2.7- Teve dificuldades de acesso à instituição onde realizou a sua última formação superior?

- a) Não
b) Sim

2.8- Se teve dificuldades no acesso, indique qual a principal razão? (*pode responder a mais do que uma opção*)

- a) Falta de documentos
b) Insuficiência de conhecimentos
c) Falta de recursos financeiros
d) Ser africano
e) Falta de apoio das instituições angolanas
f) Outras (especificar) _____

2.9- Durante a formação, qual foi a sua principal dificuldade?

- a) Falta de recursos financeiros
b) Insuficiência de bibliografia
c) Falta de professores altamente qualificados

- d) Atraso no pagamento da bolsa
- e) Articulação entre o estudo e o trabalho
- f) Outras (especifique) _____

2.10- Durante a formação teve de trabalhar para sustentar os estudos?

- a) Sim
- b) Não

2.11- Se sim, indicar qual. _____

III – As questões que se seguem referem-se ao seu regresso à Angola. (Responder apenas no caso de ter feito a formação superior no estrangeiro)

3.1- Quantos anos viveu no estrangeiro? _____

3.2- Em que ano regressou à Angola? _____

3.3- Com que idade regressou à Angola? _____ anos

3.4- Quem lhe pagou a viagem de regresso à Angola?

- a) Meus familiares
- b) Eu próprio
- c) Estado angolano
- d) Organização Internacional das Migrações
- e) Instituição contratante dos meus serviços
- f) ONG (especificar)
- g) Instituição religiosa (especificar)
- h) Amigos
- i) Outro (especificar)

3.5- Que razões o levaram a regressar à Angola (*pode responder a mais de uma opção*)

- a) Conclusão da formação
- b) Dificuldade de inserção profissional no país de acolhimento
- c) Dificuldade de integração social no país de acolhimento
- d) Reencontro familiar
- e) Instauração da paz e segurança no País
- f) Instauração da democracia
- g) Outras razões (especificar)

IV – As questões seguintes dizem respeito a sua integração sócio-profissional em Angola, depois da formação.

4.1- Está a trabalhar? a) Sim b) Não

4.2- Se não trabalha, há quanto tempo procura emprego?

- a) Há menos de 3 meses
- b) Há menos de 1 ano
- c) Mais de 1 ano

4.3- Se não trabalha, diga qual o seu principal modo de subsistência durante este período? (*pode responder a mais de uma opção*)

- a) Recebo apoio familiar

- b) Vivo do trabalho precário
- c) Vivo de rendimentos anteriormente acumulados
- d) Vivo de apoio das ONG
- e) Faço comércio clandestino
- g) Outro (especificar) _____

4.4- De forma geral, quais são (ou foram) as principais dificuldades na obtenção de emprego (*pode responder a mais de uma opção*)

- a) Falta de documentos nacionais
- b) Falta de documentos de equivalência dos meus estudos
- c) Falta de vagas
- d) Excesso de burocracia nas instituições competentes
- e) Falta de interesse das empresas/instituições no recrutamento de quadros
- f) Falta de intermediação dos órgãos competentes do Estado
- g) Outras (*especificar*)

4.5- Se trabalha, qual é a sua profissão (*descreva com pormenor*)

4.6- É o seu primeiro emprego depois da formação superior ou é um novo emprego?

- a) Primeiro emprego b) Novo emprego

4.7- Qual é o seu estatuto/vínculo contratual?

- a) Não tenho vínculo/contrato
- b) Contrato temporário
- c) Vínculo/contrato permanente

4.8- Trabalha como?

- a) Assalariado
- b) Profissional independente
- c) Empresário

4.9- E qual é o ramo/sector de actividade a que está ligado?

4.10- Quanto tempo decorreu desde a conclusão do curso superior até conseguir o primeiro emprego?

- a) Menos de 3 meses
- b) Mais de 3 meses

4.11- Considera que a actividade profissional principal que exerce está relacionada com a sua formação?

- a) Sim
- b) Não
- c) Parcialmente

4.12- Em relação a sua actividade profissional principal, qual é o seu grau de satisfação por cada uma das categorias abaixo indicadas.

	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito
a) Salário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) Benefícios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) Segurança no emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) Relação com colegas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e) Localização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f) Oport de progr. na carreira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
g) Desafio intelectual	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
h) Nível de responsabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
i) Contributo a sociedade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
j) Estatuto social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.13- Exerce alguma actividade complementar à sua actividade principal?

a) Sim qual? _____ b) Não

4.14- No caso de ter feito a sua formação superior no estrangeiro, sentiu algum problema na sua integração profissional?

a) Não b) Sim

4.15- Se sim diga qual foi a principal dificuldade? _____

4.16- Na sua actividade profissional como é que os colegas o vêem?

- a) Como imprescindível
- b) Como relevante na actividade da empresa/instituição.....
- d) Com desconfiança
- c) Com inveja
- e) Com indiferença
- f) Outro (especificar)

4.17- Como pensa que vai evoluir a sua situação laboral e profissional em Angola?

- a) Melhorar
- b) Estabilizar
- c) Piorar
- d) Não sei/ não respondo.....

4.18- Para além de Angola já trabalhou no outro país?

a) Sim b) Não

4.19- Se sim, indique o país e os motivos que o levaram a trabalhar no mesmo.

País _____ motivos _____

V – As questões seguintes dizem respeito à percepção que tem do País.

5.1- No caso de ter estudado ou vivido no estrangeiro, após o seu regresso à Angola tem viajado regularmente ao estrangeiro?

- a) Vou anualmente
 b) Quase todos os anos
 c) Nunca mais fui ao estrangeiro

5.2- Quais os principais contactos que tem no estrangeiro?

- a) Meus pais
 b) Cônjuge e filhos
 c) Outros familiares
 d) Amigos
 e) Contactos profissionais

5.3- Qual é a percepção que tem de Angola (*pode assinalar mais de uma opção*)

- a) País em que se privilegia o mérito
 b) País em que se privilegia familiares e amigos
 c) País de progresso
 d) País com pobreza extrema
 e) País de clientelismo
 f) País com muitos contrastes sociais e económicos
 g) País em efectiva recuperação económica e social
 h) Um país estagnado
 i) Outras (especificar)

5.4- No caso de ter estudado ou vivido no estrangeiro, ainda pensa lá voltar a viver?

- a) Sim b) Não c) Não sei

5.5- Se sim, diga porquê? (*pode assinalar mais de uma opção*)

- a) Falta de integração sócio-profissional
 b) Falta de emprego compatível.....
 c) Falta de salário compatível
 d) Falta de garantia de direitos de propriedade
 e) Falta de apoio das instituições competentes do Estado
 f) Falta de segurança
 g) Falta de condições mínimas de vida
 h) Outras (especificar)

5.6- Na sua opinião, quais as condições que considera determinantes para o País atrair quadros altamente qualificados? (*pode assinalar mais de uma opção*).

- a) Emprego e salário compatível
 b) Emprego na área de formação
 c) Estabilidade social e política
 d) Segurança
 e) Bons serviços de saúde e educação
 f) Aprofundamento da democracia
 g) Facilidades de acesso ao crédito bancário
 h) Garantia dos direitos de propriedade

i) Outras (especificar)

5.7- O que acha de um programa de atracção de quadros altamente qualificados da diáspora? (*pode indicar mais de uma opção*)

a) Assegura a participação de todos angolanos no desenvolvimento sustentável.....

b) Potencia o País para os desafios da globalização

c) Reforça a capacidade operacional do estado e das empresas

d) Restaura a confiança da diáspora científica angolana

e) Pode criar conflito com os quadros formados no interior do País.

f) Outras (especificar) _____

5.8- Acha que os quadros altamente qualificados da diáspora podem contribuir para o desenvolvimento do País, mesmo sem regressarem?

a) Sim b) Não

5.9- Se sim diga em que condições? (*Pode indicar mais de uma opção*)

a) Transferência de conhecimentos

b) Fazer o lobbies económico e político junto dos países de acolhimento

c) Envio de remessas

d) Prestar serviços de consultoria técnica e científica às empresas e instituições

e) Identificar nichos de mercados

f) Fazer formação

g) Outras (especificar)

FIM

Anexo 7 – Quadro de resultados do inquérito aos quadros imigrantes angolanos em Portugal

Quadro 7.1 – Composição por sexo

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Masculino	109	54,5
Feminino	91	45,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.2 – Composição segundo o estado civil

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Casado	47	23,5
Solteiro	151	75,5
Outros	2	1
TOTAL	200	100

Quadro 7.3 – Composição segundo a idade

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
18-25 Anos	65	32,5
26-30 Anos	71	35,5
31-40 Anos	41	20,5
41-45 Anos	23	11,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.4 – Familiares sobre sua dependência em Portugal

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sem resposta	130	65
Pais	19	9,5
Cônjuge	18	9
Filhos	25	12,5
Outros	8	4
TOTAL	200	100

Quadro 7.5 – Familiares sob sua dependência -Angola

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sem resposta	137	68,5
Pais	29	14,5
Cônjuge	10	5
Filhos	19	9,5
Outros	5	2,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.6 – Local de origem

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Luanda	111	55,5
Benguela	24	12
Bengo	4	2
K. Sul	6	3
K.Norte	4	2
Cabinda	2	1
Uíge	5	2,5
L.Norte	1	0,5
Malange	7	3,5
Moxico	1	0,5
Bié	4	2
Cunene	1	0,5
Huíla	8	4
Namibe	2	1
Huambo	12	6
Outro país	8	4
TOTAL	200	100

Quadro 7.7 – Local de residência em Portugal

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Lisboa	182	91
Setúbal	12	6
Porto	1	0,5
Coimbra	1	0,5
Viseu	2	1
Outros distritos	2	1
TOTAL	200	100

Quadro 7.8 – Nacionalidade

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Angolana	194	97
Portuguesa	5	2,5
Outra	1	0,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.9 – Grau de formação actual

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Bacharel	61	30,5
Licenciado	118	59
Pós-graduado	5	2,5
Mestre	13	6,5
Formação técnico-profissional	3	1,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.10 – Conclusão do curso

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Em 1975-80	4	2
Em 1981-90	3	1,5
Em 1991-2000	31	15,5
Em 2001-2006	162	81
TOTAL	200	100

Quadro 7.11 – Instituição de formação

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Pública	80	40
Privada	120	60
TOTAL	200	100

Quadro 7.12 – Pagamento da bolsa/estudos

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
INABE	72	36
Outras instituições não-governamentais	9	4,5
Inst. públicas e privadas portuguesas	61	30,5
Apoio familiar	45	22,5
Poupanças pessoais	13	6,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.13 – Tempo de permanência em Portugal

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
5 Anos	44	22
De 6 a 10 anos	101	50,5
De 11 a 20 anos	47	23,5
Mais de 20 anos	7	3,5
Desde sempre	1	0,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.14 – Principais razões da saída de Angola

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Estudar em Portugal	90	45
Falta de vagas nas universidades de Angola	29	14,5
Falta de emprego	2	1
Falta de segurança	33	16,5
Intolerância política	15	7,5
Reencontro Familiar	14	7
Outras Razões	17	8,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.15 – Motivos de formação em Portugal

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Falta de qualidade do ensino em Angola	79	39,5
Corrupção no ensino em Angola	21	10,5
Ligação prévia à Portugal	15	7,5
Qualidade de ensino no país de destino	43	21,5
Razões familiares	32	16
Outros	10	5
TOTAL	200	100

Quadro 7.16 – Dificuldades de acesso a universidade

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Não	158	79
Sim	42	21
TOTAL	200	100

Quadro 7.17 – Principais dificuldades durante a formação

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Falta de dinheiro para despesas com estudos	102	51
Insuficiência da bolsa	21	10,5
Atraso de pagamento de bolsa	46	23
Outras	31	15,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.18 – Teve de trabalhar para sustentar os estudos

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sim	150	75
Não	50	25
TOTAL	200	100

Quadro 7.19 – Manteve o emprego após conclusão do curso

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Não	131	65,5
Sim	69	34,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.20 – Trabalha

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sim	90	45
Não	110	55
TOTAL	200	100

Quadro 7.21 – Formas de subsistência na falta de trabalho

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Recebo apoio familiar	25	12,5
Recebo bolsa de estudo	27	13,5
Recebo subsídio de desemprego	32	16
Vivo de emprego precário	20	10
Vivo de poupanças anteriores	3	1,5
Vivo de apoios de ONG	1	0,5
Faço negócios	15	7,5
Sem respostas	77	38,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.22 – Tempo de procura de emprego

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sem respostas	73	36,5
Menos de 3 meses	27	13,5
Entre 3 meses a 1 ano	74	37
Mais de 1 ano	26	13
TOTAL	200	100

Quadro 7.23 – Ordem de procura de emprego

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Primeiro emprego após formação	49	24,5
Novo emprego	151	75,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.24 – Condição socio-profissional

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Assariado	158	79
Profissional independente	39	19,5
Empresário	3	1,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.25 – Relação entre a actividade exercida e a formação

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sim	41	20,5
Não	138	69
Parcialmente	21	10,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.26 – Grau de satisfação em relação ao salário

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Muito satisfeito	3	1,5
Satisfeito	54	27
Insatisfeito	112	56
Muito insatisfeito	34	17
TOTAL	200	100

Quadro 7.27 – Grau de satisfação em relação aos benefícios

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Muito satisfeito	2	1
Satisfeito	57	28,5
Insatisfeito	113	56,5
Muito insatisfeito	28	14
TOTAL	200	100

Quadro 7.28 – Grau de satisfação da seguranças no emprego

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Muito satisfeito	3	1,5
Satisfeito	58	29
Insatisfeito	113	56,5
Muito insatisfeito	26	13
TOTAL	200	100

Quadro 7.29 – Nível de desafio intelectual na actividade

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Muito satisfeito	10	5
Satisfeito	49	24,5
Insatisfeito	103	51,5
Muito insatisfeito	38	19
TOTAL	200	100

Quadro 7.30- Grau de satisfação no nível de responsabilidade

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Muito satisfeito	11	5,5
Satisfeito	70	35
Insatisfeito	90	45
Muito insatisfeito	29	14,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.31 – Grau de satisfação no contributo a sociedade

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Muito satisfeito	14	7
Satisfeito	66	33
Insatisfeito	84	42
Muito insatisfeito	36	18
TOTAL	200	100

Quadro 7.32- Grau de satisfação quanto ao estatuto social alcançado

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Muito satisfeito	9	4,5
Satisfeito	48	24
Insatisfeito	100	50
Muito insatisfeito	43	21,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.33 – dificuldades de obtenção de emprego em Portugal

VARIÁVEIS	FREQUÊNCIA	%
Ser imigrante	73	36,5
Obtenção de documentos	41	20,5
Falta de intermediação do Governo	20	10
Ser oriundo de país africano	44	22
Outras	22	11
TOTAL	200	100

Quadro 7.34 – Perspectiva de evolução sócio profissional

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Melhorar	30	15
Piorar	25	12,5
Estabilizar	25	12,5
Não sei	120	60
TOTAL	200	100

Quadro 7.35 – Experiências de trabalho em outros países

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sem respostas	186	93
Espanha	4	2
Inglaterra	2	1
França	1	0,5
Outros	7	3,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.36 – Período de saída de Angola

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Entre 1975 a 1980	7	3,5
Entre 1981 a 1990	17	8,5
Entre 1991 a 2000	137	68,5
Entre 2001 a 2002	39	19,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.37 – Viagens a Angola depois da formação

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Vou anualmente	55	27,5
Não vou desde que acabei o curso	52	26
Vou sempre que possível	93	46,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.38 – Contactos que mantêm com Angola

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Meus pais	131	65,5
Cônjuge e filhos	12	6
Outros familiares	52	26
Amigos	5	2,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.39 – Intenção de retorno á Angola

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sim	183	91,5
Não	4	2
Não sei	13	6,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.40 – Período perspectiva de regresso

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Entre 2007- 2010	98	49
Daqui a mais de 5 anos	21	10,5
Quando melhorar as condições de vida	3	1,5
Depois das eleições	76	38
Não sei	2	1
TOTAL	200	100

Quadro 7.41 – Possibilidades de retorno sob programa especial

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sim	143	71,5
Não	7	3,5
Não sei	50	25
TOTAL	200	100

Quadro 7.42 – Principais incentivos no programa de retorno

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Emprego e progressão na carreira	169	84,5
Garantias de habitação	8	4
Garantias de segurança	5	2,5
Protecção de direitos civis e outros	18	9
TOTAL	200	100

Quadro 7.43 – Referências conhecidas de retorno de sucesso

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Muito boa	36	18
Boa	58	29
Pouco satisfatória	59	29,5
Má	6	3
Situações heterogéneas	28	14
Sem referências	13	6,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.44 – Principal incentivo para o retorno a país.

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Emprego	154	77
Habitação	6	3
Segurança	10	5
Direitos civis e propriedade	24	12
Outros	6	3
TOTAL	200	100

Quadro 7.45 – Contactos que privilegia em Angola em caso não-retorno

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Familiares	99	49,5
Profissionais	98	49
Amigos	2	1
Turísticos	1	0,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.46 – Tipos de colaboração/interesse na educação

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sem respostas	26	13
Investimentos	14	7
Formação	112	56
Prestação de serviços	25	12,5
Envio de informação	22	11
Estadias temporárias	1	0,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.47 – Tipos de colaboração/interesse na saúde

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sem respostas	106	53
Investimento	8	4
Formação	28	14
Prestação de serviços	34	17
Envio de informação	23	11,5
Estadias temporárias	1	0,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.48 – Tipos de colaboração/interesse na construção

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sem respostas	136	68
Investimentos	12	6
Formação	1	0,5
Prestação de serviços	31	15,5
Envio de informação	20	10
TOTAL	200	100

Quadro 7.49 – Tipos de colaboração/interesse na indústria

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sem respostas	121	60,5
Investimento	6	3
Formação	8	4
Prestação de serviço	45	22,5
Envio de informação	18	9
Estadias temporárias	2	1
TOTAL	200	100

Quadro 7.50 – Tipos de colaboração/interesse no comércio

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sem respostas	104	52
Investimento	24	12
Formação	9	4,5
Prestação de serviço	39	19,5
Envio de informação	21	10,5
Estadia temporária	3	1,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.51 – Tipos de colaboração nas finanças

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sem respostas	110	55
Investimento	14	7
Formação	10	5
Prestação de serviço	39	19,5
Envio de informação	25	12,5
Estadia temporárias	2	1
TOTAL	200	100

Quadro 7.52 – Tipos de colaboração/interesse no Turismo

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sem respostas	87	43,5
Investimento	32	16
Formação	9	4,5
Prestação de serviço	41	20,5
Envio de informação	27	13,5
Estadia temporária	4	2
TOTAL	200	100

Quadro 7.53 – Tipos de colaboração/interesse na ciência

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sem respostas	126	63
Investimento	13	6,5
Formação	5	2,5
Prestação de serviço	28	14
Envio de informação	25	12,5
Estadias temporárias	3	1,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.54 – Papel da colaboração entre o estado e diáspora

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Garante participação de angolanos no desenvolvimento	38	19
Torna país mais integrado e forte	41	20,5
Garante interação de angolanos no exterior	58	29
Modela atitude face ao retorno	63	31,5
TOTAL	200	100

Quadro 7.55 – Sugestões para a relação entre diáspora e o país.

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Criar instituição de apoio a diáspora	56	28
Criação de associações de apoio aos migrantes angolanos	29	14,5
Despartidarização de instituições angolanas no exterior	44	22
Promover actividades de convívio com emigrantes	7	3,5
Incentivos fiscais a remessas e projectos empresariais	16	8
Apoio ao retorno e integração dos quadros	48	24
TOTAL	200	100

Anexo 8 – Quadro de resultados do inquérito sobre integração sócio-profissional dos quadros regressados em Angola

Quadro 8.1 – Composição por sexo

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Masculino	145	72,5
Feminino	55	27,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.2 – Composição pelo estado civil

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Casado	115	57,5
Solteiro	72	36
Outros	13	6,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.3 – Composição por idade

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
De 18 a 25 anos	7	3,5
De 26 a 30 anos	20	10
De 31a 40 anos	85	42,5
De 41 a 45 anos	48	24
Mais de 45 anos	40	20
TOTAL	200	100

Quadro 8.4 – Pessoas a seu cargo em Angola

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
0	19	9,5
Pais	20	10
Cônjuges	98	49
Filhos	55	27,5
Outros	8	4
TOTAL	200	100

Quadro 8.5- Pessoas a seu cargo no estrangeiro

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
0	179	89,5
pais	1	0,5
Cônjuges	1	0,5
Filhos	17	8,5
Outros	2	1
TOTAL	200	100

Quadro 8.6 – Nacionalidade

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Angolana	198	99
Outras	2	1
TOTAL	200	100

Quadro 8.7 – Residência actual

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Luanda	97	48,5
Benguela	102	51
Cabinda	1	0,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.8 – Composição pelos graus de formação

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Bacharel	24	12
Licenciado	136	68
Pós-graduado	10	5
Mestre	30	15
Total	200	100

Quadro 8.9 – Composição por cursos

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Direito	19	9,5
Economia	30	15
Engenharia	26	13
Educação	90	45
Medicina	14	7
Outros cursos	21	10,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.10 – Composição por países de formação

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Outros países africanos	12	6
Cuba	67	33,5
URSS	47	23,5
Outros P. Socialistas	25	12,5
Portugal	30	15
Outros países ocidentais	19	9,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.11 – Instituição financiadora dos estudos

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Família	41	20,5
Estado	128	64
Empresa	17	8,5
ONG	8	4
Igreja	6	3
TOTAL	200	100

Quadro 8.12 – Principais motivos pela formação no estrangeiro

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Benefício da bolsa	84	42
Qualidade de ensino no país de destino	53	26,5
Razões familiares	21	10,5
Migração no país de acolhimento	5	2,5
Fraca qualidade do ensino em Angola	36	18
Outras	1	0,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.13 – Dificuldade de acesso na universidade

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Não	142	71
Sim	58	29
TOTAL	200	100

Quadro 8.14- Principais dificuldades durante a formação

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sem dificuldades	2	1
Falta de recursos financeiros	89	44,5
Atraso no pagamento da bolsa	87	43,5
Articulação estudo-trabalho	10	5
Outras	12	6
TOTAL	200	100

Quadro 8.15 – Trabalho para suportar os estudos

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sim	110	55
Não	90	45
TOTAL	200	100

Quadro 8.16 – Tempo de estadia no estrangeiro

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
5 Anos	63	31,5
6 - 10 Anos	98	49
11- 20 Anos	36	18
Mais de 21 ANOS	3	1,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.17 – Anos de regresso à Angola

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Entre 1977-1980	1	0,5
Entre 1981-1989	10	5
Entre 1990-2002	110	55
Entre 2000-2006	79	39,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.18 – Instituição que pagou a viagem de regresso à Angola

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Meus familiares	65	32,5
Poupanças pessoais	7	3,5
Estado angolano	113	56,5
OIM	5	2,5
Instituições contratantes	3	1,5
ONG	3	1,5
Instituições religiosas	4	2
TOTAL	200	100

Quadro 8.19- Razões de regresso a Angola

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
0	3	1,5
Conclusão do curso	132	66
Dificuldades integração país de estudo	43	21,5
Reencontro familiar	3	1,5
Instauração da paz em Angola	16	8
Instauração da democracia em Angola	2	1
Outras	1	0,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.20 – Trabalha

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sim	199	99,5
Não	1	0,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.21 – Principais dificuldades para obtenção de emprego

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
0	8	4
Obtenção de equivalências de estudos	9	4,5
Falta de vaga	18	9
Excesso de burocracia	93	46,5
Falta de interesse das instituições	41	20,5
Falta de intermediação do estado	24	12
Outras	7	3,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.22 – Profissão actual

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Engenheiro	19	9,5
Jurista	19	9,5
Jornalista	3	1,5
Professor	113	56,5
Médico	12	6
Enfermeiro	24	12
Outras	10	5
TOTAL	200	100

Quadro 8.23 – Ordem de procura do emprego

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Primeiro emprego	144	72
Novo emprego	56	28
TOTAL	200	100

Quadro 8.24 – Tipo de vínculo contratual

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sem contrato	1	0,5
Contrato temporário	18	9
Contrato permanente	181	90,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.25 – Estatuto social no trabalho

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Assalariado	196	98
Profissional independente	2	1
Empresário	2	1
TOTAL	200	100

Quadro 8.26 – Ramo de actividades

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Industrial	6	3
Comércio	2	1
Administração e serviço	38	19
Saúde	11	5,5
Educação	112	56
Agricultura	3	1,5
Outros	28	14
TOTAL	200	100

Quadro 8.27 – Relação entre tipo de actividade e formação

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sim	97	48,5
Não	54	27
Parcialmente	49	24,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.28 – Nível de satisfação a nível dos salários

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Muito satisfeito	1	0,5
Satisfeito	48	24
Insatisfeito	114	57
Muito insatisfeito	37	18,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.29 – Grau de satisfação a nível de seguranças do emprego

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Muito satisfeito	14	7
Satisfeito	96	48
Insatisfeito	68	34
Muito insatisfeito	22	11
TOTAL	200	100

Quadro 8.30 – Nível de satisfação a nível de oportunidades de progressão

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Muito satisfeito	11	5,5
Satisfeito	76	38
Insatisfeito	82	41
Muito insatisfeito	31	15,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.31 – Grau de satisfação a nível de estatuto social

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Muito satisfeito	22	11
Satisfeito	95	47,5
Insatisfeito	83	41,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.32 – Problemas de integração

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Não	109	54,5
Sim	91	45,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.33 – Principais dificuldades de integração

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Nenhuma	107	53,5
Falta apoio da direcção	5	2,5
Falta apoio de colegas	6	3
Falta meios de trabalho	24	12
Baixos salários	43	21,5
Outros	15	7,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.34 – Visão dos colegas em relação a si

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Imprescindível	55	27,5
Relevante	69	34,5
Com desconfiança	8	4
Com inveja	7	3,5
Com indiferença	53	26,5
Outros	8	4
TOTAL	200	100

Quadro 8.35 – Perspectivas de evolução sócio-profissional

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Melhorar	99	49,5
Estabilizar	34	17
Piorar	5	2,5
Não sei/não respondo	62	31
TOTAL	200	100

Quadro 8.36 – Frequência de viagens ao estrangeiro

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
0	8	4
Viajo anualmente	11	5,5
Viajo quase todos os anos	33	16,5
Nunca mais viajei	148	74
TOTAL	200	100

Quadro 8. 37- Nível de contactos no estrangeiro

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
0	1	0,5
Meus pais	4	2
Cônjuges e filhos	10	5
Outros familiares	53	26,5
Amigos	104	52
Contactos profissionais	28	14
TOTAL	200	100

Quadro 8.38 – Percepção que tem de Angola

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Se privilegia o mérito	4	2
Se privilegia familiares e amigos	81	40,5
País de progresso	36	18
País de pobreza extrema	29	14,5
País de clientelismo	9	4,5
País de contrastes sociais	17	8,5
País em recuperação	23	11,5
País estagnado	1	0,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.39 – Intenção de regresso ao estrangeiro

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sim	8	4%
Não	85	42,5
Não sei	107	51,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.40 – Razões para eventual retorno ao estrangeiro

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
	136	69
Falta emprego compatível	7	3,5
Falta salário compatível	32	16
Falta direitos propriedade	2	1
Falta apoio institucional	1	0,5
Falta condições mínimas vida	6	3
Outras	16	8
TOTAL	200	100

Quadro 8.41 – Condições fundamentais para atracção dos quadros

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
	13	6,5
Emprego e salário compatível	187	93,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.42 – Condições fundamentais para atracção dos quadros

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
	63	31,5
Estabilidade social e política	137	68,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.43 – Condições fundamentais para atracção dos quadros

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
	103	51,5
Segurança	97	48,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.44 – Condições fundamentais para atracção dos quadros

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Bons serviços de saúde e educação	136	68
Outras formas	64	32
TOTAL	200	100

Quadro 8.45 – Condições fundamentais para atracção dos quadros

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Potencia o país p/desafios da globalização	145	72,5
Outras formas	55	27,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.46 – Condições fundamentais para atracção dos quadros

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Restaura confiança da diáspora	132	66
Outras formas	68	34
TOTAL	200	100

Quadro 8.47 – Contributo da diáspora no desenvolvimento de Angola

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Sim	159	79,5
Não	41	20,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.48 – Principais formas de colaboração

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Transferências de conhecimentos	147	73,5
Outras formas	53	26,5
TOTAL	200	100

Quadro 8.49 – Principais formas de colaboração

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Fazer lobbies económico	124	62
Outras formas	76	38
TOTAL	200	100

Quadro 8.50 – Principais formas de colaboração

INDICADOR	FREQUÊNCIA	%
Fazer formação	148	74
Outras formas	52	26
TOTAL	200	100

Anexo 9 – Modelo de entrevista aplicada para as instituições de cooperação em Portugal (*)

A. Objectivos: A presente entrevista destina-se a buscar informações para um estudo de Mestrado no ISEG-UTL sobre o potencial de retorno dos quadros superiores angolanos radicados em Portugal e os dados obtidos não serão utilizados para outros fins. O investigador responsável assegura o segredo das informações a recolher.

B – Questionário

- 1- No quadro da política da vossa instituição que tipo de bolsas existem e como é que são concedidas as bolsas de estudos?
- 2- Quais as formas de selecção e atribuição das bolsas, em particular no caso dos países africanos.
- 3- Que tipos de bolsas são mais frequentemente atribuídos aos PALOPs?
- 4- Em relação aos PALOPs, qual é posição de Angola em termos de benefícios de bolsas de estudos nos últimos anos?
- 5- Que tipo de bolsas são mais frequentemente atribuídas aos estudantes angolanos?
- 6- Para que cursos superiores são eles dirigidos?
- 7- Qual a sua distribuição por idade e sexo?
- 8- Que dificuldades se apresentam mais constantes nos bolseiros de Angola?
- 9- Qual têm sido as taxas de sucesso (conclusão de cursos) dos bolseiros dos PALOP, e em particular os angolanos?
- 10- Qual a duração média dos estudos e das bolsas?
- 11- Tem alguma ideia acerca da proporção dos vossos bolseiros dos PALOP e em particular os de Angola que regressam aos países de origem depois da formação? E daqueles que ficam em Portugal?
- 12- Quais as perspectivas existentes na concessão de bolsas aos PALOPs e em particular para Angola?
- 13- Quais os cursos em que os bolseiros se sentem mais tentados a permanecerem em Portugal e na vossa opinião quais as razões?

(*) IPAD, FCG, FCL

Anexo 10 – Modelo do guião de entrevista aplicada à Embaixada de Angola em Portugal (Sector de apoio a estudantes e Consulado geral)

A. **Objectivos:** A presente entrevista destina-se a buscar informações para um estudo de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional no ISEG-UTL sobre o potencial de retorno dos quadros superiores angolanos radicados em Portugal e os dados obtidos não serão utilizados para outros fins. O investigador responsável assegura o segredo das informações a recolher.

B – Questionário

1- De forma geral como é que caracteriza a situação da diáspora angolana em Portugal do ponto de vista da sua integração sócio-profissional?

2- Quantos angolanos calculam existir em Portugal?

3- Como tem evoluído o número de imigrantes angolanos ao longo dos últimos anos principalmente antes e depois do período de paz e reconciliação nacional?

4- Há um controlo relativamente á imigrantes angolanos altamente qualificados ou empresários?

5- Qual a relação entre o estado angolano e esta faixa de imigrantes?

6- De forma geral, haverá um registo pós-formação dos estudantes universitários que vêm estudar para Portugal? (Se possível, basta o apoio em dados estatísticos)

7- Na vossa opinião quais as áreas científicas que mais predominam nas opções dos estudantes angolanos em Portugal e como se distribuem numericamente por cursos e sexo? (Se fosse possível, basta vosso apoio com dados estatísticos)

8- Haverá um mecanismo de controlo destes quadros por especialidades, sexo e lugares de residência?

9- Qual é proporção aproximada dos imigrantes angolanos que regressam para Angola e qual dos que ficam em Portugal?

10- Como tem variado esta proporção em termos de qualificação ou ocupação sócio-profissional?

11- No caso dos imigrantes altamente qualificados, quais os cursos em que os formados tendem mais a fixar-se em Portugal e aqueles em que tendem a regressar para Angola?

12- Existe algum programa de apoio ao retorno dos quadros nacionais ex-bolseiros e não só que se mantêm pelo país de formação?

13- Para os quadros que não regressam à Angola após a sua formação como tem sido a sua integração no mercado de trabalho português.

14- Como diferencia a integração em Portugal, dos quadros superiores relativamente à área de formação?

15- Na vossa opinião, porque é que alguns quadros superiores angolanos não voltam ao País?

16- Considera que é possível uma melhor colaboração entre o Estado angolano e os quadros angolanos na diáspora? Qual seria na vossa opinião?

17- Que futuro se reserva aos quadros angolanos em Portugal?

Anexo 11 – Modelo do guião entrevistas as Associações de imigrantes angolanos em Portugal.

A. **OBJECTIVOS:** A presente entrevista destina-se a buscar informações para um estudo de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional no ISEG-UTL sobre o potencial de retorno dos quadros superiores angolanos radicados em Portugal e os dados obtidos não serão utilizados para outros fins. O investigador responsável assegura o segredo das informações a recolher.

B – Questionário

1. Qual a função e objectivos desta associação?
2. De forma geral como é que caracteriza a situação da diáspora angolana em Portugal do ponto de vista da sua integração sócio-profissional?
3. Como tem evoluído o número de imigrantes angolanos ao longo dos últimos anos principalmente antes e depois do período de paz e reconciliação nacional?
4. Há um controlo relativamente à imigrantes angolanos altamente qualificados ou empresários? Se sim, pode informar-me quantos quadros licenciados, mestres ou doutorados angolanos têm controlado e em que cursos?
5. Qual a relação entre a associação e estes imigrantes?
6. Que ligações tem a associação com as instituições públicas do estado angolano, nomeadamente a embaixada e o consulado geral em Lisboa e Porto?
7. Com vêem a problemática de retorno dos quadros qualificados angolanos? Acha que os imigrantes angolanos no geral e os altamente qualificados em particular, tendem regressar ao país de origem?
8. Como tem variado esta proporção em termos de qualificação ou ocupação sócio-profissional?
9. No caso dos imigrantes altamente qualificados, quais os cursos em que os formados tendem mais a regressar para Angola e aqueles em que tendem a fixar-se em Portugal?
10. Tem conhecimento de algum programa de apoio ao retorno dos quadros nacionais ex-bolseiros que se mantêm pelo país de formação e não só? Se sim, qual é o papel da vossa associação neste programa?
11. Como diferencia a integração em Portugal, dos quadros superiores relativamente à área de formação e sexo?
12. Na vossa opinião, porque é que alguns quadros superiores angolanos não voltam ao País?
13. Na vossa opinião, como se poderia assegurar a melhor ligação entre o País e a comunidade angolana em Portugal?
- 18- De forma geral que futuro se reserva aos quadros angolanos em Portugal?

Anexo 12 – Modelo do guião de entrevista aplicada no Instituto Nacional de Bolsa de Estudos (INABE), Direcção Nacional do Ensino Superior/SEES e Universidade Agostinho Neto.

A. Objectivos: A presente entrevista destina-se a buscar informações para um estudo de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional no ISEG-UTL sobre o potencial de retorno dos quadros superiores angolanos radicados em Portugal e os dados obtidos não serão utilizados para outros fins. O investigador responsável assegura o segredo das informações a recolher.

B – Questionário

- 1- Qual é a política de formação de quadros superiores existente no país?
- 2- Qual a estratégia que preside a formação de quadros superiores no estrangeiro?
- 3- Quais as instituições que intervêm no processo de concessão de bolsa de estudos para o exterior do país?
- 4- Qual a distribuição geográfica das candidaturas pelo país?
- 5- Quais os cursos que mais se destacam na oferta de bolsas de estudo para o exterior?
- 6- Que níveis de formação (média, bacharelato, licenciatura, pós-graduação, mestrado, doutoramento) constituem a prioridade na estratégia de concessão de bolsa de estudo no exterior?
- 7- Quais os países que mais se destacam na cooperação em matéria de formação de quadros superiores com Angola?
- 8- Como são controlados os bolseiros durante e depois da formação?
- 9- Quantos quadros superiores foram formados desde a independência?
- 10- Qual a área profissional em que mais quadros superiores foram formados?
- 11- Qual o custo médio total por aluno que despende o estado angolano para a formação de quadros superiores dentro e fora do país?
- 12- Qual o nível de retorno ao país, dos quadros superiores formados no estrangeiro?
- 13- Em que área de formação se nota maior receptividade de retorno?
- 14- Como são integrados no mercado de trabalho nacional?
- 15- Quais as principais exigências que os técnicos colocam para o seu retorno?
- 16- Que instituições participam no processo de integração sócio-profissional dos quadros superiores formados no estrangeiro?

Anexo 13 – Modelo do guião de entrevista aplicada à OIM – Lisboa e Luanda

A. **OBJECTIVOS:** A presente entrevista destina-se a buscar informações para um estudo de Mestrado no ISEG-UTL sobre o potencial de retorno dos quadros superiores angolanos radicados no exterior e os dados obtidos não serão utilizados para outros fins. O investigador responsável assegura o segredo das informações a recolher.

B – Questionário

- 1- Existirá algum projecto de apoio ao retorno de quadros superiores angolanos na diáspora?
- 2- Que países é que se destacam na emissão de retornados angolanos?
- 3- Quantos angolanos já regressaram ao país no período de 2002 à 2006 e destes quantos técnicos superiores e se possível por áreas de formação?
- 4- Em que áreas de formação os técnicos se revelam mais receptivos a ideia de regresso ao país de origem?
- 5- Como foram realizados os projectos de Retorno dos Quadros Nacionais Africanos (RQAN) e de Migração para o Desenvolvimento em África (MIDA) em Angola?
- 6- Qual o grau de envolvimento dos Estado angolano na implementação destes projectos?
- 7- Que recomendações se deve fazer à Angola para assegurar-se a correcta implementação de projectos de retornos e o alcance dos objectivos traçados?

OBRIGADO